



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

**A FINANCEIRIZAÇÃO NA CORRENTEZA ALIENADA DAS ÁGUAS DO CANAL
DO SERTÃO EM ALAGOAS**

Wanubya Maria Menezes da Silva

São Cristóvão - SE
2024

WANUBYA MARIA MENEZES DA SILVA

**A FINANCEIRIZAÇÃO NA CORRENTEZA ALIENADA DAS ÁGUAS DO CANAL
DO SERTÃO EM ALAGOAS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe como requisito à obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Produção do Espaço Agrário e Dinâmicas Territoriais.

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio Campos
São Cristóvão – Sergipe
Novembro de 2024

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586f	Silva, Wanubya Maria Menezes da A financeirização na correnteza alienada das águas do Canal do Sertão em Alagoas / Wanubya Maria Menezes da Silva ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, SE, 2024. 225 f.: il. Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2024. 1. Geografia - Alagoas. 2. Financeirização. 3. Monopólios – Abastecimento de água. 4. Capitalismo. 5. Comunidades – Desenvolvimento. 6. São Francisco, Rio. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título. CDU 911.2:330.342.141(813.5)
-------	---

WANUBYA MARIA MENEZES DA SILVA

A FINANCEIRIZAÇÃO NA CORRENTEZA ALIENADA DAS ÁGUAS DO CANAL DO
SERTÃO EM ALAGOAS

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josefa de Lisboa Santos
Orientadora

Prof. Dr. Avelar Araújo Santos Júnior
Examinador externo – UFAL

Profa. Dra. Suzane Tosta Souza
Examinadora externa – UESB

Profa. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos
Examinadora interna

Prof. Dr. Lucas Gama Lima
Examinador Interno

À todos os povos que lutam por terra e território.

AGRADECIMENTO

Ao final de mais uma etapa da minha vida acadêmica me alegro em dizer que não estive sozinha nesse processo. No caminho percorrido durante o doutoramento me encontrei com estimados colegas que foram pares nesse processo, aos quais faço uma saudação geral. Sou grata também a colaboração intelectual de importantes professores do PPGEIO que contribuíram no salto qualitativo desta deste trabalho, como também no modo de ver e pensar o mundo. Esta tese é antes de tudo um trabalho coletivo, fruto de encontros, parcerias, conversas, viagens e trocas com os mais diversos sujeitos. Nesse sentido, agradeço desde já a todos aqueles que de maneira direta ou indireta estiveram presentes durante a minha caminhada e colaboraram para o fechamento desta pesquisa. Não posso, porém, deixar de nomear pessoas, e grupos de pessoas, que me acompanharam mais efetivamente durante esta jornada.

Inicialmente agradeço aos meus pais, Biana e Antonio Ferreira, inspirações da minha vida, que dedicaram esforços para que eu pudesse estar fazendo parte desse processo, além do conforto e carinho de toda a vida.

À minha orientadora Josefa pelo companheirismo, compreensão e carinho em todos os momentos dedicados a mim e a este trabalho. Aos professores Lucas e Leônidas pela atenção e contribuição no processo de produção do projeto de pesquisa submetido à seleção deste programa.

Quero ainda deixar registrado um agradecimento especial para a minha amiga e companheira de doutorado, Andréia, com quem partilhei minhas angústias acadêmicas e pessoais durante esses quase cinco anos. A ela sou grata pela atenção, encorajamento, disponibilidade e parceria, inclusive em muitos itinerários rodoviários que ultrapassaram as vezes até as vinte horas de viagem.

À minha gratidão também ao meu amigo Antonio Almeida, sempre presente e dedicado à produção da pesquisa em Alagoas, o qual esteve comigo nos trabalhos de campo da minha dissertação e agora na elaboração dos mapas e fotografia aérea presentes nesta pesquisa. A minha amiga Leila, e meu amigo Felipe, que me acompanham nas primeiras atividades de campo.

Às minhas amigas Meirielle, Poliana, Estefânia, Thayná, Jéssica, Paula e Fernanda, que expressam o poder do afeto feminino, pilar fundamental de resistência e sobrevivência em um mundo marcado pela negação do cuidado e do acolhimento às mulheres.

Gostaria de expressar também meu agradecimento à CAPES pelo apoio ao longo da minha pesquisa. O fomento realizado pelo órgão foi essencial para a realização deste trabalho, permitindo-me dedicação ao trabalho de pesquisadora e recursos para alcançar resultados significativos. Por isso, agradeço imensamente a oportunidade de contribuir para o avanço da ciência e do saber geográfico. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior tem papel crucial no desenvolvimento da pesquisa no Brasil. Prolongo ainda meu agradecimento ao PPGEU/UFS pelo ambiente estimulante, a excelência do corpo docente e infraestrutura disponibilizada, foi uma imensa honra fazer parte deste programa.

Abro aqui um parêntese para agradecer também ao X SINGA, evento primordial na mudança de abordagem epistemológica deste trabalho, a contribuição do Grupo de Trabalho ‘Mundialização e Financeirização da Agricultura’, foi salutar para o enriquecimento teórico desta tese.

Agradeço ainda ao Partido Comunista Brasileiro por sua incansável luta na defesa dos direitos dos trabalhadores e na construção de um Brasil justo e solidário. Sua trajetória, marcada por resistência e compromisso com as causas populares, inspirou gerações de militantes e contribuiu significativamente para a minha formação acadêmica e ser social.

Aos povos sem-terra, quilombolas e indígenas pela a incansável luta por terra e território. A resistência histórica destes povos nos inspira a continuarmos lutando por um país mais justo, pela reforma agrária, pela demarcação de territórios ancestrais, por justiça climática e social, fazendo do pessimismo da razão o otimismo da vontade da construção de um mundo que produza em harmonia com o tempo da natureza, onde todos tenham direito a um lugar para viver e trabalhar. Sem a brava resistências e vivência destes povos este trabalho não faria sentido.

Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.

Ailton Krenack

RESUMO

Este estudo está centrado na teoria do valor de Marx e no ininterrupto processo de reprodução ampliada do capital na fase contemporânea da financeirização, buscando compreender, através da canalização do rio São Francisco, com o empreendimento Canal do Sertão, a monopolização do território pelo capital e a financeirização da natureza. O Canal do Sertão em Alagoas passou a ser executado no contexto dos debates sobre a crise climática e a finitude dos recursos energéticos, nesse sentido, ele aparece nos relatórios da CODEVASF como uma proposta de desenvolvimento sustentável para o semiárido nordestino, confirmando as recomendações da Agenda 21 para o uso das águas com fins na produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável. Por tais motivos, sustentamos a hipótese de que a transposição das águas do rio São Francisco, via Canal do Sertão, resulta das multideterminações da reestruturação produtiva do capital-imperialismo contemporâneo, marcado pela financeirização da produção e expansão dos mercados financeiros globais. Nessa perspectiva, o objetivo central deste trabalho é refletir sobre a reprodução ampliada do capital no semiárido alagoano na sua fase financeirizada, tendo como objeto fundamental desse estudo a canalização do rio São Francisco em Alagoas. Partindo desse princípio, abalizamos que a dinâmica mundializada do capital financeiro, energizada com as diretrizes do Consenso de Washington, levou a América Latina à promoção da apropriação privada do conjunto da biodiversidade dos seus territórios, subvertendo a natureza dos países da periferia do capitalismo, de bem comum em valor de troca, mercadoria. Nesse sentido, inferimos que o processo de canalização pelo qual passa o rio São Francisco, especificamente pelo empreendimento Canal do Sertão, intensifica a monopolização do território sertanejo, integrando-o à lógica mundializada do capital portador de juros. Essa leitura, está apoiada em dados oficiais e observação direta, que revelam os canais de transposição como instrumentos para a reprodução em escala ampliada, retroalimentando o rentismo global. Os resultados obtidos através de pesquisas e entrevistas foram instrumentos na compreensão de como ocorre a apropriação das águas do rio São Francisco, de modo a debater o processo de monopolização do trabalho e da natureza. Diante de tal processo, este estudo teve por finalidade construir uma análise materialista e dialética sobre a produção do espaço às margens do Canal do Sertão em Alagoas, na perspectiva de entender como o mesmo foi idealizado e planejado dentro da lógica da financeirização do capital e dos projetos hídricos do país nas duas últimas décadas, avaliando, também, quais sujeitos participam de fato da gestão do recurso disponibilizado via canal. Os resultados encontrados em campo nos permitem articular que os territórios às margens do Canal se encontram monopolizados pelo capital financeiro, apresentando, ainda, uma tendência ao hidroagronegócio.

Palavras-chave: Canal do Sertão; Desenvolvimento; Financeirização; Monopolização.

ABSTRACT

This study focuses on Marx's theory of value and the uninterrupted process of expanded reproduction of capital in the contemporary phase of financialization, seeking to understand, through the channeling of the São Francisco river, with the Canal do Sertão venture, the monopolization of the territory by capital and the financialization of nature. The Canal do Sertão in Alagoas began to be executed in the context of debates on the climate crisis and the finiteness of energy resources; in this sense, it appears in CODEVASF reports as a proposal for sustainable development for the northeastern semi-arid region, confirming the recommendations of Agenda 21 for the use of water for the purpose of food production and sustainable rural development. For these reasons, we support the hypothesis that the transposition of the waters of the São Francisco River, via the Canal do Sertão, results from the multi-determinations of the productive restructuring of contemporary capital-imperialism, marked by the financialization of production and the expansion of global financial markets. From this perspective, the central objective of this work is to reflect on the expanded reproduction of capital in the Alagoas semi-arid region in its financialized phase, having as the fundamental object of this study the channeling of the São Francisco River in Alagoas. Starting from this principle, we argue that the globalized dynamics of financial capital, energized by the guidelines of the Washington Consensus, led Latin America to promote the private appropriation of the entire biodiversity of its territories, subverting the nature of the countries on the periphery of capitalism, from a common good to exchange value, a commodity. In this sense, we infer that the channeling process through which the São Francisco River passes, specifically through the Canal do Sertão venture, intensifies the monopolization of the sertanejo territory, integrating it into the globalized logic of interest-bearing capital. This reading is supported by official data and direct observation, which reveal the transposition channels as instruments for expanded reproduction, feeding back into global rent-seeking. The results obtained through research and interviews were instruments in understanding how the appropriation of the waters of the São Francisco river occurs, in order to debate the process of monopolization of labor and nature. In view of this process, this study aimed to construct a materialist and dialectical analysis on the production of space on the banks of the Canal do Sertão in Alagoas, from the perspective of understanding how it was idealized and planned within the logic of financialization of capital and water projects in the country in the last two decades, also evaluating which subjects actually participate in the management of the resource made available via the canal. The results found in the field allow us to articulate that the territories on the banks of the Canal are monopolized by financial capital, also presenting a tendency towards hydro-agribusiness.

Keywords: Canal do Sertão; Development; Financialization; Monopolization.

RESUMEN

Este estudio se centra en la teoría del valor de Marx y el proceso ininterrumpido de reproducción ampliada del capital en la fase contemporánea de financiarización, buscando comprender, a través de la canalización del río São Francisco, con el emprendimiento Canal do Sertão, la monopolización del territorio por el capital y la financiarización de la naturaleza. El Canal do Sertão en Alagoas comenzó a ser ejecutado en el contexto de los debates sobre la crisis climática y la finitud de los recursos energéticos; en este sentido, aparece en los informes de la CODEVASF como una propuesta de desarrollo sostenible para el semiárido nordestino, confirmando las recomendaciones de la Agenda 21 para el uso de las aguas con fines en la producción de alimentos y desarrollo rural sostenible. Por tales motivos, sostenemos la hipótesis de que la transposición de las aguas del río São Francisco, vía Canal do Sertão, resulta de las multideterminaciones de la reestructuración productiva del capital-imperialismo contemporáneo, marcado por la financiarización de la producción y la expansión de los mercados financieros globales. En esa perspectiva, el objetivo central de este trabajo es reflexionar sobre la reproducción ampliada del capital en el semiárido alagoano en su fase financiarizada, teniendo como objeto fundamental de este estudio la canalización del río São Francisco en Alagoas. Partiendo de ese principio, argumentamos que la dinámica mundializada del capital financiero, energizada con las directrices del Consenso de Washington, llevó a América Latina a la promoción de la apropiación privada del conjunto de la biodiversidad de sus territorios, subvirtiendo la naturaleza de los países de la periferia del capitalismo, de bien común en valor de cambio, mercancía. En ese sentido, inferimos que el proceso de canalización por el cual pasa el río São Francisco, específicamente por el emprendimiento Canal do Sertão, intensifica la monopolización del territorio sertanejo, integrándolo a la lógica mundializada del capital portador de intereses. Esa lectura está apoyada en datos oficiales y observación directa, que revelan los canales de transposición como instrumentos para la reproducción ampliada, retroalimentando el rentismo global. Los resultados obtenidos a través de investigaciones y entrevistas fueron instrumentos en la comprensión de cómo ocurre la apropiación de las aguas del río São Francisco, de modo a debatir el proceso de monopolización del trabajo y de la naturaleza. Ante tal proceso, este estudio tuvo por finalidad construir un análisis materialista y dialéctico sobre la producción del espacio a orillas del Canal do Sertão en Alagoas, en la perspectiva de entender cómo el mismo fue idealizado y planeado dentro de la lógica de la financiarización del capital y de los proyectos hídricos del país en las dos últimas décadas, evaluando, también, cuáles sujetos participan de hecho de la gestión del recurso disponibilizado vía canal. Los resultados encontrados en el campo nos permiten articular que los territorios a orillas del Canal se encuentran monopolizados por el capital financiero, presentando, además, una tendencia al hidroagronegocio.

Palabras-clave: Canal do Sertão; Desarrollo; Financiarización; Monopolización.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Traçado de 150 km do Canal do Sertão	22
Figura 2: Mapa de delimitação do semiárido	78
Figura 3: Mapa da Bacia do São Francisco	83
Figura 4: imagem aérea do Canal do Sertão.....	92
Figura 5: Mapa por trecho do Canal do Sertão.....	93
Figura 6: Mapa do IDH-M de Alagoas.....	102
Figura 7: Mapa do semiárido alagoano	107
Figura 8: População extremamente pobre por município (2010).....	109
Figura 9: Mapa de localização por etnia indígena.....	115
Figura 10: Abastecimento de carros Pipas através do Canal do Sertão Pariconha.....	120
Figura 11: Mapa de distribuição das comunidades quilombolas em Alagoas.....	122
Figura 12: Comunidade Tabacaria em Palmeira dos Índios.....	125
Figura 13: Áreas irrigáveis pelo Canal do Sertão/AL-2022	132
Figura 14: mapa de déficit hídrico no Nordeste (1971-2020)	147
Figura 15: irrigação de capim buffel, Delmiro Gouveia	149
Figura 16: Produção irrigada de capim Tifton e algaroba	150
Figura 17: Produção irrigada de capim Tifton e algaroba	150
Figura 18: Agrotóxicos encontrados em visita de campo realizada pelo Obelutte	155
Figura 19: Fazenda Boa Esperança em Delmiro Gouveia.....	157
Figura 20: Cultura do coco irrigado na Fazenda Boa Esperança, Delmiro Gouveia-AL	157
Figura 21: Produção irrigada de coco, Fazenda Boa Esperança.....	158
Figura 22: Produção de pimentão, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL	161
Figura 23: MIPA, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL	161
Figura 24: Minhocário do MIPA em Água Branca.	162
Figura 25: produção irrigada de tomate.....	163
Figura 26: produção de Coco, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL	164
Figura 27: produção de hortaliças e verduras.....	165
Figura 28: mapa dos núcleos de povoamento sob influência do Canal.....	166
Figura 29: mapa dos imóveis fundiários nos três primeiros trechos do Canal do Sertão.....	168
Figura 30: assentamento Juá.....	169
Figura 31: Produção irrigada de capim buffel associada a algaroba.	170
Figura 32: Produção de Banana com irrigação do Canal do Sertão em Delmiro Gouveia	171
Figura 33: Produção irrigada de milho na fazenda São Vicente	174
Figura 34: 7º Romaria da Água e da Terra em Delmiro Gouveia, 2015.	175
Figura 35: produção de coco em água Branca.....	178
Figura 36: criação de gado em Inhapi	181
Figura 37: produção irrigada de palma.....	181
Figura 38: Símbolo da comunidade Rolas.....	183

Figura 39: praça principal da comunidade Rolas	184
Figura 40: Canal do Sertão na Comunidade Rolas.....	186
Figura 41: Captação da água do Canal no sítio Rolas	187
Figura 42: Produção de milho irrigado com a água do Canal na comunidade Rolas, Pariconha - AL	189
Figura 43: Criação de gado na Comunidade Rolas	191
Figura 44: horta comunitário Sítio Rolas	196
Figura 45: horta comunitária	197
Figura 46: Assentamento Maria Cristina, Delmiro Gouveia - AL	198
Figura 47: produção irrigada de hortaliças	200
Figura 48: produção de goiaba	202
Figura 49:: produção irrigada de melancia	203
Figura 50: produção de pimentão e tomate	203
Figura 51: produção irrigada de tomate.....	204
Figura 52: Reunião do Colegiado do Alto Sertão	206
Figura 53: irrigação por gravidade	207
Figura 54: Trecho Canal do Sertão.....	208
Figura 55: Comunidade Kuruazu	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ocupação do Semiárido nordestino	80
Tabela 2: Área direta e indiretamente beneficiada pelo Canal do Sertão.....	94
Tabela 3: Estrutura Fundiária de Alagoas (2014).....	104
Tabela 4: Ranking de pobreza em Alagoas	110
Tabela 5: Indicadores socioeconômicos dos 42 municípios do Canal do Sertão	111
Tabela 6: distribuição étnica por região	116
Tabela 7: Distribuição da população quilombola impactada pelo Canal do Sertão por comunidades e município	122
Tabela 8: Faixa de Renda Familiar per Capita das Comunidades Quilombolas de Alagoas (2015)	124
Tabela 9: Futuros perímetros de irrigação da CODEVASF	134
Tabela 10: Investimento no Canal do Sertão/AL por trecho (2016)	138
Tabela 11: Criação animal nos três primeiros trechos	151
Tabela 12: comparativo entre os censos demográficos Delmiro Gouveia (2006-2017)	172
Tabela 13: comparativo entre os censos demográficos Água Branca (2006-2017)	176
Tabela 14: financiamento à produção do coco no Nordeste (2010-2018).....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Municípios de influência do Canal do Sertão	91
Quadro 2: Oferta de água do Canal do Sertão	131
Quadro 3: Vazão da água do Canal do Sertão para perímetros de irrigação	132
Quadro 4: Vazão por finalidade de uso (2016).....	133
Quadro 5: Distribuição fundiária nos 3 primeiros trechos do Sertão/AL.....	136
Quadro 6: comunidades que participaram do diagnóstico do FIDA	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Rendimento domiciliar per capita dos residentes em territórios indígenas em Alagoas	117
Gráfico 2: Cobertura de saneamento por domicílio nos territórios indígenas.....	118
Gráfico 3: Demanda por água no Brasil em 2020	129
Gráfico 4: área de coco colhida em 2017	177

LISTA DE ABREVIACÕES

ANA – Agência Nacional das Águas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

CASAL – Companhia de Águas de Alagoas

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CONAB – Companhia Nacional de Desenvolvimento

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

COHIDRO – Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação

CPT – Comissão Pastoral da Terra

EMATER – Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEPAR - Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IED – Investimento Externo Direto

IMA – Instituto do Meio Ambiente

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

MIPA – Módulos Irrigados de Produção e Aprendizagem

MST – Movimento Sem Terra

OBELUTTE – Observatório de Luta por Terra e Território

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PLANVASF – Plano para Desenvolvimento do Vale do São Francisco

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEGOV – Secretaria de Governo

SEMARH – Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão

SESAI – Secretaria de Saúde Indígena

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
SEÇÃO 1 – NATUREZA, FINANCEIRIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO	30
1. DO FLORESCER DO CAPITAL À CRISE ECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA	31
1.1 A recriação permanente das expropriações na acumulação mundializada de capitais	41
1.1.2 A crise ecológica e a reestrutura produtiva do capital: financeirização e monopolização do espaço	47
SEÇÃO 2: A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE E O MONOPÓLIO DO CAPITAL NA CANALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO.....	52
2. O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVESSANDO A CANALIZAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS	53
2.1. Da emergência da crise climática ao novo pacto do capital-imperialismo no Brasil	53
2.2 O Consenso sustentável no Brasil e a escassez hídrica no semiárido nordestino.....	63
2.2.1. As estratégias de desenvolvimento e as políticas para o semiárido nordestino.....	69
2.3 O rio São Francisco e a espacialização do Canal do Sertão em Alagoas	77
2.3.1. Um breve histórico da espacialização do Canal do Sertão no semiárido alagoano.....	87
SEÇÃO 3 – POBREZA EM ALAGOAS E A FINANCEIRIZAÇÃO SUSTENTÁVEL..	97
CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS.....	98
3.1 A pobreza em Alagoas em tempos de reestruturação do capital	99
3.1.1. Os indicadores da pobreza em alagoas em tempos de financeirização do capital.....	105
3.2.1 Os territórios ancestrais em Alagoas: um histórico de pobreza e violação	113
3.3 Reflexões sobre a pobreza em Alagoas e a financeirização “sustentável”	126
SEÇÃO 4 – AS PROJEÇÕES PARA O CANAL DO SERTÃO E A GESTÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO.....	128
4. O CANAL DO SERTÃO NA ROTA DO CAPITAL HIDROAGRÍCOLA	129
4.1 Financeirização e monopolização: uma leitura dos perímetros irrigados do Canal do Sertão	130
4.2 Financiamento e gestão do Canal do Sertão	137
SEÇÃO 5 – O CANAL DO SERTÃO E AS NOVAS RELAÇÕES DE USO DA TERRA NA REGIÃO	143
5. OS CANAL DO SERTÃO E AS SOLUÇÕES FINANCEIRAS.....	144
5. 1. Os Módulos de Irrigação e Aprendizagem e os modelos sustentáveis para o Canal do Sertão	160

5.2. Novas relações de produção no semiárido alagoano a partir do Canal do Sertão	167
5.3 A espacialização do Canal na comunidade quilombola Sítio Rolas.....	182
5.3.1. Na heterogeneidade do campesinato, a produção de espaços alternativos e os entraves estruturais	194
CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
REFERÊNCIAS	217

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa partimos do pressuposto de que o padrão de desenvolvimento, insurgido com o exaurimento do modelo de acumulação keynesiano-fordista e elevação do modo financeirizado de acumulação, pressionou os Estados da periferia do capitalismo a liberalização das políticas estatais e a consequente integração mundializada de capitais, episódio afiançado pela flexibilização das fronteiras nacionais e ecológicas. Nos termos da conjuntura apresentada, compreendemos que o modelo de desenvolvimento hegemonizado pelo capital portador de juros passou a atuar como principal ator político no empreendimento de idealizar e avaliar a execução das políticas públicas, intervindo de forma inerente na produção e reprodução do espaço, erigindo novas infraestruturas e relações sociais de produção através da territorialização e monopolização do capital financeiro metamorfoseado em capital funcionante.

Partindo dos termos apresentados, a hipótese fundamental desta tese é que a canalização do Rio São Francisco, em especial aqui, a canalização realizada no semiárido alagoano, através do empreendimento Canal do Sertão, é um instrumento de ampliação do capital portador de juros, subjugando os sujeitos envolvidos no processo de espacialização da obra a participar da financeirização das relações sociais de produção, emergente da crise estrutural do capital da década de 1970, momento do solapamento do modelo de acumulação do keynesianismo-fordismo e da ascendência dos debates acerca da finitude dos recursos naturais e futura crise climática. Neste sentido, lembramos que obras como o Canal do Sertão são solevantadas como resultado dos embates entre o cenário futuro de escassez, dado o ritmo do consumo de massas nos países centrais, e a pretensa ampliação de mesmo modelo para a periferia do capitalismo, e a necessidade de incremento constante do capital. A sustentabilidade do padrão keynesiano-fordista entra em declínio com o aviltamento da taxa de lucro e o estado de estagflação estadunidense, ascendendo a emergência da financeirização econômica e das políticas de austeridade direcionadas aos países periféricos endividados, bases do novo padrão de acumulação mundial.

Dentro de agências financeiras multilaterais, se faz oportuno proposições de um desenvolvimento que evidenciasse responsabilidade ecológica acompanhada da ampliação do capital, o que já era uma contradição em si mesmo. De toda sorte, o capital, a partir das diretrizes do Consenso, pauta a linha do que se convencionou chamar de Desenvolvimento Sustentável, organizando estratégias de uso racional dos recursos a partir da implementação verticalizada de práticas endógenas nos territórios, tal como indicava o relatório de Brundtland e a agenda 21,

os quais vieram a orientar políticas públicas e de desenvolvimento do capital nos países endividados e coagidos pelo consenso.

Dentro dessa perspectiva, arguimos que o capital portador de juros, aliado ao discurso do desenvolvimento sustentável, encontrou nos territórios para além das suas fronteiras, o substrato material para reproduzir as relações sociais de produção do capitalismo financeirizado, expropriando, assim, margens cada vez maiores de mais-valor. Esse modo imperialista de acumulação, iniciado com a partilha dos territórios na fase monopolista, se aprofundou com a crise estrutural do capitalismo da década de 1970 e a renovação da composição orgânica do capital nas décadas de 1980-1990, erigindo uma nova estrutura de produção em escala mundial, permitindo, não apenas a reconfiguração das forças produtivas, mas também um fluxo cada vez maior de mercadorias e capitais, promovido pela espacialização de uma infraestrutura com fins de escoação (HARVEY, 2011).

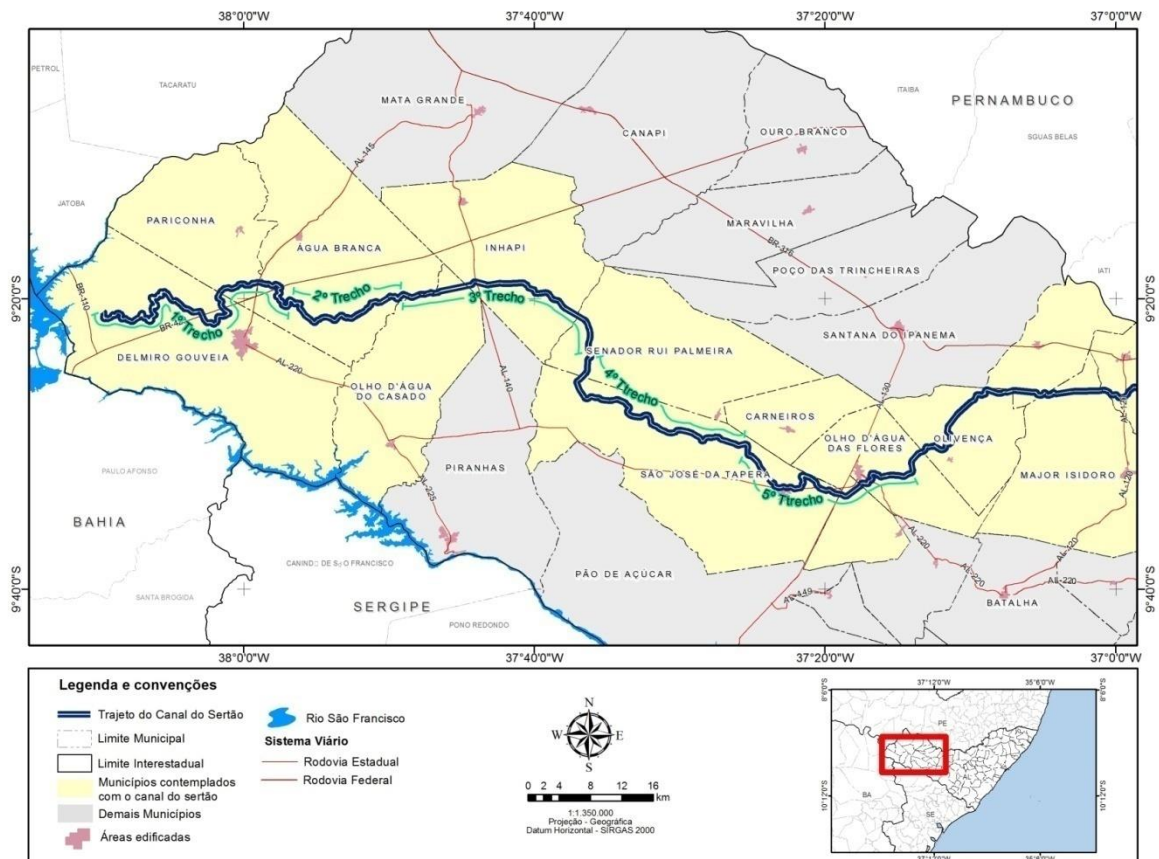
Nesse aspecto, a gerência empresarial do Estado, funcionando sob uma lógica privatista, condiciona a produção/reprodução do espaço à acumulação mundializada de capitais. Isto significa que, mediada pelo Estado, a espacialização dos diferentes objetos técnicos, é orientada pelas necessidades do sistema metabólico capitalista (Oliveira F., 2018) (Fontes, 2011). É dentro do contexto apresentado que a presente pesquisa tem como objeto do seu estudo o Canal do Sertão em Alagoas, tendo como objetivo central refletir, a partir da teoria do valor de Marx, a reprodução ampliada do capital no semiárido alagoano na sua fase financeirizada, através do processo de canalização do São Francisco.

Buscando soluções para as frequentes secas, os projetos de engenharia hídrica para o semiárido sempre refletiram o contexto histórico de expansão do capital. As primeiras elucubrações de criação de um canal artificial no sertão nordestino atendiam aos interesses da Coroa Portuguesa, na tentativa de facilitar o transporte de produtos agrícolas para os centros urbanos litorâneos. Essa ideia secular é reascendida no final do século XX, dentro da dinâmica do paradigma do Desenvolvimento Sustentável. É no contexto das discussões dos limites do crescimento que a canalização do rio São Francisco toma fôlego, e os projetos de transposição ganham materialidade, estas estruturas, no entanto, são marcadas por conflitos, desigualdades socioespaciais e impactos ambientais. Complexidades que marcam também o Canal do Sertão alagoano.

O canal adutor de Alagoas, é um instrumento inserido no espaço agrário do estado que capta as águas do rio São Francisco através de um canal artificial que percorre, até o momento,

125 km do território alagoano, quando concluído sua extensão chegará a 250 km, se estendendo de Delmiro Gouveia a Arapiraca, isto é, da mesorregião do Sertão a do Agreste.

Figura 1: Mapa do Traçado de 150 km do Canal do Sertão



Fonte: SEMARH, (2014). Elaboração: Antonio Almeida e Wanubya Silva, 2016.

O Sertão alagoano, que se estende dos cânions do São Francisco em Delmiro Gouveia, até a planície da faixa de transição Agrestina, além de se registrar a luta pré-histórica do intemperismo contra a morfologia dos paredões rochosos degradados pelo calor, também registra a dialética luta de classes que conformou a atual estrutura do Sertão alagoano. De clima quente e com prolongados períodos de carência hídrica, a água como bem comum e necessária a reprodução da vida cotidiana, sempre foi uma questão social e política no Sertão alagoano, assumindo papel central nas querelas ideológicas dos grupos que disputam a hegemonia da ação política neste território.

Com diversidade nos setores econômicos quase inexistente, no Sertão alagoano predominou a cultura da subsistência dos pequenos roçados, produzindo por séculos culturas de sequeiro para o sustento familiar: milho, feijão, mandioca, além da criação de animais de pequeno porte, permitindo o desenvolvimento de uma pequena bacia leiteira. Predominado

pelos solos rasos e pedregosos, a produção agrícola no semiárido alagoano estava limitada à cosmologia climática e suas intempéries determinantes, assim, a fome constituía-se como um problema determinado pelos azares do ambiente.

A problemática da fome ascendida das condições meteorológicas tomou contornos diversos, passando a corroborar com políticas de combate à seca desde a década de 1950 e tomando novos rumos com as políticas de desenvolvimento rural e de convivência com o semiárido. Nesse certame, erige da reestruturação produtiva brasileira da década de 1990 o combate à insegurança alimentar pautada na introdução das tecnologias da Revolução Verde no campo brasileiro. Tal empreendimento passou a interferir na produção do espaço semiárido e na gestão dos recursos que abriga, implicando novas rupturas metabólicas do homem e mulher sertanejos com a terra.

As novas relações sociais de produção da reestruturação do capital, que inaugura o pacote de modernização do campo, coage, no século seguinte, homens e mulheres dos roçados do Sertão ao modo de produção financeirizado, acompanhando o padrão de desenvolvimento que determinou o consenso. Nesse sentido, o rio São Francisco passa a ser sujeito principal das conquistas do capital no espaço semiárido. Canalizado e serpenteando os Sertões secos, as águas do São Francisco irrigam a terra seca e incrementam a diversidade da produção agrícola até então inexistente, criando possibilidades expansionistas e dando elasticidade a mobilidade do capital.

Dentro dessa lógica, o incentivo a construção de canais artificiais que contribuíssem para o funcionamento de uma indústria mundializada de culturas irrigadas a partir da década de 1970, levou o Estado brasileiro à espacialização de infraestruturas destinadas a projetos de irrigação no Vale do Açu no Rio Grande do Norte, Vale do Jaguaribe e Apodi Mossoró, no Ceará, expandindo-se, na década de 1990, até o Vale do São Francisco, da Bahia à Alagoas (Andrade, 2011).

Ainda, dentro do contexto apresentado, emerge no Brasil o ideário das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável, derivadas das recomendações de agências como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe, ambos assentados na Organização das Nações Unidas. A recomendação dessas agências era de combater a pobreza no campo como forma de mitigar a degradação ambiental, além disso, o engenho do programa tinha por objetivo tornar mínima a migração para as metrópoles e garantir a produção de alimentos através de políticas rurais voltadas para o fomento da agricultura familiar, atendendo às necessidades da população brasileira. Contraditoriamente, no entanto, o

governo da década 1990, guiando as suas políticas a partir das diretrizes determinantes do Consenso de Washington, instrumentaliza as riquezas ecológicas e agrícolas, elevadas a moeda de troca no mercado internacional. É dentro desse processo que o Canal do Sertão em Alagoas é projetado, sendo um instrumento conjecturado no momento da reestruturação produtiva emergente na década de 1990 no Brasil e projetado a partir das políticas de desenvolvimento rural sustentável, apresentando-se como objeto catalisador das inversões do capital financeiro, com capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano.

Nessa direção, os grupos financeiros, ao se apropriarem das águas do São Francisco na perspectiva de agenciar uma reprodução ampliada, usurpam e/ou monopolizam o território através da inversão do capital portador de juros nas áreas que margeiam o Canal. Por tais motivos, este trabalho objetiva apresentar o processo de financeirização no seu percurso histórico e contemporâneo, realizando uma leitura da crise ecológica atual para explicar como se dá a financeirização da natureza, em especial do rio São Francisco, no contexto do novo modelo de desenvolvimento sustentável. Nesse engenho, nossos objetivos específicos são: a) elucidar a perspectiva secular da espacialização dos canais de transposição no Nordeste dentro do prospecto da reprodução em escala ampliada do capital; b) examinar quais instrumentos são utilizados para gerir as águas do São Francisco a partir do Canal do Sertão em Alagoas, e como o mesmo se insere na lógica do capital portador de juros; c) refletir sobre a subjugação dos sujeitos envolvidos no processo de espacialização do Canal às relações sociais de produção financeirizada; d) criar um laço epistemológico entre práxis social dos sujeitos diretamente impactados pelo Canal e os debates atuais sobre financeirização.

Compreende-se que o momento histórico de efetivação do Canal do Sertão coaduna com aquele da reestruturação produtiva do capital-imperialismo da década de 1990 no Brasil, com a adoção do Consenso de Washington e as políticas estratégicas da Agenda 21, participando não apenas de uma reestruturação das relações de trabalho, mas também na morfologia espacial. Portanto, avaliar os conteúdos históricos e contemporâneos que colocam o semiárido alagoano na rota do capital rentista do modelo sustentável de desenvolvimento é refletir as projeções do Estado para o desenvolvimento na sua totalidade, abstraindo este processo a partir de um recorte do substrato material espacial.

O Canal do Sertão em Alagoas, ao ser resultado das multideterminações da reestruturação produtiva emergente da década de 1980, tem se apresentado como forma-conteúdo subordinado aos interesses do capital rentista, ao disponibilizar uma quantidade de águas despendidas para a produção agrícola, a partir de sistemas de irrigação, nunca antes

disponíveis no semiárido alagoano que, antes deste artifício espacializado em Alagoas, era dependente exclusivamente das águas da chuva para a produção agropecuária. Com a capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano, agências multilaterais do sistema financeiro têm encontrado no Canal do Sertão uma oportunidade de acrescer o seu capital através de políticas de combate à pobreza que agenciam a inserção da população pobre aos produtos do mercado portador de juros. Nesse sentido, ao mediar a inversão produtiva das águas do São Francisco, o capital portador de juros agencia a reprodução ampliada de grupos hegemônicos que apontam para usurpação e/ou monopolização das terras camponesas e de comunidades tradicionais.

O Canal do Sertão em Alagoas é a segunda maior obra hídrica do país, um instrumento inserido no espaço agrário do estado que capta as águas do rio São Francisco através de um canal artificial que pretende percorrer 250 km do estado, se estendendo do Sertão até o Agreste. Inserido em uma geografia que apresenta graves déficits hídricos, com vazios de precipitação que duram de seis a sete meses e com uma média anual 2,5 vezes menor de precipitação que a média da mesorregião da Zona da Mata (AB'SABER, 1999), o Canal do Sertão foi arrojado dentro das políticas hidráulicas que buscavam sanar as problemáticas que se pretendiam de ordens climáticas, levando implicações flagelantes para os povos residentes na região de clima semiárido. É nesse contexto que refletimos, à luz da dialética materialista, os impactos estruturais que a espacialização do Canal provoca, observando as relações concretas que dão propriedade ao objeto investigado, e do qual emergem as categorias ontológicas que dão substância a dinâmica das multideterminações que o realizam.

Longe de uma análise fragmentada, pensamos o espaço da pesquisa como uma totalidade, em que a práxis social é totalizada na convergência das relações sociais que se dão no cotidiano em todas as partes, apontando suas virtualidades (CARLOS, 2015). Portanto, a relevância deste trabalho se faz na captura do movimento real da dinâmica territorial que provocou a implantação do Canal do Sertão, à medida em que este objeto técnico-geográfico participa da lógica do capital rentista.

Para refletir teoricamente sobre o objeto investigado, foram importantes as leituras da teoria do valor de Marx (2017, L I, L III), imperialismo de Lênin (2011) e Hilferding (1985), observando ainda as contribuições Ana Fani Carlos (2015) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2016), no que diz respeito a produção social do espaço e a monopolização do território, como também os debates sobre a financeirização da natureza, realizadas por Kohei Saito (2021), Bellamy Foster (2005) e Alexandrina Luz Conceição (2001) e, por fim, as discussões sobre o

capital-imperialismo e a mundialização do capital contemporâneo, realizados por Virgínia Fontes (2011) e François Chesnais (2008) (2016).

Em termos práticos, esta tese se sustenta na análise de fontes documentais produzidas pelas próprias agências de financiamento do novo padrão de acumulação do capital, como o Banco Mundial e a ONU, priorizando o cruzamento das informações a respeito das políticas de desenvolvimento sustentável, com as políticas públicas implementadas pelo Brasil no momento de projeção do Canal, sendo oportuno ainda realizar uma leitura histórica da inversão do capital financeiro nas políticas de desenvolvimento rural no Nordeste. Nesse sentido, esse trabalho também se valeu dos documentos fornecidos pelos órgãos oficiais do estado a respeito da execução do empreendimento Canal do Sertão e das projeções de desenvolvimento para as áreas de entorno, os quais são relevantes o relatório de viabilidade do Canal do Sertão, realizado pela Codevasf em 1998, o estudo sobre essa obra, realizado pela Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de 2017, os relatórios do consórcio entre o governo do estado e a HidroBr para a proposta de modelo de gestão do Canal do Sertão em 2021 e 2022, e o diagnóstico de desenvolvimento hidroagrícola feito também pela Codevasf em 2020.

Seguindo com a investigação documental, foi fundamental o acesso a dados oficiais que elucidam o histórico de implantação da obra e o seu enlace com a totalidade do momento histórico da sua idealização, como ainda o impacto socioterritorial da construção, informações acessadas a partir dos relatórios disponíveis nos órgãos responsáveis: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Secretaria de Infraestrutura de Alagoas (SEMARH) e Secretara de Infraestrutura de Alagoas (SEINFRA), além de dados demográficos e sociais, como os da Secretaria de Saúde. Revisou-se também, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dados que possibilitaram realizar um parâmetro envolta da reestruturação produtiva do semiárido alagoano antes e pós-Canal, a partir dos dados do Censo Agropecuário (2006-2017). Ademais, fez-se análise dos relatórios de projeção para as áreas que estão destinadas aos perímetros irrigados, assim como relatórios do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).

O trabalho de campo também foi fundamental para confrontar teoria, documentos oficiais e práxis social nos territórios. Por isso, nesta tese, optou-se pela pesquisa de campo exploratória, realizada através de entrevistas fundamentadas no arcabouço teórico que sustenta a nossa hipótese, ferramenta metodológica que permitiu a interação direta do pesquisador com os sujeitos sociais que participam do processo de implementação do objeto investigado. Os sujeitos que participaram da pesquisa foram aqueles que estavam a mais tempo sob influência

do Canal, ou seja, às margens dos trechos I, II e III do Canal do Sertão, entregues a pouco mais de uma década, correspondentes aos 65 km da obra. A área de abrangência da pesquisa foi definida a partir da temporalidade do uso da água, compreendendo que os trechos I, II e III, conteriam material mais robusto sobre o objeto investigado, enquanto o trecho IV havia sido entregue apenas recentemente e o V ainda estava em processo de licitação. Nesse formato, a área de abrangência da pesquisa na qual foram aplicadas as entrevistas envolveu: assentamentos rurais, comunidade quilombola, indígenas, acampamentos e pequenas e médias propriedades camponesas.

A primeira parte do trabalho prático aconteceu com uma primeira aproximação empírica com o objeto investigado, de modo a estabelecer uma conversa inicial, porém ainda não oficial, com os sujeitos influenciados pela obra, constituindo-se na observação e nos diálogos informais as primeiras impressões sobre o tema estudado. Os acercamentos iniciais ocorreram no segundo semestre de 2021, e foram fundamentais na efetivação do enlace epistemológico entre as categorias que orientam o processo investigativo neste trabalho e o objeto estudado. Essa primeira atividade de campo orientou a elaboração do roteiro de entrevista aplicado posteriormente. Nesse processo foi importante observar e analisar os impactos socioespaciais nas áreas sob influência do Canal.

Quanto ao procedimento de aplicação das entrevistas, optou-se pela entrevista não-diretiva semiestruturada, observando a necessidade de adaptação das questões levantadas devido a diversidade dos territórios na área de abrangência do Canal. Das entrevistas participaram sujeitos diretamente impactados pelo processo de canalização do rio São Francisco em Alagoas: camponeses, remanescentes de quilombolas e indígena, e ainda, servidores envolvidos com projetos de desenvolvimento para o semiárido alagoano a partir do empreendimento Canal do Sertão. A aplicação das entrevistas se deu a partir do segundo semestre de 2023 e ao longo de 2024, processo fundamental para a construção da redação final.

A tese aqui apresentada se divide em cinco seções. A seção um traz um debate acerca da origem da acumulação do capital e seu desdobramento dialético, discutindo as expropriações contemporâneas, assim como a apropriação privada da natureza, realizando uma reflexão acerca da reestruturação produtiva do capital na década de 1980 e a derrubada das fronteiras nacionais consequente do modo de acumulação flexível. Nesse aspecto, a seção um debate a crise ecológica e a financeirização total da vida no capitalismo contemporâneo, apresentando o contexto da monopolização da natureza, terminando por realizar uma reflexão acerca da

participação do capital portador de juros na produção e reprodução do espaço mundial, que finda com a reestruturação do campo no Nordeste.

Na seção dois buscamos mostrar os desdobramentos do novo padrão de desenvolvimento emergido da crise do modelo keynesiano-fordista de acumulação, e o soerguimento dos debates sobre a finitude dos bens naturais. Nessa seção, portanto, são apresentados debates sobre a crise futura de escassez e a necessidade de um padrão de desenvolvimento pautado na sustentabilidade. São importantes nesse movimento a ingerência do capital financeiro das agências multilaterais no Brasil, mais especificamente no nordeste brasileiro, a partir da aplicação de políticas de combate à pobreza e desenvolvimento rural sustentável. A contextualização do desdobramento das políticas multilaterais nos leva até o momento histórico da espacialização do Canal do Sertão em Alagoas e o seu enlace com o modelo de desenvolvimento soerguido da crise de reestruturação do capital da década de 1970.

Para compreender a inserção de Alagoas no gerenciamento da pobreza, como política pública imposta pelo Banco Mundial, trazemos, na seção três, uma historiografia crítica a respeito da sociabilidade da pobreza em Alagoas e os dados mais atuais sobre as condições socioespaciais da população alagoana, mais especificamente, a população do semiárido do estado. Nesse aspecto, a seção três traz ainda, um debate sobre a questão fundiária em Alagoas, assim como, um exame sobre as conformações históricas e sociais dos territórios indígenas e quilombolas na área de influência do Canal do Sertão.

Na seção quatro, buscamos compreender a projeção do Canal do Sertão em Alagoas, nos aspectos apresentados pelo estado a partir das projeções de implantação dos perímetros irrigados. Aqui, é salutar discutir o processo de apropriação privada da água via canais de transposição, como ainda debater os prospectos da produção social e apropriação privada do espaço e das águas do rio São Francisco a partir do empreendimento Canal do Sertão, observando os relatórios da Codevasf e os projetos de perímetros irrigados de longo prazo para os trechos I, II e III do Canal.

Na seção cinco estão presentes os dados levantados nos trabalhos de campo e os debates teóricos a respeito da financeirização, de modo a responder à questão mais geral: o Canal do Sertão se encontra monopolizado pelo capital financeiro? Nesse sentido, a seção cinco perpassa por todas as outras indagações realizadas neste processo investigativo, apresentando, assim, as conclusões dos dados levantados sobre a mobilidade do capital e monopolização do território pelo capital, apresentando informações fornecidas a partir de entrevistas e relatórios oficiais. Neste capítulo é importante, também, o debate sobre a apropriação privada da natureza e da

produção do capital em escala ampliada, de forma que possamos ao final enlaçar a teoria com o chão da pesquisa, compreendendo que “a prática é o critério da verdade” (TSE-TUNG, 2009).

Por fim, as nossas considerações finais, avaliam de forma crítica o processo prático de espacialização do Canal do Sertão e das questões levantadas nesse artifício, no entanto, traz também a reflexão da existência e do prospecto de esperança de mundos possíveis, observados na incipiência de modos de produção que resistem e se impõem às margens do Canal do Sertão, repelindo o tempo do capital e se integrando ao tempo da natureza, criando territórios alternativos nos modos de produzir, se alimentar e viver.

SEÇÃO 1 – NATUREZA, FINANCEIRIZAÇÃO E MONOPOLIZAÇÃO

1. DO FLORESCE DO CAPITAL À CRISE ECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA

Como evidenciou Marx, o segredo do sistema metabólico do capital não está no produto final do modo de produção capitalista, mas no seu ponto de partida. Diante desta afirmativa, é salutar considerar que o acúmulo de capitais ancorado no florescer da sociedade burguesa é resultante de variantes processos de colonização/expropriação. A acumulação, que desperta o modo de produção capitalista, origina-se da natureza fundante do ciclo ininterrupto da reprodução do capital: a apropriação das propriedades da natureza e da força de trabalho. Os dois séculos de capitalismo sentenciaram a expropriação do solo e do sobretrabalho como o modelo do processo de acumulação, mas, o que está na origem do processo cumulativo? Quais as relações determinantes para a realização do capital contemporâneo?

Marx deixara evidente que antes de apoderar-se da política, da arte, da economia ou da religião, homens e mulheres carecem de estar em condições de comer, beber, vestir-se e abrigar-se para poder colocar em movimento a roda da história.¹ Ao dar clarividência a esta assertiva, Marx formulou a lei da história humana, versando que a primeira condição de sobrevivência no reino animal consiste na satisfação das necessidades biológicas, estas supridas através da produção dos meios que garantem a existência do corpo orgânico, logo, o dispêndio de energia na produção destes meios é condição factual da sobrevivência das espécies, ou seja, o trabalho é inerente a realização da vida. Concerne, no entanto, que a espécie humana ao abandonar o animalismo pelo acúmulo de complexos da seleção natural², acaba por originar relações mais complexas e organizações mais elevadas, passando a produzir os instrumentos de satisfação das suas necessidades primeiras e, na mesma medida, conduzindo a produção de novas necessidades.

Como homem primitivo, as realizações das necessidades primeiras eram limitadas ao aparelho biológico, na medida em que este se especializa e produz excedente, o ser primitivo é superado e as satisfações transcendem as necessidades biológicas do corpo orgânico. Entretanto, do coletivismo primitivo à forma social mais complexa, a fonte da qual jorra a realização das satisfações humanas permanece inalterada: a natureza, e a única forma de satisfazê-la, o trabalho.

¹ Discurso de Engels no funeral de Marx.

² Em 'A Origem das Espécies', Charles Darwin evidencia que o acúmulo de complexos da seleção natural se desenvolve gradualmente através de adaptações ao longo das gerações. Essas mudanças podem se acumular, levando ao desenvolvimento de estruturas ou funções que, embora inicialmente simples, tornam-se mais sofisticadas, resultando em adaptações complexas e eficazes para a sobrevivência.

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição da existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2017, p. 120).

As satisfações das necessidades humanas materializam-se na produção dos valores de uso, isto é, na realização dos “nexos de dois elementos: matéria natural e trabalho” (MARX, 2017, p. 120). Homens e mulheres, ao despenderem energia pela atividade mediadora estabelecem uma relação metabólica com a natureza, alterando as formas das matérias, adequando-as às necessidades humanas específicas. Seguindo os passos dados por Marx, sua afirmativa deixa clarividente que o trabalho não é a fonte exclusiva dos valores de uso, nem mesmo da riqueza material. A sensatez desta afirmação reside numa máxima usada por ele em ‘O capital’: “o trabalho é o pai, e a terra é a mãe de toda riqueza material” (Petty apud Marx, 2017, p. 121.). Marx postula, portanto, que homens e mulheres nutrem uma relação ativa com a natureza mediada pelo trabalho, dando a esta primeira o caráter de ‘corpo inorgânico’ da humanidade, condição primária da sua sobrevivência. Para Marx, a relação metabólica dos homens e mulheres com a terra transforma as formas naturais dadas e, ao mesmo tempo, transforma a própria natureza humana.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 2017, p. 255).

A natureza, portanto, é apresentada por Marx como riqueza biológica e social, complemento inorgânico de homens e mulheres. A relação metabólica humana com a natureza transforma a matéria orgânica satisfazendo as suas necessidades e, ao mesmo tempo, desperta as potências das capacidades humanas, engendrando novas necessidades e modificando a sua própria consciência.

Até o momento de eclosão da sociedade burguesa, o sociometabolismo prescrito pelas leis naturais da vida desenvolvia-se como uma relação de troca orgânica entre sociedade-natureza, o tempo metabólico de regeneração dos recursos apropriados do solo pelo homem seguia o tempo necessário de reposição dos ecossistemas. Orientado por esta noção, Marx emprega a palavra metabolismo como “processo natural de produção de troca material [soffwechsel] entre o homem e a natureza” (FOSTER, 2005, p. 222). Mesmo reconhecendo a

existência de contradições nas formações socioeconômicas anteriores ao capitalismo, Marx reconhece no processo de desenvolvimento da sociedade burguesa o momento de ruptura da relação sociometabólica no conjunto dos ecossistemas.

A produção capitalista congrega a população em grandes centros e faz com que a população urbana tenha uma preponderância sempre crescente. Isto tem duas consequências. Por um lado, ela concentra a força-motora histórica da sociedade; por outro, ela perturba a interação metabólica entre o homem e a terra, isto é, impede a devolução ao solo dos seus elementos constituintes, consumidos pelo homem sob a forma de alimento e do vestuário; portanto, ela prejudica a interação da condição natural eterna para a fertilidade duradoura do solo... (FOSTER apud MARX, 2017, p. 219).

A ‘falha’ metabólica descrita por Marx acontece no momento de formação da sociedade industrial burguesa. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista a relação homem-natureza é subvertida. A relação de troca que a comunidade nutria com a natureza fica subjugada à relação capital, que passa a mediar o processo de produção do valor, revelando a supremacia do valor de troca sobre o valor de uso. O resultado desse processo é a alienação dos sujeitos em relação à natureza.

A fratura metabólica dos indivíduos com a natureza é o reflexo direto da separação de homens e mulheres das suas condições objetivas de produção. A conformação do modo de produção capitalista é inaugurada com a violência histórica da expropriação das terras dos camponeses ingleses. Este processo, que se repete posteriormente por todo o planeta, atingindo diferentes formações territoriais, transforma o solo e seus elementos constitutivos em mercadoria e, ao mesmo tempo, converte homens e mulheres de produtores diretos em trabalhadores livres.

A expropriação originária que cria o exército de reserva das metrópoles industriais é consequência, portanto, da libertação de homens e mulheres da natureza, libertação que se dá no caráter de expropriados diretos dos meios objetivos de reprodução da vida. Alienados da natureza, os indivíduos tornam-se trabalhadores livres.

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc. nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc. mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. (MARX, 2017 p.786).

Portanto, para Marx:

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 2017, p.786).

Foi a violenta ruptura metabólica entre os camponeses e a natureza durante a Revolução Industrial na Inglaterra o que engendrou o processo de acumulação. Isto porque, conforme Saito, “após a dissolução da unidade original entre os seres humanos e a Terra, produtores só pode[riam] se relacionar com as condições de produção como uma propriedade alheia” (SAITO, 2021, p. 40). Livres das condições objetivas de produção, os indivíduos têm como única fonte de sobrevivência o seu trabalho, que precisa ser vendido em troca de um salário para assim garantir a sua subsistência. Tal fato determinou a acumulação do capital a partir da extração do mais-valor realizada na expropriação de uma parte da jornada de trabalho não paga. O processo correspondente à dissociabilidade de homens e mulheres com a natureza é o ponto culminante do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, necessidade permanente de realização do capital.

As expropriações, aqui conceituadas como a alienação de homens e mulheres em relação a natureza, vigora no capitalismo como a artéria pulsante da acumulação e da reprodução do capital em escala cada vez mais ampliada. Como Marx deixa em evidência, “o capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor da sua força de trabalho, essa condição histórica compreende toda uma história mundial” (MARX, 2017, p. 245).

O resultado é a alienação da natureza, da atividade, do ser genérico e das outras pessoas – ou simplesmente, a alienação moderna decorrente da aniquilação total do “lado afetivo” da produção. Quando a terra se torna uma mercadoria a relação entre humanos e a terra é radicalmente modificada e reorganizada em prol da produção de riqueza capitalista (SAITO, 2021, p. 59-60).

A alienação humana em relação a natureza cria perturbações de duplo caráter. O movimento contraditório do capital opõe possuidores e despossuídos. Sentenciados a violentas expropriações, estes últimos, lançam a toda sorte a sua força de trabalho para ser explorada pelo possuidor capitalista, neste processo, os trabalhadores livres são coagidos a variados tipos de exploração. No processo de valorização da mercadoria trabalho ficam embutidas jornadas exaustivas, com o preço da força de trabalho, em muitos casos, abaixo do valor necessário para a reprodução diária da própria vida, a consequência deste processo infere ainda em extenuante cansaço mental, conjugando, assim, o consumo dos limites físicos e psíquicos dos trabalhadores

subordinados à relação capital. Estes infortúnios aos quais estão subsumidos os desprovidos das condições objetivas de vida são regulados apenas pelo limite social que a luta de classes impõe. Se homens e mulheres trabalhadores não encontram descanso ao dar movimento ao ritmo de giro do capital, sorte maior não é dada à natureza. A relação capital subordina a natureza ao seu tempo de rotação, subvertendo o seu valor de bem social comum, dando relevo ao processo da valorização dos recursos naturais enquanto mercadoria. Ao ser apropriada e mercantilizada pelo capital, o consumo das propriedades da natureza passa a ser cada vez mais intensificado.

Interpenetrando todos os momentos da produção, o consumo acelerado da natureza provoca permanentes perturbações aos ecossistemas. Obtendo na terra os recursos necessários a produção dos valores e, sendo imperativo ao capital, a acumulação como resultado do processo produtivo (apropriação, produção, circulação, distribuição e consumo), a anarquia metabólica do sistema capitalista coage o processo produtivo a um tempo cada vez mais comprimido. Desta forma, apropria-se da natureza na mesma velocidade em que trabalha para a realização do circuito de valorização do valor, acumulando de forma cada vez mais acelerada. O resultado deste processo é a subordinação do tempo metabólico da natureza ao tempo de rotação do capital, procedendo o exaurimento da capacidade de renovação das propriedades orgânicas da natureza.

Em síntese, o resultado das multideterminações do processo de expropriação (alienação de massas da população em relação a natureza), culminou com a perturbação do metabolismo natural, materializado no consumo incessante e voraz dos recursos pelo circuito de valorização do valor.

Destaca-se que, no sistema do capital, a natureza é transformada em mercadoria, deixando de ter valor de uso e passando a condição de valor de troca; a sua condição é gerar lucro, não para o bem-estar da sociedade humana, mas para a privatização. Não há conciliação histórica possível entre uma produção voltada para o lucro – cuja dinâmica inexorável é a da acumulação do capital, onde perpassa a utilização irracional e ambientalmente incorreta dos recursos naturais. O sistema sociometabólico do capital induz a expansão capitalista para garantir a ampliação da produção de valores de troca (FONTENELE, CONCEIÇÃO, 2021, p. 71).

O que Fontenele e Conceição (2021) evidenciam é que com a mesma voracidade com a qual o capital absorve a natureza ele também se expande, mercantilizando tudo que considera útil ao processo de valorização capitalista. Esse movimento acontece como momento da reprodução das relações sociais de produção, se dando em escala cada vez mais ampliada. Para acumular, é imperativo que o capitalista transforme continuamente uma parte do mais-valor,

extraído do sobretrabalho, em capital, adiantando uma parte do mais-produto para apropriar-se daquilo que é utilizável no processo produtivo, isto é, os meios de produção (matéria-prima, maquinaria e trabalho). A reprodução progressiva do capital, portanto, só acontece na ampliação da apropriação privada da natureza e do trabalho. Ao apropriar-se privadamente da natureza o capital impele a produção e reprodução continuada do espaço, sendo este o meio, a condição e o produto da reprodução sociometabólica do capital. O espaço concreto subjugado à relação capital (mimese da ideologia burguesa, programado para hábitos direcionados à produção e ao consumo) sofre intensa metamorfose, mediado pelo trabalho, como condição imposta pelo movimento necessário à acumulação (CARLOS, 2011).

Decorre dessa determinação que o espaço, sendo consumido pelo capital, é subtraído das massas de camponeses, indígenas, quilombolas e/ou da proteção do Estado, dando elasticidade à massa de trabalhadores livres e, ao mesmo tempo, às relações sociais de produção.

Já que a realização da valorização é a finalidade última do capital, procede fundamentalmente a concentração de riquezas e consequentemente a existência de classes sociais contraditórias, produto imprescindível da realização permanente da acumulação. A reflexão desta síntese, converge a considerarmos que, ao reproduzir-se em escala sempre ampliada, torna-se imperativo ao capital a monopolização de recursos sociais e a recriação permanente das expropriações (FONTES, 2010). Na análise de Fontes (2010), a extração do mais-valor é realizável exclusivamente através do trabalho livre, sendo esta a forma social concreta da existência do capital. Em resumo, ao libertar-se da natureza, o trabalhador livre estabelece a relação concreta que sustenta todo o edifício capitalista, isto é, a recorrente produção do valor pelo trabalho. A clareza deste processo encontra-se no fato de que a existência de trabalhadores livres e despossuídos, dos quais extrai-se do sobretrabalho o mais-valor, constitui a base social primordial para que se possa ocorrer a relação social capital-trabalho. Ainda segundo Fontes:

A acumulação ampliada e o mais-valor só podem existir conjuntamente. Isto é, o capital baseia-se na permanente ampliação da base social que lhe sustenta - a disponibilização massiva dos seres singulares para a venda da força de trabalho sob quaisquer condições, para que um mercado supostamente livre possa se generalizar. A expropriação massiva é, portanto, condição social inicial, meio e resultado da exploração capitalista (FONTES, 2010, p. 27).

A concentração de recursos e a recriação permanente das expropriações caracterizam se, portanto, como duas leis tendenciais do expansionismo capitalista, mas também, como um processo vital a própria existência do sistema metabólico do capital. Nesse sentido, o processo

cumulativo de capitais acontece com base na materialização das mais variadas e perversas expropriações.

A alienação de homens e mulheres em relação à natureza transformou o território camponês e indígena em valor de uso privado, deixando para trás o valor simbólico e comunitário de outrora. Nesse gendarme, o território deixa de ser o lócus da reprodução da vida, das territorialidades autênticas, e se transforma em mercadoria, sendo este mesmo a condição objetiva para a produção e reprodução do capital. Ou seja, foi na expropriação do território do grupo de mulheres e homens subalternos, que o capital encontrou base material para se reproduzir de forma ampliada (PORTO-GONÇALVES, 2004). Destarte, é na apropriação privada dos meios de produção, que o capital se faz, produzindo e reproduzindo as relações sociais capitalistas de produção, ao se apropriar dos recursos da natureza e de todas as relações que mediatizam o trabalho. Conclui-se, portanto, que “concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva.” (MARX, 2017, p. 657). A constante ampliação da base social que sustenta o capital é resultado da expropriação de grandes massas agrárias e só pode existir com a perturbação do metabolismo ecológico.

O que fica evidente, ao fazer a análise do processo cumulativo do capital, é que ele se alimenta da exasperação da natureza e do exaurimento da classe trabalhadora. Embora a construção ideológica do capital sobre sociedade-natureza postule certo dualismo, separando homem e natureza, e colocando esta última como algo exterior à humanidade. Para o capital, homens, mulheres e natureza se apresentam como uno, instrumentos reificados e exteriores do qual se apropria como engrenagem simples do processo de acumulação (SMITH, 1988). Nessa mesma perspectiva concordamos ainda com Fontenele e Conceição (2021), ao refletirem que:

Na lógica do mercado competitivo a natureza só interessa na medida em que pode ser convertida em valor monetário. Nessa perspectiva, o ar, a água, o solo, a floresta e os animais não são elementos fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico, nem elementos fundamentais na manutenção da vida social, são um conjunto naturalmente produzido de matérias-primas, meios e condições que podem ser utilizados para acumulação única da quantidade que conta, a monetária (FONTENELE, CONCEIÇÃO, 2021, p.78).

O complexo arranjo que sustenta o desenvolvimento do capitalismo transfigura-se na destruição continuada do espaço, exasperando todos os recursos orgânicos encontrados na terra pela introdução no célere circuito capitalista. Isto significa que a reprodução progressiva do capital acelera o processo de mercantilização e consumo dos recursos da natureza, portanto, falar em crise ambiental é pôr em flagrante o próprio modo de apropriação e reprodução do capitalismo; é a lógica da acumulação que reifica a natureza e a aliena em forma de valor.

“Logo, a crise de acumulação capitalista deve ser entendida como uma crise ecológica” (FONTENELE, CONCEIÇÃO, 2021, p. 71).

A lógica do desenvolvimento no capitalismo é uma lógica geográfica, que condiciona o espaço ao modo de produção do capital, derrubando barreiras naturais e se apropriando de porções amplas do globo. Em momentos de saturação da taxa média de lucro e as consequentes crises do capital, o escape para reavivar as taxas de acumulação está na busca de novos territórios do qual possa se apropriar do trabalho e dos meios de produção dos quais ainda não tenha tomado posse. Isto significa que a mobilidade do capital orienta uma apropriação/reprodução continuada do espaço, de modo a manter a taxa média de lucro e superar os momentos de crise. Portanto, entendemos que o sistema metabólico do capital tem se alimentado da degradação, do saque e da pilhagem dos ecossistemas. Desta forma,

[...] fica transparente o entendimento da relação sociedade-natureza, na qual está estabelecida a crise ambiental contemporânea e está tecida a análise da estrutura social, que a cria e é criada a partir do sistema econômico capitalista. Um sistema e uma sociedade que negam o homem enquanto natureza, remetem a crise ambiental a partir de uma concepção de natureza desumanizada posta no mercado de ativos econômicos (FONTENELE, CONCEIÇÃO, 2021, p. 72).

O saque da natureza pelo capital está na gênese da crise ambiental. Para continuar mantendo as taxas médias de lucro foi fundamental que a fronteira do capitalismo continuasse avançando dentro e fora das suas delimitações. Entretanto, com as fronteiras do capitalismo praticamente superadas, sem encontrar mais espaço para onde expandir, como superar as cíclicas crises de superacumulação? A resposta tem sido a exportação de capital por meio do crédito, combinada com a reestruturação produtiva do espaço, isto é “uma intensificação – [potencializando] as condições de produção já dadas” (BOTELHO, 2013, p. 3).

A potencialização dos meios de produção se materializa no espaço e dão a ele nova morfologia e dinâmica a partir do trabalho. A lógica da reestruturação produtiva acontece a partir da expansão geográfica externa, onde o movimento do capital ainda não atingiu seu estágio superior, mas também internamente, materializando as virtualidades produtivas do modo de produção capitalista. Em resumo: os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos e essas configurações são por natureza bastante diversificadas.

Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande

parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra (HARVEY, p. 120, 2011).

Fazendo um resgate histórico, a reprodução ampliada do capital, própria do sistema capitalista, passa a se dar de forma mais acirrada com a reestruturação sistêmica capitalista arrolada em meados do século XIX, com a superação da fase do capitalismo concorrencial, e a emergência do capitalismo financeiro e monopolista, conformando a etapa superior do capitalismo, explanada por Hilferding (1985) em ‘o capital financeiro’, Rosa Luxemburgo (2021) no ‘a acumulação do Capital’ e Lênin (2011) na sua obra ‘o imperialismo, etapa superior do capitalismo’. Em resumo, compreende-se a partir das leituras citadas, que o capitalismo passa por uma transformação qualitativa em meados do século XIX, quando erige a etapa imperialista do capitalismo, a qual Lênin caracteriza como a concentração de capital nos bancos a disposição dos industriais como forma de crédito, o que leva a tendência monopolista da produção. Nesse sentido, “o que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital” (LÊNIN, 2011, p. 180); Ainda, segundo Lênin, nessa etapa o capitalismo caminhou da fase mercantilista colonialista à “partilha do mundo entre associações de capitalistas” (LÊNIN, 2011, p. 218), que encontraram, na conquista do território subordinado, recursos naturais e força de trabalho ocioso, prontos à conversão do mais-valor em capital, incorporando numerosos países capitalistas atrasados na dinâmica do capitalismo monopolista. Logo:

Os capitalistas buscavam conquistar a reprodução ampliada do capital – ainda que nas economias nacionais não estivessem encerradas as possibilidades de alcance do lucro médio - através do investimento produtivo em outras nações – majoritariamente, em nações de economias mais atrasadas, diante da complacência de seus Estados, e do forte protecionismo das economias capitalistas – e investimentos em atividades financeiras. Tratava-se da emergência da fase imperialista do capitalismo (LIMA, 2015, p. 149).

A partilha do mundo, com o soerguimento imperialista do capitalismo, assalta à terra, a natureza e o trabalho em escala ampliada, levando a expropriação violenta de camponeses e comunidades tradicionais, do qual participa do assalto um associado de países capitalista hegemônicos. É nesta fase em que se arraiga as formas mais radicais da acumulação primitiva, que faz do mundo a sua mercadoria.

Desde a partilha dos territórios por um associado de países capitalistas hegemônicos no início do século XX (LÊNIN, 2011), há uma constante ampliação da territorialização do capital,

o que levou a mundialização da extração do mais-valor, sobretudo a partir de 1970, quando insurge a produção de um capitalismo flexível e horizontalizado, provenientes da insurreição da revolução nos meios de transportes e da comunicação. Essa etapa do capital, passou a caracterizar-se a partir da década de 1980, segundo Chesnais (1996), pelo investimento externo direto (IED), suplantando a troca de mercadorias inter-nações como vetor principal do processo de internacionalização.

Os papéis dos IEDs tornam-se determinantes nos setores de serviço, tão quanto no processo produtivo. O fator crucial evidenciado por Chesnais nessa etapa deu relevo ao fato de que “[...] hoje o determinante essencial da globalização é a transformação em profundidade do modo predominante de organização do trabalho” (CHESNAIS, 1996, p. 27). O resultado dessas novas organizações combinadas com a desregulamentação e as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias, duplicam a capacidade da mobilidade do capital. “Agora o capital está à vontade para pôr em concorrência o preço da força de trabalho, atuando pela via do investimento ou pela terceirização” (CHESNAIS, 1996, p. 28).

A reestruturação que germinou a mundialização do capitalismo da década de 1980 não significou o fim da história nem da geografia dentro dos limites territoriais onde o capitalismo se estabeleceu como sistema dominante. Para continuar mantendo as taxas médias de lucro foi fundamental que a fronteira do capitalismo continuasse avançando dentro e fora das suas delimitações. Nesse gendarme, concordamos com FONTES (2010), ao conjecturar a partir de Marx que;

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (FONTES, 2010, p. 44).

Portanto, a forma financeirizada do capitalismo soergue os modos mais radicais de apropriação da natureza, configurando a recriação permanente das expropriações. Este movimento dá espaço a financeirização dos ecossistemas e enraíza a superexploração do trabalho.

1.1 A recriação permanente das expropriações na acumulação mundializada de capitais

Até aqui ponderamos que a racionalidade apátrida do capital-imperialismo contemporâneo expandiu as relações sociais do modo financeirizado de produção para os espaços mais longínquos, com a finalidade de barganhar a taxa média de lucro. Tal expansão alterou o modo de vida e a relação sociedade-natureza ao subjugar o cotidiano ao ritmo da valoração do valor, tornando todos os espaços e momentos da vida em tempo produtivo. O caráter imperialista da expansão impulsionou uma ativa concentração e mobilidade de capitais, mas quais os movimentos concretos que a lógica do capital imperialismo contemporâneo aciona? A dualidade do movimento do capital portador de juros e do capital produtivo apresenta a resposta para esta questão.

As expropriações que se seguem da apropriação privada da natureza aparecem como o resultado concreto desta relação. Ao desnudar o fetiche do capital portador de juros que valoriza a si mesmo, conseguimos orientar a nossa reflexão sobre o movimento concreto da valoração do valor. A esse respeito é salutar a reflexão que propôs Virgínia Fontes (2010), ao considerar os lucros do capital portador de juros como resultado direto da reprodução das relações sociais de produção, concatenadas pelo capital funcionante. Pois, como também conjectura Selfert et. al. (2023) os mercados financeiros têm dominado cada vez mais:

[...] a economia real, ou seja, a economia produtiva [...] isso significa, por exemplo, que os alimentos e a terra são concebidos cada vez mais como ativos financeiros, e não como bens comuns e direitos humanos (SELFET et. al, 2023, p. 20).

O que se conjectura, na verdade, é a ampliação do controle dos recursos naturais e do trabalho, fator impulsionador da expansão das relações sociais de produção do modelo financeirizado do capitalismo, capaz de mobilizar concretamente a elasticidade das expropriações e da submissão da natureza ao movimento rotativo do capital. Fontes (2010), chega a tal conclusão partindo de um esmiuçado exame do que Marx demonstrara no livro III de O Capital. Para Marx (2017), o lucro emana, exclusivamente, da “substância social comum a todas as mercadorias” realizadas sob o capitalismo, isto é, da parte da jornada social do trabalho não paga.

Ao comprar a mercadoria trabalho, o capitalista apropria-se do mais-valor estabelecendo uma relação reificada com os trabalhadores, engendrando o uso da força de trabalho para além da quantidade de tempo necessário revertido em capital variável. Partindo desta premissa, Marx chega à conclusão de que o lucro provém tão-somente do trabalho excedente. O pressuposto

nessa articulação é de que a taxa de lucro está diretamente relacionada à taxa de exploração do trabalho.

Nesse sentido, a taxa de lucro se relaciona e se apresenta como expressão da sua relação com o capital social orgânico, utilizado no processo de produção de uma determinada mercadoria. O sobretrabalho é, portanto, a única fonte de manutenção do ciclo cumulativo de capitais. A relação concreta desta dinâmica materializa-se na constante necessidade de trabalhadores livres dos quais o capitalista possa extrair o mais-valor e assim obter lucro, mesmo quando o modo de acumulação é fiduciário. A fetichização do capital monetário portador de juros oblitera a participação direta que este tem na expansão das relações sociais de produção, fazendo crer que o sistema creditício escapou a lógica produtiva e reprodutora do capital, conseguindo obter vultosos lucros, estando fora do circuito do capital funcionante. Pensar assim, no entanto, é um equívoco, pois, toda riqueza social provém do trabalho, mesmo a parte correspondente ao capital portador de juros. O que distingue o capital funcionante do capital monetário é apenas a mudança de forma que o valor realiza no processo de circulação total do capital.

A mudança de forma não se refere, no entanto, à dimensão do valor, cuja a multiplicação diz respeito, antes de tudo, ao conteúdo do processo de exploração; assim como essa alteração pertence ao processo de produção, a mudança da forma pertence ao processo de circulação. Na sociedade produtora de mercadorias, o valor só pode, no entanto, assumir duas formas: a forma de mercadoria ou a forma de dinheiro (HILFERDING, 1985, p. 72).

Resgatando de forma breve os determinantes que inauguraram o capital-imperialismo contemporâneo, podemos aclarar que a fusão do capital industrial com o capital portador de juros arrolou a superação da fase concorrencial do capitalismo, visto que os bancos passaram a drenar vultosas vantagens em forma de crédito para o capital funcionante, tornando este cada vez mais concentrado e monopolista. Em contrapartida, o capital funcionante passou a abastecer o capital financeiro através do pagamento de abundantes taxas de juros. A lume deste processo é preciso considerar que o capital portador de juros metamorfoseado em capital produtivo assume apenas uma mudança de forma da sua origem, que é única e exclusiva.

Os juros, ou a remuneração do capital convertido em mercadoria provém de uma parcela extraída do mais-valor por outros capitalistas, cuja a atividade destina-se a extrair sobretrabalho. Portanto, os juros são uma parte do lucro produzido no processo de produção do capital funcionante. Desta forma, o capital que é vendido a juros é resultado da expansão do capital funcionante (FONTES, 2010, p. 23).

É ilusório pensar o capital sob a forma monetária como constante, o valor de uso deste capital está na sua capacidade de inversão em capital funcionante, objetivado na energização da expansão do processo global das relações sociais de produção capitalistas, impelindo a realização permanente do percurso D-M-D' em escala progressiva.

Atentando para o ciclo que o capital realiza desde a sua origem enquanto capital monetário, é preciso dar clarividência ao fato de que a fórmula D – D' deriva da valorização do valor no processo produtivo da mercadoria, significando que a valorização do valor monetário por si mesmo é apenas a forma fenomênica da totalidade do processo. Nesse sentido, Marx considera que:

Com base na produção capitalista, o dinheiro – aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias – pode ser convertido em capital e, mediante essa conversão, deixar de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada quantidade de trabalho não pago, de mais-produto e mais-valor, e de apropriar -se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria sui generis. Em outras palavras, o capital como tal torna -se mercadoria (MARX, 2017, p. 385, L III).

Em termos concretos, o capitalista monetário impulsiona ativamente o capital funcionante vendendo a mercadoria capital, objetivando ganhos futuros. Nesse sentido, Marx chama atenção a compreensão de que “a parte do lucro que ele lhe paga chama – se juros, que não é mais do que um nome especial, uma rubrica para designar uma parte do lucro que o capital ativo, em vez de colocar em seu próprio bolso, precisa pagar ao proprietário do capital” (MARX, 2017, p. 386). A inversão do capital portador de juros em capital funcionante energiza a concentração e acumulação do capital produtivo e monetário, ampliando a extração do mais-valor, garantia de remuneração das duas formas de capitais, por isso “o proprietário de capital monetário exige do capitalista funcionante crescente eficácia nessa extração, de maneira a remunerar tanto o próprio capital funcionante como o capital monetário, ou, ainda, o capital tornado mercadoria” (FONTES, 2010, p. 24).

O papel das instituições financeiras soerguidas do capital-imperialismo e monopolizadoras de abissais massas monetárias é garantir a conversão do trabalho morto (capital monetário) em trabalho vivo (capital ativo), visto que esta última se manifesta como condição exclusiva da criação do valor, desta forma, estas agências materializam-se socialmente como extratoras de mais-valor (FONTES, 2010). A fórmula pura D-D' não passa,

portanto, de um fetiche que escamoteia o chão social da extração de mais-valor, garantia exclusiva do pagamento dos juros ao capital monetário (FONTES, 2010).

Cada capitalista em particular, originalmente proprietário dos meios de produção, precisava extrair cada vez mais, mais-valor, empurrado pela concorrência. Ainda quando os bancos ocupavam uma posição de viés usuário, os capitalistas precisavam poupar os lucros extraídos do mais-valor para conseguir expandir o seu ciclo produtivo e diversificar a sua produção. Com a transformação do papel dos bancos em bancos de crédito, caracteristicamente capitalista, acelerou o processo expansivo da produção. De entesouradores usuários, os bancos se transformaram em coadjuvantes da exploração capitalista. Historicamente, isso impulsionou expansão ainda mais acirrada e acelerada da forma valor e da dinâmica propriamente capitalista, que é a extração do mais-valor do trabalho livre (FONTES, 2010, p. 27-28).

Ao conformar-se em relações sociais de produção, o capital monetário perde total controle sobre o que e como é produzido, o que o une ao capitalista funcionante é a pura e simples propriedade do capital. Em sentido exato, o que preocupa o capitalista monetário não é o tipo de relação ao qual o capitalista funcionante submete as forças produtivas e os meios de produção, o seu zelo reside meramente no retorno das taxas de juros do capital adiantado em forma de crédito. Seguindo este raciocínio:

Na condição de crédito capitalista, ele o lança em circulação apenas para extrair mais dinheiro; lança-o em circulação como capital monetário para transformá-lo em capital produtor. Com isso, ele amplia o volume da produção, uma ampliação que deve ser precedida do volume de circulação. Essa ampliação se realiza sem a intervenção de novo dinheiro, o aproveitamento exclusivo do existente, mas ocioso para fins de circulação (HILFERDING, 1985, p. 91).

Para garantir o movimento permanente de retorno remunerado do capital monetário é imperativo que o capital funcionante seja ampliado. A isto corresponde a reprodução em escala ampliada das relações sociais de produção capitalistas. Nestes termos, o aumento progressivo do capital não se configura na pura e simples virtualidade fictícia, mas nas relações concretas que estabelece com o espaço e seus elementos constitutivos, ou seja, na alienação e/ou monopolização permanente do trabalho e da natureza, expropriando ou recriando processos contemporâneos de expropriações.

Quando, em momentos de crise, a acumulação fica comprometida em decorrência de uma crise geral de produção, a reprodução ampliada sofre um breve congelamento, em consequência, é arrolada uma queda na taxa média de lucro, por outro lado, a lei contra tendencial do capital prova que este é apenas o estado que antecede o acirramento da ampliação do capital em escala progressiva.

Em momentos de crise estrutural do capital, a superexploração da natureza e da humanidade é intensificada. Num primeiro momento esta afirmação pode parecer contraditória, visto que a crescente e ininterrupta composição orgânica do capital, ao dar um salto qualitativo irrompe uma ‘paralisia’ momentânea da produção, criando um conjunto de trabalhadores e de capital excedentes. Em termos didáticos, isto significa que a inversão constante de capital em máquinas e novas tecnologias potencializa a produção de mercadorias com a redução do capital variável, ocorre que, nesse processo, ao mesmo tempo em que há a redução do custo com trabalhadores aumenta o custo com a composição orgânica. A contra tendência desse itinerário resulta na queda da extração do mais-valor, de onde o capitalista afere o lucro médio. Decorre desta sequência a queda na taxa média de lucro e a criação de obstáculo à reprodução ampliada. Nesse sentido, Marx (2017, L III) esclarece, sobre a lei tendencial na queda da taxa de lucro que, mesmo mantendo a taxa de mais-valor, com a exploração constante da força de trabalho, se a composição orgânica do capital sofre alterações crescentes, a tendência da taxa de lucro é decrescer. No entanto, a astúcia capitalista encontrou a fórmula de escape à queda na taxa média de lucro.

Seguido de um breve momento de hiato na reprodução ampliada, a barganha média sobre o mais-valor é recomposta com o capitalismo galvanizando uma tal mobilidade do capital capaz de expandir as relações sociais de produção de modo mais intenso àquele que era realizada no momento pré-crise. Ou seja, a contra tendência à crise acaba por conformar a exportação de capital. Em outras palavras, a lei tendencial da queda da taxa de lucro deriva a produção e extração de mais-valor fora das suas fronteiras de origem, refugiando-se em terras onde exista uma significativa população relativa e força de trabalho que possa explorar. Este movimento permitiu (e continua a permitir) ao capitalista recompor e até mesmo alavancar a sua taxa de lucro. Em resumo, a acumulação mundializada de capitais é o contragolpe a lei da queda tendencial da taxa de lucro, uma resposta à crise do próprio capital.

As relações concretas desta mobilidade são materializadas na derrubada de barreiras naturais e na apropriação privada da vida e dos domínios ambientais em escala global. A acumulação acelerada que a queda na taxa de lucro engrena soergueu a fase imperialista correspondente a mundialização do capital sob a forma financeirizada. O processo expansionista foi possível devido à concentração de grandes massas de capital monetário colocadas em movimento através do capital funcionante, que passou a expandir em escala sempre crescente as relações sociais de produção. Como lei tendencial do capitalismo, a superacumulação do capital tem impulsionado de forma intermitente a derrubada de barreiras

espaciais e virtuais, obtendo vantagens de uma população relativa que ela mesma cria. Nesse sentido,

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital (FONTES, 2010, p.42).

Fundamentada em Marx, Virgínia Fontes (2010) evidencia que a condição basilar para a conversão da mercadoria dinheiro em capital é a expropriação e a disponibilidade crescente da população como forma de trabalhadores "livres". Nesse viés, torna-se inequívoco que as expropriações constituem um processo permanente da constituição da expansão da base social capitalista.

Expandir relações sociais capitalistas corresponde, portanto, em primeiro lugar, à expansão das condições que exasperam a disponibilidade de trabalhadores para o capital, independentemente da forma jurídica que venha a recobrir a atividade laboral de tais seres sociais. A expropriação primária, original, de grandes massas campesinas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários) permanece e se aprofunda, ao lado de expropriações secundárias, impulsionadas pelo capital-imperialismo contemporâneo [...] (FONTES, 2010, p.44).

Portanto, as expropriações repousam como exigência da conservação deste sistema, a manutenção da taxa de lucro é dependente da reprodução em escala sempre crescente da população relativa, disponível para a venda da força de trabalho, de forma que possa realizar a reprodução cotidiana da sua própria vida. A este respeito é necessário considerar as expropriações como movimento embutido na própria mobilidade do capital, não se limitando a uma forma arcaica da acumulação originária, mas a um processo permanente recriado ininterruptamente dentro das próprias sociedades capitalistas.

Menos, portanto, do que um retorno a formas arcaicas, as novas expropriações (somadas à permanência das expropriações primárias) demonstram que, para a existência do capital e sua reprodução, é necessário lançar permanentemente a população em condições críticas, de intensa e exasperada disponibilidade ao mercado. Em que pesem as intervenções de neoconservadores ou de pós-modernos, que consideraram terminada a época do "trabalho", a velocidade e extensão das expropriações dizem o contrário (FONTES, 2010, p. 47).

A mobilidade do capital combinado à exploração do trabalho e da natureza revelou o potencial agressivo das expropriações contemporâneas, como aponta Virgínia Fontes (2010, p.59):

As expropriações contemporâneas tornaram-se extremamente agressivas e revelam-se potencialmente ilimitadas, ainda que colocando em risco a existência humana. Evidenciam que a própria dinâmica capitalista impõe converter características humanas, sociais ou elementos diversos da natureza em formas externalizadas à existência humana, erigindo-as em barreira ao capital de maneira a elaborar um discurso da urgência, moldar argumentos de persuasão e, finalmente, consolidar apetrechos coercitivos para destruir/expropriar tais características, apropriando-se de novos elementos, seja para monopolizá-los, ou para produzir novas atividades capazes de produzir valor, resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas da vida social e humana.

A financeirização da produção acirrou ainda mais este processo, dando capilaridade a expansão do modo flexível de acumulação, transformando em ativos financeiros os domínios ambientais. Partindo deste princípio é salutar considerar que a condição pós-moderna erigida na transição para a acumulação flexível da década de 1970, reestruturou o modo de produção e as relações de trabalho, mas também reorganizou as próprias práticas da vida social, cultural e a da relação sociedade-natureza.

1.1.2 A crise ecológica e a reestrutura produtiva do capital: financeirização e monopolização do espaço

A fluidez que ganha o espaço na acumulação flexível traz mudanças significativas da sua compreensão e apropriação. Com a transição do fordismo para a acumulação flexível conforma-se a terceirização da produção (antes concentrada nos países de capitalismo avançado) para os países periféricos, realizando e aprofundando a divisão social do trabalho e a regionalização, desestruturando com isso a produção verticalizada do fordismo e passando a uma organização mais horizontal em que países (antes apenas importadores) tornam-se também produtores, ainda que a centralização financeira não tenha sofrido alterações. Essa conjuntura, resultado da reestruturação do capitalismo do final do século passado, acelerou o tempo de giro do capital, implicando na aceleração dos processos de trabalho e, em contrapartida, na aceleração do tempo de uso e troca das mercadorias (HARVEY, 2007).

A volatilidade do consumo e do descarte no capitalismo flexível ocasionou o acirramento do avanço do capital sobre a natureza; apropriada privadamente, as empresas globais territorializam a produção em países onde consigam extrair elevadas taxa de lucro com a superexploração do trabalho, ao mesmo tempo internacionalizam as fontes de matéria-prima colocadas à disposição da mercantilização, dando envergadura a divisão internacional do trabalho. Quando não territorializam a produção, monopolizam o território, subordinando o trabalho e a relação homem-natureza a padrões centralizados, engendrando processos de

expropriação contemporânea, como evidenciou Virgínia Fontes. Sob a relação-capital, indiferente das circunstâncias, homens, mulheres e natureza aparecem como mercadorias ou ativos financeiros, nesse sentido:

A natureza é apropriada como importante mercado em expansão na forma concreta intensificada com os aportes tecnológicos a partir do valor-mercadoria transformado pelo trabalho e sob forma financeirizada, através do mercado financeiro. Na sua forma abstrata, a partir da economia financeirizada, a abstração se dá no processo de valorização do capital, estabelecida em ativos de créditos na balança comercial mundial, que dá vida e aquece o mercado verde (FONTENELE E CONCEIÇÃO, p. 74).

Sobremaneira, a ecologia toma o caráter de coeficiente de produção, subvertendo o valor da natureza em mercadoria e ativo financeiro, desta forma, o seu valor se encontra não no fato irremediável de ser condição e meio da própria existência humana, mas na sua capacidade de mercantilização, sendo negociada como commodity nas bolsas de valores e na forma de economia verde. Nesse sentido, o controle social de conservação da biodiversidade cai sob a responsabilidade de grupos que compõem sociedades anônimas de acionistas, gerida por uma aliança internacional da burguesia, ocorre que até mesmo a conservação de áreas florestais, quando acionada sob a forma de economia verde, calha com o artifício da financeirização, ou seja, o amparo ecológico como ativo financeiro resulta em vultosos lucros, estes por sua vez acabam por financiar, logo em seguida, a reprodução ampliada do modo de produção capitalista e novos processos de expropriações.

Com o crédito objetivado na pulsão exponencial do capital funcionante sobre áreas cada vez mais extensas, a financeirização do modo capitalista de produção finda por financiar o espólio gradativo da natureza em troca de lucro, a pilhagem a qual a relação-capital submeteu a biodiversidade, resultou, já nos finais do século XX em uma espetacular mundialização da crise socioambiental. Por isso, compreendemos que falar em crise ambiental é apenas uma outra forma de conversar sobre a financeirização do capital em escala ampliada. O comportamento compulsivo do capital acelerou a divergência entre sociedade e natureza, arrolando uma ruptura metabólica entre ambos, impossibilitando a coexistência entre a lógica do tempo de giro do capital e o tempo da natureza, o que tem ocasionado diferentes transtornos manifestos em desastres ambientais e humanos (FONTENELE, CONCEIÇÃO, 2021).

É salutar destacar que os países centrais transferiram aos países periféricos a maior parte dos prejuízos da crise socioambiental. Neste sentido, estes países, ao darem refúgio ao capital ocioso, acabaram promovendo a extirpação dos meios sociais de produção da população pobre. Na etapa iniciada em 1980, com o consenso de Washington, os países periféricos foram

obrigados a responder o contrato de dívida pública com a extirpação quase total das fronteiras internacionais e naturais.

No Brasil, o despojo das condições objetivas do povo oprimido ganha celeridade com a expropriação das áreas de mineração, que logo são privatizadas durante a década de 1990, mais adiante o avanço da fronteira agrícola da monocultura sobre territórios indígenas e camponeses é intensificado, mobilizando um processo permanente de expropriações primárias e secundárias que avança no século XXI a partir de um sistema de dívidas, que atua nos países periféricos a partir apropriação da renda da terra que, no capitalismo financeirizado atua na retirada de vantagens da natureza modificada pelo trabalho.

O novo padrão de acumulação da década de 1990 promove o oligopólio dos recursos naturais realizável na fusão entre renda e lucro, onde o capital produtivo se funde ao capital monetário, aumentando o investimento do capital financeiro em circulação, mesmo entre a população proletarizada e camponesa, colocando a classe trabalhadora “em situação na qual enfrentam o capital como trabalhadores nas fábricas e como devedores na vida cotidiana” (Lapyda, 2016, p. 333-334). Nesse sentido, a expansão dos títulos de dívida pública já não era suficiente para abastecer um mercado financeiro em crise, uma vez que a mundialização do capitalismo financeiro já havia abarcado a totalidade do mundo capitalista, sendo imperativo a proliferação dos produtos financeiros, com a criação massiva do crédito, produzindo novos modos de espoliação e expropriação financeira sobre a renda e o salário dos trabalhadores, a partir de taxas e juros (Lapyda, 2016). A partir dos estudos mais recentes de François Chesnais, Lapyda evidencia que:

Desde os anos de 1980, a concentração e centralização do capital industrial e do *financial capital* tornaram-se, então, indissociáveis (embora não indistintas). Desse modo, a financeirização diz respeito tanto às finanças como à produção: liga-se, decerto, ao aumento do capital de investimento financeiro em circulação, mas também a um processo de oligopolização crescente do capital (em todas as suas formas) em escala mundial, sendo as atividades financeiras um de seus veículos e modos de reprodução fundamentais (Lapyda, 2016, p. 334).

Sob lógica semelhante, no setor de recursos naturais, ocorre a fusão entre renda e lucro financeiro, observando a receita extraída da propriedade da terra somada à exploração do trabalho. Nesse sentido, obtém-se “um lucro extra [*surplus profit*] baseado simultaneamente na posse de recursos naturais e na eficiência e brutalidade da organização capitalista da extração” (Lapyda apud Chesnai, 2016, p. 335).

A reestruturação da década de 1980, arregimentada na tecnologia e na fluidez do espaço, galvanizou a intensificação do monopólio dos recursos naturais, efetivando a difusão do

capitalismo monopolista, reunindo “dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial” (OLIVEIRA, 2016, p. 99). Mundializado o capital, onde não se territorializa, monopoliza o território, submetendo povos aos modos de produção e espoliação da atual fase do capitalismo financeiro.

No processo de ampliação escalar da forma fiduciária do capital, imperativo da monopolização oligopolista, os recursos naturais, como objetos do trabalho, são consumidos de uma forma cada vez mais célere. Como nos ensina Marx:

A terra (que, do ponto de vista econômico, também inclui a água), que é para o homem uma fonte originária de provisões, de meios de subsistência prontos, preexiste, independentemente de sua interferência, como objeto universal do trabalho humano. Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho (MARX, 2017, p. 256).

Como já evidenciamos aqui, a terra e todos os recursos do qual dispõe, são a fonte exclusiva dos meios de produção e, inseridas no processo produtivo, acabam por serem consumidas como matérias-primas na elaboração das mercadorias e a compor uma crescente integração dos fluxos do mercado financeiro mundializado. A água, por exemplo, tem se tornado a matéria auxiliar estratégica da produção agrícola e, ao mesmo tempo, é vendida engarrafada como mercadoria. A injunção territorial da robótica associada a biotecnologia promovida nos territórios monopolizados pelo capital certifica a celeridade do processo produtivo e do consumo desse e de muitos outros recursos naturais considerados úteis à valorização. Nesse sentido, a monopolização do espaço agrário pelo capital tem acontecido na financeirização da produção agrícola, seja em grandes latifúndios ou em pequenas propriedades.

Para obter uma renda diferencial da terra é imperativo a transformação das condições naturais do solo, principalmente onde as condições pedológicas são desfavoráveis. Ao tornar a terra mais produtiva, a produção é barateada, elevando o mais-valor (MARX, 2017). No capitalismo contemporâneo, como já foi observado, a aceleração da produção agrícola tem sido realizada a partir da fusão entre capital produtivo e financeiro. No caso brasileiro, mais especificamente na região Nordeste, os IEDs têm sido atraídos por um novo recurso, a água. Como matéria auxiliar da produção e como produto mercantil, a água vem a orientar a construção das redes de transposição dos rios perenes que cortam o nordeste seco, potencializando no semiárido nordestino a reprodução continuada do espaço como instrumento da ampliação escalar do capital e de obtenção da renda diferencial da terra.

A crise ecológica contemporânea, que acompanha a necessidade de armazenamento de água como solução a um futuro desertificado e estéril, cenário alarmado nos relatórios das Organizações Unidas, permitiram a inauguração de canais artificiais no semiárido nordestino, anunciados como a redenção socioeconômica da região e política sustentável do novo paradigma de desenvolvimento, colocado em marcha pelas agências multilaterais a partir da década de 1990, sob o estigma do desenvolvimento sustentável.

**SEÇÃO 2: A RETÓRICA DA SUSTENTABILIDADE E O MONOPÓLIO DO
CAPITAL NA CANALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO**

2. O DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ATRAVESSANDO A CANALIZAÇÃO DAS ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO EM ALAGOAS

Entender o processo de espacialização da transposição das águas do São Francisco no semiárido alagoano exige voltar-se para a reestruturação produtiva do capital da década de 1970 e os debates acerca da crise ambiental, elevados na mesma década. A relação dialética que se impõe a partir desses dois pontos de inflexão atravessa os desdobramentos das políticas de desenvolvimento na América Latina, em especial no Brasil, solevando políticas de ajuste fiscal e espacial, irrompidas da regulação especulativa do capital financeiro. O movimento candente das multideterminações que se impõem nascem do aumento do custo da produção, com a elevação do preço do barril de petróleo e do cenário futuro de escassez, dado o ritmo de consumo durante a fase do *welfare-state* nos países centrais, ocasionando queda na taxa de lucro do setor funcionante, derivada de um maior valor de adiantamento no processo produtivo. Ainda nesse cenário, a questão ecológica se impõe como um problema efetivo, tomando contornos importantes na agenda política-econômica internacional do insurgente pensamento neoliberal.

2.1 Da emergência da crise climática ao novo pacto do capital-imperialismo no Brasil

A adoção de uma política regulatória de Estado, sustentada na proteção da acumulação capitalista após o *crash* de 1929, revigorou o mercado até meados da década de 1960. Nesses termos, o Estado americano, ao optar pela via do keynesianismo-fordismo, suplanta o liberalismo da década de 1920 por um novo modelo de partilha do capital, objetivado no incremento do salário dos trabalhadores das indústrias, ampliando o seu poder de consumo. A racionalização da produção, associada ao baixo preço do petróleo, possibilitava a oferta de mercadorias a baixos custos, fortalecendo a política do ‘capitalismo popular’, que enxergava no proletariado um portador da força de trabalho e um consumidor (PORTO-GONÇALVES, 2018). Ao mesmo tempo, à medida que mais Estados ficavam subsumidos a regulação keynesiano-fordista de acumulação, maior era a explosão do tráfego movido a petróleo e mais intensivo se tornava o extrativismo dos recursos primários utilizados no processo produtivo. Era o momento de arrebentamento do capitalismo fossilista, da reificação da natureza, instrumentalizada e exteriorizada, não considerada em seus limites. Esse modelo de acúmulo de capital, no entanto, é minado com a crise do petróleo, tornando conveniente ascender os

debates sobre a dependência dos combustíveis fósseis e as consequências ambientais do fossilismo fordista.

Nos termos da crise que se impunha e antes mesmo da explosão da crise do petróleo, em 1973, é lançado o relatório do Clube de Roma, intitulado ‘Limites do Crescimento’, acompanha o relatório a realização da conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano. Estes dois eventos marcam uma mudança qualitativa nos desdobramentos seguintes das políticas de Estado para o desenvolvimento capitalista.

De viés malthusiano, o clube de Roma lança preocupações sobre o crescimento da população mundial e o depauperamento dos recursos naturais. O objetivo do relatório estava em questionar os esforços para industrialização dos países periféricos e os limites ecológicos do modelo de acumulação fordista, questionando, assim, as políticas de desenvolvimento nos países latino-americanos, que nunca tinham experimentado o estado de bem-estar social dos Estados imperialistas. Contraditoriamente, o relatório não fazia menções aos Estados Unidos, nem questionava a assimetria da pressão sobre os recursos entre países de capitalismo avançado e periféricos; debatia, apenas, a dependência e o cenário de esgotamento dos bens não renováveis, dando inviabilidade à universalização do modelo keynesiano-fordista de desenvolvimento. Para o Clube de Roma, os limites para a ampliação do mercado não seriam econômicos, mas sim ecológicos (FURTADO, 1974).

A crítica do Relatório de Roma ia em direção a expansão do *American Way Of Life*, que revolucionou a sociabilidade do padrão de acumulação capitalista, forjando uma crescente demanda por bens duráveis ao integrar o operariado ao mercado de consumo. Fora de julgamento, no entanto, estava o modelo imperialista de acumulação dos Estados Unidos, pois, à medida que o mercado consumidor interno se expandia, maior elasticidade ganhavam as fronteiras de pilhagem da natureza a serviço da indústria estadunidense. Ao mesmo tempo, o relatório negligenciava que a generalização do padrão de consumo estadunidense, dentro dos marcos de desenvolvimento do capitalismo dependente dos países da periferia global, era uma contradição em si mesmo. Nesse sentido:

[...] as condições estruturais do próprio mercado mundial impedem a generalização e homogeneização do modelo cêntrico, portanto, o limite não é apenas ecológico. Ao contrário, a evolução do desenvolvimento econômico capitalista tem criado, recriado novas diferenças e contradições. Uma delas diz respeito exatamente aos privilégios de uma minoria que sempre se beneficiou do crescimento econômico, em detrimento da miséria da parcela majoritária da população mundial, que se expressa no consumo desenfreado que pode colocar em risco a reprodução futura da própria humanidade (Vieira, 2017, p. 70)

Sem maiores críticas ou intervenção, no entanto, o fordismo passou a ser o modelo de acumulação dos demais países de capitalismo avançado da Europa, ampliando a escala da dependência de matérias-primas, além disso, “as tentativas de muitos dos países dependentes se modernizarem aumentava mais ainda o problema das limitações dos recursos naturais” (Vieira, 2002, p. 83). Com a demanda cada vez mais difusa por bens comuns, a questão ambiental se torna um problema multilateral, articulado aos acontecimentos macroeconômicos internacionais da década de 1970.

Desde os finais dos anos 1960, o modelo keynesiano-fordista de regulação e acumulação já apresentava sinais de rupturas, as taxas de crescimento e lucro nos Estados Unidos tinham entrado em recessão, indicando um estado de estagflação. O panorama de queda na taxa de lucro do setor produtivo do país cria um clima favorável à inviabilização do acordo de Bretton Woods. Neste sentido, desde o final da Segunda Grande Guerra vinha sendo gestado um padrão internacional de desenvolvimento para os países de capitalismo avançado, conformado na importância cada vez maior das grandes corporações transnacionais e de um conjunto de entidades supranacionais, como a ONU, FMI, BID e BIRD, todos subjugados aos termos econômicos dos acordos de Bretton Woods que, de forma breve, significou que o dólar passaria a ser a moeda dos intercâmbios intracorporativos internacionais e o lastro de reserva que os países deveriam manter, e que se manteve mesmo com o fim do padrão-ouro na quebra unilateral do acordo pelos Estados Unidos. Enfim, germina do colapso de Bretton Woods uma nova ordem reguladora, alicerçada no capital financeiro e na consolidação das políticas neoliberais (FIORI, 2004).

Descolar o dólar do ouro e submetê-lo às flutuações de mercado funcionou como uma transição planejada do modo de produção e acumulação fordista para a acumulação flexível. A intencionalidade projetada no colapso de Bretton Woods teve ação energética na manutenção da autonomia política econômica dos Estados Unidos e na preservação de sua hegemonia, restaurando a liberdade de iniciativa monetária e renegociando a sua posição expansionista. Foi precisamente assim a grande transformação geopolítica do sistema mundial da década de 1970, que segue em curso no presente século (FIORI, 2014). O aumento do preço do barril de petróleo representava o aumento dos custos da produção e do preço final dos bens duráveis, reduzindo a capacidade de compra da classe trabalhadora e a taxa média de lucro pela exploração do trabalho. Logo, são questionados o modelo regulador fordista e o orçamento do Estado disponível para políticas de bem-estar social, que passa a sofrer pressão em direção ao setor privado.

Concomitante a conjuntura que se conforma a partir da década de 1970 estava o fortalecimento do capital rentista, conformado estrategicamente pela ‘economia do endividamento’, determinando a subordinação dos países crediários da periferia Global às políticas imperialistas do capital portador de juros, concentrados nos EUA e na União Europeia. Nesses termos, as dívidas contraídas pelos Estados em processo de industrialização tornam-se o instrumento central de dominação de um associado de países capitalistas. Ainda, a transição tecnológica em andamento viabilizava um fluxo cada vez maior de capital e informação entre diferentes regiões do planeta. A infraestrutura que se espacializa é abstraída pelos liberais rejuvenescidos da Escola de Chicago como uma oportunidade de expansão do modelo capitalista de acumulação flexível.

O modelo do contrato do Estado mínimo é sintetizado nas recomendações saídas do Consenso de Washington, que exigia dos países periféricos, em contrapartida a concessão de empréstimos financeiros, a desregulação da economia local e das leis de proteção ao trabalhador, como, ainda, a flexibilização das fronteiras nacionais, objetivando o aprofundamento da partilha dos territórios na periferia mundial pelos países hegemônicos centralizados. Nesses termos, a saída à crise do capital da década de 1970 consolidou a hegemonia do capital financeiro “e novas possibilidades para aqueles que possuíam esse capital pudessem investi-lo” (SEUFERT, 2023, p. 27).

A resposta do capital à crise estrutural iniciada ainda na década de 1970 tomava contornos finais em 1989, com o enxugamento das políticas intervencionistas do Estado, implementadas desde a grande depressão da década de 1930. No seu lugar, é soerguida uma doutrina de choque, orientada pelos princípios econômicos dos Chicago Boys,³ liderada pelo economista estadunidense Milton Friedman. Friedman se coloca em oposição à rigidez do Estado do modelo regulador fordista, para ele, caberia ao Estado apenas monitorar a quantidade de dinheiro em circulação, e o papel dos bancos estaria restrito a controlar o fluxo de moedas e a oferta do dinheiro. A recompensa, à rigor deste programa, estaria no equilíbrio da oferta e da demanda evitando deflagrações inflacionárias (BORON, 2003). Pautados pela política monetarista de Friedman, os Estados endividados, paulatinamente, passaram a diminuir a sua participação nas atividades produtivas, orquestrando um verdadeiro desmonte do Estado através da privatização de empresas públicas. Além da contração da oferta da moeda, os países endividados estavam coagidos a elevação da taxa de juros, reduzir os impostos sobre altos

³ Chicago Boys foram um grupo de jovens economistas chilenos, pioneiros na formulação dos princípios neoliberais.

rendimentos, acabar com o controle dos fluxos financeiros, realizar políticas de austeridade, promover o desmonte sindical e a realizar cortes nos investimentos sociais.

Sustentada na crise da dívida dos países periféricos da década de 1980, o pacto do capital-imperialismo para a América Latina solapou, no caso brasileiro, as políticas desenvolvimentistas de expansão econômica financiada pelo endividamento externo de 1970, tornando mais rígidas as exigências de garantias de pagamento, reorganizando as estratégias de crescimento econômico dentro dos Estados endividados.

Em meio a reestruturação do capital, estavam ainda os debates sobre a problemática ambiental, que se fortaleceram desde a Conferência sobre meio ambiente da ONU e do relatório do Clube de Roma. Acirradas as querelas em torno do crescimento x meio ambiente, tornava-se impreterível que o modelo regulador de desenvolvimento que vinha suplantando o Estado regulador keynesiano-fordista apresentasse, dentro das diretrizes enunciadas, tons mais verdes, logo, seu composto deveria ter ares ecológicos. Desenvolvimento econômico já não era mais suficiente, ele deveria ser também sustentável. Segundo Vieira (2002, p. 87)

A própria definição do termo sustentável foi objeto de discussões e passou pelo crivo dos interesses dos países desenvolvidos. [...] quando, em meio aos debates sobre o informe do Clube de Roma, Ignacy Sachs propôs o termo “ecodesenvolvimento”, que buscava conciliar os objetivos de aumento da produção do Terceiro Mundo com a preservação dos ecossistemas, contrariou frontalmente as posições proclamadas pelos países desenvolvidos.

O veto ao termo ecodesenvolvimento e a opção pelo termo desenvolvimento sustentável tinha o objetivo de evitar elucubrações sobre as contradições conformadas a partir da aplicação objetiva das políticas de ajuste fiscal e espacial da regulação neoliberal. Já o uso da palavra sustentabilidade trazia menos conotações políticas, estando mais próxima de uma possível neutralidade. Além disso, a perspectiva do desenvolvimento sustentável é formulada como um contraponto ao relatório *Limites do Crescimento*, que impunha limites ecológicos ao desenvolvimentismo capitalista nos países de terceiro mundo.

Adverso ao Clube de Roma, o Clube de Bariloche elabora uma crítica ao crescimento econômico sem planejamento, pautando o desenvolvimento através de uma reorganização social, com “a utilização de tecnologia para o melhor aproveitamento das reservas, o que alterava as previsões de esgotamento rápido das mesmas” (Lisboa, 2007, p. 188).

A reorientação estratégica de desenvolvimento, pondo em evidência as problemáticas ambientais, tomam contornos com o documento ‘Nosso Futuro Comum’, mais conhecido como Relatório de Brundtland, de 1987 que, longe do discurso paralisante do crescimento econômico,

propunha o desenvolvimento com a aplicação de tecnologias que otimizassem o aproveitamento dos bens naturais. Nesse relatório, o maior vilão da natureza não era o modo de produção nem o consumo acelerado do *American Way Of Life* dos países desenvolvidos, mas sim a pobreza nos países da periferia global. De sorte, os pobres do mundo, concentrados nos países do continente africano e da América Latina, seriam os responsáveis pela degradação ambiental, exercendo maior pressão sobre os bens comuns com a finalidade de atender as suas necessidades básicas, acabando por agravar a crise nos ecossistemas. Diante de tal prognóstico, o documento ‘Nosso Futuro Comum’, defendia a capacidade humana de uma nova sociabilidade para o desenvolvimento, pautada no uso presente dos recursos de forma que não compromettesse a necessidade das gerações futuras, mote do desenvolvimento sustentável, como se pode ler no documento da CMMAD;

A satisfação das necessidades essenciais depende em parte que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não-exploração dos outros (COMISSÃO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 47).

Partindo do princípio do desenvolvimento pleno para o progresso da sustentabilidade, o Relatório de Brundtland apresenta uma série de medidas que consolidam um salto qualitativo na agenda para o desenvolvimento mundial. As ações propostas, no entanto, vinham acompanhadas das políticas de ajustes neoliberais, com estímulos ao empreendedorismo e maior autonomia cidadã, ou seja, menor participação do aparelho estatal na assistência social a população mais pobre, ao mesmo tempo, corroborava com o fortalecimento do capital financeiro, sugerindo, a partir do discurso de combate à pobreza, que o Estado fornecesse linhas de crédito para fomentar o desenvolvimento local, fato notável no documento:

Para solucionar a iminente crise urbana, há que estimular os pobres a criarem seus próprios serviços urbanos e construir suas próprias casas, e também encarar de modo mais positivo o papel do setor informal, concedendo-lhe fundos suficientes para o abastecimento de água, o saneamento e outros serviços (CMMDA, 1991, p. 61).

Ora, nos países periféricos, o setor informal significou quase sempre a deterioração da qualidade de vida, seja no trabalho ou na oferta de serviços. É como se o conselho do CMMDA fosse combater a pobreza com mais pobreza.

No campo, as recomendações estavam baseadas na assistência mercadológica, aliada a introdução de novas tecnologias capazes de aumentar a produtividade do solo. Nesses termos,

é possível inferir, com certa tranquilidade, que o documento ‘Nosso Futuro Comum’, sugeriu não uma ‘pausa’ no crescimento econômico, como recomendou o Clube de Roma, mas sim, a busca de mecanismos que mantivesse o desenvolvimento do capital em modo acelerado, produzindo mais, com menos, por mais paradoxal que fosse. Seu projeto estava inscrito na criação e implementação de tecnologias de produção intensiva e baixo impacto ambiental, o que já era uma contradição em si mesmo. Nesse sentido:

[...] longe de criticar o modelo societário que fornecia as bases da chamada crise ecológica, o informe de Brundtland exprimia uma visão confiante na capacidade reguladora do mercado, em que os interesses individuais e coletivos se encontrariam para chegar a um equilíbrio. Para salvar a humanidade, salvaguardar antes os interesses do capital (VIEIRA, 2004, p. 94).

O relatório de Brundtland não escapou das influências da escola de Chicago, foi uma leitura da crise ambiental contaminada pela ótica liberal. Tratou a natureza não como um bem comum e social, mas como recurso de capitalização, propõe, inclusive, a socialização de custos ambientais; chega, sutilmente, a orientar a mercantilização de alguns recursos.

Compreendida a questão ambiental como um problema global e caída por terra as fronteiras que particularizavam as políticas desenvolvimentistas dos Estados-Nação, as reorientações das políticas de desenvolvimento, propostas no relatório, ficaram a cargo do Banco Mundial e do FMI, responsáveis pelas reformulações dos programas nacionais de desenvolvimento dos países endividados. Desse modo, a experiência neoliberal chilena se repete por toda a América Latina, quando a região “abre os recursos naturais a exploração privada, privatiza a previdência social e facilita o investimento externo direto e o mercado livre” (CAMPOS, CASTILHO, CAMPOS, R; 2015, p. 128).

A etapa iniciada com o consenso é consolidada com o fim da concorrência soviética, em 1991. A dissolução da URSS permitiu ao capital escalar a desregulação da economia em escala planetária, criando um novo tipo de território global, deixando para trás, de forma definitiva, o modelo regulador fordista-keynesiano, passando a executar o “novo projeto imperial americano que começou a ser desenhado na década de 1970 e ganhou velocidade cruzado na década de 1990” (FIORI, 2004, p.11). Com isso, os países periféricos foram obrigados a responder o contrato da dívida com a derrubada das fronteiras internacionais e naturais, concordando que para participar do acordo neoliberal promoveriam a alienação dos homens e mulheres em relação às condições materiais de apropriação e produção da própria

vida, alienando camponeses, indígenas e quilombolas na América Latina, acelerando de forma impactante a criação da população relativa e a consequente crise ecológica.

O pacto do capital-imperialismo gestado em Washington fica completo com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Sob o faustoso título de ‘Cúpula da Terra’, as Nações Unidas congregaram a delegação de 178 países, reunindo 102 chefes de Estado durante a Rio-92. Nesse mesmo ano, passa a ser publicado, anualmente, um relatório sobre desenvolvimento no ‘Terceiro Mundo’, com foco no combate à pobreza e desenvolvimento sustentável. Em síntese, o primeiro relatório aponta os pobres como vítimas e agentes da degradação ambiental e, por isso, “o combate à pobreza se configura como o centro da estratégia para atingir o desenvolvimento sustentável” (Vieira, 2004, p. 100). São os prognósticos do relatório do BM que orientam o documento mais importante oriundo da CNMD da Rio-92, a Agenda 21. Esse documento traça as políticas que orientam os Estados a execução de um modelo de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido:

A agenda 21 enfatiza, seguindo a linha definida anteriormente no relatório de Brundtland, como centro da nova estratégia, a necessidade de cooperação internacional. No capítulo dois defende o estabelecimento de uma parceria mundial, indispensável a articulação da economia mundial que se dá mediante a liberalização do comércio e do financiamento aos países “em desenvolvimento” e o estímulo a políticas internas que estejam em conformidade com o novo estilo de desenvolvimento (VIEIRA, p. 53, 2002)

Nessa proposição, o que podemos inferir é que a manobra imperialista de acumulação, que promoveu as diretrizes do novo padrão de desenvolvimento, aprofundou a partilha dos territórios iniciada nos finais do século XIX, à medida que arraigou a subordinação dos países latino-americanos ao centro hegemônico do poder, arranjado na totalidade impelida pela mais-valia mundializada, agora sob o escudo do discurso ecológico, conformando a reprodução das relações sociais de produção do capital financeiro em escala maximizada, ganhando força, sobretudo, com a crise da dívida dos países da América Latina, responsabilizando os Estados da região pelo endividamento e, forçando-os, assim, a uma reorientação do seu papel e ao desmantelamento da máquina pública, . O contraditório, no entanto, estava no fato de que “o Estado continuou sendo o instrumento fundamental para deliberação dos interesses do capital” (CAMPOS; CASTILHOS; CAMPOS, R. S. 2015, p. 132).

No Brasil, o pacto da Agenda 21 com os ideais neoliberais, significou o aprofundamento da implementação das políticas de ajuste estrutural do Estado brasileiro, iniciado com Fernando Collor de Mello e o Programa de Reconstrução Nacional de 1991, que tinha como agente

coordenador o Banco Mundial. Fernando Henrique Cardoso dá capilaridade ao processo iniciado por Collor a partir de uma soma de reformas liberalizantes. Nesse sentido, o itinerário lançado por FHC formaliza a supressão dos obstáculos aos investimentos externos diretos (IED), favorecendo particularmente o capital especulativo e a produção de *commodities*. Nessa direção, a emersão das políticas de desenvolvimento para o campo com o mote da sustentabilidade, orienta o engenho do Desenvolvimento Rural Sustentável, como forma de tornar mínima a migração para as metrópoles e garantir a produção alimentar através de políticas rurais voltadas para o fomento da agricultura familiar. O intuito seria combater a fome e pobreza no campo e na cidade. Contraditoriamente, no entanto, o governo brasileiro da década 1990, homogeneizado pelo pensamento neoliberal, guia as suas políticas a partir das diretrizes determinantes do Consenso.

Nesses termos, a reestruturação produtiva, contextualizada na crise do petróleo da década de 1970, conjugada a financeirização da economia, formaliza o monopólio do mercado financeiro via Estado brasileiro, determinando que o único modelo viável para o campo era o da abertura da linha de crédito e da produção de *commodities* para exportação, negociadas nas bolsas de valores do mundo. Este fator é passível de observação no PNRA I, no qual acentua-se a reforma agrária de mercado, onde estão presentes programas de compra e venda da terra, financiados pelo Banco Mundial. Além disso, no plano concreto, o que se sobressaía era o Banco Mundial e o FMI, a partir da exportação de capital, cooperando na produção de uma fantástica dívida externa, transformada em chantagem política, com a qual órgãos financeiros supranacionais constrangiam países subdesenvolvidos às políticas de ajuste estrutural que, no fundo, agravavam a pilhagem dos recursos naturais.

O ciclo neoliberal iniciado por Collor e que seguiu com Fernando Henrique Cardoso por dois mandatos, durante a década de 1990, consolida uma verdadeira revolução intelectual contra as políticas desenvolvimentistas de décadas passadas. Nesses termos é relevante a elogiosa passagem sobre a administração brasileira da década, presente no relatório do BM, lançado nos anos 2000:

[...] (i) avanço continuado da reforma fiscal (ii) crescimento renovado (iii) um esforço do governo para aumentar e melhorar as políticas sociais dirigidas. Em particular, um resultado significativo da reforma foi o equilíbrio fiscal, administração das despesas, destinadas em parte para gastos sociais, e reformas do setor financeiro. O governo mostra persistência notável e firmeza em seus esforços reformadores em tempos difíceis (WORLD BANK, 2001).

O sucesso do pacote neoliberal que a burguesia internacional exigiu e chegou a galope no Brasil com o governo de FHC, significou uma articulação entre tecnologia, capital

mundializado e Estado, formando o tripé que alicerça o controle da força de trabalho, dos mercados e dos recursos naturais. Todo este cenário, soerguido da reestruturação produtiva e do Consenso de 1980, amalgamou “o mercado mundial de mão de obra, a posse e monopólios das fontes de matérias-primas e a divisão dos mercados” (OLIVEIRA, 2016, p. 97). A cooperação entre as classes burguesas em nível internacional arregimentou a monopolização dos mercados por meio de associações e/ou fusões, determinando o controle da oferta na troca dos valores. Tal acontecimento germinou da capacidade de rotatividade mundializada de capitais que os novos meios técnicos possibilitaram, acionando, em consequência, a derrubada das fronteiras políticas do giro de divisas, facilitando, com isso, as operações internacionais das empresas multinacionais. A aliança internacional da burguesia, nessa etapa do capitalismo, exigiu ações dos líderes de Estado em nível mundial, a fim de promover a internacionalização com base nos IED e na terceirização da produção, resultando nas políticas de desregulamentação financeira e na queda das fronteiras para os mercados financeiros (CHESNAIS, 1996).

Dentro da ordem apresentada, com o avanço da financeirização, via endividamento do Estado, a união passa a executar novas formas de ampliação capitalista, “operando as práticas de valorização do pacto fictício” (LISBOA, 2008, p. 138). A expansão escalar das novas relações de produção, concebida no contexto da crise estrutural da década de 1970, incide sobre o campo brasileiro manifestando-se na morfologia do espaço que passa, continuamente, a produzir paisagens agrícolas diretamente relacionadas a lógica metabólica do capital, a exemplo do avanço das fronteiras monocultoras de *commodities*, tais como: milho, soja e trigo. Assim “[...] a mobilidade geográfica do capital passou a ser central na nova dinâmica do sistema de acumulação e na produção do espaço, expressando sua dinâmica decisiva para a gestão do estilo de desenvolvimento, que passou a ser implantado” (LISBOA, 2007, p. 141).

Com a engrenagem movida pela financeirização e a desconcentração do mercado produtivo, o capital procura a rota do trabalho excedente e dos recursos primários que possa valorizar, usando como estratégia a territorialização e/ou monopolizando do espaço onde possa extrair maior taxa de lucro. Estes aspectos motivaram uma expansão escalar das novas relações de produção, resultado da política agrícola financiada pelo Estado a partir das remessas de capital estrangeiro. Em resumo:

A partir da década de 1990 com o avanço da financeirização da economia, via o compromisso da dívida externa, o Estado assumiu o papel de gestor e promotor de políticas agrícolas, inscrevendo novas formas de expansão capitalista. O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da

reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2013, p. 92).

Nesse sentido, segundo Oliveira (2001), o avanço das relações sociais de produção capitalista no campo se faz de forma heterogênea, complexa e plural. Para expandir, o capital realiza um movimento contraditório, atuando simultaneamente na fabricação escalar do trabalho assalariado e, de forma articulada, inserindo os camponeses dentro do circuito da produção do mais-valor. Nesta perspectiva, o camponês não é um sujeito fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Sob a forma de políticas públicas, a reprodução continuada do espaço torna-se uma engrenagem para dar pulsão à mobilidade do capital, realizável através da recriação permanente das expropriações, inserindo nessa dinâmica a população pobre do campo a partir da extração da renda camponesa. É este processo que delimita as resoluções dos relatórios de Brundtland e da Agenda 21, encaminhando políticas de gestão financeira e ambiental, fator que influenciou os termos do combate à pobreza, financiadas e acompanhadas de perto pelo Banco Mundial, gestor indireto da elaboração dos programas nacionais de desenvolvimento sustentável.

Arrolando o discurso do desenvolvimento gestado da crise estrutural, o Estado se encarrega de mediar a produção da infraestrutura promotora do salto qualitativo das relações de produção nas regiões periféricas internas, conformando um campo pautado na tecnologia com a participação de insumos e novos objetos técnicos inseridos no processo de produção agrícola, objetivando preparar o território para o uso capitalista do espaço. As transformações que operaram o capitalismo mundial, a partir desse momento, são cruciais para entender as mudanças qualitativas do paradigma de desenvolvimento no Brasil, que passa a operar sob o paradigma de desenvolvimento rural sustentável, ordenado pelo estigma do rentismo e da eficiência técnica. São as multideterminações do consenso, somadas às políticas de desenvolvimento sustentável, que energizam as diretrizes políticas assumidas no Brasil a partir da década de 1990.

2.2 O Consenso sustentável no Brasil e a escassez hídrica no semiárido nordestino

Até a década de 1960, o Estado era idealizado intelectualmente como instrumento imprescindível de aceleração da modernização burguesa no país. A eclosão dos conflitos políticos gestado da disputa pela redistribuição da renda real que finda no golpe empresarial-militar na década 1960 no Brasil, regimenta o processo de concentração e centralização da

acumulação do capital, alinhando-se integralmente as proposições estadunidenses, garantindo investimentos a partir de linhas de crédito para a indústria brasileira, intensificando, permanentemente, o problema do financiamento da acumulação interna, ao passo que o Brasil implementava políticas de arrecadação a partir de mecanismos inflacionários capazes de arrecadar somas suficientes para remunerar o capital internacional, financiador do setor privado nacional (FURTADO, 2007) (OLIVEIRA. F., 2018). O movimento que se constitui, nesse período, portanto, estava diretamente determinado pela dinâmica de acumulação do setor externo, que encontra novo entrave quando se instala a crise da dívida dos países da periferia, sublevando um tipo original de acumulação que deteriora a soberania dos países endividados e acirra a pilhagem dos territórios.

Durante a conjuntura da crise internacional, o Brasil vivia os seus anos dourados, soerguendo uma estrutura industrial moderna de bens de capital, posto em marcha o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), do governo ditatorial de Geisel, que objetivava fazer do Brasil um país emergente. A ambivalência desta ambição, estava, no entanto, no fato de que o cartel industrial brasileiro se fazia às custas de um massivo endividamento externo “junto aos que viriam a ser os agentes principais da mundialização financeira na atualidade [...], por isso, os anos 80 presenciaram a mais grave crise econômica brasileira” (VIEIRA, 2017, p. 108).

O cenário de empobrecimento e estagflação que se conforma no Brasil na década de 80 explicam as pressões sofridas pelo Estado brasileiro pela liberalização econômica com a derrubada das fronteiras nacionais. Nesse sentido:

A crise apontava para duas saídas, uma clara (neoliberal) outra nem tanto (desenvolvimento à esquerda?), e se definiu em dois embates eleitorais que levaram sequencialmente Collor e Fernando Henrique ao poder e, afinal, este último pode cumprir a mais importante promessa feita no seu discurso de posse: a de acabar com a “Era Vargas” (VIEIRA, 2017, p. 109).

Na prática, venceu o capital externo que, com a reestruturação do sistema de acumulação pós-fordista, consolidada durante o Consenso, coagiu os países do Sul periférico a realizarem um movimento direcionado a abertura dos países à estrutura do rentismo global. Atendendo as demandas de agências financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, o Brasil, a partir da década de 90, redireciona suas práticas de desenvolvimento para o combate à pobreza. Nesse processo, estão inseridas as políticas de desenvolvimento rural sustentável, no qual o Brasil se destaca devido a sua importância agropecuária e rica diversidade biológica.

Com os debates acerca do Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, o Brasil buscava dar ênfase às dimensões econômicas, sociais e ambientais dos territórios, entendendo

estes dentro das suas especificidades, que seriam diversas, destacando a heterogeneidade do mundo rural brasileiro, com diferentes formas de produção, relações sociais e níveis de desenvolvimento. Com a territorialidade no centro do discurso, diferentes atores são chamados ao debate, no qual é fomentado a participação de agricultores familiares, comunidades tradicionais, empresas, governos e sociedade civil (LEITE, 2010).

Os novos comandos de acumulação fomentaram novas inversões de capital, atendendo aos chamados dos documentos resultantes da ECO-92, a exemplo da Agenda 21. Agregando crescimento econômico e sustentabilidade ambiental, a via de emancipação dos recursos finitos e dos pobres do mundo estaria no agenciamento do combate à pobreza, conduzida por sujeitos diversos, como Estado, ONGs e corporações privadas.

As políticas de combate à pobreza rural e desenvolvimento do campo, tencionadas a partir da década de 1990 no Brasil, delineiam o plano de ações do Estado brasileiro. Consenso em toda a América Latina, o governo de Fernando Henrique Cardoso põe em movimento a engrenagem do ‘pacto neoliberal’, sublevado da crise da dívida. Nesses termos, o “consenso” quanto ao desenvolvimento sustentável, consolidado com a ECO-RIO 92, obriga o Estado a servir como instrumento fiador da inserção dos pobres do campo no programa original de acumulação, organizando uma reinterpretação do modelo de desenvolvimento econômico em vigor até então. Assim, para alcançar o desenvolvimento sustentável seria impreterível “proporcionar [aos pobres] oportunidades a fim de que estas pessoas (...) possam tornar realidade todo seu potencial” (BANCO MUNDIAL, 1992, p. 28). Sob a orientação da Agenda 21, o Estado brasileiro dá capilaridade a um inovador modelo de desenvolvimento, regulado, teoricamente, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, que foi traduzido, materialmente, em políticas e programas de combate à pobreza e modernização da produção agropecuária, agenciadas por bancos multilaterais de financiamento (LISBOA, 2007) (SCHNEIDER, 2009).

As principais mudanças de paradigmas nesse cenário estavam na incorporação de um sistema de informações técnicas e na renovação tecnológica, objetivada na competitividade e na difusão territorial do consumo e da produção. Nesse sentido, a principal mudança na normatização do modelo de desenvolvimento para o campo estava na ideia de que “os pequenos agricultores são agentes econômicos racionais, capazes de tomar decisões eficientes” (ALVES; GUIVANT, 2010, p. 92). Este pensamento passou a vigorar o incremento para a produção agrícola nas pequenas propriedades rurais, com o objetivo de estimular o crescimento da mão de obra no campo, fator estratégico na diminuição da pobreza e componente chave da proposta

de desenvolvimento rural sustentável da Agenda 21. O norte presente neste documento ponderou que “os recursos específicos de um local (natural, humano e cultural), são a chave para o desenvolvimento sustentável” (ALVES; GUIVAT, 2010, p. 93), determinando aos países do consenso a incorporação de novos territórios à dinâmica do circuito da produção de capitais, radicando a desconcentração dos mercados, engendrada pela intensa mobilidade do capital por desiguais setores geográficos, como demandava as diretrizes do consenso (CONCEIÇÃO, 2013).

A flexibilização do processo produtivo, somada à financeirização gestada pelo pacto neoliberal, instrumentaliza o Estado brasileiro, responsável pelo suporte territorial à expansão da relação-capital. Nesse aspecto, a gerencia empresarial do Estado, funcionando sob uma lógica privatista, condiciona a produção/reprodução do espaço à demanda da acumulação mundializada de capitais. Nesse sentido, há uma mobilização de recursos internos disponíveis para a promoção e criação de modelos técnicos produtivos, com o incentivo a adoção de estratégias políticas participativas para o desenvolvimento territorial, adotando uma agenda conhecida no Brasil como desenvolvimento endógeno. Na estratégia:

[...] destacam-se algumas propostas que dão ênfase para a educação, recursos hídricos e saneamento, assim como de sugestões como investimento em recursos humanos e de reformas institucionais que, entre outras coisas, permitam uma maior participação das populações locais (VIEIRA, 2002, p. 102).

Nascendo dentro de instituições subordinadas aos interesses do grande capital, a nova estratégia de desenvolvimento para os países periféricos formaliza o acirramento do capital-imperialismo contemporâneo, fomentando o estímulo a políticas internas que agreguem o crescimento econômico local ao mercado mundial. Nesta estratégia;

[...] o desenvolvimento sustentável proposto deve se realizar a partir da potencialidade que cada lugar tem de desenvolver suas capacidades para absorver capital, suas condições de reprodução e para oferecer trabalho, de maneira a se adequar às condições do mercado mundializado” (LISBOA, 2007, p. 65).

Os apontamentos da estratégia de desenvolvimento enunciada pelo Banco Mundial, portanto, estavam na construção de comunidades sustentáveis agregadas ao mercado. Os agricultores pobres não seriam, nesta empreitada, somente o problema, mas também a solução. Desse modo, estes estavam aptos à aquisição de microcréditos com fins de inversão produtiva. O Estado brasileiro aparecia nesse panorama como fiador das comunidades na obtenção de crédito proveniente das agências financeiras internacionais. No âmbito nacional, destacam-se

programas como, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (que acontecia através do crédito para compra e venda da terra), Programa de Apoio à Pequena Agroindústria (PAPI) (que buscava desenvolver a agroindústria de pequeno porte, agregando valor de troca aos produtos agrícolas) e o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Irrigada (PRONAI). A execução de tais empreendimentos envolvia a parceria com estados e municípios, mas partia, sobretudo, do princípio de austeridade do Estado, uma vez que impulsionava a integração dos camponeses a cadeia produtiva do agronegócio e ao empreendedorismo, livrando, assim, o Estado da efetiva responsabilidade, a qual recaía sobre os sujeitos autônomos, envolvidos no processo de desenvolvimento territorial (PASSINI; SCHAINER, 2020).

No Nordeste, o rearranjo do sistema produtivo na agricultura camponesa insurgido do modelo determinante das diretrizes do Consenso, aliadas às propostas de sustentabilidade, agencia programas como o projeto Áridas e a Integração da bacia do São Francisco, promotores de ajustes espaciais.

A alarmante pobreza na região nordestina, mais especificamente no semiárido, vinha favorecendo historicamente grupos oligarcas da região, agentes efetivos da antológica ‘indústria da seca’, franqueada por programas governamentais de combate aos efeitos da escassez hídrica, iniciada com a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCs), de 1909, na fase hidráulica. Processo contíguo, mesmo com a criação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), momento de inauguração do paradigma de desenvolvimento regional da década de 1950.

Sob orientação dos frutos dos debates de desenvolvimento regional, as estratégias de combate à seca saem da espacialização simples de uma infraestrutura hídrica e são inseridas dentro de uma ótica mais plural, evoluindo programas que tentavam mitigar as desigualdades internas do espaço brasileiro. Sob as intervenções de um grupo de intelectuais da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), orientados pela teoria da dependência, teóricos como Celso Furtado e Raúl Prebisch, passam a fomentar o desenvolvimento regional como estratégia para romper a dependência com o capital externo, substituindo a importação pela industrialização nacional, ficando a cargo do Estado a efetivação da infraestrutura que dessa viabilidade ao projeto cepalino. Pensando a dualidade entre o setor moderno e o tradicional, os teóricos da Cepal viram o Nordeste como um espaço de atraso, propondo, além da reforma agrária, a espacialização de uma infraestrutura que possibilitasse a integração da região à economia nacional, estimulando a instalação de indústrias de base e de

bens de consumo, reduzindo a dependência da região em relação ao setor agrícola e aos produtos industrializados do Sudeste, entres estes projetos estava a instalação de polos irrigáveis para o semiárido, com o fortalecimentos dos arranjos produtivos locais (CARDOSO, 1984) (MORAES, 2005).

O modelo de desenvolvimento cepalino, que havia sido parcialmente adotado no Brasil com continuidades e extrusões, mesmo durante a ditadura empresarial-militar, sofre uma ruptura definitiva com a reestruturação do capital pós-fordista, quando as políticas públicas para o semiárido passam a estar diretamente atreladas ao rentismo internacional com discurso de sustentabilidade e combate à pobreza. Nesse sentido, o capital internacional encontra vazão para parte do seu estoque de capital acumulado na inserção do espaço semiárido nordestino ao rentismo mundializado, logo, todas as políticas com caráter de enfrentamento a seca, compreendidas como uma forma de combater a pobreza no campo e promover a segurança alimentar, passam a fomentar o capital portador de juros.

A partir de 1995, por meio do financiamento de projetos de desenvolvimento para os estados nordestinos, o Banco Mundial, sob o discurso de combate à pobreza rural, passa a implementar no semiárido uma série de projetos inseridos em um programa intitulado *Northeast Rural Poverty Alleviation Program*, de estímulo a participação das comunidades locais na decisão das inversões executadas pelo Estado. Segundo Vieira (2017), as proposições do programa estavam em perfeita consonância com o novo paradigma de desenvolvimento sustentável, “introduzidas no Nordeste desde 1994, após a conclusão do Projeto Áridas (BRASIL, 1994), e a partir de 1995, com a elaboração, pelos governos estaduais nordestinos, de planos de desenvolvimento sustentável” (Vieira, 2017, p. 113).

A proposta de combate à pobreza rural delineada pelo Banco Mundial se concentrava na criação de mecanismos que oportunizassem a geração de renda entre a população mais pobre do campo, aliviando a pressão sobre os recursos naturais no meio em que estes habitavam. Nesse gendarme, o discurso da sustentabilidade pavimenta a produção de uma moderna indústria da seca, regulada na racionalização da gestão dos recursos hídricos com incentivos diretos a edificação de canais artificiais que contribuíssem para o funcionamento de uma indústria mundializada de culturas irrigadas associada a outras políticas de combate à pobreza no campo, com programas como bolsa escola rural, mas, sobretudo, com projetos de irrigação agrícolas de desenvolvimento a longo prazo.

Os programas de combate à pobreza no semiárido nordestino, a partir da década de 1990, elevam o discurso de desenvolvimento rural sustentável, performando o combate à pobreza no

campo através de inumeráveis programas de armazenamento hídrico com fins produtivos. A engenharia montada por órgãos multilaterais encaminha os processos que reestruturam o Nordeste, conformando uma miscelânea de projetos de desenvolvimento que vinham ocorrendo no Brasil desde os anos 1950, porém com a roupagem do paradigma sustentável erigido da crise do capital conjugado à crise climática.

2.2.1. As estratégias de desenvolvimento e as políticas para o semiárido nordestino

O projeto desenvolvimentista do Brasil dos finais da década de 1950 salvaguarda para o Nordeste brasileiro a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, fundada por Celso Furtado, em 1959. A SUDENE, foi um esforço do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento socioeconômico da região através da coordenação de políticas de integração do mercado nacional. Esse projeto, no entanto, é interrompido na década de 1970 com o golpe empresarial-militar, e as políticas de desenvolvimento nacional tomam novos rumos durante o período ditatorial. No início dos anos 1970, uma nova estratégia de desenvolvimento passa a ser desenhada para o Nordeste brasileiro.

A nova estratégia do Estado para a SUDENE coordenou uma mudança de paradigma, na qual o órgão perdia certa autonomia, saindo da tomada de decisão direta do poder executivo e ficando atrelado ao Ministério do Planejamento, nesse gendarme, a nova dinâmica da superintendência passou a pautar de forma mais intensiva a integração inter-regional a partir da espacialização de uma infraestrutura de produção e escoamento, produzindo um espaço capaz de dar maior celeridade a massa de produção e ao fluxo de capital (mercadoria e trabalho). Nesse sentido, o Estado através do órgão, concentra os esforços de desenvolvimento para o Nordeste na construção de rodovias, como o caso da Transamazônica, e o estímulo a agroindústria no Norte-Nordeste, com o PROTERRA, criando polos de desenvolvimento através da racionalização da estrutura agrária nordestina, introduzindo novas tecnologias, com destaque para projetos de irrigação. Esse movimento significou o abandono do desenvolvimento regional global através de políticas de redistribuição de terras, empreendendo em seu lugar polos regionalmente articulados, como o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas no Nordeste, o POLONORDESTE, embrião das futuras ingerências do Banco Mundial na região. O POLONORDESTE significou, ainda, o início do processo de descentralização da organização do espaço nacional pela esfera federal, deslocando partes do

poder organizacional para estados e municípios, princípio este que se segue durante a década de 1990 (VIEIRA, 2017).

Os polos de desenvolvimento usurparam o protagonismo da justiça agrária como meio para desenvolver todo o território nacional, em seu lugar fortaleceu-se os discursos de crescimento, de produtividade e incremento tecnológico como meios para alcançar os fins desenvolvimentistas, no entanto, os efeitos do empreendimento pouco se fizeram sentir. Dentro deste pensamento, segundo Vieira (2017):

Ao contrário, as desigualdades espaciais foram mantidas e, em muitos casos, até aprofundadas, quando não recriadas, e agravou-se a concentração da renda. Um caso paradigmático, é o dos programas de colonização criados pela CODEVASF, no Vale do São Francisco, que acabou por colocar nas mãos de grandes empresas e famílias tradicionais o controle das terras destinadas à fruticultura irrigada, principais beneficiárias do programa de irrigação (VIEIRA, 2017, p. 119).

Na prática, o POLONORDESTE serviu como intermediário da atuação do Banco Mundial no Brasil, financiando projetos de desenvolvimento rural, assim:

A participação do Banco Mundial no financiamento de projetos voltados para o desenvolvimento rural, no fim da década de 1970 e meados da década de 1980, foi fundamental para aperfeiçoar os mecanismos de atuação do Banco no Brasil, essa estratégia centrada no desenvolvimento rural, que posteriormente evolui para o combate à pobreza será fundamental a forma de atuação do BIRD nos anos 1990 (VIEIRA, 2017, p. 120)

A ingerência do Banco Mundial no Nordeste brasileiro traça novas rotas de desenvolvimento para a região, ajustadas às dinâmicas reguladoras dos Estados centrais. A crise da dívida na América Latina e África fez com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) revigorasse com rigidez as políticas de concessão de empréstimos, formulando programas de ajuste estrutural, impondo políticas de austeridade aos países do Sul Global. Nessa ordem, o investimento externo direto em direção aos países da periferia também é reduzido, fazendo com que os programas de combate à pobreza, formulados sob a tutela do Banco Mundial, congregasse um lugar cada vez mais central nas políticas de assistência para o Nordeste e “o tema do desenvolvimento é colocado em surdina” (CHESNAIS, 1996, p. 313).

É justamente no contexto do endividamento e do temor de calote nos bancos centralizados que são implementados novos modelos de desenvolvimento para o Nordeste, adequados ao projeto neoliberal. Neste certame, a busca pelo superávit primário como forma de cumprir o compromisso da dívida arregimenta cortes nas áreas sociais e ambientais. Para manter o superávit, o Brasil se viu obrigado a atrair dólares oferecendo remunerações altas aos

rentistas, conjugando isso ao aumento das exportações de matérias-primas, redirecionando sua economia a uma reprimarização da produção. Nesses termos, a pilhagem da natureza na periferia do globo torna-se a moeda de troca do IED, garantindo o fluxo de remuneração do capital portador de juros. Assim, os recursos extraídos da natureza fluem “em direção aos países situados no polo dominante do padrão de poder mundial e a dívida externa se transforma numa verdadeira dívida ecológica” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 43).

Ao passo que se aumentava a tutela dos organismos financeiros multilaterais na dinâmica da economia nacional, ocorria o esgotamento do projeto desenvolvimentista brasileiro, ao mesmo tempo era fortalecida a presença de agências como BIRD e BID nas políticas de desenvolvimento social em todo o território, com atenção especial para o Norte-Nordeste. A nova estratégia traçada na década de 1980 e executada com mais afinco na década seguinte, sob o termo de desenvolvimento sustentável, toma forma com o relatório ‘Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro’, que traça as linhas gerais do que viria a ser o Projeto Áridas. Em resumo, o texto final do relatório trazia críticas às políticas desenvolvimentistas de décadas passadas, apresentando uma nítida tendência neoliberal, anunciando a necessidade de ajustes fiscais, privatizações e desregulamentação da economia (CONGRESSO NACIONAL, 1993).

O Projeto Áridas representou uma mudança qualitativa nos termos de desenvolvimento socioeconômico do Nordeste, com foco no combate à pobreza e política participativa. Introduziu em todos os estados da região a ideiação do desenvolvimento endógeno, descentralizando a ação do Estado e colocando em seu lugar atores estaduais e municipais na elaboração e execução dos projetos para o desenvolvimento local, atendendo as tendências organizativas do novo papel do Estado. A perspectiva estava em desenvolver tecnologias e práticas sustentáveis como instrumento de combate à pobreza na região semiárida. Tal empreendimento ganhou capilaridade na Conferência Internacional sobre os Impactos de Variações Climáticas e Desenvolvimento Sustentável em regiões Semiáridas, realizada em Fortaleza em 1992, observando cenários futuros das mudanças climáticas.

Executado no âmbito do Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura, o Projeto Áridas visou executar políticas de combate à pobreza, formuladas dentro do Banco Mundial, nesta perspectiva, estavam presentes no projeto princípios alicerçados em ajustes estruturais da governança Estatal, vislumbrado na: “[...] descentralização das ações, participação da sociedade, a não dissociação dos aspectos sociais e econômicos e a preocupação com a sustentabilidade do desenvolvimento em suas quatro dimensões: econômica, social,

ambiental e política” (PROJETO ÁRIDAS, 1995, p.16). A filosofia do desenvolvimento endógeno, não por acaso, se associava ao estímulo à criação de setores informais no campo, a partir da criação de linhas de crédito, como recomendado pela Agenda 21:

Considerem a possibilidade de abrir linhas de crédito e outras facilidades para o setor informal, bem como de facilitar o acesso à terra para os pobres sem-terra, para que estes possam adquirir meios de produção e obtenham acesso seguro aos recursos naturais. [...] proporcionar aos pobres acesso aos serviços de abastecimento de água potável e saneamento; proporcionar aos pobres acesso à educação primária (AGENDA 21, 1995, p. 157).

A nova metodologia para o desenvolvimento regional presente no texto do Projeto Áridas, energizou, na década de 1990, as estratégias de desenvolvimento para o Nordeste, municinando os planos estaduais de desenvolvimento sustentável que influenciaram a formulação das políticas de recursos hídricos a partir da gestão sustentável da água. Com o referencial metodológico do Projeto Áridas, estados e municípios passaram a criar metas e a realizar ações presentes nas diretrizes das agendas das agências multilaterais, fomentando o assim chamado desenvolvimento rural sustentável, gestado na reformulação do modelo de desenvolvimento da reestruturação produtiva para o capitalismo flexível (LISBOA, 2007).

Incorporando o discurso da sustentabilidade, estados passam a fomentar a espacialização de objetos capazes de mitigar os efeitos da seca, capacitando o território e o camponês para a produção agrícola de viabilidade socioeconômica, combatendo a um só tempo, a fome e o êxodo rural. Sob essa bandeira soava a redenção do campo brasileiro e, assim, “todos os problemas seriam aniquilados, na medida em que os ‘pobres do campo’ fossem inseridos em atividades produtivas, ou seja, pudessem competir no mercado” (SOUZA, 2013, p. 37). Legitimados na retórica da segurança hídrica e alimentar, arquitetam-se, no Nordeste brasileiro da década de 1990, projetos hídricos com fins na produção de uma agricultura irrigada potencialmente agregada ao mercado, financiadas pelo capital portador de juros internacional, o que é passível de observação no Subprograma de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos para o Semiárido Brasileiro – PROÁGUA/Semiárido, de 1998. Nesses termos, os objetivos do programa, como apresenta o documento da Agência Nacional das Águas (ANA, 2012, p. 324), estavam em:

- Implementar novas obras que, além de garantir o aumento da disponibilidade de água e de privilegiar soluções locais para operação e manutenção, promovessem tanto a melhoria da qualidade de vida da população local quanto a proteção do meio ambiente;

- Concluir obras hidráulicas, já iniciadas, que ainda apresentassem retorno socioeconômico inquestionável;
- Desenvolver estudos para identificar soluções eficazes e adequar as disponibilidades e as demandas de água nas diferentes bacias hidrográficas contempladas pelo subprograma;
- Desenvolver modelos de gestão de bacias hidrográficas, e planos diretores, com visão integrada de bacia hidrográfica e de múltiplos usos da água (abastecimento público, irrigação, produção de energia, dentre outros), além do reconhecimento do valor econômico da água; detalhar, em nível de projeto executivo, as intervenções prioritárias selecionadas tanto nos estudos desenvolvidos quanto nos planos diretores elaborados.

O total de recursos previstos era de US\$ 330 milhões (reduzidos depois para US\$ 236,6 milhões), sendo US\$ 198 milhões originários do Banco Mundial e US\$ 132 milhões de contrapartida nacional. O governo federal e os governos estaduais deveriam aportar US\$ 62 milhões, e o *Japan Bank for International Cooperation* – JBIC aportaria US\$ 70 milhões.

Apesar da já colonial proposta de desenvolvimento de projetos hidráulicos para o semiárido brasileiro, é apenas com o discurso da gestão sustentável dos recursos hídricos que obras faraônicas, a exemplo da transposição do rio São Francisco, ganham fôlego. Particularmente, no Vale do São Francisco, é soerguida uma miscelânea de projetos com finalidade na irrigação, quase todas fomentadas com recursos do Banco Mundial em contrapartida com o governo federal e estados, a exemplo do PROÁGUA/Semiárido “concebido como um novo plano para fomentar a produtividade agrícola do Nordeste” (ANA, 2012, p. 336).

O ciclo neoliberal que fomentou as políticas das obras hídricas no semiárido nordestino, retroalimentando uma poderosa arma política que é a enorme dívida pública, ganha consistência ainda maior nos anos 2000 com a vitória do candidato do campo democrático-popular, Luiz Inácio Lula da Silva, nas eleições de 2002. Com Lula, o ‘país do futuro’ avança, porém sem maiores transformações nas estruturas de classes do Estado nacional. Nesse sentido, “o subdesenvolvimento já não era uma singularidade, [mas] a forma própria de expansão do capitalismo na periferia”, conforme apregoava Chico de Oliveira, (2018, p. 45).

A *summa* da conjuntura do novo referencial de desenvolvimento deixada por Collor-Itamar-Cardoso, acumulada pela ascensão do enxugamento da máquina pública, deixa caminhos abertos para o que Aloizio Mercadante Oliveira (2010) chamou de um ‘novo desenvolvimentismo’, centrado na distribuição de renda e combate à pobreza, demonstrando força maior da participação do Estado na economia, na medida em que promoveu a inclusão de classes do lumpemproletariado ao consumo, através de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família. Ao mesmo tempo, o país aprofundou o processo de reprimarização da economia, iniciado algumas décadas antes. Nesse sentido, grande parte dos investimentos

externos diretos que o Brasil passou a receber a partir da década de 2000 se destinou ao setor de produção de *commodities* agrícolas e minerais, intensificado a apropriação privatista dos recursos naturais (CAMPOS, CASTILHO, CAMPOS R., 2015)

Congregado ao combate à fome e a pobreza no campo, através dos programas de transferência de renda, o histórico da fome no Nordeste ajuda a alimentar, ainda, a fabricação de uma moderna fase hidráulica de combate às problemáticas provocadas pela escassez hídrica no semiárido. Mirando uma reforma hídrica para a região semiárida, algumas ações passam a ser implementadas no início dos anos 2000, no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, momento em que a metodologia do desenvolvimento sustentável, saída dos debates financeiros dos bancos multilaterais, ganha notável capilaridade. Nessa ocasião, é lançado o Programa de Aceleração do Crescimento, acompanhado de um vasto programa de projetos hídricos para o Nordeste, como os eixos de integração no Ceará, adutoras, barragens e o projeto de Transposição do rio São Francisco, findando, mais adiante, com a inclusão do Canal do Sertão alagoano no PAC (CARVALHO, 2009).

A partir de 2003, com a ingerência do Banco Mundial, o território brasileiro passa por intensas transformações com vistas a participar da lógica capitalista da acumulação mundial, materializada na reestruturação produtiva da morfologia do espaço. A conformação da nova materialidade do espaço, ajustado às novas tecnologias de produção, incidem na participação de insumos e novos objetos técnicos inseridos no processo de produção agrícola, “assim, pretendia-se passar de uma agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada” (Teixeira, 2005, p. 23), objetivando preparar o território para o uso capitalista dos seus recursos naturais e artificiais. Nessa engrenagem, os Estados nacionais reconfiguram a geografia territorial e a sua composição orgânica ou, como sugere Harvey, promovem a reestruturação produtiva do espaço, transformando a natureza em “uma estratégia de acumulação” (Harvey, p. 231, 2016).

Sobremaneira, a determinação climática, abstraída no discurso dominante interferiu na produção do espaço e na gestão dos recursos dispostos no semiárido, sobretudo no processo de reestruturação produtiva permeado pela financeirização capitalista. Tal processo implicou uma constante ruptura metabólica de homens e mulheres com a terra, introduzidos à novas relações de produção. Funcional ao sistema do capital, o Estado se volta a atender os interesses capitalistas, estruturando o território e pautando a modernização da produção no campo. Nesta perspectiva, se o rio São Francisco foi o caminho hídrico das conquistas sertanejas, como

elaborou Lindoso (2011), ele também vem a ser o objeto centralizador das “conquistas” expansionistas do capital no Nordeste.

A água, que compôs o principal elemento de disputa e promessa de superação aos obstáculos impostos à produção agrícola e a própria reprodução da vida cotidiana, metamorfoseia-se de bem comum, à recurso estratégico de acumulação. Arrolando o discurso do desenvolvimento sustentável, gestado da crise estrutural, o Estado se encarrega de mediar a produção da infraestrutura promotora do salto qualitativo das relações de produção no semiárido.

Com a reestruturação das relações de produção iniciada nos anos 1990 e o acirramento desse processo para o semiárido brasileiro a partir dos anos 2000, se aprofundam os processos de expropriação e monopolização do capital no campo, fomentados pelo desenvolvimento da infraestrutura e crescimento econômico, com a criação do PAC. Nesse contexto, será no Nordeste brasileiro onde se perceberá uma maior intervenção do programa. São relevantes os números de construções e reconstruções de rodovias, portos, aeroportos, hidrovias e investimento em infraestrutura energética, sendo destaque os projetos hídricos (GONÇALVES, C. U; OLIVEIRA, 2009).

O investimento e a execução dos projetos hídricos pelo PAC, sempre em contrapartida com os estados federativos, teve como destino prioritário a região de clima semiárido brasileiro, que se estende no Grande Sertão pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Piauí, Ceará, Sergipe, Paraíba, Rio grande do Norte e Bahia, no nordeste, e norte de Minas Gerais, no Sudeste. O grande empreendimento, que tem por finalidade a reestruturação hídrica do semiárido brasileiro, carrega, como sujeito principal do seu incremento, o Rio São Francisco (BRITO, 2016). É a partir dele que gigantescas obras de integração para a reestruturação produtiva do Sertão brasileiro foram e estão sendo empreendidas, nesse sentido, são destaques o projeto de Integração do São Francisco a partir transposição das águas do rio, com a construção de canais nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, como ainda o Canal do Sertão em Alagoas. Este último, um projeto ainda em fase de finalização, datado do novo referencial metodológico para o desenvolvimento, elucubrado na conjuntura da crise do capital e do projeto neoliberal. O Canal do Sertão, iniciado o processo de escavação em 1992 e retomado em 1998, toma fôlego em 2007, quando passou a integrar o PAC, sendo esta a segunda maior obra hídrica do Brasil.

O Canal do Sertão em Alagoas tem por finalidade transportar as águas do Rio São Francisco por 42 municípios do estado, a partir de um canal artificial que drenará 250 km de terras quando finalizado (SEMARH, 2010).

É nesse sentido que se faz necessário acender um debate acerca da apropriação dos recursos naturais pelo capital, em particular as águas do rio São Francisco dentro do processo de espacialização do Canal do Sertão. Observar a política de desenvolvimento e financeirização que permeia as projeções do Estado para o uso das águas do São Francisco, de forma a possibilitar a interpretação de uma dialética do uso das águas pelo capital, como produto estratégico de acumulação, “trabalhando as relações entre natureza-história na organização territorial do capitalismo” (QUAINI apud SAQUET, 2015, p. 54).

A dinâmica da economia mundializada, de fundamento imperialista, é a da reestruturação do território para receber as suas demandas. Demandas não apenas de mercados externos para exportação das suas mercadorias, mas também as de condições de produção mais baratas, como terra, matéria-prima e força de trabalho que possa espoliar ou obter renda a partir de mecanismos financeiros. O Canal do Sertão, uma pequena bacia hidrográfica artificial introduzida no território semiárido alagoano, possui todas estas qualidades para acumulação do capital privado, pois, “a produção de alimentos saiu da órbita da geopolítica como questão estratégica nacional, passando assim, a ser simplesmente, mais uma mercadoria a ser comprada. Ainda, conforme Oliveira (2001, p. 194):

Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para a sua industrialização estão lançadas. E o que todos assistem é o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada.

A alta demanda por água no Brasil para fins de irrigação confirma isto, as áreas cultivadas têm sido expandidas e projetos como a Transposição do Rio São Francisco e o Canal do Sertão vem a corroborar com a extensão desse tipo de técnica agrícola, incrementando a produção para o mercado aliada à ideologia da economia-mundo (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2009).

Essa conjuntura é introduzida dentro de um contexto agrário concentrado, portanto, pensar o Canal do Sertão a partir da reprodução ampliada do capital e da financeirização, erigida a partir da reestruturação técnica do território pelo Estado, que cria as condições para a injeção do capital ocioso em uma perspectiva global, representa, uma preocupação com o futuro na

mercantilização das águas do rio São Francisco e com os sujeitos interligados a elas como condição da reprodução da sua própria vida.

Nessa perspectiva, em um território diverso, diferentes sujeitos ficam subsumidos ao processo de monopolização e financeirização do capital, o camponês e a camponesa, o assentado e assentada, o indígena e o quilombola, visto que as águas do Rio São Francisco se materializam agora como realidade que cortam suas terras, constituindo nesses territórios novas necessidades e virtualidades. Além disso, as relações de trabalho impostas pela modernização capitalista têm resultado numa crescente miséria dos camponeses desterritorializados, subordinados a uma tendência homogeneizadora do modo de produção e aos novos agentes produtores (sulistas, agências financeiras, agroindústrias), “capazes de ocupar e fazer produzir a boa terra, até então tida como improdutiva” (Mendonça, 2004, p. 273).

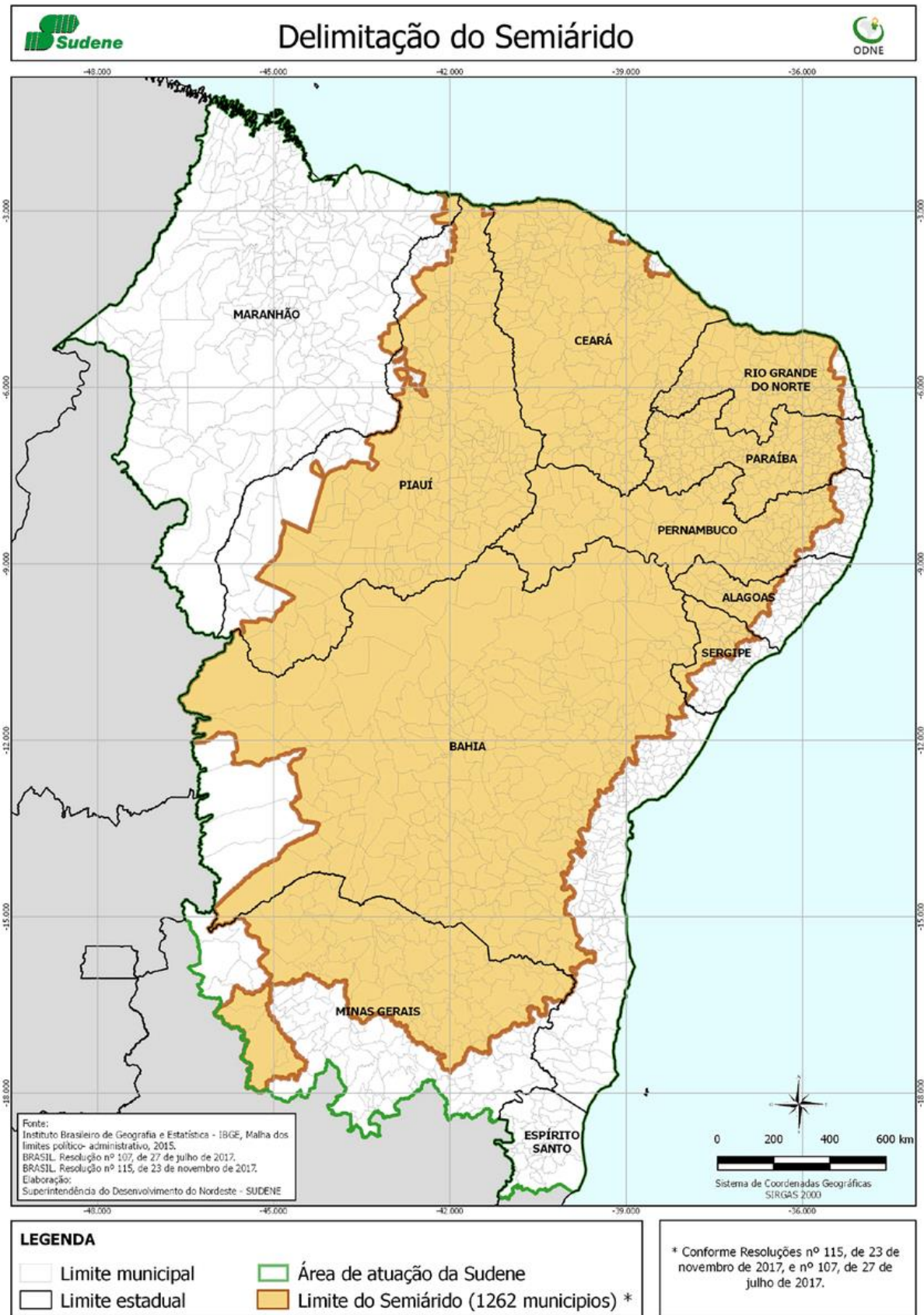
2.3 O rio São Francisco e a espacialização do Canal do Sertão em Alagoas

O nordeste seco brasileiro comporta-se como uma região semidesértica paradoxal, haja vista que este recorde socioespacial do Brasil é servido por redes hidrográficas hierarquizadas, com suas nascentes brotando nas chapadas e engrossando os leitos dos rios São Francisco e Parnaíba, dois rios perenes que serpenteiam a região (AB’SABER, 1999). De clima quente e seco, com temperaturas médias anuais acima dos 25° C, índices pluviométricos muito baixos, com prolongados períodos de estiagem, solo pedregoso e de difícil produtividade, o semiárido brasileiro, por séculos esteve extraviado da rota do capital produtivo.

Em uma área total de 1.128.697,4 km², segundo a delimitação do semiárido brasileiro, apresentada pela SUDENE em 2017⁴, correspondente a cerca de 12% do território nacional e a 1.262 municípios, o nordeste semiárido “é uma região de velha ocupação” (AB’SABER, 2003, p. 16), colonizada por curraleiros pecuaristas que duelaram contra os povos originários que ocupavam as regiões próximas aos corpos-d’água da parte semiárida da bacia do São Francisco. No entanto, o colonizador tinha a pólvora e as forças repressivas do Estado colonial ao seu lado, vencendo os povos indígenas que guerreavam com suas armas primitivas na defesa dos seus campos de caça e coleta.

⁴ Esta área está em revisão desde 2021 pela Agência Nacional das Águas, que propõe inserir 215 novos municípios ao polígono das secas, uma nova revisão está prevista para o final de 2024 (ANA, 2021).

Figura 2: Mapa de delimitação do semiárido



Fonte: Sudene, 2017

A dialética que negou a territorialidade dos povos indígenas coloca no lugar a atividade do pastoreio extensivo “do sertanejo vinculado a vida nas caatingas e camponeses típicos amarrados a utilização das ribeiras e dos brejos” (AB’SABER, 2003, p. 16). A violenta conquista do Sertão começa nos vales mais férteis, onde corriam afluentes do caudaloso rio São Francisco. São nos vales que um pequeno mundo rural passa a “seducir uma população que contava com a umidade para as lavouras de circunstâncias e para a fixação do pastoreio” (LINDOSO, 2011, p. 33).

De clima quente e com prolongados períodos de carência hídrica, a água como bem comum e necessário à reprodução da vida cotidiana sempre foi uma questão social e política, assumindo papel central nas querelas ideológicas das oligarquias que disputam a hegemonia da ação política no território do Sertão seco. Com um vazio de precipitações que dura de seis a sete meses, e com uma precipitação média anual de 268 a 800 mm (número 2,5 vezes menor que o nível de precipitação da Zona da Mata nordestina), as condições climáticas acabaram por justificar a territorialização de uma dinâmica indústria da seca, autorizando a introdução de uma miscelânea de políticas públicas centradas em projetos hidráulicos. Sob o fetiche do desenvolvimento, a seca serviu como instrumento ideológico capturado pelo discurso político (CASTRO, 1997). Nesses termos, as determinações físicas naturais sempre foram caracterizadas como um obstáculo ao desenvolvimento do capital na região, este pensamento conformou a resiliência do território semiárido ao uso utilitarista das águas do rio São Francisco.

Independentemente da estação, o rio São Francisco mante-se caudaloso durante todo o ano. Em um espaço de milhares de quilômetros quadrados, onde vivem cerca de 27 milhões de habitantes, divididas entre 1,83 milhão de estabelecimentos agropecuários nos os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (tabela 1), “somente os rios que vem de longe [...] mantém correnteza mesmo durante a longa estação seca dos sertões. Incluem-se nesse caso, o São Francisco e *pro parte* o Parnaíba” (Ab’Saber, 2003, p. 92). O ‘Velho Chico’, no entanto, é o único a cruzar os altos sertões das depressões colinosas, “comportando-se como um legítimo Nilo Caboclo” (AB’SABER, 2003, p. 92).

Tabela 1: Ocupação do Semiárido nordestino

Estados	Municípios	Área	Estabelecimento de agricultura familiar	Área ocupada	População no semiárido
	Nº	Km²	%	%	Hab.
Alagoas	38	12.686,9	85,54	57,24	962.641
Bahia	278	446.021	78,24	47,60	7.675.656
Ceará	175	146.889	75,98	51,21	5.827.192
Pernambuco	123	86.341	82,70	57,77	3.993.975
Paraíba	194	51.306	76,98	49,47	2.498.117
Piauí	185	200.610	80,57	56,15	2.805.394
Rio Grande do Norte	147	49.073	80,23	41,34	1.922.440
Sergipe	29	11.093	81,44	50,27	478.935
Maranhão	2	3.523	82,72	32,78	213.693
Total	1.171	1.007.438	-	-	26.378.043

Fonte: Censo agropecuário 2017. Elaboração – própria.

Os vastos espaços vazios de precipitação e distantes do Nilo caboclo dos vales sertanejos, escassos de uma infraestrutura produtiva e que desse fluidez à troca de mercadorias e de capitais, associada a uma população com baixíssima capacidade de consumo, afastaram, por longo tempo, a inversão de capital no espaço semiárido. A saída para uma densidade demográfica fértil em uma geologia rígida conjugada a uma estrutura agrária intransigente quase sempre significou a migração do homem e da mulher pobres do Sertão seco, conformando o semiárido “uma região geradora e redistribuidora de homens, em face das pressões das secas prolongadas, da pobreza e da miséria” (AB’SABER, 2003, p. 92).

A construção ideológica dos arrasados da terra mobiliza, desde os tempos imperiais, a instrumentalização do território sertanejo, sendo a base material das intencionalidades e ações políticas organizativas da produção de inumeráveis projetos hidráulicos de ares prometeicos, verdadeiros objetos de redenção da terra arrasada. As históricas secas, como a de 1877 a 1879, que se abateu sobre 500 mil sertanejos e vitimou de fome 200 mil pessoas, davam contexto a idealização de projetos como a construção de ferrovias e açudes, estas últimas brotando dentro de uma estrutura agrária intensamente concentrada. Ainda em tempos imperiais vislumbrou-se também a abertura de um canal que transportasse as águas do São Francisco por todo o polígono das secas (IPEA, 2009).

As primeiras expedições com fins de debater a possibilidade de canalizar as águas do rio São Francisco já vinham sendo realizadas desde 1839, quando Marcos Macedo, um entusiasta das ciências naturais, considerou a viabilidade de abrir um canal a partir do Rio São Francisco que transportasse as águas até o rio Jaguaribe, no Ceará (OLIVEIRA, G. P., 2020). Mas antes mesmo da iniciação dos estudos de viabilidade, já no início dos anos de 1800, o desembargador baiano João Rodrigues de Brito sugeriu que o rio São Francisco poderia ser interrompido a partir da cachoeira de Paulo Afonso, pois “não parecia difícil sangrar o rio mais acima e separar dele um braço que tomasse outra direção” (KIDDY apud SILVA, 2010).

Para além da questão das secas, os projetos hidráulicos, em especial a canalização do rio São Francisco, obedeciam ao momento histórico de expansão do capital no Brasil, a abertura de um leito artificial que entrecortasse o semiárido nordestino correspondia aos interesses da coroa portuguesa em abrir uma via de transporte fluvial que interligasse os centros comerciais com os sertões insulados, através de um dos principais rios do país, o objetivo era “cortar um canal acima da cachoeira, até a beira do mar, para que os produtos agropecuários pudessem ser transportados mais facilmente aos mercados das grandes cidades no litoral” (KIDDY, 2010, p. 23).

Projeto secular, a canalização das águas do rio São Francisco é apresentada, no século XXI, como empreendimento de múltiplas finalidades, mas que, a histórica e centenária idealização da construção de canais, com o aproveitamento hídrico do São Francisco expõe projeções que perpassam por diferentes campos e sujeitos de interesses. Pensado inicialmente como um rio artificial de navegação para transportar mercadorias, a canalização sujeitou-se também ao uso das águas para a lavagem de minério, primeira proposição dos grupos exploradores do território ainda no período colonial. Segundo Oliveira, G. P. (2020, p. 6):

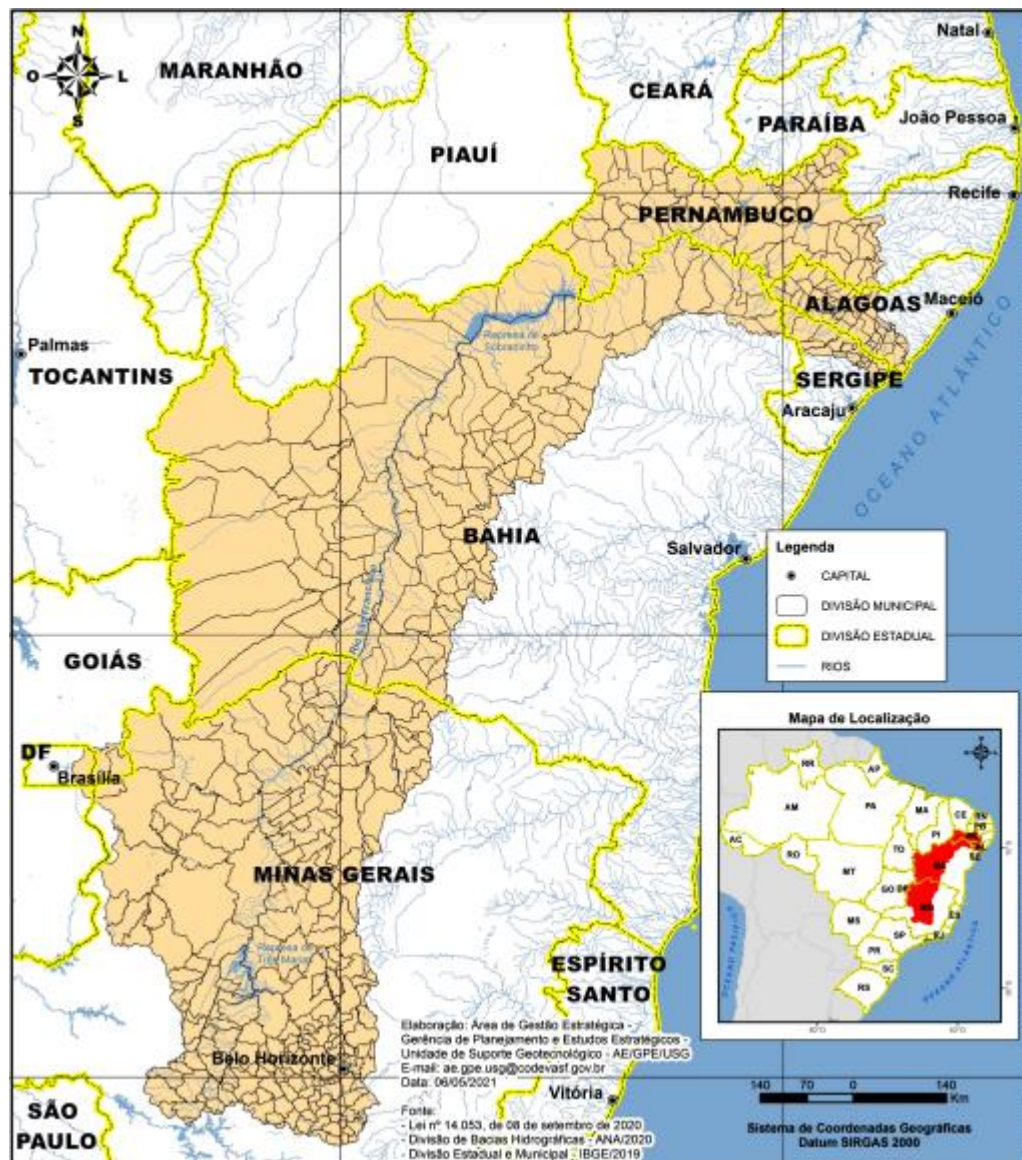
A ideia de dar outros destinos para as águas desse rio teria, assim, um sentido extremamente diferente daquele que aparece hoje muitas vezes como claro e mesmo como o único possível. Enquanto atualmente a imagem do flagelo da seca parece ser a grande justificativa ao projeto, naqueles anos entre o fim do século XVIII e o início do XIX o grande motivo do canal seria a riqueza de minerais.

Portanto, a canalização das águas do rio São Francisco não é, enquanto projeto idealizado, um empreendimento particular do século XXI. A aspiração civilizatória do rio São Francisco, iniciada com a sua catequização, quando é batizado com nome de santo católico e deixa de ser chamado de Opará, como assim o chamavam os originários ribeirinhos do semiárido, fica completa por meio da alegoria da integração nacional que aconteceria por vias fluviais, correspondendo aos interesses em expandir o capital comercial, intensificado com o

incremento da produção de mercadorias na primeira fase do capital industrial inglês, que acelerou a corrida por matérias-primas e rotas comerciais em todo ocidente do velho mundo. As novas relações de trabalho e modo de produção europeu mobilizaram a espacialização de ferrovias e canais de navegação, como o canal de Suez, no Egito. Originalmente, a romanesca canalização do São Francisco do período imperial servia a propósito semelhante, uma via de expansão e circulação de mercadorias, mas, também, um instrumento estratégico de acumulação da metrópole, servindo como matéria-prima auxiliar da lavagem de minérios.

Percorrendo 2.700 km de Sudeste a Nordeste, sob o título de ‘Rio da Integração Nacional’, o rio São Francisco sempre foi o paiol dos sonhos e desejos das oligarquias nacionais, elemento vivaz da expansão do controle territorial, permeando o imaginário das elites nacionais desde o princípio da formação colonial/civilizatória do território brasileiro.

Figura 3: Mapa da Bacia do São Francisco



Fonte: CODEVASF, 2020.

O entusiasmo de tornar a bacia do São Francisco agente da prosperidade nacional reuniu estudiosos que inspecionaram todas as possibilidades exequíveis de investimento da nascente até a foz. A perspectiva de unidade somada à prospecção das inúmeras potencialidades que poderiam ser promovidas a partir da bacia do São Francisco fez com que “nenhum rio no Brasil [fosse] tão estudado e mapeado tão cuidadosamente quanto o rio São Francisco e os seus afluentes” (KIDDY, 2010, p. 23.). Ora, a engenhosidade de mapear e descrever a superfície terrestre nada mais é que a manifestação do desejo de controle do território e de seus recursos, no caso do rio da unidade nacional, o mapeamento dos cursos de água se apresentava como instrumento de racionalização e manipulação dos recursos hídricos.

Ao longo do século XIX, as diversas expedições investigativas ao longo da bacia do São Francisco objetivaram o controle territorial da região semiárida, através do maior leito de água doce localizado em território sertanejo, o aproveitamento do curso fluvial para fins de navegação servia como projeto de colonização e controle monárquico do território. Com a navegação à vapor o poder estatal impunha a sua territorialização nos Sertões, “lugares supostamente ermos, atrasados e distantes do ideal de nação” (Oliveira, G. P., 2020, p. 9). Durante o século XIX, o rio São Francisco teve extrema relevância para o projeto de unidade nacional. A projeção de canais que contornassem a cachoeira de Paulo Afonso e viabilizassem a interligação entre o litoral e o interior semiárido, facilitando o fluxo de mercadorias na região, faziam parte desse processo.

Embora a ideologia da unidade nacional tenha tido grande centralidade nos discursos apologéticos, a canalização do rio São Francisco ganha maior relevo com a questão das secas, principalmente aquela de 1877, quando fica evidente a mudança dos argumentos em defesa de uma rede hídrica que irrigasse o Sertão de Sergipe até o Ceará.

Esse peso da seca em 1877 ficou evidente na mudança de alguns aspectos da argumentação do deputado Tristão de Alencar Araripe, que, como visto há pouco, associou em 1873 o canal à demanda por navegação. Quatro anos depois, porém, ele deu à seca um papel preponderante na defesa do canal. A falta d’água seria o grande problema daquela porção do Império, onde até mesmo os rios só existiriam em épocas de chuvas. Um meio para solucionar tudo isso seria levar a essas áreas as águas do São Francisco por meio de sua canalização. Segundo Alencar Araripe, o próprio São Francisco parecia ter essa finalidade, pois seu percurso ia de Minas Gerais em direção ao norte do Império como se fosse levar “o tributo de suas águas em benefício de um solo tão necessitado delas”. Porém, de repente, ele se desviou dos sertões áridos e tomou a direção ao leste, indo para o Oceano entre Alagoas e Sergipe (Oliveira, P. G. 2020, p. 25).

A seca, portanto, torna-se um trunfo na defesa da canalização a partir da bacia do São Francisco, engendrando um novo paradigma discursivo nas querelas sobre o combate às secas e desenvolvimento do semiárido. Canalizar, desde os tempos imperiais, significou integrar e promover o incremento produtivo potencial do território sertanejo, nesse estigma, o rio São Francisco tornou-se objeto de diversas finalidades nos séculos seguintes, com rupturas e continuidades do destino de grandeza que lhe foi imputado desde a colonização do território brasileiro. As faraônicas obras de canalização do São Francisco, iniciadas nos finais do século XX, põem em evidência a forma fenomênica deste artifício.

Se os tempos e as relações de produção são outros, a forma ideológica verbalizada nos discursos de legitimidade da implementação dos canais de transposição também o são. A dialética que faz perecer o império no Brasil também ver nascer no século XX o Estado

subjugado a financeirização do capital. O novo modo de acumulação, germinado da associação entre o capital bancário e o capital industrial, acelera o tempo de giro do capital, invertido na composição orgânica dos meios de produção capitalistas. Nesse arranjo, a reestruturação insurgida do capitalismo flexível, acompanhada dos debates sobre mudanças climáticas, formalizam um ambiente propício ao investimento externo direto (IED) com vistas a promover o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o rentismo suplanta a troca de mercadorias internacionais como vetor principal do processo de internacionalização do capital, pondo em seu lugar a mercadoria dinheiro como principal instrumento do processo de valoração do capital (CHESNAIS, 1996).

A crise climática evidenciada na década de 1970 anuncia os sinais dos tempos, e a transição energética, juntamente com a água, ganham protagonismo nos debates sobre o enfrentamento ao aumento dos índices de aridez no planeta. Os prognósticos da ONU de que metade da população viveria em áreas de escassez hídrica até 2025, faz soar o alarme da catástrofe anunciada e a necessidade de controle e uso racional das reservas de água potável, o que incentiva a ampliação dos reservatórios de armazenamento hídrico. O projeto de desenvolvimento sustentável para as áreas de semiaridez, portanto, passa a envolver diretamente a construção de reservas de água potável, com vistas a garantir o abastecimento humano, agropecuário e urbano. No Nordeste, a execução do projeto de desenvolvimento para o semiárido centraliza suas ações na canalização das águas do São Francisco, objeto catalisador do plano de sobrevivência das atividades socioeconômicas frente ao futuro colapso climático.

Mais que garantir a sobrevivência da espécie humana nas áreas de semiaridez, o controle territorial da bacia do São Francisco pelos estados federativos, com a ingerência dos órgãos financeiros multilaterais, afiança a reprodução ampliada do capital no semiárido nordestino, assegurando, sobretudo, a conservação do capital rentista em um futuro catastrófico. A água, consumida no processo produtivo como custo da produção, torna-se objeto de valoração à medida que é transformada em mercadoria, seja pelo seu engarrafamento ou pelo seu valor como matéria-prima, assim, ela passa a ser subvertida de elemento essencial a realização da vida a valor de troca. É nesta perspectiva, que a valoração dos recursos hídricos como matéria auxiliar da produção e como produto mercantil vem a orientar a construção das redes de transposição dos rios perenes que cortam o nordeste seco, potencializando no semiárido nordestino a reprodução continuada do espaço como instrumento da ampliação escalar do capital.

Para entender o processo de canalização do rio São Francisco no semiárido nordestino do final do século XX é salutar ter em evidência que os novos paradigmas de desenvolvimento, pactuados no Consenso de Washington, significaram um avanço predatório sobre o trabalhador, mas também sobre a natureza. No final da década de 1980, as medidas do capital-imperialismo conformadas sob as diretrizes do consenso, constrangeram os Estados recém democráticos da região a adoção de um pacote de ‘ajustes fiscais’, arregimentada na intensificação da exportação de capitais e na flexibilização das fronteiras nacionais, aprofundando a partilha dos territórios pelos grupos hegemônicos e a disputa pela hegemonia na acumulação do capital. Gerido pela aliança internacional da burguesia, o pacto neoliberal possibilitou a reprodução ampliada do capital e uma reprodução continuada do espaço manifesta na apropriação privada da natureza, revertida de riqueza biológica e social, meio e condição da própria existência humana, em mercadoria.

Na lógica instrumentalista dada pelo mercado financeiro as riquezas ecológicas, a terra, o minério e a água são elevados a artigos importantes na disputa imperialista de acumulação. Tal conjectura não permite tomar por estranho que os processos de canalização do rio São Francisco no Nordeste brasileiro tenham sido projetados e executados dentro desta totalidade. Nesse sentido, idealizado em meio a reestruturação produtiva do capital da década de 1990, o Canal do Sertão em Alagoas passa a corresponder ao metabolismo do modo de produção capitalista na sua fase financeirizada. Segunda maior obra hídrica do país, ficando atrás apenas do Canal da Transposição, o Canal do Sertão transportará, quando finalizado, um recurso estratégico para o desenvolvimento econômico no campo e na cidade. Já com os primeiros os quatro primeiros trechos inaugurados, o Alto Sertão do semiárido alagoano tem reestruturado o seu sistema agrícola e seu modo de produção onde antes havia apenas as baixas médias pluviométricas como fonte de irrigação.

A conjuntura na qual o Canal do Sertão passa a ser executado é a do ideário das políticas públicas para o Desenvolvimento Rural Sustentável. Nesses termos, a construção de um canal artificial que transporte por 250 km do semiárido alagoano as águas do rio São Francisco, é anunciada como forma de tornar mínima a migração, garantir o abastecimento humano, a dessedentação animal e a produção agropecuária, fomentando, mesmo sem tocar na estrutura agrária do campo alagoano, a agricultura familiar a partir de uma rede hidrográfica capaz de armazenar e irrigar o solo sertanejo. É dentro desse processo que o Canal do Sertão em Alagoas é projetado e executado, apresentando-se como forma-conteúdo subordinado aos interesses do capital financeiro, com capacidade de reprodução ampliada no semiárido alagoano. Nesse

sentido, grupos financeiros, ao se apropriarem das águas do São Francisco na perspectiva de agenciar uma reprodução ampliada usurpam e/ou monopolizam o uso da água. Por tais motivos, este trabalho objetiva entender o processo de espacialização do Canal do Sertão dentro do contexto da financeirização do capital, buscando ainda compreender quais instrumentos são utilizados para gerir as águas do São Francisco e como o mesmo se insere na lógica do capital portador de juros.

2.3.1. Um breve histórico da espacialização do Canal do Sertão no semiárido alagoano

Antes de mais nada, é imprescindível pôr em evidência que o processo de espacialização do Canal do Sertão em Alagoas é um projeto quase centenário, as continuidades e rupturas que germinam da política de transposição do rio São Francisco no Brasil, e em Alagoas, perpassam por diferentes paradigmas da relação entre Estado e capital. Nesta perspectiva, as primeiras proposições de canalização do único rio perene do estado tomam forma mais tangível com a criação da Comissão do Vale do São Francisco e as políticas antisseca para a região semiárida, observando o paradigma de desenvolvimento regional daquela década, quando é elaborado um plano de aproveitamento do potencial econômico do rio São Francisco com a abertura de linha de crédito através do recém-inaugurado Banco do Nordeste (SEPLAG, 2017).

Na expectativa de promover o aproveitamento econômico do leito do São Francisco, o então senador Rui Palmeira propõe, na década de 1940, um projeto de utilização das águas do rio para fins de irrigação no Sertão alagoano, ideia retomada mais tarde, na década de 1960, pelo governador Luís Cavalcanti, que prospectou a viabilidade de uma obra que levasse as águas do rio por todo o Sertão, até o município de Palmeira dos Índios, no Agreste de Alagoas (COHIDRO, 1991). O projeto de canalização, no entanto, só ganha arcabouço técnico e de viabilidade socioeconômica na década de 1990, no governo de Geraldo Bulhões, quando foi criada a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Irrigação, “responsável pela primeira versão do projeto Canal do Sertão, na época, denominado de Canal de Irrigação do Sertão” (Vasconcelos, 2021, p. 55). A primeira prospecção do Canal considerou que o Canal adutor do Sertão teria como metas:

- Abastecimento d’água aos perímetros de irrigação;
- fornecimento d’água para o gado e para as mínimas necessidades dos pequenos produtores;
- através da introdução da piscicultura, criar condições para ofertar alimento de alto valor proteico a baixo custo;

- treinamento e orientação em métodos agrícolas modernos, através da implantação de áreas pilotos para irrigação;
- geração de renda e oferta de alimentos durante todo o ano, utilizando-se o trabalho comunitário nas unidades econômicas pontuais;
- oferta de água tratada para consumo às populações urbanas das cidades e distritos mais populosos (COHIDRO, 1991, p. 4).

Nos termos presentes, nos estudos de Pré-Viabilidade realizada pela COHIDRO, em 1991, o objetivo do Canal de Irrigação do Sertão seria, prioritariamente, o desenvolvimento de perímetros irrigados conjuntamente com o consumo humano, a dessedentação de animais e o desenvolvimento da piscicultura. Pensado como instrumento para o desenvolvimento regional, o Canal de Irrigação do Sertão tem suas obras iniciadas em 1992, haja vista o cenário político favorável a Alagoas durante esse ano, quando ainda estava na presidência da república o alagoano Fernando Collor de Mello, o qual havia indicado para o cargo de secretário nacional da SUDENE, o ex-governador por Alagoas, Dr. Moacir Andrade. No entanto, mesmo com o forte capital político da aristocracia rural alagoana no cenário nacional, inclusive sendo estes de origem sertaneja, as obras do Canal de Irrigação do Sertão, iniciadas em 1992, contaram apenas com algumas escavações, sem avanços efetivos no processo de canalização (VASCONCELOS, 2021).

Com projeção quase secular, o Canal do Sertão só toma forma efetiva a partir dos compromissos da ECO 92, acordados na Agenda 21, documento assinado pela SUDENE. Com vistas nos acordos da Agenda, o Canal do Sertão aparece nos relatórios de viabilidade da CODEVASF como uma proposta de desenvolvimento sustentável do rio São Francisco e do semiárido nordestino, confirmando as recomendações para o uso racional das águas com fins na produção de alimentos e desenvolvimento rural sustentável.

Orquestrado a partir dos compromissos da ECO 92, o projeto de desenvolvimento rural para o semiárido promove o Canal do Sertão como instrumento de responsabilidade social e ambiental, o objetivo do canal, segundo documentos oficiais, seria a garantia do abastecimento de água proveniente da bacia do São Francisco para os municípios onde os períodos de estiagem fossem prolongados. Neste certame, o projeto condicionado aos estudos de viabilidade da CODEVASF prevê, além do abastecimento para consumo humano, a viabilização de água para irrigação de projetos de agricultura e pecuária (SEMARH, 2007-2014).

Com quase nenhum progresso, a construção do canal foi paralisada em 1993, sob a alegação de irregularidades técnicas, sendo retomada apenas em 1999, quando o Canal passa a se adequar à moldura do assim chamado Desenvolvimento Sustentável, e recebe a nomenclatura de Canal do Sertão. Nesse sentido, o empreendimento Projeto Sertão Alagoano é inserido “na

proposta de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco e do Semiárido nordestino – Projeto Semi-Árido, concebido pela Codevasf, adotando as diretrizes do Projeto Áridas e do PLANVASF” no ano de 1997 (Codevaf, 2002, p. 164). Dentro desta proposta está o Plano de Organização e Gestão do Projeto Sertão alagoano, que apresenta os fundamentos das suas diretrizes:

- a) a água é um bem de domínio público, um recurso natural limitado e dotado de valor econômico;
- b) em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- c) a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo da água;
- d) a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades;
- e) a irrigação deve constituir-se em atividade competitiva e auto-sustentada, implantada e operada em bases empresariais, com recuperação dos investimentos públicos realizados;
- f) os custos de operação e manutenção dos projetos de irrigação implantados com apoio do governo, deverão ser reembolsados através de tarifa d’água cobradas aos beneficiários;
- g) a estratégia de transformação da sociedade do Nordeste, centrada no homem, seu agente e beneficiário, tem como objetivo síntese, o Desenvolvimento Sustentável, globalmente considerado em suas quatro dimensões: geo-ambiental, econômico-social, científico-tecnológica e político-institucional;
- h) o Governo Federal e o Governo Estadual transferirão à organização de usuários ou então, exercerão o direito de concessão de serviço público, transferido a prestação de serviços, mediante licitação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, e por prazo determinado (CODEVASF, 2002, p. 164)

Partindo de tais princípios, a partir de 1998, a CODEVASF deu início aos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos em Alagoas, observando a demanda pelo aproveitamento e ampliação das reservas de água do novo paradigma de desenvolvimento sustentável para o Nordeste. Os objetivos estavam de acordo com aqueles reproduzidos em nível nacional e internacional, correspondendo a implementação de políticas institucionais para a mitigação dos efeitos da seca, como a fome e a pobreza extrema. Nesse sentido, ainda em 1993, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), havia divulgado o mapa da fome no Brasil, fato que mobilizou organizações populares, como o Movimento Ação da Cidadania Contra a Fome, Miséria e pela Vida, com forte apelo popular, o que levou a criação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea). Segundo a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio do Estado de Alagoas:

Esse programa originou o programa Bolsa Renda em 2001 e o Bolsa Família em 2004. Nos anos 1990, iniciaram-se os debates sobre os projetos de assentamento de pequenos produtores versus a participação do produtor empresário. Em 1997, foi constituído o modelo de irrigação, com lotes familiares para projetos de assentamento

e projetos públicos de irrigação totalmente ocupados por empresas (SEPLAG, 2017, p. 09).

A implementação dos programas de armazenamento de água e irrigação, portanto, emergem das ações do Estado para o enfrentamento das secas, mas, sobretudo, como modelo de combate à fome e à miséria na região de clima semiárido com o referencial do desenvolvimento sustentável.

Buscando a introdução no espaço semiárido alagoano de um empreendimento que fosse capaz de minimizar os problemas de uma das áreas com os piores indicadores socioeconômicos do país, os estudos realizados pela CODEVASF em 1998 buscaram efetivar a construção de um canal de transposição das águas do rio São Francisco com vistas nos seguintes objetivos, segundo o relatório dos Estudos de Viabilidade e Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Projeto Sertão Alagoano:

- Social: melhorar a qualidade de vida da população rural, e implantar infraestrutura social na zona urbana;
- Econômico: dar condições para que a população desenvolva atividades econômicas sustentáveis;
- Cultural: transferir tecnologia mais adequada às condições naturais da região e compatíveis com a capacidade de absorção da população afetada;
- Ambiental: diminuir as atividades extrativistas desordenadas e adotar tecnologias conservacionistas, principalmente, no que se refere à conservação dos solos (SEPLAG, 2003).

Os estudos de viabilidade realizados pela CODEVASF apresentaram, dentre as propostas de intervenção para o semiárido, o uso de um canal adutor de água do Rio São Francisco, culminando na retomada da construção do Canal do Sertão no espaço do semiárido alagoano interrompida em 1993. O traçado do Canal tinha por objetivo contemplar os municípios que sofrem com a escassez de recursos hídricos no Sertão e na área de transição do Agreste alagoano, percorrendo um total de 250 km do estado, com a sua nascente no reservatório da usina hidrelétrica Apolônio Sales, no lago Moxotó, em Delmiro Gouveia, até o seu destino final em Arapiraca (quadro 1) (CODEVASF, 2003).

Quadro 1: Municípios de influência do Canal do Sertão

Sertão	Agreste
Água Branca, Batalha, Belo Monte, Canapi, Carneiros, Delmiro Gouveia, Dois Riachos, Inhapi, Jacaré dos Homens, Jaramataia, Major Izidoro, Maravilha, Mata Grande, Monteirópolis, Olho d'água das Flores, Olho d'água do Casado, Olivença, Ouro Branco, Palestina, Pão de Açúcar, Pariconha, Piranhas, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira.	Arapiraca, Belém, Cacimbinhas, Coité do Nóia, Craíbas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios, Tanque d'Arca, Taquarana e Traipu
26 municípios do Sertão alagoano	16 municípios do agreste alagoano
Total de municípios na região de influência do Canal do Sertão = 42 municípios	

Fonte: Seplag, 2017. Elaboração – a autora.

Abrangendo uma área equivalente a pouco mais de 47% do estado de Alagoas, o projeto do Canal do Sertão alagoano teve por objetivo, segundo relatório de viabilidade da CODEVASF, desenvolver a região oeste do estado de Alagoas, onde as condições características do clima semiárido limitam o desenvolvimento rural.

Mesmo com os estudos de viabilidade adequados a Agenda 21, a retomada da construção do Canal do Sertão se deu a passos lentos e, somente em 2007, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva coloca o projeto dentro do Programa de Aceleração do Crescimento, é que as obras tomam fôlego, recebendo um aporte de 500 milhões de reais garantidos pelo governo federal entre 2007 e 2010.

Garantindo que iria fazer a reforma hídrica do Brasil, Lula afirmou:

O Collor começou o Canal do Sertão. Normalmente as obras começavam com uma emenda parlamentar. Você pegava 30 milhões e colocava na obra. No ano seguinte, não tinha mais a emenda parlamentar, não tinha dinheiro, a obra parava. Dois anos depois, os deputados colocavam mais uma emenda, andava mais um pouquinho. Mas cada vez que você para e cada vez que você começa, fica mais caro. Fica mais caro porque as empreiteiras levam as máquinas embora, ela manda os trabalhadores embora, depois tem que começar tudo de novo. O que nós fizemos? Vamos colocar o Canal do Sertão no PAC. Vamos colocar no PAC, porque aí não depende de emenda parlamentar, depende de dinheiro do orçamento (PLANALTO, 2009).

A introdução do Canal do Sertão no PAC garantiu a entrega dos dois primeiros trechos nos primeiros 64 km do Canal, em 2013, correspondendo aos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca e Pariconha. Atualmente, estão em funcionamento 123 km da obra que corta diretamente, além dos municípios já citados, os perímetros municipais de Inhapi, Senador Rui

Palmeira, Carneiros, Olho d'Água das Flores e São José da Tapera. O Canal está dividido em 5 trechos até o km 150:

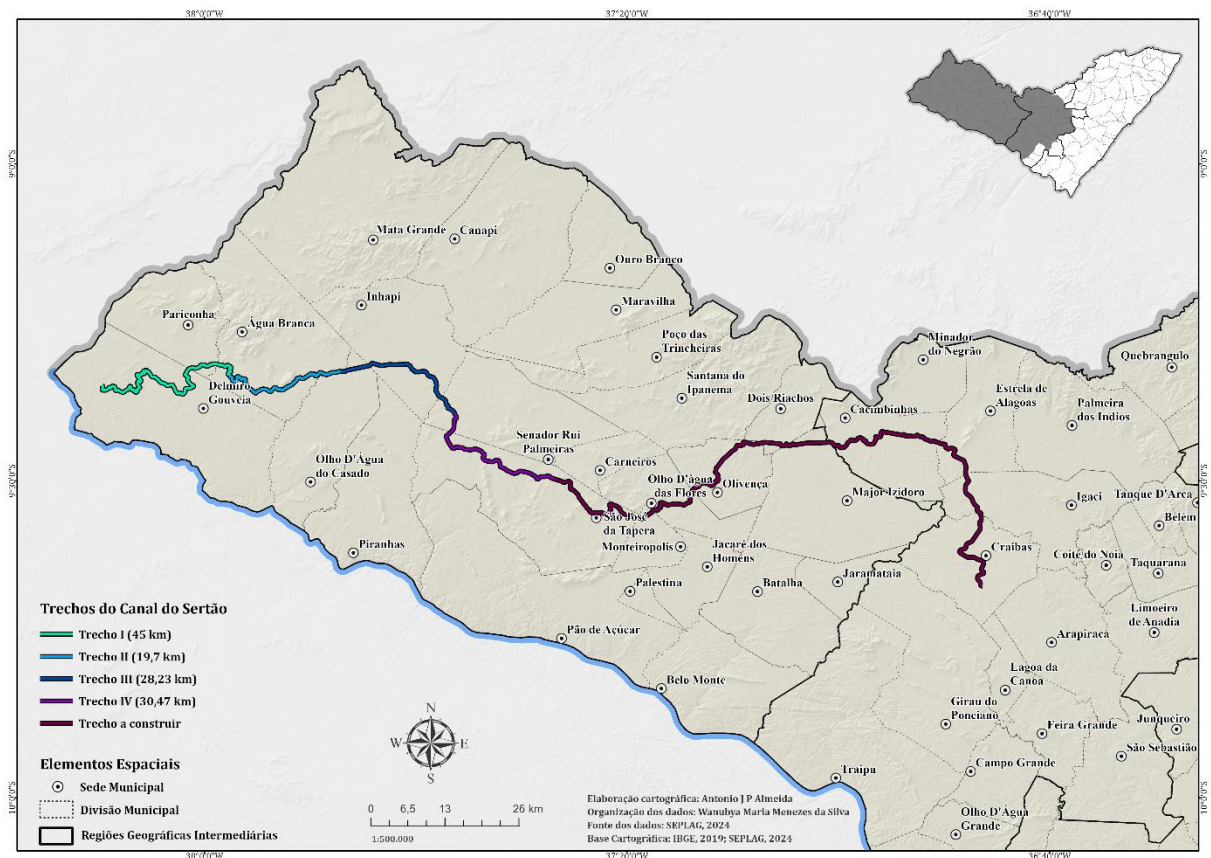
- Trecho I (0 – 45Km): inaugurado em 2013;
- Trecho II (45 – 64 Km): inaugurado em 2013;
- Trecho III (64 – 93 Km): inaugurado em 2015;
- Trecho IV (93 – 123 Km): inaugurado em 2021;
- Trecho V (123 – 150 Km): obra licitada e contratada.

Figura 4: imagem aérea do Canal do Sertão



Foto: Antonio Almeida, 2024. Delmiro Gouveia/Água Branca – AL.

Figura 5: Mapa por trecho do Canal do Sertão



Elaboração: Antonio Almeida. Organização dos dados - a autora.

Já em vias de finalização, o Canal do Sertão em Alagoas é hoje a maior obra hídrica alcançada pelo Governo do Estado de Alagoas em conjunto com o Governo Federal, constituindo a segunda maior obra do país, atrás apenas da transposição do São Francisco. Observando os relatórios da CODEVASF (2003) e da SEMARH (2014), o Canal tem objetivado e executado o acréscimo da disponibilidade hídrica no Sertão e no Agreste, áreas atingidas pelas constantes secas ou por baixos índices pluviométricos, em consequência de sua localização geográfica. A utilização das águas objetiva diversas finalidades, porém a viabilidade do projeto nos relatórios da CODEVASF é concentrada na irrigação para fins agropecuários. Segundo a CODEVASF, as faixas diretamente beneficiadas pelo empreendimento resultarão em perímetros de irrigação de implementação de longo prazo, assim definidas (2003, p. 119-120):

Para a Zona do Agreste:

- AR(x) – Fruticultura Irrigada na Região de Arapiraca
- EA(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Estrela de Alagoas
- ASA – Bovinocultura de Sequeiro na Zona do Agreste
- SCA – Abastecimento de Água Urbano e Rural – Sistema Coletivo do Agreste

Para a Zona da Bacia Leiteira:

120 • DR (x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Dois Riachos

• RG (x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Riacho Grande

• AST – Bovinocultura de Sequeiro na Zona da Bacia Leiteira

• SCB – Abastecimento de Água Urbano e Rural – Sistema Coletivo da Bacia Leiteira

Para a Zona do Sertão:

• OC(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Ouro Branco/Capiá

• IN(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Inhapi

• DG(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Delmiro Gouveia

• PC(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região de Pariconha

• MO(x) – Agropecuária Irrigada e de Sequeiro na Região do Moxotó

• ASS – Caprinocultura de Sequeiro na Zona do Sertão

• SCS – Abastecimento de Água Urbano e Rural – Sistema Coletivo do Sertão

Para as Três Zonas

• PSI – Piscicultura em Race Way nas Derivações para Irrigação

Estudos realizados pelo estado de Alagoas em conjunto com o IBGE e a CODEVASF, apontam que o Canal, quando concluído, contemplará parcialmente 6 microrregiões homogêneas: Serrana do Sertão Alagoano, Alagoana do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema, Batalha, Palmeira dos Índios e Arapiraca. Segundo relatórios da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado de Alagoas (SEMARH), a área que será contemplada pelo canal quando finalizado abrangerá, aproximadamente, 13.230,30 km², representando 47%, da área total do estado, atingindo diretamente 42 municípios e uma população próxima de um milhão de habitantes (SEMARH, 2010).

Tabela 2: Área direta e indiretamente beneficiada pelo Canal do Sertão

Nº	Municípios	Área (km ²)
1	Água Branca	456,7
2	Arapiraca	367,5
3	Batalha	322,5
4	Belém	48,4
5	Belo Monte	334,8
6	Cacimbinhas	273,9
7	Canapi	574,3
8	Carneiros	113,5
9	Coité do Nóia	88,9
10	Craíbas	276,4

11	Delmiro Gouveia	609,3
12	Dois Riachos	143,3
13	Estrela de Alagoas	265,5
14	Feira Grande	156,6
15	Girau do Ponciano	504,3
16	Igaci	335,0
17	Inhapi	375,7
18	Jacaré dos Homens	142,9
19	Jaramataia	1,4,1
20	Lagoa da Canoa	103,3
21	Limoeiro de Anadia	335,8
22	Major Isidoro	455,8
23	Maravilha	280,9
24	Mata Grande	923,1
25	Minador do Negrão	167,3
26	Monteirópolis	84,4
27	Olho d'Água das Flores	184,3
28	Olho d'Água do Casado	324,1
29	Olivença	173,6
30	Ouro Branco	205,4
21	Palestina	49,1
32	Palmeira dos Índios	432,5
33	Pão de Açúcar	661,8
34	Pariconha	262,7
35	Piranhas	409,1
36	Poço das Trincheiras	304,1
37	Santana do Ipanema	439,6
38	São José da Tapera	524,8
39	Senador Rui Palmeira	361,2
40	Tanque d'Árca	156,6
41	Taquarana	167,2
42	Traipu	701,7
Total		13.230,3

Área total do estado (km²)	27.933,1
--	----------

Fonte: CODEVASF, 2002 – Elaboração própria

Ainda segundo a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a utilização da água do Canal nos primeiros trechos já inaugurados vem sendo utilizada para irrigação da agricultura familiar e empresarial, o abastecimento humano, dessedentação de animais, pisciculturas, indústrias e comércio, com abastecimento de pequenos açudes ou barreiros, como são conhecidos no Sertão (SEMARH, 2014).

O Tribunal de Contas da União (TCU, 2013) apresenta o projeto para o Alto Sertão via canal adutor, como uma obra cuja finalidade está centrada no desenvolvimento da economia regional, observando a melhoria das condições de abastecimento humano e projetando nos perímetros de irrigação o desenvolvimento do agronegócio local. Segundo documento do TCU, o custo da obra até o trecho 2 alcançou o montante de R\$ 647.365.965,24 (data-base dezembro/2011). Esse valor corresponde ao valor atualizado do Contrato 18/2010-CPL/AL (TCU, 2013). Ao final da obra estima-se que o investimento chegue a 4 bilhões de reais.

O projeto é considerado uma das maiores e mais modernas obras de engenharia hídrica do mundo, capaz de provocar grandes impactos socioeconômicos no espaço onde vem sendo espacializado. Apreender o processo de reestruturação produtiva no semiárido a partir da abstração da espacialização do Canal e do uso das águas da transposição, orientados pelos novos paradigmas de desenvolvimento da década de 1990 é colocar em evidência os processos potencialmente expropriadores realizados pelo capital, mediado pelo Estado, recriando territórios e territorialidades, monopolizando aqueles que antes estavam fora da lógica do capital rentista. São sob esses aspectos que buscaremos, a partir daqui, observar as novas relações de trabalho que se projetam e se materializam no semiárido alagoano a partir do discurso do desenvolvimento sustentável e das políticas de combate à pobreza que o permeiam.

SEÇÃO 3 – POBREZA EM ALAGOAS E A FINANCERIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

CAPÍTULO 3 – O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA EM ALAGOAS

É preciso dizer, antes de mais nada, que o Sertão alagoano é um espaço propício para a implementação das políticas de combate à pobreza insurgidas do discurso sustentável e da financeirização que o acompanha. Um lugar permeado pelo espantinho da pobreza urbana e rural com índices profundos de miséria e desigualdades sociais que recortam todo o estado e tecem toda a história de formação do território do estado de Alagoas.

O processo de ocupação e formação territorial de Alagoas denuncia o histórico da produção de um dos espaços com os maiores índices de desigualdade na renda e na ocupação do solo, apresentando um dos piores indicadores na qualidade de vida do país em séries históricas. Nesse aspecto, o “monumento a injustiça social”,⁵ como nos lembra o professor e sociólogo alagoano Cícero Albuquerque, “nasce da terra e nela cria raízes”. É num espaço determinado pela elevada concentração de terras que as políticas de desenvolvimento rural sustentável se impõem, não como um instrumento reformador da estrutura agrária alagoana, mas como uma política de desenvolvimento autônomo, inserindo no território objetos capazes de realizar a mais-valia relativa à medida que possibilita a aceleração do tempo de produção da mercadoria, como são os casos dos canais de irrigação e das relações de trabalho que a partir deles se realizam.

Em Alagoas, o padrão tradicional agroexportador privilegiou desde os tempos coloniais a grande empresa de base latifundiária, fundamentada na monocultura e no trabalho informal/sazonal, gerando forte concentração de renda e a criação de um enorme número de pessoas em condições de vida miseráveis. O enraizamento do setor canavieiro na economia alagoana estabeleceu relações de precariedade da vida e do trabalho em todo o estado, alimentando as contradições de classe para além das fronteiras do Litoral Leste. Nesse sentido, o modo de ocupação da faixa Leste determinou a conformação socioespacial do restante do estado, orientando, na divisão social do trabalho, uma marcha migratória para o interior, o que determinou a base das relações sociais de produção dos novos espaços colonizados, ao expropriar os campos de caça e coleta dos povos originários no Sertão (LINDOSO, 2011).

A expropriação dos territórios indígenas pelo curraleiro no Sertão de Alagoas se soma a monopolização da terra do Litoral Leste, pois, somadas as questões climáticas, o Sertão Seco conformou, ao longo do seu processo de formação, um espaço próspero para os enredos

² Expressão de Eric Hobsbawn ao se referir ao Brasil.

literários mais dramáticas e que, ainda assim, estavam longe de representar o horror das condições reais aos quais estavam inseridos o homem e a mulher sertanejos pobres: camponeses, quilombolas e indígenas. Tais narrativas, no entanto, não cessaram com o desenrolar da história recente do capitalismo, mas recriam-se sob outros formatos, agora mais próximos do novo padrão de desenvolvimento do capital financeirizado.

3.1 A pobreza em Alagoas em tempos de reestruturação do capital

No leste alagoano, por onde adentrou o colonizador europeu, a reprodução do modo capitalista na sua fase mercantilista se realizou lançando as sementes da cana de açúcar e expropriando os povos originários das terras que formam o litoral. A unidade ecológica entre os povos indígenas e as terras de massapê, assentiam de um metabolismo determinado pelos transcursores celestes, observado nas suas experiências agrícolas. Vivendo essencialmente da caça e da coleta, combinada com uma agricultura de subsistência, este ciclo sofre perturbação com a chegada do colonizador, sendo imposto “o tempo linear, não circular, [isto é], o tempo social, calejado pelas violências das classes sociais ou de seus paradigmas” (LINDOSO, 2011, p. 16). Essa contradição, correlata ao uso utilitarista da natureza pelo europeu, e o fato dos originários ocuparem os tabuleiros que morfologicamente tinham as melhores condições para o plantio da cana de açúcar, motivou a caça contra o inimigo nativo e a sua interiorização, condenados a fuga e a servidão nos currais de boi.

A história da expropriação primitiva dos povos indígenas enraíza no território alagoano as maiores contradições do estado, manifesta na posse da terra, nas relações de trabalho e na ideologia. Com a vitória dos currais no grande Sertão, o nomadismo indígena chega ao fim e os povos originários, catequizados pelo colono europeu, são domados pela violência e pelo evangelho de conversão. Expropriadas as suas terras e as suas territorialidades, a realização da vida dos povos indígenas é subtraída pelo fazendeiro dos currais de bois; a reprodução das relações sociais de produção dos originários do Sertão, assim como a sua cultura e a sua fé tornam-se a manifestação do próprio colonizador e, ao mesmo tempo, a alienação das suas próprias crenças e relações sociais.

O índio passava a não ter o prazer das atividades, e as substituíria pela obrigação do trabalho. O índio catecúmeno era meio caminho andado para o índio tocador de trompa de chifres e cantor do aboio de boi, para o índio picador de fumo, para o cigarro de palha de milho e para o cachimbo de barro. Era o caminho para o índio

destribalizado, que já não era dono da cultura dos caminhos, para o índio sem nomadismo, para o índio ecologicamente parado (Lindoso, 2011, p. 46).

No Sertão seco, os cercamento dos currais de boi condenaram os povos indígenas a servidão nas fazendas sertanejas e a perda dos seus campos de caça e coleta⁶, ao mesmo tempo condenou o semiárido sertanejo à mesma concentração fundiária do Litoral Leste, espremendo a maior parte da população rural em áreas menores que dez hectares, onde as condições dadas permitiam desenvolver apenas a agricultura de subsistência. A descida do curraleiro tangedor para os Sertões criou uma sociedade pecuária, conformando no território sertanejo latifúndios usados como reserva de valor ou para criação de gado, que abastecia a capital dos estados nordestinos, como lembra Manuel Correia de Andrade (2011):

[...] Até no Cariri cearense pleitearam os homens da Casa da Torre o recebimento das sesmarias. Constituíram, assim, os maiores latifúndios do Brasil, tornando-se senhores de uma extensão territorial maior do que muitos reinos europeus, pois, possuíam, em 1710, em nossos sertões, mais de 304 léguas de terras nas margens do Rio São Francisco e de seus afluentes (ANDRADE, 2011, p.89).

A contradição da posse da terra e das relações que nela se realizam faz do curraleiro o coronel que, além de possuir os maiores estratos do território, também impõe a ideologia mercantil aos vaqueiros, posseiros e arrendatários despossuídos, dos quais retira a renda da terra. Do capital agrário do coronelismo sertanejo nasceu o poder político dos currais de boi, ajudando a eleger prefeitos e vereadores nas pequenas cidades rurais e, assim, o espaço sertanejo foi conformando-se num território em que de um lado predominava o latifúndio pecuarista e no seu oposto estavam um conjunto de roçados, agricultores de subsistência, povos indígenas e remanescentes de quilombolas serranos. Essa conjuntura cria um espaço peculiar, em que a propriedade privada da terra se confunde com as próprias contradições da sociedade sertaneja, estando diretamente associada aos ignóbeis níveis de produção e de relações de trabalho precárias, fenômeno semelhante ao observado em toda região monocultura do Nordeste (CASTRO, 2008).

Tangidos os bois do Litoral Leste e efetivado a sua criação no espaço agrário sertanejo, o cinturão da sacarose pode assistir aos campos monocultores se expandirem a vontade, acirrando ainda mais a unilateralidade da produção e a centralização da terra, mais adiante a modernização do complexo açucareiro põe em marcha o colapso do modo de produção

⁶ A entrada para a conquista do Sertão, liderada pelos curraleiros pecuaristas, engendra mais um processo violento para os povos indígenas que haviam fugido do colonizador europeu que ocupara o leste alagoano. A disputa pelo território sertanejo acontece quando seus campos de coleta e caça são devastados pela atividade de pastagem realizada pelo novo colonizador (LINDOSO, 2011).

escravocrata, que impacta todo o modo da produção social de acumulação e redistribuição da renda real, com a criação de um enorme número de trabalhadores livres despossuídos.

A modernização dos engenhos de açúcar, conjuga os trabalhadores livres a servir aos senhores de engenho sob a forma de trabalhadores remunerados, passando a agregar no processo de produção ex-escravos, moradores despossuídos e numerosas famílias sertanejas expulsas pelas secas periódicas (CARVALHO, 2015). Esse quadro social pós-abolição germinou as relações capitalista de trabalho no campo alagoano e, concomitantemente, despertou uma ação superexploratória do mais valor no processo produtivo da cana de açúcar. Nesse gendarme, as condições do trabalho assalariado, realizado nas usinas eram mortificadoras, como descreve Diégues Júnior (2012):

Não é possível a um homem do campo, com tais salários, ter roupa, isto é, vestir-se não bem, mas suficientemente. Por isso mesmo não tem mala nem baú, mas a trouxa em que junta as poucas peças de seu vestuário. As crianças, estas quase sempre andam despidas até certa idade. Sapato não há notícias. O trabalhador vai para o campo descalço. Outras necessidades, tais como médico, dentista, comprar remédios, estas são luxos que o homem do campo não conhece, nem pode ter (JÚNIOR, 2012, p. 165).

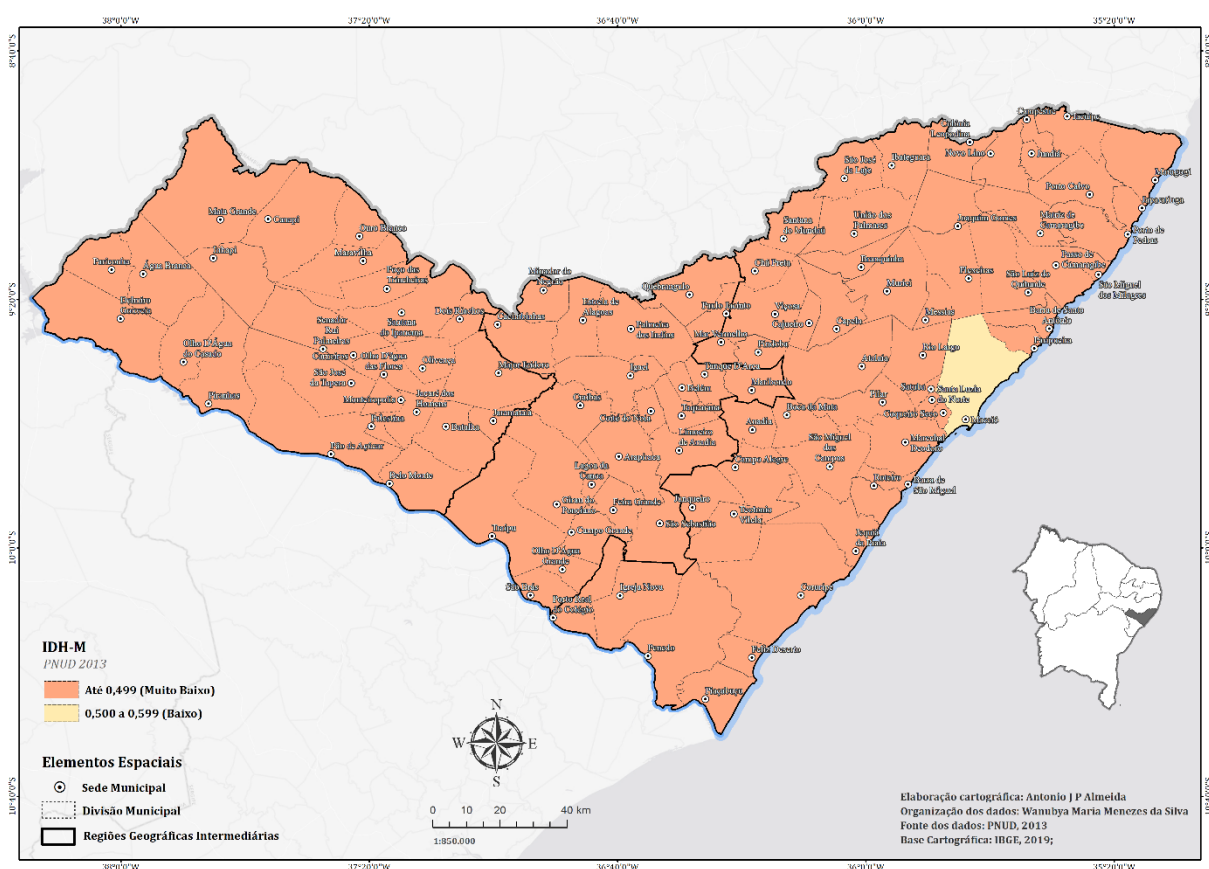
Todo o histórico de formação do território alagoano e dos elevados índices de pobreza que assolam o estado perpassam pela posse da terra e das relações de trabalho que sustentam a indústria açucareira. Nesse sentido, até as primeiras décadas do período republicano, a existência do senhor de engenho implicou substancialmente o predomínio da grande propriedade, o que dialeticamente deixou despossuída um enorme número de trabalhadores livres. Da propriedade da terra, nascia também o poder político, que escapava aos limites das terras do engenho, pois “o prestígio do senhor da cana se espalha do litoral ao sertão”, chegando ao meio urbano e rural, onde viviam a classe trabalhadora e camponeses pobres (ALBUQUERQUE, 2009, p. 30). A insegurança ao qual estes estavam inseridos implicava na coerção que elegia representantes do poder legislativo e executivo, em todos os níveis federativos, influenciando até mesmo a nomeação de nomes do poder judiciário. Em retrospecto, da propriedade da terra germinou o poder econômico, político e legal, assim, os que detinham a posse da terra podiam influenciar não apenas nas decisões jurídico administrativas do estado ou município, mas também, na produção e organização do espaço através da materialização de projetos que atendessem a interesses específicos. Como observou Lima e Félix (2020):

[...] as rodovias, as ferrovias, e as hidrovias foram criadas para atender, majoritariamente, às necessidades do senhor de engenho e dos usineiros. As áreas que

não eram e não são de relevância para a atividade canavieira jamais foram priorizadas pelo poder público (Lima; Félix, 2020, p. 114).

Tamanho capital econômico, cultural e político de um pequeno grupo de senhores de terras conservou a propriedade e a superexploração do trabalho, fomentando a produção de indicadores sociais que colocam o estado desde a sua fundação até os dias atuais em níveis inferiores aos de países do continente africano, onde o histórico de expropriação germinado da partilha imperialista do século XIX pelo bloco de países hoje conhecidos em unidade como União Europeia, condenou grande parte da população do continente a fome e a miséria. Em Alagoas, os níveis elevados de pobreza podem ser compreendidos ao vislumbrar a posse da terra e dos recursos que abriga. Para se ter uma ideia, na década de 1990, apenas 24 famílias eram donas de 70% das terras agricultáveis, e o IDH médio para todos os municípios do estado, à exceção de Maceió, ficava abaixo de 0,500, considerado muito baixo (Lima; Félix, 2020).

Figura 6: Mapa do IDH-M de Alagoas



Fonte: PNUD, 2013 – Elaboração: Antônio Almeida. Organização dos dados - a autora.

Não é difícil inferir, a partir das informações ilustradas no mapa acima, que para que um pequeno grupo de pessoas detenham tamanha parcela de recursos é intrinsecamente

necessário que haja, por outro lado, uma grande massa de despossuídos. Desse modo, do litoral ao Sertão, o que se conforma é uma gigantesca concentração de terras e de renda. A reestruturação financeira, iniciada na década de 1970, e aprofundada no Brasil na década de 1990 não altera esse quando, pelo contrário, acelera as contradições à medida que, auxiliado pela financeirização expande as relações sociais do capital no campo.

Na verdade, desde o Proálcool e o projeto da financeirização do setor sucroalcooleiro em Alagoas, o ritmo de giro do capital vinha sendo acelerado. Os registros deste período apontam que as inversões do capital portador de juros na composição orgânica do setor fizeram com que novos engenhos fossem levantados e, com eles, novas técnicas de produção fossem introduzidas, fazendo com que Alagoas intensificasse a sua participação no circuito mundial de acumulação, aumentando, ao mesmo tempo, a dependência deste produto como fonte de arrecadação. Seguramente, as relações de trabalho ‘herdeiras da escravidão’ só sofreram alterações a partir da década de 1960, momento da modernização das técnicas produtivas impulsionadas pelos programas do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Na segunda metade do século XX, o setor sucroalcooleiro deu seu salto definitivo e adquiriu os traços que têm até hoje. Nos anos 1960, com a Revolução Cubana, o Brasil ganhou parte do mercado americano. Nos anos 1970, para substituir o petróleo na matriz energética, o governo federal criou o Proálcool que, em Alagoas, entre os anos 1975 e 1986, construiu mais de 30 destilarias, multiplicou em 5 vezes a capacidade de elaboração de álcool, triplicou a área plantada e a produção de cana-de-açúcar (CARVALHO, 2015, p. 64).

A articulação dos programas do IAA demandou a ampliação dos canaviais para o incremento do Proálcool. Com incentivos financeiros do Estado, houve um surto expansivo da produção de cana, aparelhando uma nova estrutura no complexo canavieiro de 1960 em diante. Toda a implementação dos programas do IAA repercutiu em novas expropriações nos tabuleiros costeiros que passou a aglutinar pequenos roçados camponeses no processo produtivo, avançando ainda sobre a fronteira biológica da Mata Atlântica. A medida em que os canaviais expandiam, desenvolvendo o Proálcool, os ‘moradores’ das fazendas de engenho que cultivaram pequenos roçados de subsistência foram sendo expulsos dos pequenos lotes que ocupavam, passando a somar a população relativa da periferia de uma Alagoas cada vez mais urbanizada (LIMA, 2006) (CARVALHO, 2015).

A partir dos anos 1990-2000, a concentração fundiária em Alagoas sofre uma pequena alteração com a adoção completa das políticas do Consenso e a redução dos subsídios do Estado ao setor sucroalcooleiro. Com baixa capacidade competitiva num mercado sem os mecanismos de proteção do Estado, os engenhos de açúcar começam a perder força, o que não altera, de

forma substancial, a forma de propriedade da terra e da distribuição da renda, muito pelo contrário, a aliança entre o capital funcionante e o capital financeiro fomentou um aprofundamento da partilha desigual da renda real, manifesta na proletarianização dos trabalhadores do campo e na concentração de recursos sociais engendrados pelo modo primitivo de acumulação que ocorre nos tabuleiros e se estende para regiões do interior.

Nesses termos, para manter de pé os engenhos, com o fim da proteção do Estado, os herdeiros do engenho banguês recorreram a associação do capital portador de juros com capital industrial sucroenergético, este último ganha incentivos a partir das preocupações com a crise climática e a necessária transição energética. Com a valorização dos combustíveis “limpos” nas bolsas de valores, onde o Brasil é o segundo maior *player* no mercado mundial de Etanol, novos processos de ampliação da produção de cana são engendrados, repercutindo em novas expropriações, de modo a manter a massa da produção da taxa de lucros e de juros. É importante o destaque de Carvalho (2015), ao afirmar que “no auge desse movimento, nos anos 1990, mais de 40 mil famílias perderam suas casas, derrubadas pelos tratores das usinas e dos fornecedores de cana” (CARVALHO, 2015, p. 69).

A questão fundiária em Alagoas avança ao longo dos anos 2000 sem grandes alterações, segundo dados do INCRA (2017) 57% dos imóveis com menos de 10 hectares ocupam uma área correspondente a 7% das terras agricultáveis em Alagoas, por outro lado, somadas as áreas de 100 > 1000 hectares temos 62% das terras próprias para a agricultura distribuídas em menos de 8% dos imóveis rurais.

Tabela 3: Estrutura Fundiária de Alagoas (2014)

Classe de área (ha)	2014			
Número de imóveis	n. de imóveis	% de Imóveis	Área (ha)	Área %
Menos de 10	27.668	56,94	113.070,44	6,58
10 < 100	17.495	36	539.584,81	61,42
Total menos 100	45.163	92,94	652.655,25	38,31
100 < 1000	3.303	6,80	836.850,69	47,74
Mais de 1000	126	0,26	227.622,28	13,25
Total mais de 100	3.429	7,06	1.064.472,97	61,99
Total Geral	61.437	100	1.717.128,22	100

INCRA – 2017.

Embora a reestruturação produtiva do setor sucroenergético tenha apresentado alta produtividade, acelerando o ritmo de rotação de capital e as relações capitalistas de produção no campo, o setor obteve dificuldades de manter-se competitivo frente ao mercado nacional subtraídos os colossais subsídios do Estado. Nesse certame, houve o decréscimo da área cultivada e a cana-de-açúcar foi perdendo espaço. Por fim, o balanço geral é de que a redução da participação do Estado dificultou a ampliação do setor, no entanto, a propriedade concentrada da terra se manteve, participando, atualmente, de outras formas de valorização do capital associada ao capital financeiro. Tal estrutura permanece na origem da fome e da pobreza no estado, dificultando a vida dos alagoanos despossuídos da terra e subjugados na distribuição da renda.

3.1.1. Os indicadores da pobreza em alagoas em tempos de financeirização do capital

O quadro de desigualdade em Alagoas, assim como em todo o Brasil, é incisivo desde o processo de formação do seu território e, o decorrer da história de acumulação do capital tendeu a um processo de intensificação, verificada, sobremaneira, com a crise estrutural do capital no Brasil a partir dos anos 1990. Lira (2007) comenta sobre a reestruturação do capital em Alagoas e as condições socioeconômicas que se formam no estado desde então:

Mesmo na década de 1970 e em metade da década de 1980, quando houve aumento bastante significativo da riqueza, o crescimento econômico não gerou condições de vida favoráveis a, relativamente à renda e, principalmente, à terra, que ficaram concentradas em poder dos 10% mais ricos. A partir da segunda metade da década de 80, com a crise fiscal do Estado brasileiro e, por conseguinte, com a redução dos subsídios e repasses de recursos federais, o padrão de desenvolvimento começa a demonstrar sua vulnerabilidade e, já no início dos anos 90, mostra-se insustentável, pois a abertura comercial e o aprofundamento da crise fiscal do Estado expõem toda a deficiência estrutural do setor produtivos particularmente do fumo, da pecuária de leite e das atividades socroalcooleiras. Estas últimas são as principais atividades na orientação do processo de desenvolvimento (Lira, 2007, p. 309-10).

O estrangulamento da participação do Estado nas políticas estruturais e a conversão das políticas de reforma agrária em políticas de desenvolvimento rural sem mexer com a estrutura fundiária joga a população alagoana, um estado com um fundo público já precário, a condições ainda mais extremas de pobreza, o que fica evidente quando no início dos anos 2000 o estado de Alagoas chega a registrar 44,43% da população em estado de pauperização, sendo o quarto no *ranking* de maior nível de pobreza do país. Na década de 2000, aproximadamente 80% da população ativa em Alagoas vivia do trabalho informal e a taxa de desemprego superava os

18% (Lira, 2007). A conjuntura da reestruturação do capital para Alagoas aprofunda, assim, as desigualdades históricas do estado, ampliando os processos de expropriações primárias e secundárias, elevando o número da população relativa e de pessoas em situação de extrema pobreza que, segundo o último Censo (IBGE, 2022), chega a mais de 54% dos residentes em território alagoano atualmente. O fato é que, sem mexer na estrutura fundiária, as políticas implementadas nas últimas décadas não conseguiram alterar o quadro de penúria a qual está submetida a maior parte da população do estado de Alagoas, criando “as piores condições de vida e de trabalho em comparação ao Nordeste e ao Brasil” (Lima; Félix, 2020, p. 123).

Para se ter uma ideia, no ano 2000, a média da taxa de pobreza era de 69,63%, esse cenário melhora no recorte temporal de dez anos, se comparado aos indicadores levantados no Censo 2010, mas, de forma geral, surte pouco efeito no conjunto universal da pobreza em Alagoas. Neste aspecto, o que se observou dentro da região Nordeste, foi o estado de Alagoas possuindo mais de um terço da população em situação de pobreza extrema. Segundo dados do Censo de 2010, 34,3%, entravam nessa classificação, enquanto 45,94% eram considerados pobres. Estes números colocam o estado como o segundo mais pobre da região, ficando atrás apenas do Maranhão.

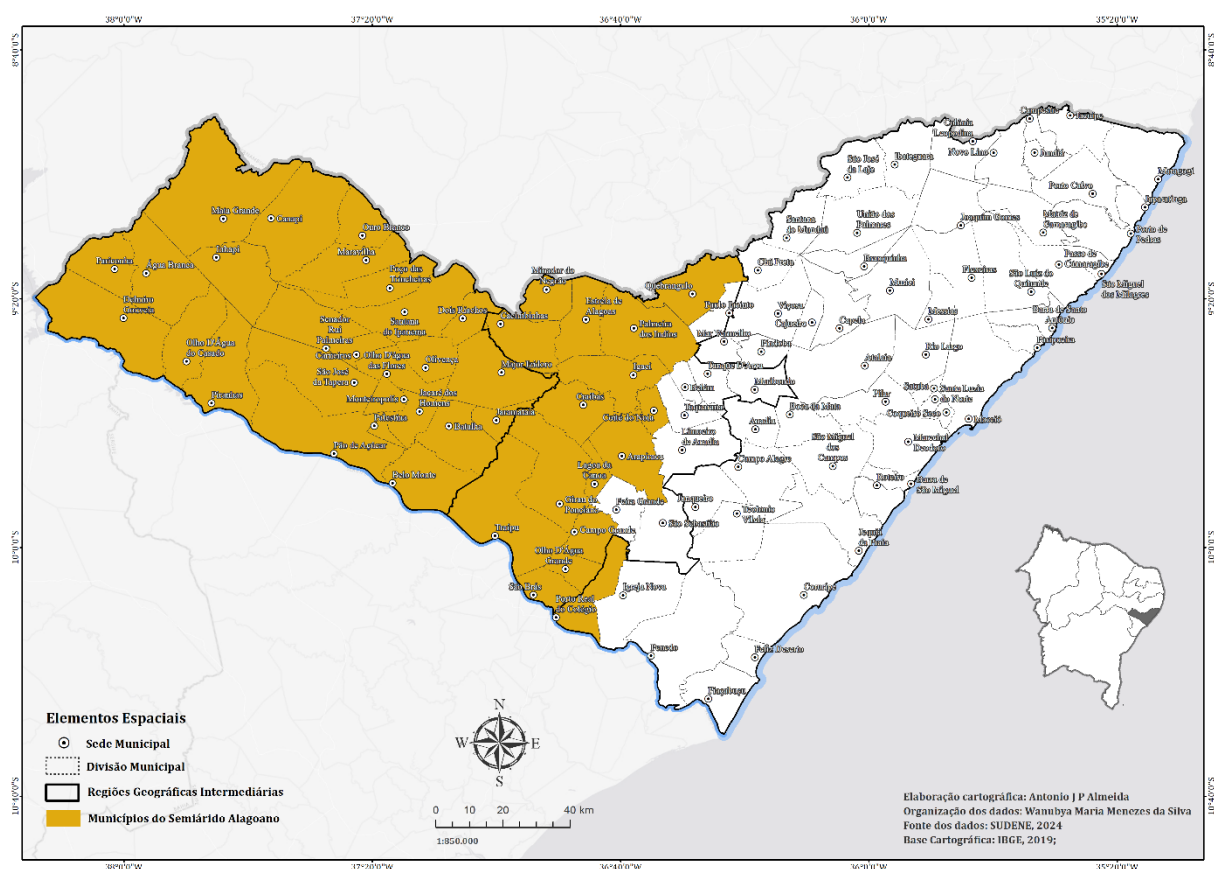
Mesmo em um momento de diminuição da pobreza em nível nacional, Alagoas conseguiu mostrar um dos piores desempenhos no combate à pobreza extrema, sendo o segundo estado do Nordeste com a menor taxa de redução dos índices de pauperização, nesse momento, a renda média per capita dos 102 municípios era de 251, 20 R\$ e o índice de Gini, que mede a desigualdade da distribuição de renda, era de 0,63, acima da média nacional (IBGE, 2010).

Se fizermos o recorte do Sertão seco alagoano, os dados são ainda mais preocupantes. Nessa unidade escalar “a miséria causada pela seca, como elemento natural, soma-se à miséria imposta pela exploração dos ricos proprietários locais” (Alcântara; Freire, 2016, p. 21). Nesse sentido, o Sertão de Alagoas, que se estende dos cânions do São Francisco em Delmiro Gouveia até a planície da faixa de transição Agrestina, além de se registrar a luta pré-histórica do intemperismo contra a morfologia dos paredões rochosos, degradados pelo calor, também registra a dialética luta de classes que conformou a atual estrutura do Sertão de Alagoas, um espaço marcado por longos períodos de estiagem, com uma estrutura urbana precária, de baixos investimentos nos setores da indústria e serviços, onde a economia de subsistência predominou ao lado de um elevado número de miseráveis.

Com uma extensão territorial abrangendo quase metade do estado (48%), assinalada pelo predomínio de solos rasos de baixa fertilidade, a produção agrícola ficou por muito tempo

limitada aos azares climáticos, e a fome constituiu um problema oficialmente enunciado como de natureza climática. Com pluviosidade abaixo de 1.000mm, a região do semiárido alagoano está incluída no Polígono das Secas. Lá, o pediplano sertanejo ocupa toda a estrutura geológica do interior, apresentando enclaves de topografia levemente onduladas no extremo oeste do estado, como as serras de Água Branca e Mata Grande, possibilitando a produção agrícola dos brejos de altitude nas depressões interplanálticas. Nas condições do relevo sertanejo, os solos rasos, desse recorte espacial, ficaram por muito tempo dependentes das águas da chuva ou da vazão nas regiões de várzea do baixo São Francisco para irrigar a sua produção de subsistência.

Figura 7: Mapa do semiárido alagoano



Elaboração: Antonio Almeida. Organização dos dados - a autora

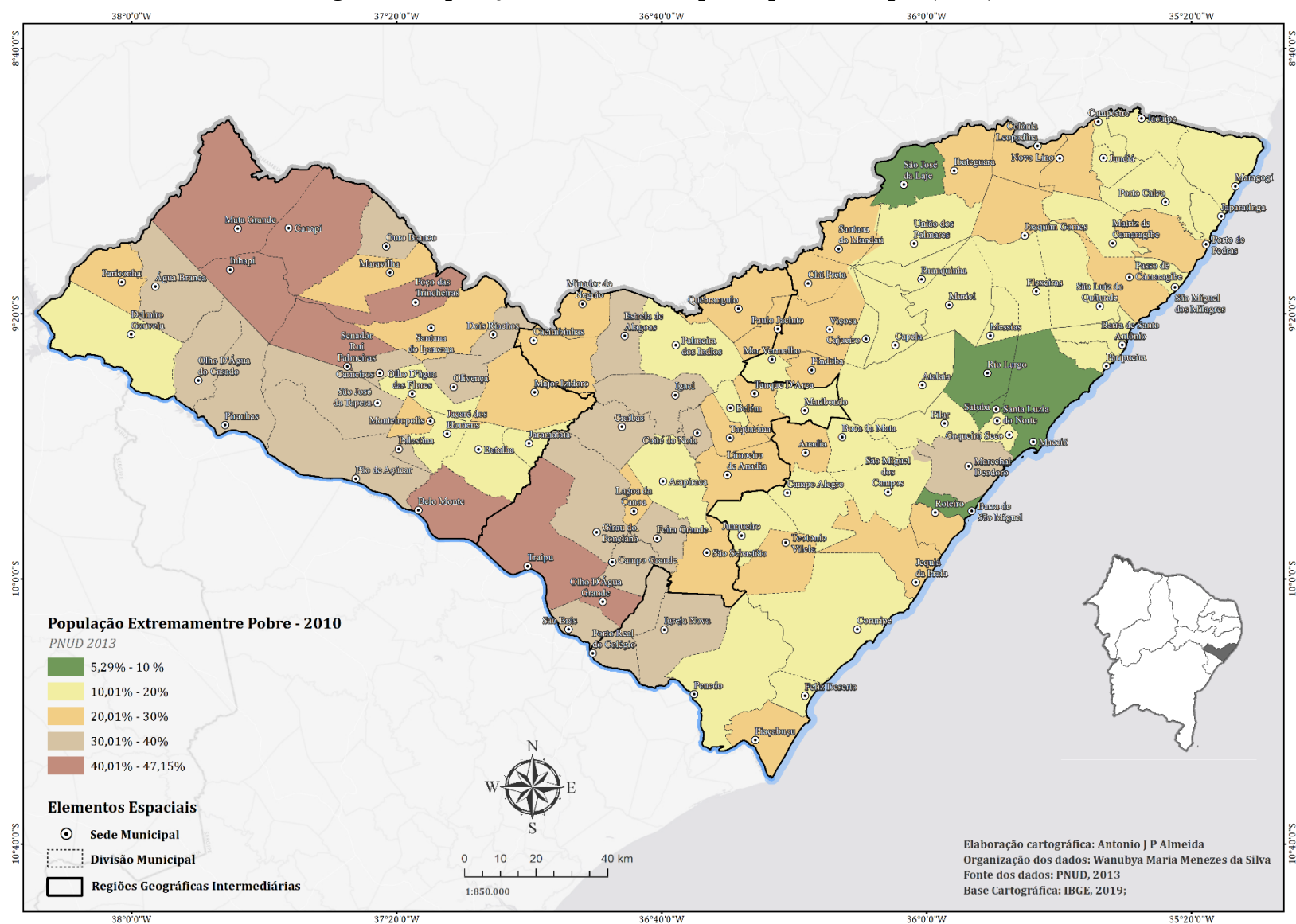
Do processo de formação do Sertão alagoano participaram os povos originários fugidos do tirano europeu, o colonizador tangedor de bois, e ainda homens mulheres negros, fugitivos da escravização açucareira do litoral, que formavam os quilombos nas serras sertanejas.

O duelo entre curraleiros e indígenas foi a disputa pela espacialização de modos de vida contrastantes, de um lado, a produção de um território alienado pelo trabalho servil e subserviente a interesses alhures, de outro, a manifestação da sociabilidade entre homens e mulheres com a natureza no processo de produção e reprodução da vida. Apesar de perder seus

campos para os currais de bois, alguns povos indígenas conseguiram resistir, lutando por terra e território no Sertão alagoano, o que aconteceu também com os remanescentes quilombolas da região. Hoje, o espaço do Sertão alagoano é um território diverso, formado por diferentes etnias, congregando territorialidades diversas, o fato comum entre todos, no entanto, são as constantes baixas nos indicadores sociais, presentes em todo semiárido.

São nos municípios que formam os territórios do Sertão e do Agreste semiárido que se encontram os piores indicadores sociais do estado, o que pode ser facilmente observado no mapa da pobreza por município a partir dos dados do Censo 2010. As áreas em marrom representam a maior concentração de pobreza.

Figura 8: População extremamente pobre por município (2010)



O mapa evidencia que a massa da pobreza no estado está centralizada na região de clima semiárido. Ao examinar o ranking dos municípios com os piores indicadores sociais entre os anos 2000 e 2010, oito, dos dez primeiros colocados estavam no Sertão alagoano, com destaque para Inhapi, que figurava o pior quadro em distribuição de renda do estado, chegando a 0,82 no índice de Gini, com 65,08% da população considerada pobre em 2010.

Tabela 4: Ranking de pobreza em Alagoas

Município	Pobreza (2000) %	Ranking da taxa de pobreza	Pobreza (2010) %	Ranking da taxa de pobreza
Poço das Trincheiras	85,35	1	67,57	1
Inhapi	80,34	9	65,08	3
Traipu	85,13	2	63,39	4
Palestina	74,25	30	61,71	5
Belo Monte	77,23	21	60,98	6
Canapi	83,63	4	60,69	7
Senador Rui Palmeira	81,11	8	59,76	9
Girau do Ponciano	78,49	14	59,05	10

Fonte: PNUD (2015), elaboração própria.

Todos esses dados evidenciam o nível de pobreza ao qual está submetido o território por onde se espacializa o Canal do Sertão. Nesse espaço, cortado por um afluente artificial do rio São Francisco, grande parte dos 1.029.762 habitantes da região, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, dependentes de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, que atende mais da metade da população residente no semiárido alagoano, com destaques para os municípios de Dois Riachos (69%), Canapi (78%) e Belo Monte (84%) (SEPLAG, 2017).

Em 1991, quando a proposta de implementação de um canal adutor começa a ser negociada, o Sertão já era, em nível nacional, reconhecido como a região mais pobre do país, com índice de pobreza e concentração de renda acima de todas as médias nacionais, sendo 84% da população considerada pobre, apenas no semiárido alagoano (IPEADATA, 2011). Segundo o último cálculo realizado pelos órgãos oficiais do Estado, o IDH-M dos 42 municípios que

receberam a transposição do Canal do Sertão é de 0,551, e o rendimento mensal per capita fica abaixo de ½ salário mínimo para 40,4% da população.

Tabela 5: Indicadores socioeconômicos dos 42 municípios do Canal do Sertão

Municípios	PIB per capita*	IDHM**	Rendimento mensal de menos de ½ salário min.**
Água Branca	10.001,22 R\$	0,549	53 %
Arapiraca	25.248,44 R\$	0,649	44,8 %
Batalha	12.469,24 R\$	0,594	49,1%
Belém	45.271,74 R\$	0,593	51,5 %
Belo Monte	22.537,83 R\$	0,517	60,6 %
Cacimbinhas	12.862,72 R\$	0,531	53,7 %
Canapi	9.397,43 R\$	0,506	55,7 %
Carneiros	9.487,37 R\$	0,526	53%
Coité do Nóia	19.962,67 R\$	0,533	55,3%
Craibas	19.704,12 R\$	0,525	57,1 %
Delmiro Gouveia	12.834,04 R\$	0,612	46,85%
Dois Riachos	9.516,99 R\$	0,532	56,4 %
Estrela de Alagoas	8.431,41 R\$	0,534	56%
Feira Grande	19.265,73 R\$	0,533	56,8 %
Girau do Ponciano	13.225,91 R\$	0,536	59,7%
Igaci	12.186,03 R\$	0,564	54,3%
Inhapi	9.497,81 R\$	0,484	56,9%
Jacaré dos Homens	14.453,21 R\$	0,583	50,2%
Jaramataia	13.542,28 R\$	0,552	54,1%
Lagoa da Canoa	15.431,61 R\$	0,552	55,5%
Limoeiro de Anadia	23.703,54 R\$	0,580	54,6%
Major Isidoro	14.226,02 R\$	0,566	52,3%
Maravilha	10.253,11 R\$	0,569	54,9%
Mata Grande	14.071,19 R\$	0,504	56,4 %
Minador do Negrão	14.016,88 R\$	0,563	54,1%
Monteirópolis	11.292,89 R\$	0,539	54,9%

Olho d'Água das Flores	12.529,97 R\$	0,565	51,4%
Olho d'Água do Casado	9.775,21 R\$	0,525	52,3%
Oliveira	9.317,95 R\$	0,493	56,9%
Ouro Branco	9.543,68 R\$	0,547	53 %
Palestina	9.071,45 R\$	0,558	58,5%
Palmeira dos Índios	16.085,04 R\$	0,638	46,6%
Pão de Açúcar	10.967,88 R\$	0,593	56,1%
Pariconha	13.747,59 R\$	0,548	51,8%
Piranhas	13.584,64 R\$	0,589	53,1%
Poço das Trincheiras	8.693,95 R\$	0,526	59,8%
Santana do Ipanema	13.489,50 R\$	0,591	51,7%
São José da Tapera	10.251,63 R\$	0,527	56,8%
Senador Rui Palmeira	8.721,59 R\$	0,518	56,8%
Tanque d'Árca	15.070,53 R\$	0,555	54,7%
Taquarana	25.335,01	0,541	54,3%
Traipu	10.630,43 R\$	0,532	59,1%

Fonte: IBGE (2022). Elaboração própria. *(Censo, 2022), **(Censo 2010)

Todo esse universo de pobreza extrema que acompanha o território semiárido de Alagoas formaliza um espaço propício a receber as políticas de combate à pobreza ingeridas pelo Banco Mundial, entre elas as políticas de desenvolvimento rural sustentável através da criação de redes de armazenamento e distribuição de água para fins de consumo e irrigação. Ao mesmo tempo, o abandono das políticas da reforma agrária tem conservado e até mesmo acentuado as desigualdades no território. Se levarmos em consideração o índice de Gini de 1991 e o último realizado em 2010, podemos inferir que não houve alterações neste indicador, estando os dois na marca de 0,63 (DATASUS, 2024). A situação é ainda mais agravante nos territórios indígenas e quilombolas, com indicadores socioeconômicos alarmantes de pobreza

extrema e onde o Canal do Sertão tem inaugurado novas relações de trabalho, com o território impactado pela obra do Canal do Sertão.

3.2.1 Os territórios ancestrais em Alagoas: um histórico de pobreza e violação

Em Alagoas, a ancestralidade dos territórios dos povos originários e de grupos étnico-raciais foram historicamente negados, o espólio dos direitos sobre a terra e a territorialidade os legou à marginalização e a violência, urdindo entre estes povos um histórico de escassez dos direitos mais básicos, como renda mínima, moradia e saneamento. Expropriados da terra, foram privados também da dignidade humana, perpetuando um ciclo de desigualdades. Intrinsecamente ligado à questão agrária, a pobreza entre indígenas e quilombolas no estado de Alagoas é resultante de constantes processos de expropriações, violações e perseguição da determinação dos seus territórios ancestrais.

A desterritorialização dos povos indígenas na faixa litorânea nordestina, mobilizada pelo avanço da produção açucareira que passa a ocupar vastos campos de massapê, leva-os a um fluxo migratório reterritorializante em direção ao interior do continente. A dispersão dos povos originários os faz chegar às savanas sertanejas onde passam a reproduzir suas técnicas ecológicas de sobrevivência. No entanto, o processo de reterritorialização indígena é marcado por uma nova perturbação na sua sociabilidade com o território. Instabilidades permanentes ocasionada da progressiva expansão da atividade canavieira e pecuária, rebenta inúmeros conflitos entre originários e colonizadores no Sertão nordestino, onde diversos povos haviam recriado seus modos de vida, como a Rebelião dos Tapuais⁷, que reuniu diversas etnias indígenas em uma aliança contra os invasores (Freire, 2020).

A incursão dos tangedores de boi ocasiona um processo contínuo de colonização nas terras sertanejas, território secularmente já ocupado por diferentes etnias indígenas. Essa incursão, no entanto, não acontece sem resistência, os povos originários do Sertão nordestino duelaram por um longo tempo contra o inimigo invasor, que trazia no processo de ocupação colonial o projeto “civilizatório” mercantilista. A derrota dos agrupamentos indígenas pelos currais de bois elimina os campos de caça e coleta e faz avançar a cerca latifundiária no Sertão

⁷ Conhecida como a Guerra dos Bárbaros, ocorrida entre os anos de 1650 e 1720, envolveu os colonizadores e os povos nativos chamados “Tapuia” e teve como palco uma área que correspondia em termos atuais a um território que inclui os sertões nordestinos, desde a Bahia até o Maranhão. Embora tenha tido uma longa duração, cerca de setenta anos, e tenha sido contemporânea à existência do quilombo dos Palmares, a Guerra dos Bárbaros pouco aparece na historiografia, sendo praticamente desconhecida. A omissão dessa guerra nos livros didáticos e os raros livros de estudiosos especialistas sobre o episódio revelam o desprezo dado ao tema da resistência indígena e do violento processo de conquista lusitano no sertão nordestino (FREIRE, 2020, p. 18).

nordestino, arranjando uma estrutura fundiária concentrada, destinando a população indígena aos aldeamentos. Apesar da vitória pela pólvora, o colonizador europeu vence apenas quando o trabalho ideológico é realizado pela catequização jesuíta. Assim, “onde chegava os currais de boi logo chegavam os padres dos colégios ou lugares de conversão, onde infantilizavam os índios para domá-los à vontade do cristianismo contrareformado” (Lindoso, 2011, p. 25). A vitória dos invasores pecuaristas resultou no fim do nomadismo indígena, na catequização e no consumo da força de trabalho domada pela violência e pelo evangelho de conversão. Mais adiante, com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro e o fim do trabalho de aldeamento, os povos originários sertanejos permaneceram em condições de violência e vulnerabilidade, condenados a escravidão, ao trabalho forçado e a servidão. Desse modo, na disputa permanente pelo território poucas etnias resistiram. No caso alagoano:

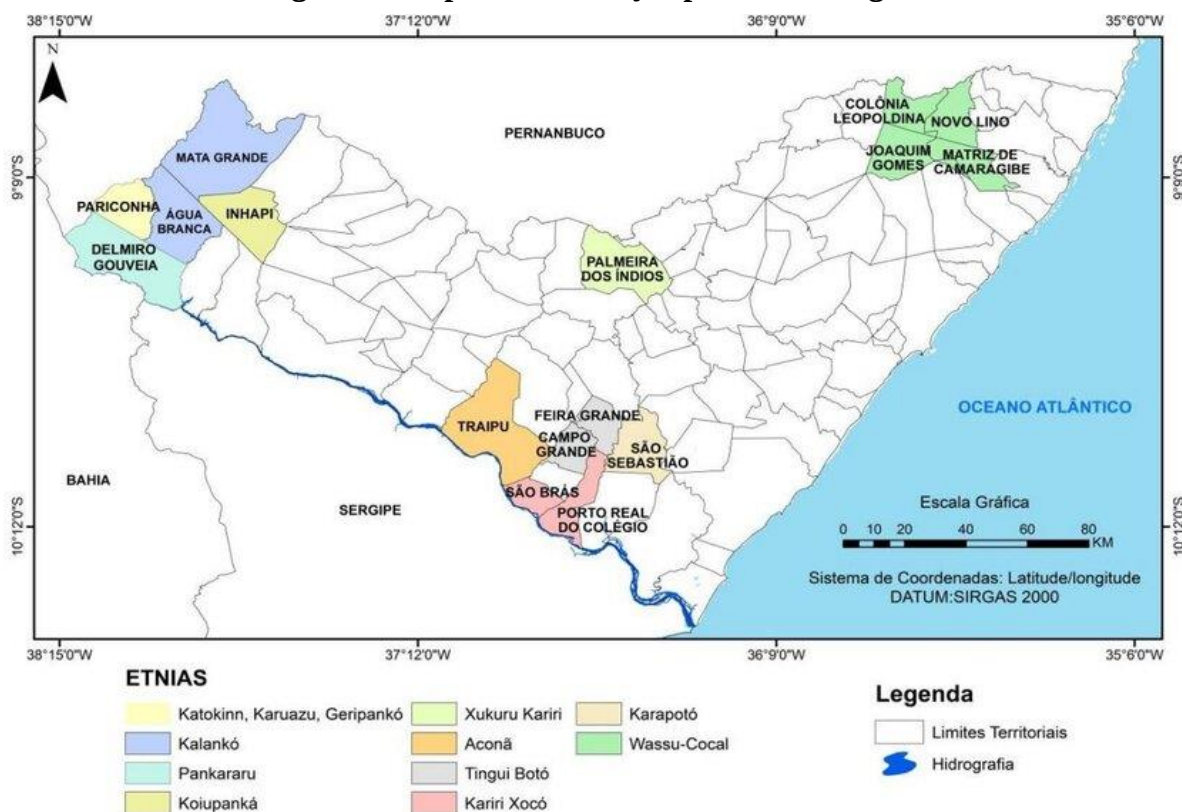
Desterritorializados e taxados como remanescentes em via de desaparecimento, parte dos indígenas de Alagoas se dispersou, negando, frequentemente, sua própria identidade étnica, como mecanismo de proteção ao preconceito e a outras manifestações de opressão. Outra parte sujeitou-se à tutela do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), por meio da qual, de acordo com Oliveira (2006), a condição indígena era concebida como transitória, e o Estado executava uma política indigenista, destinada a converter o índio em um trabalhador nacional, mediante métodos e técnicas educacionais homogeneizantes (Lima; Oliveira; Miranda; 2019, p. 137).

A catequese “civilizatória” dos povos originários do Sertão e a sua conversão em força de trabalho reprodutora do mais-valor extirpa os valores socioculturais da sociabilidade indígena com o seu território, havendo o apagamento das suas simbologias e modos de produção e reprodução da vida. Sob intensa violência física e ideológica, os povos indígenas sertanejos, que viviam dos seus campos de caça e coleta, passaram a viver na miséria e com o medo de manifestar as suas tradições culturais. Apenas os mais resistentes “se mantiveram nas proximidades de suas terras ancestrais buscando preservar a união do povo e as tradições de seus antepassados enquanto buscavam formas de reaver seu antigo território (Freire, 2020, p. 23).

O medo, o preconceito alojado pelo colonizador e a negação histórica da resistência dos povos indígenas em Alagoas fez com que esta população fosse considerada extinta pela sua miscigenação, uma forma de deslegitimar a luta por terra e territórios destes povos, negando as suas origens étnicas. Só no final da década de 1980, com o fim da ditadura empresarial-militar e a criação da nova constituinte, são reascendidos os debates étnicos e de demarcação do território indígena. Em Alagoas, na década de 1990 apenas 6 povos eram reconhecidos no estado: Kariri-Xokó, Xucuru-Kariri, Wassu, Tingui-Botó, Karapotó e Jiripancó. Atualmente, com a luta por reconhecimento étnico e pela demarcação dos territórios o número de etnias

reconhecidas aumentou, totalizando 12: Aconã, Geripankó, Kalankó, Karapotó, Kariri-Xocó, Karuazu, Katokinn, Koiupanká, Pankararu, Tingui-Botó, Xukuru-Kariri e Wassu-Cocal (Ciqueira, 2020) (Lima; Oliveira; Miranda; 2019).

Figura 9: Mapa de localização por etnia indígena



Fonte: SEPLAG, 2017; FUNAI, 2018; Trabalho de campo. Organização: Lima; Oliveira, Miranda, 2019.

Atualmente, o número da população indígena em Alagoas é estimado em 25.725, o que representa 0,82% da população do estado. Nos municípios de influência do Canal do Sertão este número se aproxima de 13.883. A cidade de Pariconha, no Sertão alagoano concentra o maior número de pessoas reconhecidas como indígenas, 5.934, o que representa 56,12% da população total do município, a segunda maior concentração estimada fica no Agreste, em Palmeira dos Índios, onde 4.435 residentes se declaram da etnia Xururu-Kariri. Do total da população reconhecida como indígena no estado, apenas 6.722 vivem em terras demarcadas, o restante vive fora delas (Censo Indígena, 2022). Os dados mais recentes levantados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI, 2015) sobre os territórios em disputa pela demarcação, indicam que cerca de 10.711 indígenas ocupam territórios em reivindicação e aguardam processo de regularização. Especificamente, por onde se espacializa o Canal do

Sertão, estima-se que cerca de 7.020 indígenas ocupem territórios direta ou indiretamente afetados pela transposição, alcançando 9 etnias diferentes no estado, conforme a tabela a seguir.

Tabela 6: distribuição étnica por região

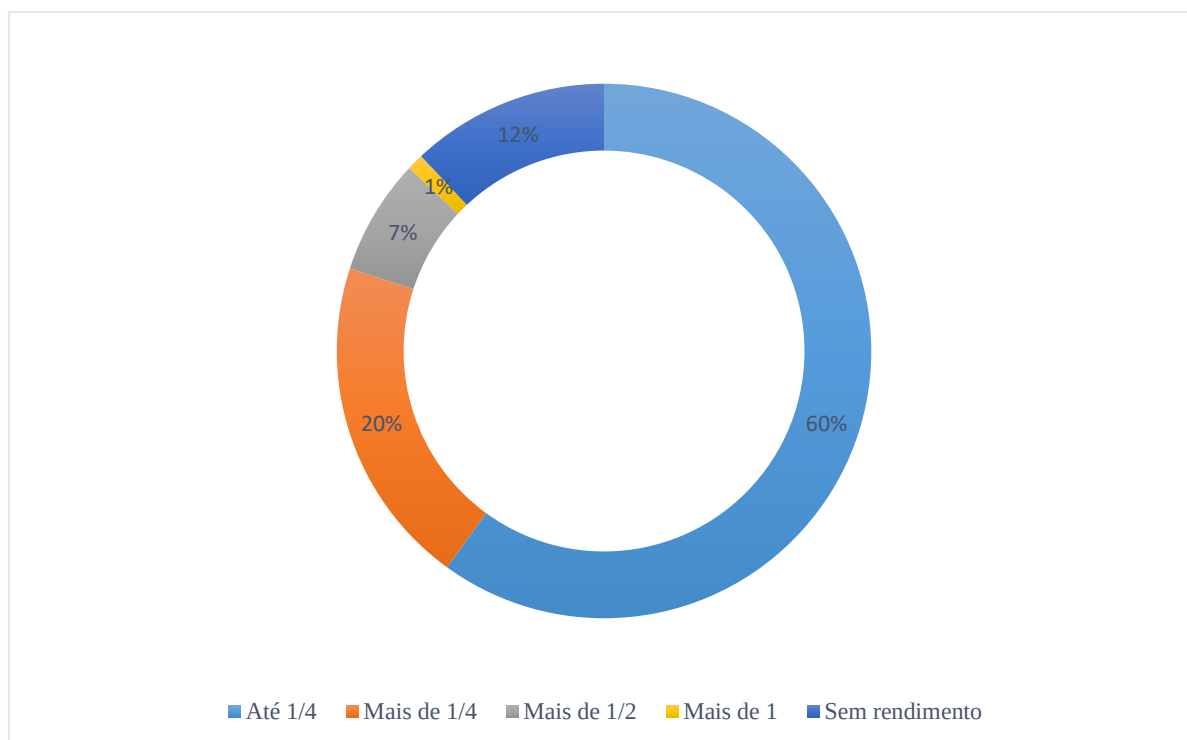
Região	Etnia	Município	Aldeias	Hectares	População
Agreste	Aconã	Traipu	Aconã	267,78	69
	Karapotó	São Sebastião	Fazenda terra Nova	1.242,51	1.104
	Tingui-Botó	Campo Grande Feira Grande	Tingui-Botó/Olho D'Água do Meio	535	334
	Xucuru-Kariri	Palmeira dos Índios	Fazenda do Canto/Boqueirão/Mata da Cafurna/Cafurna de Baixo/Serra da Capela/Santo Amaro/Coité/Riacho Fundo	7.467,34	1.388
Sertão	Koiupanká	Inhapi	Baixo do Galo/Roçado/Baixa Fresca	-	564
	Kalankó	Água Branca	Terra Nova	-	310
	Geripankó	Pariconha	Ouricuri/Figueiredo/Moxotó/Serra do Engenho/Aratikun	200	1.502
	Karuazu	Pariconha	Tanke/Campinhos	-	1.749
	Katokinn	Pariconha	Katokinn	-	
Total	9	7	26	9.712,29	7,020

Fonte: FUNAI (2016). Elaboração: própria.

Das 9 etnias, apenas 3 tem seus territórios regularizados, são elas: Karapató e Tingui-Botó em Campo Grande, Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios e o povo Geripankó em Pariconha. A área destinada a estes povos, como podemos ver na tabela acima, é bem pequena, não chegando a ocupar 10.000 hectares do Sertão e Agreste somadas, em um espaço que totaliza quase um milhão de hectares.

A usurpação da terra e a apropriação do território e seus recursos pelo colono relegou historicamente os povos indígenas sertanejos a um lugar de subserviência e miséria. Tais condições às quais os originários do Sertão estão submetidos em Alagoas podem ser observadas nos indicadores sociais dos órgãos oficiais do Estado. Para se ter uma ideia, o Censo indígena de 2010 apontou que 72% da população autodeclarada indígena em Alagoas vivia em situação de pobreza e pobreza extrema, com 60% vivendo com até ¼ de um salário mínimo. Dados mais recentes sugerem que cerca de 22,3% da população indígena vive em situação de extrema pobreza, o que coloca Alagoas acima da média nacional, que é de 13,8%, e também acima da média da região Nordeste, de 18,5% (IBGE, 2020).

Gráfico 1: Rendimento domiciliar per capita dos residentes em territórios indígenas em Alagoas



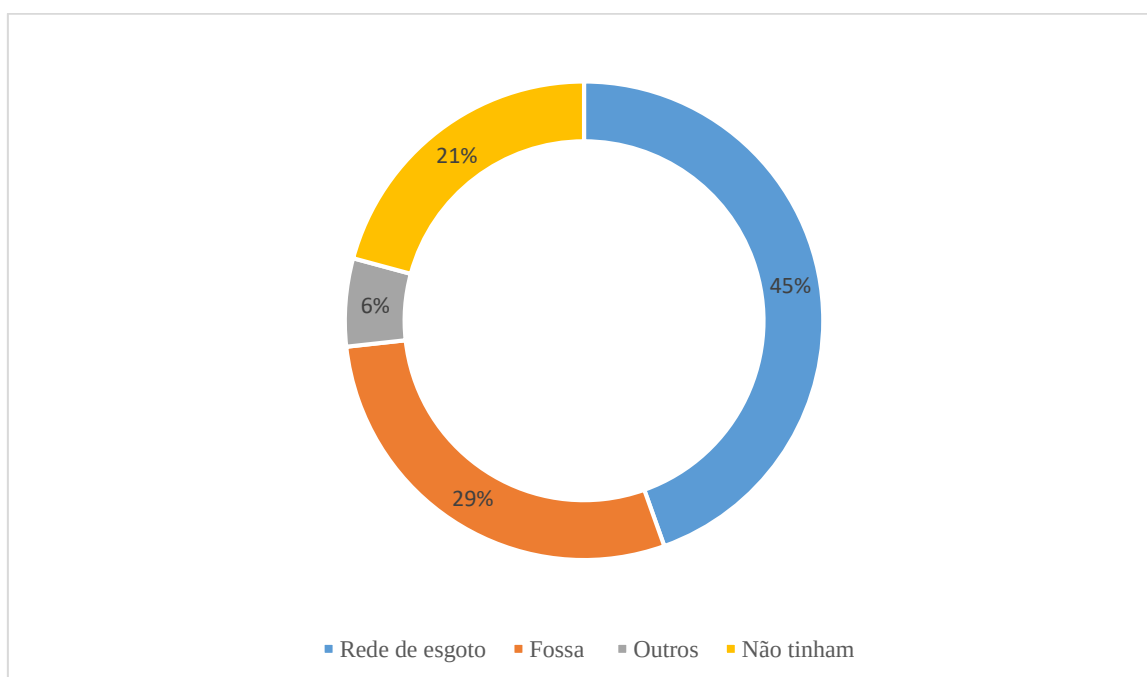
Fonte: (SESAI, 2015). Elaboração – a autora

Fica evidente o cenário de vulnerabilidade a qual está submetida a população indígena alagoana, com mais de 2.300 famílias assistidas por programas de transferência de renda. A maior parte dessa população sobrevive da agricultura de subsistência, cultivando plantas silvestres ancestralmente domesticadas, como a macaxeira, o milho e o amendoim. Quanto ao acesso a infraestrutura de serviços básicos, como saneamento e água potável, é possível inferir, a partir dos dados oficiais do SESAÍ (2015), que as condições nos territórios ocupados são

precárias. Nesse sentido, até o Censo 2010, apenas 42% dos domicílios recenseados tinham abastecimento de água por rede geral de distribuição, já em 37% esse abastecimento era realizado por poços ou nascentes, os outros 12% eram dependentes da água da chuva, rio, açude ou poços fora da comunidade (SESAI, 2015).

A baixa cobertura de distribuição de água nos territórios são diretamente correlatas à falta de saneamento básico na maior parte dos domicílios em território indígena, como indica o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Cobertura de saneamento por domicílio nos territórios indígenas



Fonte: SESAÍ (2015). Elaboração – a autora.

Com mais da metade da população residente nas comunidades indígenas sem acesso a uma rede de distribuição de água e saneamento, o governo do estado de Alagoas tem sido cobrado a respeito da promoção para a democratização da água nos territórios, o que tem levantado debates para a ampliação da abrangência da rede de abastecimento e, segundo a SEPLAG (2017, p. 13) os dados obtidos pelo levantamento da SESAÍ reiteraram “a necessidade de uma maior abrangência da cobertura de água para essas comunidades, tendo em vista que é um bem essencial à vida”.

Mesmo em territórios impactados pelo Canal, o acesso à água potável ainda vem sendo dificultada. No município de Pariconha, onde se concentra o maior número da população indígena alagoana, do total de 26 comunidades, que compreende sítios, povoados e distritos indígenas, 53,85% não recebe abastecimento através de uma rede geral de distribuição. Ao

mesmo tempo, as comunidades que recebem água tratada e encanada representam apenas 46,15% do total, e sofrem, ainda, com o abastecimento intermitente e irregular (CODEVASF, 2020). Nesse sentido, a espacialização do Canal do Sertão nessas localidades vem sendo justificada, exatamente, pela possibilidade de abastecimento humano através de um sistema de distribuição, no entanto, até o final de 2023, passados dez anos da entrega do primeiro trecho no Alto Sertão, o uso das águas do Canal do Sertão para o abastecimento de comunidades indígenas ainda não era uma realidade. Em geral, a funcionalidade do Canal do Sertão tem sido no fornecimento do abastecimento através de carros pipas, "reduzindo assim o tempo de transporte e, conseqüentemente, aumentando a quantidade de fornecimento às comunidades" (CODEVASF, 2020, p. 83).

Figura 10: Abastecimento de carros Pipas através do Canal do Sertão



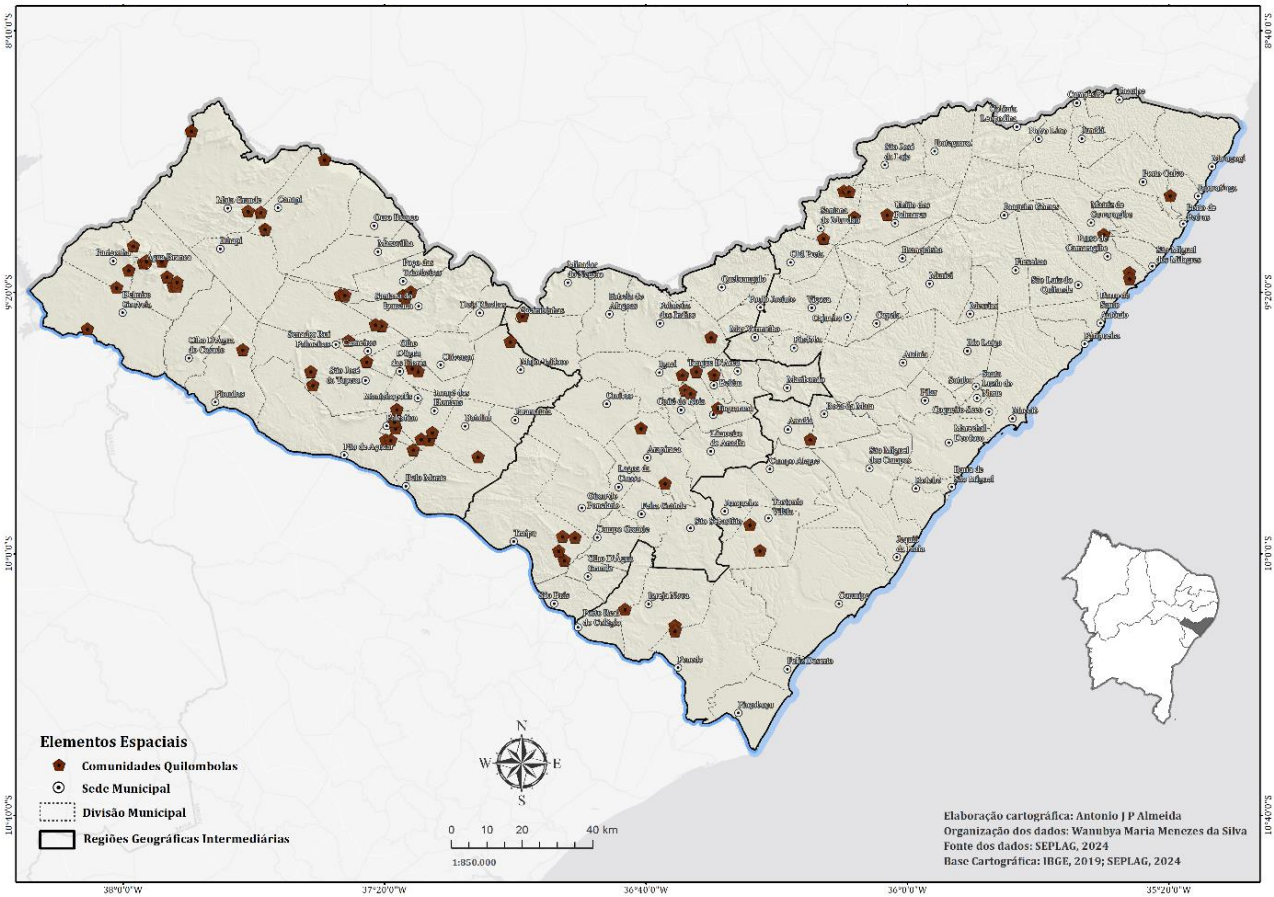
Foto: a autora. Comunidade Rolas, Pariconha, 2023.

O quadro de abastecimento precário ou inexistente nas comunidades indígenas do município de Pariconha se soma a outras comunidades ocupadas pelas etnias indígenas sertanejas, onde cenários semelhantes se repetem e se somam aos altos indicadores de pobreza. Tais condições de precariedades de recursos naturais e materiais assolam também as comunidades quilombolas sertanejas por onde se espacializa o Canal do Sertão.

Historicamente, o estado de Alagoas ocupa um lugar de destaque no cenário nacional no que concerne à resistência do povo negro frente a violência do estado colonial escravista. O Quilombo dos Palmares, que resistiu na serra da barriga, no norte do estado alagoano por quase um século é, ainda hoje, símbolo de resistência e liberdade do povo negro. A memória de Zumbi, liderança quilombola dos Palmares, resistiu ao apagamento histórico que as forças ideológicas da classe dominante promoveram e ainda promovem sobre a luta do povo preto e subalterno. Ao mesmo tempo, o aniquilamento físico, político e cultural promovido pelo Estado colonial e perpetuado pela superestrutura do capital nas repúblicas que se seguiram, enraizaram as contradições de classe, lançando estes povos às piores condições materiais de existência.

Embora Alagoas seja um estado pequeno em relação ao tamanho da área que ocupa, o número de comunidades quilombolas é considerável, até 2015 haviam em todo o estado 68 comunidades quilombolas certificadas e 16.089 pessoas cadastradas como remanescentes de quilombolas no Cad Único, residentes nestas comunidades. No último Censo (2022), o número de pessoas que se autodeclararam como quilombolas chegou a 37.724, distribuídas por todos os municípios do estado, muito embora apenas 1,83% deste total ocupe atualmente territórios quilombolas. Dos municípios diretos ou indiretamente impactados pelo Canal do Sertão, em 10 deles há o registro de comunidades certificadas pela Fundação Palmares como quilombolas.

Figura 11: Mapa de distribuição das comunidades quilombolas em Alagoas



Elaboração: Antonio Almeida. Organização dos dados: a autora

Tabela 7: Distribuição da população quilombola impactada pelo Canal do Sertão por comunidades e município

Região	Município	Nº famílias Fundação Palmares (2014)	N. de pessoas declaradas quilombolas, Censo (2022)
Agreste	Arapiraca	800	3.307
	Batalha	86	
	Taquarana	430	
	Traipu	240	
Sertão	Água Branca	280	3.771
	Canapi	197	
	Delmiro Gouveia	72	

Sertão	Olho D'Água do Casado	100	
	Pariconha	150	
	Piranhas	30	
Total	10	2.385	7.078

Fonte: Funai (2015), IBGE (2022). Elaboração: própria.

A perseguição e subjugação dos povos quilombolas fugidos dos engenhos de cana-de-açúcar do Nordeste os levaram a ocupar os terrenos de altitudes mais elevadas e de difícil acesso, localizadas quase sempre em regiões serranas. Todavia, o projeto militar colonial que pôs em marcha as campanhas dos bandeirantes resultaram na desarticulação violenta de boa parte dos quilombos e na aglutinação destes aos latifúndios, relegando esses povos a privação da terra e o ao trabalho escravo (Almeida, 2016). Alguns quilombos menores resistiram e permanecem existindo nos interiores do estado alagoano, contudo, a avaliação geral do universo quilombola em Alagoas aponta sérias dificuldades de acesso a condições básicas de sobrevivência. O histórico de privação e marginalização deste grupo étnico determinou condições sub-humanas a estes povos, são nas comunidades quilombolas onde se encontram os piores indicadores sociais do estado.

Observando os dados do Cad. Único de 2015, conseguimos ter uma noção da proporção da miséria que assola os povos em comunidades quilombolas. Da totalidade deste universo, 75% possuía uma renda familiar *per capita* de até 77,00 R\$, provenientes de programas como o Bolsa Família, o que os categoriza como extremamente pobres. Ao mesmo tempo, 11,9% obtinham uma renda *per capita* entre 77R\$ e 154R\$, o que enquadra este grupo dentro da linha da pobreza. Partindo das definições oficiais do IBGE sobre renda e classe, no somatório, 86,9% da população quilombola do estado de Alagoas, com domicílio em comunidades, pode ser considerada pobre ou miserável. Entretanto, se levarmos em consideração a supressão das necessidades básicas individuais, a renda de 97,9% dos que vivem em territórios quilombolas fica muito aquém do necessário para uma existência digna da vida. Com uma cesta básica variando entre 500 e 800 reais, a depender do estado e região brasileira⁸, os dados oficiais de renda dos territórios nos levam a inferir que a situação nas comunidades quilombolas é muito

⁸ DIEESE. Em 2021 cesta básica aumenta em todas as capitais, nota à imprensa, 07 de janeiro de 2022.

pior do que apresentam as estatísticas, formalizando territórios dominados pela pobreza extrema para a quase a totalidade da população.

Tabela 8: Faixa de Renda Familiar per Capita das Comunidades Quilombolas de Alagoas (2015)

Faixa de renda	%
Até 77R\$	75,0
Entre 77R\$ e 154R\$	11,9
Entre 154R\$ até ½ salário mínimo	10,0
Acima de ½ salário mínimo	3,1
Total	100

Fonte: Brasil (2015). Elaboração: própria.

A grande maioria destes remanescentes de quilombolas vivem, além de programas de transferência de renda, da agricultura de subsistência, de onde tiram uma parte dos alimentos que consomem no dia-a-dia (SEPLAG, 2015). Os sistemas de infraestrutura, como oferta de água e saneamento básico são escassos, a grande maioria vive sem acesso a um sistema de distribuição de água e esgotamento sanitário (57,7% do total estão nessas condições, e 26% não possuem banheiros em seus domicílios), vivendo do auxílio de poços ou de chafariz. As condições as quais a maioria dos povos quilombolas estão submetidos em Alagoas são de extrema degradação da vida humana, sem acesso às condições materiais básicas para a reprodução diária da vida, inclusive à moradia, com muitas comunidades em que famílias estão abrigadas sob lonas, é o caso da comunidade Tabacaria em Palmeira dos Índios, onde 31 famílias vivem sob essas condições. Segundo o Governo do Estado de Alagoas (2013): “as condições insalubres das moradias nas comunidades quilombolas resultam em diversos problemas de saúde. Doenças transmitidas pela água são frequentes, como é o caso da esquistossomose” (GOVERNO DO ESTADO DE ALALAGOAS, 2013).

Figura 12: Comunidade Tabacaria em Palmeira dos Índios



Fonte: G1, TV Gazeta, Alagoas, 2016.⁹

O quadro de miséria e falta de infraestrutura à qual estão submetidos os povos quilombolas em Alagoas tem levantado debates acerca de um planejamento que objetive o aumento da cobertura de saneamento e distribuição de água nas comunidades. Neste certame, o planejamento do governo alagoano vai de encontro a políticas rurais sustentáveis objetivando a ampliação de uma rede geral de distribuição de água com foco no consumo humano e no desenvolvimento da produção agrícola.

O Programa ‘Água Para Todos nas Comunidades Quilombolas Alagoanas’, integrado ao Brasil Sem Miséria, do Governo Federal, que tem como foco a construção de cisternas para as famílias cadastradas no Cad. Único do estado, é um exemplo das políticas que vêm sendo pronunciadas por autarquias estaduais como programa destinado a universalização do acesso à água potável no estado alagoano. O Canal do Sertão participa deste mesmo princípio, impactando direta ou indiretamente cerca de 2.385 remanescentes quilombolas em comunidades certificadas ou em territórios em disputa pela demarcação.

Em algumas comunidades sertanejas o Canal do Sertão já se encontra em operação, ascendendo novos modos de uso do solo a partir da introdução de redes de irrigação incrementadas nos territórios a partir de programas de crédito, ofertado através do Banco do

⁹ <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2016/11/quilombolas-vivem-em-situacao-de-miseria-em-comunidades-de-alagoas.html>

Nordeste, e programas de financiamento, como o Agroamigo e o Crediamigo, estímulos ao desenvolvimento da agricultura irrigada e a integração ao mercado local/regional.

A pobreza em Alagoas, que abrange a maior parte da população do estado, tem se acentuado, portanto, entre esses grupos étnicos-raciais, demonstrando um ciclo ininterrupto de violação da dignidade humana destes povos. A saída para o histórico de espoliação promovida pela mercantilização do território, até o momento, tem sido buscada pela ampliação da financeirização da vida, que procura no pacto do desenvolvimento sustentável da ingerência do banco mundial soluções para problemas de privação da terra e do território.

3.3 Reflexões sobre a pobreza em Alagoas e a financeirização “sustentável”

Nos termos dos dados apresentados, a constante e inexorável pobreza do estado alagoano, que se aprofunda e se enraíza nos povos tradicionais, tem justificado a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, com atenção especial ao Sertão e Agreste, onde se encontram a maior parcela da população com índices elevados de pobreza.

Desde a reestruturação do capital no Brasil na década de 1990, o semiárido Nordestino vive em estado de regressão econômica, não acompanhando a expansão da economia nordestina verificada nas últimas décadas, o que incide diretamente sobre a qualidade de vida da população desse recorte da região, sendo, ao mesmo tempo, um espaço favorável a implementação de políticas de combate à pobreza, encontrando na escassez natural da água uma oportunidade de ampliação das relações sociais de produção do capital rentista. É consenso que para sobrepujar as dificuldades econômicas, é necessário superar a baixa disponibilidade hídrica da região, seja através da produção de cisternas, açudes ou canais de transposição. Nesse sentido, a transposição do rio São Francisco, assim como do Canal do Sertão, se apresenta como via de solução para o semiárido, com capacidade de atender às múltiplas demandas de água nesse espaço, observados o consumo e a integração econômica. Nesses termos, vale a referência ao RIMA, (BRASIL, 2004, p.11), que anota sobre a transposição do rio São Francisco:

A população, tanto urbana quanto rural, as indústrias, os pequenos e grandes agricultores e todos os demais setores produtivos poderão usar a água disponível nos grandes açudes da região, para gerar emprego e renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. Se a chuva não cair, as águas do rio São Francisco garantirão o abastecimento humano, as safras agrícolas e as atividades industriais e do turismo. Como consequência direta dessa integração, deverá ocorrer uma elevação da qualidade de vida da população, com melhoria dos sistemas de saneamento básico e crescimento e crescimento das atividades produtivas que tem na água um dos seus mais importantes componentes.

O que fica claro é que a escassez hídrica somada à pobreza, tem legitimado e justificado a territorialização do capital financeiro no semiárido brasileiro, pois, os produtos finais da materialização desses canais não objetivam meras soluções hidráulicas, mas participam de um projeto de desenvolvimento germinado da reestruturação produtiva do capital, tendo como finalidade a ampliação das políticas de desenvolvimento rural centradas na oferta de crédito. A finalidade desses projetos, portanto, está na integração de pessoas empobrecidas ao mercado de créditos, uma vez reestruturado o espaço e recriado as possibilidades do uso do solo. Abandonado o projeto de desenvolvimento nacional, no qual estava inserido a reforma agrária, e adotado o projeto do desenvolvimento sustentável dos grupos financeiros dos países centrais, as políticas da reestruturação produtiva do capital rentista foram colocadas como a única via de solução para o campo brasileiro, sem mexer na estrutura agrária.

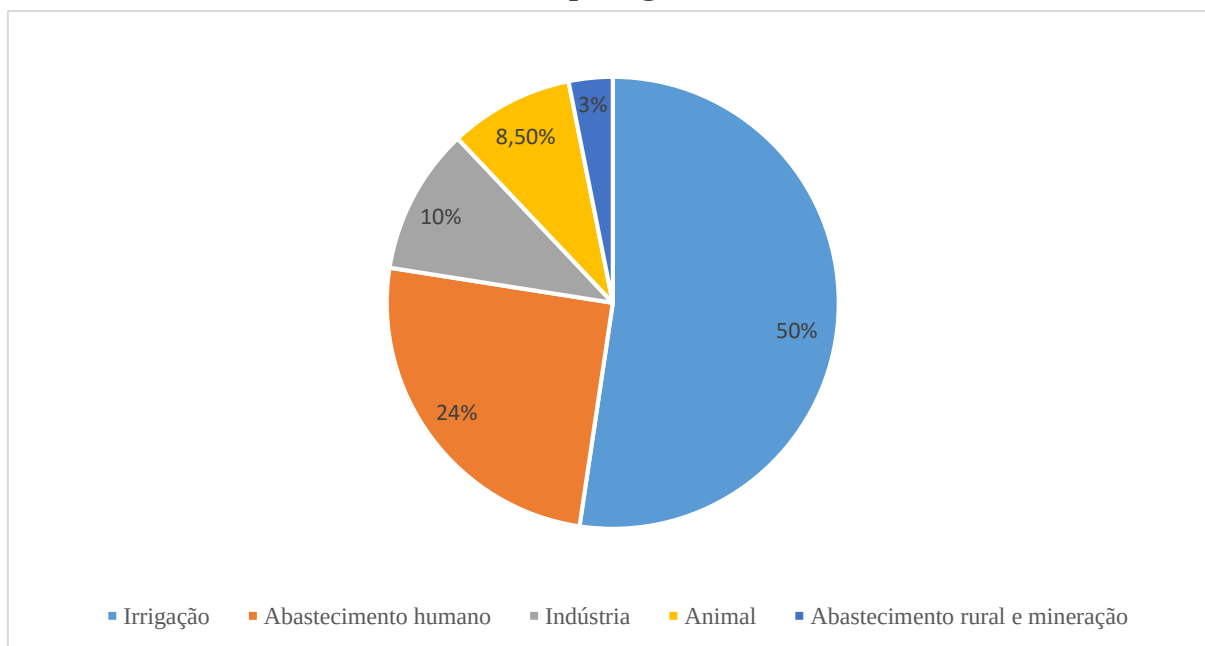
As expressões da sociabilidade da pobreza por diferentes sujeitos no estado de Alagoas, remontam este processo, no qual as baixas históricas do povo preto e indígena na região denunciam a usurpação violenta das suas terras ancestrais, onde prevalecia o desenvolvimento autóctone. Agora, subsumidos às novas políticas de desenvolvimento, camponeses pobres, indígenas e quilombolas são integrados à financeirização do capital como alternativa a solução de problemas secularmente nascidos da terra. A financeirização do território semiárido alagoano, através do estado federativo, ou por captação direta do crédito para inversão produtiva pelas comunidades impactadas pelo Canal do Sertão, tem funcionado como fetiche de combate à pobreza, mas que, materializa o endividamento e a acumulação e reprodução expansiva do capital portador de juros, que se manifesta na monopolização do trabalho e do território.

**SEÇÃO 4 – AS PROJEÇÕES PARA O CANAL DO SERTÃO E A GESTÃO DAS
ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO**

4. O CANAL DO SERTÃO NA ROTA DO CAPITAL HIDROAGRÍCOLA

Como valor social, a água é um bem comum necessário à própria reprodução da existência humana, como demanda de mercado ela é objetivada em valor de troca, um produto estratégico da acumulação. Para se ter uma ideia, segundo dados da ANA (2020) a maior demanda hídrica do país, conforme apresentado no gráfico a seguir, é de responsabilidade da agricultura, especialmente a irrigação, com cerca de 50 % do total, seguidos do uso doméstico (urbano e rural,), industrial e para dessedentação animal. “Dessa forma, a água se constitui num importante fator de produção cujos quantitativos, embora variáveis conforme a tecnologia, assumem valores elevados” (BEZERRA, 1997, p.58).

Gráfico 3: Demanda por água no Brasil em 2020



Fonte: ANA, 2020. Elaboração: a autora.

Em meio às grandes pressões pela demanda de água no país (só em 2019 a CPT registrou 489 conflitos por água, envolvendo quase 70 mil famílias) o gerenciamento racional das águas tem representado a proposta do governo federal de mitigar as disputas pelos recursos hídricos. Segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos 2011, o objetivo é “1) a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e quantidade; 2) a redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos e 3) a percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante” (PNRH, 2011, p. 9).

O conflito por água tem se intensificado no Brasil, haja vista a sua valoração como produto auxiliar da produção no campo. Com valor de mercado, a água constitui-se como essencial ao desenvolvimento de determinados processos produtivos, ficando concentrada na agricultura irrigada intensiva e na indústria. A mercantilização deste produto levou o Brasil a procurar estratégias para racionalizar seu uso, de forma que contribua para o desenvolvimento dos meios de produção do país, principalmente do campo. O Estado brasileiro passou a sustentar o financiamento para a espacialização de objetos técnicos na articulação da construção de bases artificiais para acumulação de água, represamento e transposição, contando com a modernização técnica do território originando uma reestruturação do campo energizada nos finais dos anos 1980. Foi dentro desta perspectiva que o Canal do Sertão passou a ser espacializado a partir da década de 1990 em Alagoas.

4.1 Financeirização e monopolização: uma leitura dos perímetros irrigados do Canal do Sertão

A precariedade dos sistemas de distribuição de água no Alto Sertão, na Bacia Leiteira e no Agreste justificaram a realização da construção do empreendimento Canal do Sertão. Segundo o relatório da Seplag (2017), o aumento da demanda e o alto custo para atender o crescimento do consumo de água pela população dessas localidades onerava largamente a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal). O Canal do Sertão aparecia, portanto, como uma alternativa para suprir essa demanda de forma barateada, sendo uma via de sustentabilidade hídrica para o semiárido alagoano.

A partir de estudos feitos pela empresa Hydros/Tecnosolo (2002) as demandas mais importantes destacadas no estudo de sustentabilidade são: “aproveitamento hidroagrícola (perímetros irrigados), demanda rural difusa (perímetros de sequeiro), abastecimento de água rural e urbano e desenvolvimento da piscicultura em tanques” (Seplag, 2017). Ainda, segundo a Seplag, a finalidade do Canal do Sertão a partir dos seus usos difusos seria reverter o quadro de vulnerabilidade social na qual está inserida a maior parte da população sertaneja e do agreste. Nesse sentido, a oferta de água pelo Canal do Sertão se encontra distribuída nos primeiros 150 km conforme o quadro abaixo.

Quadro 2: Oferta de água do Canal do Sertão

Trecho	Km	Vazão de m³/s
I	0 à 45 km	2,2
II	45 à 64	1
III	64 à 93	0,5
IV	93 à 123	0,8
V	123 à 150	1
Total (até o km 150)	-	5,5

Fonte: Portaria nº 496/2016 no Diário Oficial de Alagoas (2016). Elaboração: a autora.

Até o momento, apenas os trechos I à IV estão em operação, o trecho V teve licitação autorizada e está em construção. Como é possível observar no quadro apresentado, a oferta de águas nos IV primeiros trechos é de apenas 5,5 m³/s, o que engloba todo o alto e médio Sertão, regiões onde os períodos de estiagem são mais prolongados e a precariedade dos sistemas coletivos de oferta de água é incisivo. No entanto, segundo a Seplag, a maior parte das áreas irrigáveis (70%) se concentra nos últimos 100 km da obra, nos municípios de Arapiraca, Lagoa da Canoa, Craíbas e Palmeira dos Índios (SEPLAG, 2017).

A finalidade do projeto é o desenvolvimento da agricultura irrigada. De acordo com a SEPLAG, “a irrigação é, de fato, a principal finalidade do Canal do Sertão, recebendo quase 74% da vazão de água total do canal, sendo seguida pelos perímetros de sequeiro e demanda urbana e rural, respectivamente” (2017, p. 22). A prospecção do estado é a implementação de 7 perímetros irrigados. Além dos de Delmiro Gouveia (DG-1), e os de Pariconha (PC-1 e PC-2) e Inhapi (IN-1) já mencionados, estão previstos também os de Arapiraca (AR-1 a AR-9), Estrela de Alagoas (EA-1 a EA-8), Dois Riachos (DR-1 e DR-2) e Riacho Grande (RG-1 a RG-3). A distribuição da vazão da água está projetada segundo a tabela abaixo:

Quadro 4: Vazão por finalidade de uso (2016)

Finalidade de uso	Vazão m³/s
Irrigação	23,5
Perímetro de sequeiro	4,3
Abastecimento urbano e rural	2,0
Perdas	2,2
Total	32

Fonte: SEPLAG, 2017. Elaboração: a autora.

As culturas a serem desenvolvidas são as de fruticultura irrigada, de alto valor agregado. Até mesmo nas áreas de sequeiro, circunscritas a pequenos lotes agrícolas de até 25 hectares, o Estado planeja desenvolver a produção da fruticultura, destinando 0,25 hectare das terras (1%) para a irrigação de culturas como o mamão, abacaxi e banana. Já na Bacia Leiteira, as propriedades de até 25 hectares terão 0,5 hectare (2%) irrigados, e a projeção do Estado é que estes perímetros, além de desenvolver a fruticultura irrigada, produza também forrageiras para alimentação animal, como o guandu, sorgo, leucena, capim Buffel e capim Tifton (Pedrosa, 2016).

De acordo com o Estudo de Viabilidade do Aproveitamento Integrado dos Recursos Hídricos do Projeto do Sertão Alagoano, realizado a pedido da Codevasf ao consórcio Hydros e Tecnosolo (HIDROBR, 2021), as áreas para a implementação dos perímetros de irrigação são delimitadas pelo Estado de Alagoas e devem seguir padrões de potencialidades de fertilidade do terreno.

O objetivo dos projetos de irrigação, segundo a Codevasf (2020) é o desenvolvimento socioeconômico regional, com a geração de emprego e renda que, segundo a Codevasf (2020,

p. 22), “redundará, em alterações significativas na geografia econômica e social da região sertaneja alagoana”.

A Codevasf elaborou inicialmente três projetos de perímetros de irrigação para os três primeiros trechos, destinados ao aproveitamento hidroagrícola do Canal, são eles: Delmiro Gouveia, Pariconha I e II e Inhapi. Estes perímetros ainda permanecem em processo de implantação e “estão em áreas nas quais o Canal do Sertão já está em funcionamento e possuem áreas agricultáveis de grande potencial” (HidroBr, 2021, p. 21). A área que ocupam em cada município está distribuída conforme a tabela abaixo.

Tabela 9: Futuros perímetros de irrigação da CODEVASF

Informações	Perímetro de Delmiro Gouveia	Perímetro de Pariconha	Perímetro de Inhapi
hectares	6.200	6.500	6.600
Solos aptos à produção irrigada (há)	2.500	4.00	2.143
População beneficiada	4.409	2.700	2.750
Vazão de projeto (L/s)	2.100	1.706	1.532

Fonte: CODEVAF, 2017. Elaboração: a autora

Os projetos elaborados sob responsabilidade da CODEVASF e divulgados em relatórios em 2002 esclarecem que os perímetros serão “empreendimentos vinculados ao macro-empresendedorismo do Canal do Sertão Alagoano” (CODEVASF, 2002, p. 34). Para o município de Inhapi, Delmiro Gouveia e Pariconha os perímetros irrigados estão destinados à agropecuária irrigada e de sequeiro, centradas na fruticultura e na caprinocultura leiteira. Segundo a Codevasf, a opção pela caprinocultura se deve à potencialidade local para a produção de forragens de alta qualidade, condições climáticas favoráveis a criação de caprinos, proximidade de indústrias do leite, preço atrativo do leite de cabra, produção de esterco para melhorar a qualidade das frutas e a tradição regional de criação de caprinos, que pode ser modernizada (CODEVASF, 2002, p. 41).

Em relação a fruticultura irrigada estão previstos lotes de produção de mamão, levando em consideração, segundo o relatório, “a grande demanda do mercado europeu por produtos de alta qualidade, assim como a abertura de grandes mercados importadores do mamão brasileiro, criando grandes expectativas para a exportação desta fruta”. Outra cultura frutífera prevista para a zona dos perímetros irrigados do Sertão é a banana, segundo o relatório, “a produtividade da

banana irrigada no nordeste semiárido supera os demais países produtores da América do Sul e América Central”, além de estar havendo um aumento considerável do consumo de banana no hemisfério norte (CODEVASF, 2002, p. 48). A Codevasf avaliou que o maior obstáculo da agregação desta cultura ao mercado internacional é a grande distância da área produtora aos portos comerciais, no qual Arapiraca estaria mais adequada devido a sua proximidade ao porto de Maceió.

O abacaxi também aparece como uma das culturas a serem exploradas nos perímetros de irrigação do Sertão devido a sua alta produtividade por unidade de área e elevada rentabilidade. No que concerne a criação de caprinos, o relatório da Codevasf observa notável atividade da pecuária leiteira na zona de influência do Canal, que sofre com os efeitos da seca, por isso, é finalidade do Canal, a produção de forrageira irrigada. Nesse aspecto, projeta-se a produção de forrageiras com: “a) pastoreio rotativo intensivo em pastos permanentes, b) produção de feno e c) banco de proteínas” (CODEVASF, 2002, p. 46). A irrigação de pastagens é uma estratégia que visa o incremento da produtividade reduzindo os custos da alimentação do rebanho, além disso, a proposta reconhece a introdução de tecnologias modernas na estratégia de reprodução do rebanho, como inseminação artificial e cercas elétricas para o pastoreio rotativo, o que demanda um alto custo de inversão.

Embora os perímetros irrigados para a zona de transição e zona agrestina ainda não tenham sido licitados, haja visto o trecho V do canal ter obtido a licença para construção apenas recentemente, essa é a área de influência do Canal com maior vazão para irrigação e onde os perímetros irrigados são projetados para uma área de maior escala, ficando Arapiraca com 9 perímetros irrigados e Estrela de Alagoas com 8, nos quais se projeta um polo frutícola destinado ao mercado exterior, podendo alcançar ainda o mercado interno no sul e sudeste. Na Bacia Leiteira, o prospecto é a ampliação da oferta de leite de valor agregado a partir da bovinocultura leiteira (Codevasf, 2002).

Sobre a estrutura agrária na qual serão implantados os perímetros, a Codevasf considera que há um elevado número de propriedades classificadas como minifúndios de exploração antieconômica, sendo necessário, segundo a autarquia, um reordenamento fundiário para o aproveitamento econômico dos solos mais férteis.

Tal intervenção se realizaria objetivando agregação das propriedades muito pequenas de exploração antieconômica, com relocação de seus atuais proprietários/usuários para áreas próximas, no mesmo município, assim como a sub-divisão, mediante compra/desapropriação, dos imóveis com dimensões superiores à capacidade de exploração dos atuais proprietários, com vistas a abrigar não somente as populações

realocadas, mas abrir oportunidade para outros produtores atraídos pelo empreendimento (CODEVASF, 2002, p. 37-38).

Mesmo o Canal do Sertão nascendo dentro de uma estrutura agrária já concentrada, por mais numerosos que sejam os minifúndios sertanejos, as projeções da implantação dos perímetros de irrigação, levando em consideração a solução agrária de reordenamento da Codevasf, reverberam uma tendência a elevação da concentração fundiária e do acesso à água, haja vista a possibilidade de deslocamento e expropriação/compra de pequenas propriedades cujos os proprietários não tenham capacidade de investimento. Apesar das áreas serem delimitadas pelo estado alagoano e o mesmo protagonizar a intermediação das políticas de desenvolvimento hidroagrícola do Canal do Sertão, o empreendimento será operado pelos sujeitos consorciados aos perímetros irrigados, sendo responsabilidade destes a inversão de capital para produção: equipamento, pessoal, sementes, insumos etc.

Sendo essa a proposta da Codevasf, é relevante pontuar que, embora os municípios para os quais se delineiam os primeiros perímetros de irrigação sejam numerosos em estabelecimentos classificados como minifúndios, a região também apresenta concentração de terras, com destaques para os municípios de Delmiro Gouveia e Inhapi, nos quais, apenas duas propriedades somam mais de 4.000 hectares de terras, enquanto a maior parte das propriedades se dividem em 10 a menos de 500 hectares (quadro 5). Se somarmos esse fator ao alto índice de pobreza do Sertão alagoano, podemos inferir em hipótese a elevação da concentração de terras na região e, ainda, a monopolização do território pelo capital funcionante e portador de juros, haja vista a necessidade de inversão para a produção.

Quadro 5: Distribuição fundiária nos 3 primeiros trechos do Sertão/AL

Municípios dos perímetros licitados	Estimativa de estabelecimentos e número de hectares		
	Menos de 10 a menos de 500	500 a menos de 2000	Mais de 2000
Delmiro Gouveia	963	9	1
Inhapi	1.743	1	1
Pariconha	756	1	-
Total	3.463	11	2

Censo agropecuária (2016). Elaboração - a autora.

Para amortizar os valores invertidos pelos poderes federativos na implantação da infraestrutura dos perímetros irrigados, a Codevasf estuda um modelo de cobrança pelo uso da água para fins de irrigação, calculado a partir da vida útil do empreendimento e da área agrícola beneficiada pelo Canal (taxa K1). Outra taxa que deve ser cobrada dos usuários é a do componente de operação e manutenção (taxa k2), correspondente aos gastos anuais com a conservação da infraestrutura de irrigação (pessoal, materiais, energia elétrica e fundo de reposição), a taxa K2 será dividida em duas alíquotas, uma fixa, mensal e outra variável de acordo com o gasto do volume de água para fins de irrigação. Dessa forma, deve-se estudar a “capacidade de pagamento dos usuários nos perímetros da CODEVASF e sua relação com o restante dos usuários do Canal do Sertão, de forma que o modelo de gestão definido permita os usos múltiplos, respeitando o princípio da isonomia” (Codevasf, 2002, p. 175)

O projeto de desenvolvimento dos perímetros irrigados, no entanto é de longo prazo e, passados mais de dez anos da inauguração dos trechos I e II, correspondentes aos municípios de Delmiro Gouveia e Pariconha e nove anos da entrega do trecho III, no município de Inhapi, o empreendimento continua constando apenas nos relatórios da Codevasf, e os relatórios da HidroBr, de 2021, os apresenta como licitados para execução

No que tange a gestão do empreendimento, a projeção é de gestão privada, subdividida em dois níveis: primário e secundário, a primeira responsável pela manutenção do próprio Canal e a segunda pela operação e manutenção dos sistemas agropecuários.

4.2 Financiamento e gestão do Canal do Sertão

A obra do Canal do Sertão envolve diretamente diversos atores institucionais que, atualmente, participam de um comitê gestor do Canal Adutor do Sertão alagoano, criado a partir do decreto 40.183/2015, formado pelas Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), Secretaria de Estado da Infraestrutura (SEINFRA) e Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Pesca e Aquicultura (SEAGRI), que juntos formam Grupos de Trabalho responsáveis pelos debates acerca do desenvolvimento territorial, políticas públicas e sustentabilidade a partir do Canal do Sertão

De acordo com a Seplag (2017), é de responsabilidade deste comitê:

I - Propor, articular, coordenar, fiscalizar, monitorar e avaliar ações pertinentes à gestão do Canal Adutor do Sertão Alagoano e ao uso da água, por meio da atuação compartilhada entre órgãos e entidades públicas e privadas;

II - Propor direcionamento de políticas públicas que promovam a assistência técnica aos produtores que utilizarem a água do Canal Adutor do Sertão Alagoano;
 III - Propor direcionamento de políticas públicas que promovam o abastecimento rural e urbano mediante o uso da água do Canal Adutor do Sertão Alagoano, assim como outros usos difusos que beneficiem à população e o desenvolvimento local e regional (Seplag, 2017, p. 22)

Participam do comitê gestor também os usuários do Canal, como a Casal, a Codevasf e os irrigantes. A primeira, responsável pelo abastecimento para dessedentação humana no campo e na cidade, fazendo uso das águas do Canal para ampliar a oferta de água potável na região semiárida; a Codevasf, gestora de três perímetros irrigados; e os irrigantes, sendo estes 2 médios produtores e 400 agricultores familiares, muito embora, no ano de 2020, a Semarh tenha contabilizado mais de 1.000 usuários de pequeno porte fazendo uso das águas do canal para irrigação (Seplag, 2017) (HidroBR, 2021).

A maior parte do investimento nas obras do Canal do Sertão são da União, por meio do Ministério da Integração Nacional. O Governo do Estado de Alagoas participa do empreendimento com uma contrapartida menor, sendo responsabilidade da Seinfra a execução da obra. Assim, até o ano de 2016 havia sido investido na obra aproximadamente 2,24 bilhões de reais, distribuídos conforme tabela a seguir:

Tabela 10: Investimento no Canal do Sertão/AL por trecho (2016)

Objeto do Convênio	Extensão em km	Valor do convênio liberado	Contrapartida	Total
Trecho I	0-45	361.434.908,67	44.214.682,43	405.649.591,10
Trecho II	45-64,7	242.388.001,18	26.935.000,18	269.320.0001,81
Trecho III (etapa I)	64,7-77,82	485.613.514,23	0	485.613.514,23
Trecho III (etapa II)	77,82-92,93	365.493.125,98	0	365.493.125,98
Trecho IV	92,93-123,4	592.392.926,62	0	592.392.926,62
Comportas	-	25.151.183,95	0	25.151.183,95
Sistema elétrico	-	10.544.418,91	0	10.544.418,91
PIAAS (integração do	-	89.438.067,71	0	89.438.067,71

Canal do Sertão com o Sistema Adutor do Alto Sertão)				
Total	-	2.172.456.147,70	71.146.682,61	2.243.602.830,31

Fonte: Portal da Transparência, 2016. Elaboração: a autora.

Em 2017, o custo global da obra já ultrapassava os 3 bilhões de reais, com contratos envolvendo as construtoras Queiroz Galvão S. A., responsável pelos trechos I e II, para a qual o governo Federal em contrapartida com o estado de Alagoas fizeram repasse de 388.598.983,11, na data-base outubro/2010 e 249.928.172,23, na data-base setembro/2012, OAS Ltda., responsável pelo trecho III, recebe 769.974.816,58, na data base dezembro/2015; a empresa Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A., responsável pelo trecho IV, recebeu o repasse de 800.217.856,78, na data base dezembro/2016.

Além do comitê gestor, foi criada em 2018, a Associação Gestora do Canal do Sertão Alagoano (AGECSA), com sede no município de Delmiro Gouveia, da qual participam diferentes sujeitos beneficiários do Canal, com usuários desde Delmiro Gouveia até o município de São José da Tapera, o objetivo da associação é garantir a participação dos usuários nos processos de gestão das águas canalizadas (HidroBR, 2021). Nesse propósito, a AGECSA, tem o objetivo de desenvolver a “participação associativa, promover debates estratégicos com temas relevantes ao melhor uso das águas do Canal do Sertão e dar apoio em caráter institucional ao governo do estado de Alagoas na gestão do sistema hídrico” (ALMEIDA apud HidroBR, 2020).

Com a grande diversidade de sujeitos envolvidos no processo de implantação e uso do Canal do Sertão, diferentes propostas para a sua gestão vêm sendo elaboradas. Segundo a Seplag (2017), estão em estudo quatro modelos de gestão para o Canal quando finalizado, todas espelhadas em modelos de gestão de canais já existentes, em território nacional e internacional. Em 2021, a Agência Peixe Vivo (Contrato nº. 006/2021, vinculado ao Contrato de Gestão nº. 028/ANA/2020) em parceria com a HidroBr, passou a ser a responsável pela elaboração da proposta de gestão do Canal Adutor do Sertão Alagoano. Segundo a HidroBr (2021):

O modelo de gestão a ser elaborado no presente trabalho deverá se atentar para incluir todos os atores mencionados até então, estabelecendo uma articulação firme entre as entidades públicas e sociedades de direito privado, para que a operação e o gerenciamento do empreendimento hidroagrícola corra de uma forma sinérgica e justa (HidroBr, 2021, p. 25).

Segundo a Agência Peixe Vivo (2022), os estudos do modelo de gestão a ser proposto seguem modelos de referência de empreendimentos de infraestrutura hídrica com a finalidade de ofertar o recurso hídrico para o desenvolvimento de atividades hidroagrícolas. Nesse sentido, são referências o perímetro de Irrigação Senador Nilo Coelho, em Petrolina-PE e Casa Nova-BA, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF), o Eixão das Águas, em Fortaleza-CE, o *Proyecto Especial Chavimochic (PEC) em La Libertad*, no Peru, o Canal de Navarra, localizado em Navarra, na Espanha, o Projeto Colorado-Big Thompson (CBT), na Bacia do rio Missouri e região do Arkansas-Rio Grande-Golfo do Texas, EUA e Central Arizona Project (CAP), Arizona, EUA (Agência Peixe Vivo, 2022).

Todos os modelos transitam entre associação civil privada sem fins lucrativos, espelhado principalmente no modelo de Petrolina-BA, onde os próprios usuários em associação administram o uso do Canal, e o modelo de parceria público-privado, como se dá na gestão do Canal do Navarra, na Espanha, com contratos de concessão de longo prazo, em que o Estado concede a uma empresa privada a gestão do Canal do Sertão. Neste último modelo, o lucro da empresa gestora seria pago pelos usuários através de tarifas estabelecidas pelo uso da água ou pelo Governo do estado através de prestações mensais (SEPLAG, 2017).

De fato, apesar dos diversos estudos de modelos de gestão para o Canal, que envolve até a possibilidade da gestão direta pelo Estado, o serviço de fornecimento de água em Alagoas, através da Companhia de Águas de Saneamento de Alagoas (Casal), que é a maior usuária das águas do Canal do Sertão, vem sendo privatizada desde 2020, quando a maior parte dos serviços prestados na região metropolitana de Maceió foram leiloados na bolsa de valores de São Paulo. Nesse pleito, a BRK Ambiental obteve a concessão da prestação de serviços de saneamento e distribuição do estado em treze municípios do Litoral Leste. Em 2021, os serviços saneamento do Sertão e do Agreste foram concedidos à empresa Águas do Sertão, deixando a Casal responsável apenas pela captação da água, o que traz alterações na dinâmica de capitalização da empresa, que podem envolver a cobrança do uso da água do Canal do Sertão.

A concessão de empresas de saneamento e distribuição de águas no estado de Alagoas à iniciativa privada, foi uma resposta a PLP-149/2019 promovida como ‘Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal’, que condicionou a renegociação de dívidas dos estados e municípios e a liberação de novos empréstimos financeiros ao cumprimento de numeráveis exigências, como:

[...] privatização de empresas, redução de incentivos tributários, extinção de benefícios aos servidores, adoção de teto de gastos, eliminação das vinculações de receitas de impostos não previstas na Constituição; criação de conta única similar à da União; adoção de medidas voltadas à prestação de serviço de gás canalizado; e adoção do modelo de concessão para os serviços de saneamento básico [...] (CONGRESSO NACIONAL, 2020).

Seguindo propósito semelhante, em outubro de 2023, o Governo do Estado, através do decreto nº 94.190, publicado no diário oficial do estado, transferiu a administração do Canal para a Secretaria de Estado de Governo (SEGOV) e para a Casal que, hoje está concedida à empresa Águas do Sertão nos trechos em que o Canal já está em funcionamento. Segundo a Casal, os dois órgãos ficam responsáveis pelos trechos já entregues e os próximos à medida que forem concluídos, cabendo à Segov, “por intermédio da Casal, a análise, a autorização e a cobrança pelo uso da água do canal” (Casal, 2023). Nesse aspecto, a gerência empresarial do Canal do Sertão, uma obra financiada com recurso público e concedida a iniciativa privada através da concessão da gestão do empreendimento, acaba corroborando com a reflexão de Chico de Oliveira, quando este infere que o Estado neoliberal tem funcionado sob uma lógica privatista, condicionando a produção/reprodução do espaço à acumulação mundializada de capitais. Isto significa que, mediada pelo Estado, a espacialização dos diferentes objetos técnicos, é orientada pelas necessidades do sistema metabólico capitalista (Oliveira, C; 2011) (CARLOS, 2011).

Não é de se estranhar, portanto, que para o uso alternativo aos perímetros de irrigação até que estes sejam inaugurados, seja exigido aos agricultores irrigantes de até 5 hectares a declaração de aptidão ao PRONAF - uma garantia de contribuição ao capital portador de juros. Segundo a Seplag (2017), para legalizar o uso da água a inumeráveis agricultores na zona de influência do Canal, são necessários:

CPF, RG e comprovante de residência do requerente; Documento que comprove a posse da propriedade rural; DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF); Formulários F1 e F5, e formulário F12, no caso de isenção, fornecidos pela SEMARH; Projeto técnico de irrigação, em consonância com a Instrução Normativa nº 001, de 16 de maio de 2016 (Seplag, 2017, p. 25).

Com prazo longo para que os perímetros da Codevasf entrem em operação optou-se pelo uso alternativo da água do Canal, onde já é possível observar uma garantia de contribuição ao capital portador de juros e um reajuste espacial através do uso do Canal. Nesses termos, diferentes territórios e sujeitos vem fazendo uso do Canal do Sertão para fins de irrigação e consumo humano e animal. Nos espaços visitados foi possível observar o uso da terra submetida

às proposições elaboradas pela Codevasf, e também aquela demandada pelo capital portador de juros, observando as diferentes manifestações de apropriação da água do Canal nos territórios sob a influência do afluente artificial.

**SEÇÃO 5 – O CANAL DO SERTÃO E AS NOVAS RELAÇÕES DE USO DA TERRA
NA REGIÃO**

5. OS CANAL DO SERTÃO E AS SOLUÇÕES FINANCEIRAS

Buscando estratégias de desenvolvimento rural sustentável a partir do Canal do Sertão, o Governo de Alagoas buscou, junto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola¹⁰ (FIDA), desenvolver o projeto ‘Canal do Sertão: plano de desenvolvimento rural, com ênfase na transformação social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no território do Alto Sertão’. Conforme a agência financeira, o objetivo do projeto de desenvolvimento para o Alto Sertão alagoano, através do Canal do Sertão, é ampliar o conhecimento das famílias “ribeirinhas”, criando oportunidades de aproveitamento hidroagrícola pela oferta das águas do canal adutor à luz das dimensões sociotécnicas, ambientais, culturais e políticas. Nesse sentido:

Diante do desafio do uso sustentável e da democratização da água, o estado de Alagoas, sob a liderança do governador Renan Filho, buscou o apoio do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e do Projeto Dom Hélder Câmara (Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD e FIDA). O Sentido dessa ampla parceria é a elaboração participativa de um plano de desenvolvimento rural, com ênfase na transformação social, produtiva e de acesso a mercados na área de influência do Canal do Sertão Alagoano, no território do Alto Sertão (FIDA, 2017, p. 5).

Objetivando tornar o Canal do Sertão um marco do desenvolvimento rural sustentável, o Plano de Desenvolvimento Rural, com ênfase nas transformações social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no território do Alto Sertão, foi apresentado à população que reside na zona de influência do Canal em reunião extraordinária do colegiado do Território do Alto Sertão, no qual estiveram presentes mais de 100 representantes do Estado e da sociedade civil organizada (associações, movimentos sociais, cooperativas, ONGs, sindicatos e lideranças das comunidades que margeiam o Canal), representantes do FIDA e do Projeto Dom Hélder Câmara também estiveram presentes, a reunião aconteceu na cidade de Delmiro Gouveia, em 2017.

¹⁰ O FIDA, é uma agência de investimentos multilateral que trabalha com agricultura em regiões remotas e de alta vulnerabilidade social, oferecendo empréstimos a juros baixos e doações a países em desenvolvimento, mobilizando, também, o cofinanciamento dos Estados-Membros (FIDA, 2017). Ainda, Segundo a instituição financeira, o FIDA “é o maior programa global para recursos de adaptação agrícola para pequenos agricultores, [sendo] um dos maiores emprestadores que apoia serviços de finanças rurais inclusivas e acesso a tecnologias, seguros e mercados inovadores (FIDA, 2017, p. 4).

Seguido da reunião de apresentação do plano, o FIDA realizou um diagnóstico do território do Alto Sertão a partir de 23 comunidades localizadas nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Olho d'Água do Casado e Inhapi.

Quadro 6: comunidades que participaram do diagnóstico do FIDA

Município	Tipo de núcleo populacional	Localidade
Delmiro Gouveia	Assentamento	Maria Cristina I
	Assentamento	Maria Cristina II
	Assentamento	Maria Cristina III
	Assentamento	Genivaldo Moura
	Povoado/Sítio	Caraíbas do Lino
Água Branca	Distrito	Alto dos Coelho
	Sítio	Turco
	Sítio	Pendência
	Sítio	Riacho Novo
	Sítio	Pilãozinho
	Distrito	Tingui
	Assentamento	Riacho Seco
	Povoado/Distrito/Distrito	Caraunã/Cal/Lagoa das Pedras
Olho d'Água do Casado	Povoado	Poços Salgados
	Sítio	Gorgonho
Inhapi	Povoado	Riacho do Serrote
	Povoado	Poço Grande
	Sítio	Sítio Patos
	Sítio	Branquinha
	Sítio	Alto Bonito
	Povoado	Pedra Branca
	Sítio	Lagoa do Tanque
	Assentamento	Delmiro Gouveia
Total	23 localidades	

Fonte: Fida, 2017. Elaboração: a autora

É importante pontuar que após o diagnóstico realizado pelo FIDA nas comunidades apresentadas no quadro acima, pretendia-se realizar um momento de socialização dos dados levantados pela agência, no entanto, a proposta desse itinerário foi rejeitado pelas famílias destas comunidades, segundo o mesmo relatório, a rejeição se deu “em função do descrédito em atividades desse tipo, por diversos motivos, dentre eles, promessas de ações relacionadas ao uso da água do Canal que não foram efetivadas [...]” (FIDA, 2017, p. 22).

Diante da resistência das comunidades que margeiam o Canal a respeito das promessas e proposições do FIDA, a agência optou por encurtar o caminho saltando a fase do diálogo com as comunidades. Nesse sentido, a agência informou que para iniciar a execução dos módulos de produção deliberou:

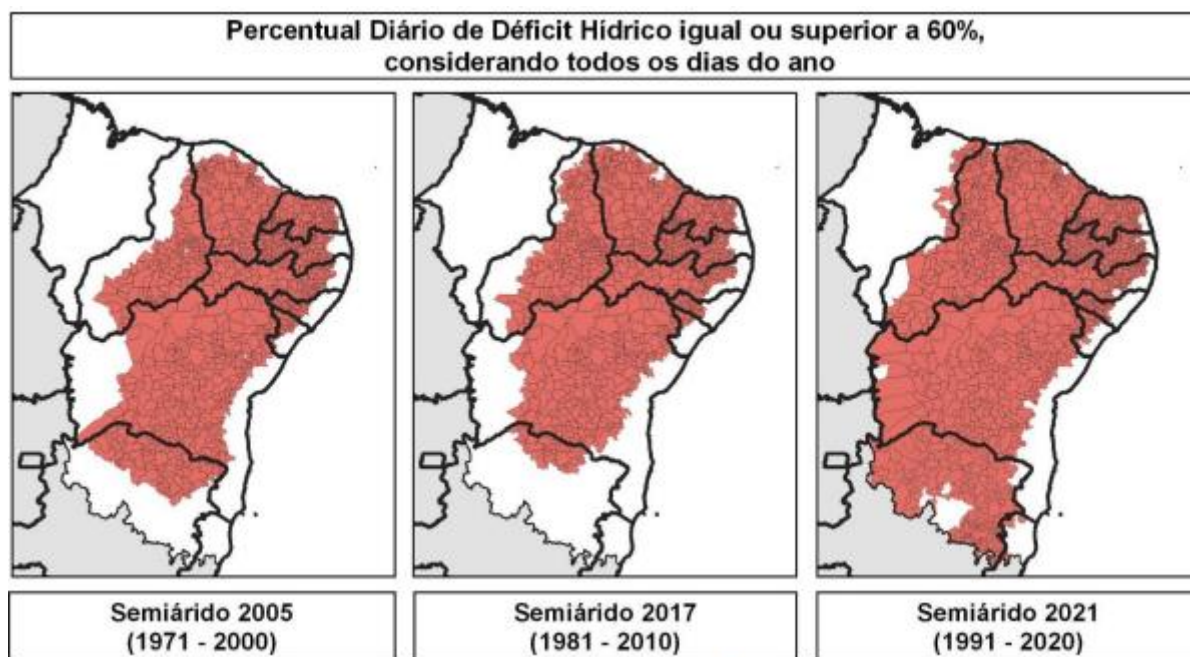
- Focalizar o diagnóstico nas questões comuns a todos e, de fato, de interesses concretos e cujas soluções resultassem em impactos centrais na vida das pessoas participantes das reuniões de cada comunidade/assentamento. Para tanto, achavam que não precisariam de “muito estudo”, bastando somente um nível básico de problematização e consciência sobre as mesmas;
- Para superar os principais “gargalos” identificados, dever-se-ia desde já planejar ações objetivas, concretas e cuja execução deveria estar expressa no planejamento.
- Em relação ao planejamento, a maior parte dele deveria ser o momento final de cada reunião, como processo de encaminhamentos ou deliberações finais do diagnóstico
- Ficou acertado que, após as reuniões de diagnóstico/planejamento, uma equipe de técnicos de campo faria o levantamento *in loco* dos dados necessários para a elaboração de projetos técnicos de irrigação, das famílias selecionadas durante essas reuniões – esses projetos serão os primeiros a serem implantados com finalidade de produção e aprendizagem (FIDA, 2017, p. 22-23).

A negativa de diálogo com a instituição insurgida da desesperança com as constantes promessas não cumpridas pelo Estado, levou o FIDA a considerar que as comunidades enfrentam problemas de organização, avaliando que a região do Alto Sertão está subjugada a práticas clientelistas com finalidades eleitoreiras. A ausência quase total da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na região também é um problema, aumentando a apatia dos camponeses em relação ao Estado, pois, mesmo com a água disponível, muitos deles vem enfrentando dificuldades para produzir. As decisões para esses territórios acabam sendo tomadas sem a participação dos sujeitos envolvidos no processo de espacialização do Canal, e a maior parte das ações realizadas nas comunidades são concretizadas sem o quórum de participação mínima.

Além da dificuldade de organização das comunidades, o agravante da crise climática tem se intensificado na região, diminuindo as safras necessárias para a reposição de sementes. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), de 2019, apontou

o semiárido brasileiro como uma das regiões do mundo em que as mudanças do clima prenunciam maior potencial calamitoso. Nesse sentido, a região já vem enfrentando secas mais intensas e prolongadas que o habitual, além do mais, o fator climático aliado ao desmatamento da caatinga vem agravando o processo de desertificação, aumentando o percentual de déficit hídrico em todo o território semiárido, com ampliação escalar em área, conforme as figuras abaixo:

Figura 14: mapa de déficit hídrico no Nordeste (1971-2020)



Fonte: SUDENE, 2021

As áreas desertificadas vêm se expandindo com a deterioração dos bens orgânicos presentes no solo em áreas de clima semiárido, ocasionando secas prolongadas. Estudos do Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), apontam que 13% de todo o território semiárido está em estágio de desertificação irreversível e perdeu a sua atividade biológica (Lapis, 2019). Nesse cenário, Alagoas ocupa o primeiro lugar entre os estados mais impactados pela desertificação, cerca de 32% da área total do semiárido alagoano está sendo afetada pelo fenômeno devido às adversidades da mudança climática (Barbosa; Buriti, 2019).

Diante das dificuldades políticas e físicas, a solução ofertada pelo Estado as comunidades semiáridas afetadas pelos longos períodos de estiagem tem sido a oferta de crédito através do Programa Garantia Safra, programa do governo federal que regulamenta o uso do crédito ofertado na utilização para a compra de gêneros alimentícios e sementes. Os agricultores

sertanejos que margeiam o Canal do Sertão têm utilizado desse benefício para a produção agrícola através de métodos de irrigação alternativos (Fida, 2017). O que se pode ultimar desta iniciativa é que, diante das dificuldades determinadas pela crise climática a solução para mitigação das problemáticas socioespaciais consequentes tem sido a ampliação do mercado de créditos que, por sua vez, auxilia na compra voluntária de sementes e insumos agrícolas comercializados pelas corporações biotecnológicas, revelando o processo de financeirização ampliada do capital e também a dependência dos trabalhadores da terra a corporações transnacionais da agricultura .

Aos trabalhadores e trabalhadoras que não se encaixam nos critérios de obtenção de crédito direto via Garantia Safra, restam os programas de transferência de renda. Nesse sentido, o FIDA considera que por volta de 50% ou mais da população, residente às margens do Canal, tiram seu sustento do Bolsa Família, enquanto uma outra parte realiza migrações sazonais para as regiões de Petrolândia-PE e Juazeiro-BA, onde trabalham como diaristas durante as colheitas dos perímetros irrigados (Fida, 2017).

Aqueles que continuam fazendo uso do Canal do Sertão, apesar das adversidades climáticas, desenvolvem sistemas de produção que se dividem entre o policultivo, a criação animal, a pecuária leiteira e a agricultura de subsistência.

Em trabalhos de campo, relatos das famílias ribeirinhas ao canal sinalizam uma redução permanente da forragem presente no bioma caatinga, utilizada para consumo animal, por esse motivo tem ocorrido a substituição da pastagem da caatinga por espécies exóticas, como a algaroba, plantada em área cultivadas com capim *Buffel*, ocasionando a ampliação das áreas de produção de silagem às margens do Canal, assim como da produção do capim Tifton. Essa substituição da mata nativa por espécies estrangeiras ao bioma caatinga vem acompanhada, também, de uma recente substituição da criação do caprino pelo ovino e o bovino. As imagens a seguir mostram a força dessa tendência.

Figura 15: irrigação de capim buffel, Delmiro Gouveia



Foto: a autora.

A esse respeito, tanto o capim Buffel, quanto o capim Tifton aparecem nos relatórios da Codevasf como culturas a serem realizadas nas áreas dos perímetros irrigados para utilização como forragem animal. Segundo o relatório de 2003, essas culturas apresentam alto valor proteico, possibilitando o suprimento do rebanho, principalmente para a criação de caprinos de leite (Codevasf, 2003).

Figura 16: Produção irrigada de capim Tifton e algaroba



Foto: a autora, Povoado Alto Bonito, Delmiro Gouveia, 2021.

Figura 17: Produção irrigada de capim Tifton e algaroba



Foto: a autora, Delmiro Gouveia, 2021.

Essa substituição do bioma caatinga pelo binômio algaroba/capim Buffel e Tifton, no entanto, não é voluntária, imagens como a das duas últimas figuras sugerem que vem ocorrendo um forte incentivo por parte do governo do Estado de substituição da forragem nativa pelas árvores de vagens e pelas gramíneas. Essa ilação também está presente no relatório de diagnóstico das áreas de entorno do Canal do Sertão, realizado pelo FIDA. Segundo este relatório, programas do Governo do Estado tem bancado a produção de algaroba consorciada a áreas de capim Buffel e Tifton irrigados, pois, segundo a instituição, o Estado enxerga a produção dessas forragens como a redenção da pecuária no Alto Sertão.

Conforme levantamento da Codevasf (2022), a população de animais atual nas áreas impactados pelo Canal, nos municípios do Alto Sertão, entre os rebanhos de caprinos, ovinos e bovinos, é de 43.936 animais, e a área de pastagem chega a 115.700 hectares.

Tabela 11: Criação animal nos três primeiro trechos

Municípios	Caprino	Ovino	Bovino	Pastagem (ha)
Água Branca	1.097	3.142	7.646	42.590
Delmiro Gouveia	7.786	8.315	6.257	52.760
Pariconha	1.820	3.220	4.680	20.350
Total	10.703	14.677	18.583	115.700

Fonte: Codevasf, 2022. Elaboração: a autora

Em todos estes territórios foi identificado o capim *buffel* como a principal forrageira para a alimentação animal, associada a outras espécies provenientes do bioma caatinga. Nas áreas de capim *buffel* é comum também a produção da algaroba. A transição da forragem nativa pela produção irrigada de capim, sugere, ainda, que a substituição da criação de caprinos por ovinos e bovinos acompanha também orientações de programas do Governo do Estado. Nesse sentido, a Agência de Fomento de Alagoas (Desenvolve) em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID/Fuminn – Fundo Multilateral de Desenvolvimento), vem desenvolvendo no Sertão alagoano o Projeto da Rastreabilidade da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura. Esse programa oferta uma linha de crédito a produtores rurais e pequenos empreendedores com o objetivo de criar uma oferta de produtos rastreados e certificados com potencial para exportação. Em 2016, ocorreu no município de Delmiro Gouveia, no povoado Lameirão, uma edição do ‘Dia de Campo’, atividade promovida pela agência, na ocasião foi

apresentado à população e representantes civis a linha de crédito Desenvolve Sertão. Segundo a agência (informação verbal):

“Esta linha é destinada aos produtores rurais e pequenos empreendedores da região do sertão alagoano. Possibilita créditos de até R\$ 15 mil, com 24 meses para pagar e taxas de 0,75%. A Desenvolve também oferece orientação e capacitação para utilização dos recursos”.

A utilização deste recurso, segundo a agência, deve ser destinada a alimentação estratégica do animal, como ressalta o consultor técnico da Desenvolve Fábio Sales, segundo o qual, (informação verbal):

Com a mudança na produção, é necessário que os produtores locais comecem a tratar a atividade de forma empresarial. Sendo assim, torna-se importante que invistam em locais adequados para alimentação e no próprio produto que eles utilizam para alimentar os animais.

O cruzamento dessas informações confirma a tendência a transição da produção forrageira e da criação animal no Alto Sertão para uma mais adequada ao mercado local e internacional, além disso, o projeto da agência Desenvolve está mais adaptada ao programa de implementação dos perímetros irrigados da Codevasf para o setor agropecuário. Onde, em relatório preliminar de 2010, consta um indicativo de produção agropecuária para o perímetro irrigado de Pariconha. Nos termos do que se apresenta, o crédito ofertado pela agência, longe de ofertar um desenvolvimento sustentável, amplifica os riscos e incertezas sociais e ambientais, pois, o que observamos em atividade de campo e nos relatórios da Codevasf é um projeto de aceleração da degradação dos pastos nativos para dar lugar a espécies exóticas. Nesse sentido, um dos relatórios elaborados pela Codevasf informa que:

O projeto Pariconha será um Pólo de Produção Integrada, que consiste em um conceito produtivo onde é prevista a figura da Empresa de Transformação Integradora. Trata-se de um agente integrador com mercado, responsável pela inserção da Indústria de Base (Agropecuária) no mercado, criando condições necessárias para consolidação do projeto em tela. O agente integrador em questão é uma agro-indústria frigorífica (já fora realizado contato com grandes empresas do setor frigorífico, como, Marfrig, Friboi e Frigorífico Independência e estas mostraram interesse no projeto). No processo de pólo integrado é necessário que haja uma sinergia e compromisso entre os atores; a agência integradora cuidará da capacitação dos atores e oferecerá possibilidade de razoáveis vantagens para a perpetuação da atividade agropecuária (2010, p. 9-10).

Apresentando a necessidade de cultivo de ração animal através do Canal do Sertão, reivindicando o melhoramento dos métodos tradicionais da alimentação forrageira nativa, o

relatório diz que nesse perímetro “será cultivado capim de corte e palma, além do melhoramento da pastagem nativa” (SEMARH, 2010, p.8). Aqui, é importante destacar que a substituição da forragem nativa por espécies exóticas, importadas de outros agroecossistemas, vem alterando o equilíbrio morfoclimático do domínio da Caatinga, pois, espécies como a algaroba competem com as plantas nativas, essa disputa por espaço vital vem provocando uma invasão biológica, dando prevalência a algaroba, mais resistente a altas temperaturas e solos salinizados. O resultado tem implicado na extinção do bioma nativo. Além do mais, por sua grande capacidade de absorção de nutrientes presentes no solo, inclusive alto nível de captação de água, a algaroba acaba contribuindo para o processo de desertificação. Portanto, é contraditório que ao introduzir políticas de desenvolvimento sustentável, o Estado esteja, na verdade, fomentando a aceleração dos fenômenos consequentes da crise climática.

Embora o relatório diagnóstico do Fida, no que diz respeito às condições de pastoreio no semiárido alagoano, não faça uma menção direta à contaminação biológica provocada pela introdução de espécies exóticas para a pastagem. O documento sugere um agravamento da aridez do solo a partir do cultivo de gramíneas, fator que vem sendo agravado com o sobrepastejo da caatinga e das pastagens naturais. Ainda, segundo o relatório, a mudança na alimentação e na criação de animais no semiárido de Alagoas tem sido repentina, o que tem causado certo estranhamento nas famílias agropastoris da região, assim:

Os criadores da região, acostumados a criarem seus rebanhos soltos em extensas áreas de caatinga, ainda não se adaptaram à rápida mudança desse sistema para o sistema semiextensivo e até intensivo no uso das terras, devido ao aumento da densidade populacional do Sertão. Ao mesmo tempo em que áreas de Caatinga diminuíram porque deram lugar aos roçados e pastagens, também diminuíram porque foram divididas em pequenas glebas de terras (Fida, 2017, p. 37).

A soma dos fatores apresentados, evidenciam que a ampliação da produção de gramíneas para forragem vem diminuindo não só a área da caatinga, mas também a diversificação e a quantidade da produção de culturas agrícolas, sendo esta insuficiente para o consumo da própria comunidade ou para obtenção de renda familiar. Nesse sentido, o relatório do FIDA aponta para uma queda na diversificação das culturas nos roçados do Alto Sertão alagoano, depreciando a segurança e a soberania alimentar das famílias sertanejas, mesmo após a chegada do Canal do Sertão. Esse fator também pode ser visto em trabalho de campo, onde se observou o uso das águas do Canal para o desenvolvimento mais concentrado da fruticultura irrigada e do capim Tifton/*buffel*. Exemplo são as comunidades Caraíbas do Lino e Alto Bonito, em Delmiro Gouveia, onde ocorre a troca da produção de leguminosas para a produção

intensiva de coco e capim. Esse processo é um agravante maior ainda por estar atrelado a incapacidade progressiva de sustentabilidade da fertilidade do solo na medida em que a agrobiodiversidade dos roçados é empobrecida. Segundo a Codevasf:

Outro problema decorrente desse contexto é a erosão genética das variedades de sementes locais. Nos sucessivos anos de seca, muitos agricultores familiares recorrem a compra de grãos no comércio para uso como sementes, bem como a erosão genética se agrava com os programas oficiais de distribuição de sementes (Codevasf, 2015, p. 38).

O panorama geral, até aqui, portanto, é de agressiva ruptura metabólica entre o camponês sertanejo e a natureza geomorfológica do semiárido, uma vez que, ao ficar subsumido às novas relações de produção do capital no espaço da caatinga, a partir de uma ramificação de políticas públicas do novo padrão de desenvolvimento, este camponês substitui as suas territorialidades pela do capital, acelerando o tempo de produção da terra, ocasionando uma desconexão com o tempo da própria natureza.

Além da introdução das espécies invasoras para a transição da criação agropecuária no nas áreas margeadas pelo Canal, não é difícil encontrar estabelecimentos que fazem uso de insumos do pacote tecnológico para o campo, como agrotóxicos, herbicidas e adubos químicos. Em uma investigação realizada pelo Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território (OBELUTTE), da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, foi identificado que comunidades ribeirinhas ao Canal vêm fazendo uso de insumos químicos no seu processo de produção, dos 24 entrevistados pelo observatório, 17 confirmaram fazer uso de agrotóxicos em algum momento do circuito da produção agrícola (Lima et al, 2019). As imagens que seguem, produzidas durante visita de campo realizada pelo OBELUTTE, em 2019, confirmam isso.

Figura 18: Agrotóxicos encontrados em visita de campo realizada pelo Obelutte



Reprodução: OBELLUTE, GEPAR, 2018/2019.

Os inseticidas, identificados na visita realizada pelo grupo de estudo, foram o Galigan, Curyon, Lannate e Mospilan. Estes são utilizados para o controle e combate de pragas em áreas agrícolas. Todos eles atuam no sistema nervoso dos insetos, causando a sua paralisia e morte. O uso desses agrotóxicos pode contaminar o solo, a água e os alimentos, afetando outros organismos além das pragas alvo. Por tais motivos existem restrições do seu uso próximo a correntes de água ou mananciais, além de ser proibida a utilização em culturas agrícolas para consumo humano direto, sob o risco de intoxicação. Outro fator relevante é o alto grau de intoxicação em insetos polinizadores, sendo seu uso restrito também em áreas com a presença de abelhas ou semelhantes.

É importante considerar, diante do que está exposto, que o território do Alto Sertão sofre de ausência quase total de auxílio técnico, como já foi identificado anteriormente, e que o uso desses agrotóxicos vem sendo realizado sem o acompanhamento de um profissional capacitado,

não podendo ser possível afirmar que as doses aplicadas estão em consonância com as normativas de cada inseticida. Vale também lembrar que os agrotóxicos estão sendo usados próximos ao Canal do Sertão, havendo risco de contaminação das águas do São Francisco via Canal. Além disso, a ausência de orientação técnica também pode resultar em aplicação excessiva de agrotóxicos, gerando custos mais elevados para o produtor, aumentando também o impacto ambiental, soma-se a este fator o risco a saúde humana pelo contato inadequado com o veneno, seja durante a aplicação pelo camponês ou camponesa, seja consumindo os alimentos.

Os usos desses agrotóxicos seguem uma tendência de disseminação do pacote tecnológico no semiárido alagoano desde a chegada do Canal do Sertão. Nesse sentido, o impacto é duplamente sentido, pois, muitas famílias camponesas não só passaram a produzir fazendo desses agentes químicos, como também estão substituindo a sua diversidade de culturas pelo plantio de monocultivos, com o objetivo de atender demandas do mercado. Essas famílias, no entanto, não conseguem custear os ciclos de produção incrementados do pacote tecnológico, fazendo com que as mesmas recorram ao mercado de crédito local e, assim, consigam financiar a compra de sementes, insumos químicos, combustível, tratos culturais, agrotóxicos, etc. Nesse sentido, apenas no município de Delmiro Gouveia, verificou-se que 60% dos agricultores já acessaram a uma das categorias das operações realizadas pelo Agroamigo (Banco do Nordeste – BNB), “celebradas na agência regional localizada no município de Mata Grande – AL” (CODEVASF, 2020).

Em pesquisa de campo, realizada em junho de 2022, assim como acessando informações do último Censo Agropecuário, essas informações puderam ser corroboradas. No povoado Caraíbas do Lino, no município de Delmiro Gouveia, foi possível observar a produção de coco irrigado a partir das águas do Canal do Sertão para comercialização no mercado nacional, a informação de um agricultor é de que nos últimos anos vem ocorrendo a substituição da produção da abóbora e outras culturas pela produção monocultora do coco.

Figura 19: Fazenda Boa Esperança em Delmiro Gouveia



Foto: a autora, 2022.

Figura 20: Cultura do coco irrigado na Fazenda Boa Esperança, Delmiro Gouveia-AL



Foto: a autora, Caraíbas do Lino, 2022.

Figura 21: Produção irrigada de coco, Fazenda Boa Esperança.



Reprodução: Neório, 2022, Caraíbas do Lino, Delmiro Gouveia - AL.

Muito embora a substituição de culturas tradicionais por aquelas de valor agregado no mercado venha aparecendo com frequência desde a chegada do Canal do Sertão, os roçados de policultivo resistem na maior parte das 23 comunidades avaliadas pelo FIDA, cultivando de forma consorciada: milho, feijão, macaxeira, jerimum, abóbora, fava, sorgo e forrageiras, criando ainda animais de pequeno porte, como aves, ovelhas e suínos. Segundo o Fida, a maior parte das famílias dessas comunidades informaram que cultivam sem o auxílio do pacote tecnológico e pretendem continuar assim. Nos debates realizados durante o encontro no colegiado do Alto Sertão, segundo o relatório, as famílias deixaram evidente sua vontade de comercializar a produção que vem realizando, concordando que há um bom mercado para produtos orgânicos na região.

O projeto empenhado com o financiamento do Fida objetiva, portanto, a produção de alimentos orgânicos de valor agregado para comercialização. Segundo o relatório, os produtos produzidos dentro do programa que viria a ser implementado pela agência teriam:

[...] uma qualidade e valor agregado de grande potencialidade no mercado de produtos orgânicos e agroecológicos, seja no território do Alto Sertão Alagoano, como nas diversas capitais nordestinas, sobretudo, Maceió (Fida, 2017, p. 46).

Em 2016, com o objetivo de capacitar os sujeitos que seriam inseridos no processo de implementação da produção agroecológica destinada ao mercado, o empreendimento realizou uma atividade de intercâmbio com a finalidade de desenvolver habilidades organizacionais de gestão, da qual participaram 32 representantes do Alto Sertão e 2 gestores públicos da SEAGRI. A primeira etapa aconteceu no estado do Ceará, onde foi realizada uma visita de campo para conhecer o Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR, uma organização não governamental que realiza a gestão compartilhada do sistema de abastecimento de água. O segundo intercâmbio aconteceu no Rio Grande do Norte na comunidade Sombras Grandes e Milagres, Caraúbas/RN, que tem experiência na produção irrigada agroecológica. Na visita agricultores do Sertão alagoano aprenderam sobre o ciclo de produção agroecológica desde a sua semeadura até a comercialização (Fida, 2017).

A partir do diagnóstico realizado e das atividades de intercâmbio a agência definiu, no ano de 2016, a implementação de 132 Módulos Irrigados de Produção e Aprendizagem – MIPAS. Segundo a Agência os MIPAS:

[...] serão áreas escolas-produtivas que serão implantadas a partir de recursos para a formação pela prática (fomento) orçado nesse plano. Serão pequenas áreas irrigadas e cultivadas (cerca de meia tarefa) a partir de princípios agroecológicos para os manejos de água, solo e agrobiodiversidade e produção para feiras agroecológicas (Fida, 2017).

Os MIPAs foram oficialmente lançados durante a 71ª edição da Expoagro Alagoas, que aconteceu em 2021. Na ocasião, o Governo do Estado apresentou os módulos irrigados presentes em 26 comunidades do Alto Sertão envolvendo 200 famílias. Segundo informações do Governo do Estado de Alagoas:

O projeto é resultado da parceria do Governo de Alagoas, através da Seagri, com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (agência da Organização das Nações Unidas - ONU), Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa (Fundepes) - instituição que tem como outorgante a Universidade Federal de Alagoas (Ufal) - potencial de se tornar referência no desenvolvimento rural sustentável do Alto Sertão.

Para executar o MIPAs, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (Fecoep) disponibilizou o recurso de R\$ 5.973.706,22. O prazo de execução do projeto é outubro de 2022 (ALAGOAS, 2021).

Atualmente 200 famílias do Alto Sertão vêm sendo beneficiadas pelo programa, nos municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca, Inhapi e Olho d'água do Casado, com a participação de camponeses e camponesas de sítios, povoados e assentamentos rurais.

5. 1. Os Módulos de Irrigação e Aprendizagem e os modelos sustentáveis para o Canal do Sertão

O quadro social das famílias camponesas inseridas no programa MIPAs é de alta vulnerabilidade social, obtendo a menor renda bruta anual dentro do estado, de menos de meio salário-mínimo, e inseridas nos programas de transferência de renda, (IBGE, 2022) (CARVALHO, 2012). Grande parte deste grupo são de acampados do Iteral¹¹ e de pequenos irrigantes que já se encontravam em áreas do entorno do Canal. Em funcionamento desde os meses finais de 2021, os MIPAs vêm operando em 26 comunidades do Alto Sertão.

Em entrevista durante trabalho de campo realizada em de novembro de 2023, junto a EMATER, responsável pela organização dos MIPAs no Sertão alagoano, o consultor técnico do órgão esclareceu que o MIPA é um módulo irrigado de até uma tarefa de terra cercada por uma tubulação de água, onde os agricultores inseridos no projeto podem plantar o que tem interesse, de forma orgânica, no entanto, o objetivo final do empreendimento é a construção de um minhocário para produção de fertilizantes naturais e a comercialização da produção dos produtos orgânicos. Nesse sentido, o técnico da EMATER esclarece sobre o funcionamento do MIPA (informação verbal):

É um módulo que contempla uma tarefa, que é justamente a quadra, é uma tarefa cercada com toda tubulação de água, irrigada com mangueiras de cano cinquenta, realizando o gotejamento pra reduzir o custo e o gasto de água, e também levar uma água mais pra o pé da planta. Que a gente chama de irrigação localizada, aonde você vai ter menos desperdício de água. E a ideia é dividir em quatro lotes, por exemplo. E hoje os agricultores estão plantando o que eles têm interesse: feijão de corda, melancia, alguns já estão com alguma coisa de hortaliça, milho. Mas o foco mais adiante é trabalhar os minhocários aqui. Nesse sistema as minhocas trabalham pra fazer o humo e garantir a produção de adubo, fertilizante natural, orgânico. E tem também o minitelado que é um teladinho que vai garantir a produção de mudas. Podem ser mudas frutíferas, que é o caso de maracujá, como também muda de alface, de pimentão, tomate, e depois usar elas para o plantio. E é basicamente isso, é uma coisa assim simples, pequena, né? O custo não é tão elevado, mas que pra um pequeno produtor tem trazido um grande benefício, porque assim, você vê hoje o produtor está aqui, você o agradecimento dele, né? Com relação a receber uma terra que estava aqui e não estava sendo produzida, porque não tinha justamente o recurso pra fazer essa parte de irrigação (Técnico da EMATER, Acampamento São Francisco,, novembro de 2023).

A entrevista foi realizada no MIPA do Acampamento São Francisco, no município de Água Branca, onde foi possível observar a estrutura atual do empreendimento.

¹¹ Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas

Figura 22: Produção de pimentão, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL



Foto: a autora

Figura 23: MIPA, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL



Foto: a autora.

Figura 24: Minhocário do MIPA em Água Branca.



Foto: a autora, 2023.

Atualmente 20 famílias estão vivendo no acampamento São Francisco, lutando pela regularização de 240 tarefas de terras há 5 anos. A gestão do acampamento está organizada em 10 tarefas produtivas divididas em lotes para cada família e 30 tarefas de reserva de caatinga para regeneração, também de responsabilidade dos acampados.

Figura 25: produção irrigada de tomate



Foto: a autora, acampamento São Francisco

Além da produção das leguminosas referidas pelo entrevistado, foi possível observar também a produção irrigada do coco e de culturas diversas.

Figura 26: produção de Coco, Acampamento São Francisco, Água Branca - AL



Foto: a autora.

Figura 27: produção de hortaliças e verduras



Foto: a autora, acampamento São Francisco.

Segundo o entrevistado, o custo para cada tarefa de terra irrigada para produção hidroagrícola no MIPA é de 14 mil reais. O financiamento vem acontecendo por intermédio da FECOEP (Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza). Nesse sentido ele destaca que:

O Financiamento é o governo do estado através do FECOEP, que é o fundo de erradicação da pobreza, é um recurso que é descontado na energia, da conta de luz, e vai pra o tesouro do estado, e lá tem uma equipe que coordena isso, tem uma dinâmica de direcionar pra onde vai esse recurso. Hoje está sendo utilizado muito nessa questão de construção de estrada, não sei o quê. Mas aí uma perninha disso veio pra ajudar a melhorar a questão da agricultura aqui em Água Branca, foram construídos vinte e um desses MIPAs, trinta em Delmiro e Olho D'água tem seis, Tá pra construir mais quatro. Então assim, o recurso é do estado que vem pra um uma instituição chamada FUNDEPS, que já é contratada, já tem uma empresa contratada chamada CEVITAS, que é quem faz a construção, e depois vai ter uma empresa que vai fazer a assistência de toda essa dinâmica de produção (Pesquisa de campo, acampamento São Francisco, novembro de 2023).

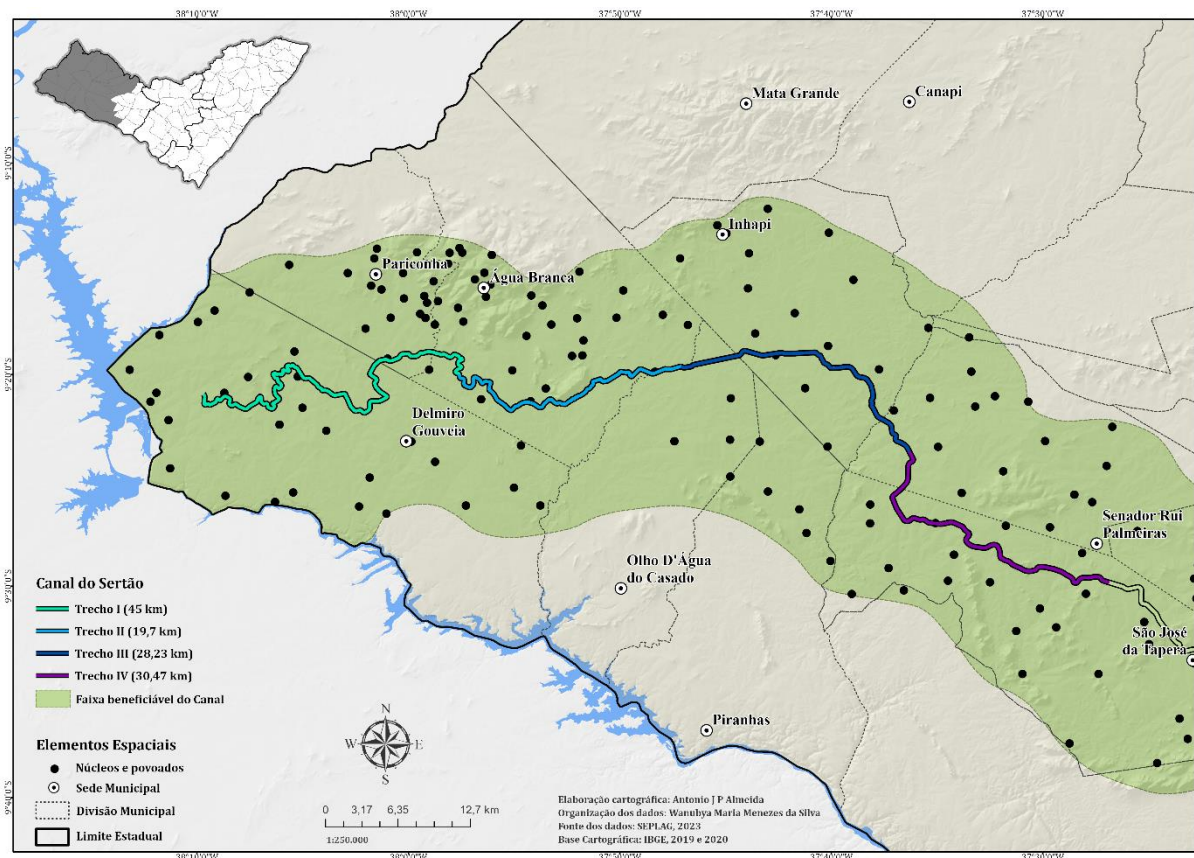
Em relação a destinação dos produtos e do tipo de cultura produzida o entrevistado explica que apesar de hoje os agricultores acampados estarem produzindo aquilo que tem interesse, futuramente uma empresa ficará responsável pelo direcionamento da produção. Nesse

sentido, o prospecto é que haja uma orientação focalizada sobre as culturas a serem produzidas nos MIPAs, segundo ele: “vai ser direcionado o que vai ser produzido. Hoje, que nem eu falei, cada um produz o que tem interesse, mas, mais adiante vai ser direcionado o que vai ser produzido, em consórcio, fazer rotação de culturas, essas coisas.” Atualmente a destinação da produção tem sido as feiras livres nos municípios vizinhos, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Sobre os critérios para ser integrado no programa o entrevistado diz que o primeiro critério é ser agricultor e o segundo é ter a finalidade de comercializar a produção, tanto na feira como nos programas de aquisição de alimentos do governo, “se não tiver a gente vai chegar a induzir pra que ele possa estabelecer essa relação, mas ele tem que ser agricultor”, finalizou o técnico agrícola.

Desde a conclusão dos trechos de I a III o Canal do Sertão vem sendo usado de modo emergencial e alternativo nos 65 km de sua abrangência, o que inclui os municípios de Delmiro Gouveia, Água Branca e Pariconha, impactando direta e indiretamente os núcleos populacionais das áreas próximas.

Figura 28: mapa dos núcleos de povoamento sob influência do Canal



Elaboração: Antonio Almeida; Organização: a autora

No município de Delmiro Gouveia 40 comunidades estão na Zona de influência do Canal e 3.928 famílias são atingidas. Em Água Branca existem 49 núcleos populacionais em áreas próximas ao Canal do Sertão, com 3.648 famílias atingidas. Em Pariconha são também 26 núcleos, divididos entre comunidades indígenas, camponeses tradicionais e quilombolas na qual estão 2.210 famílias na zona de abrangência

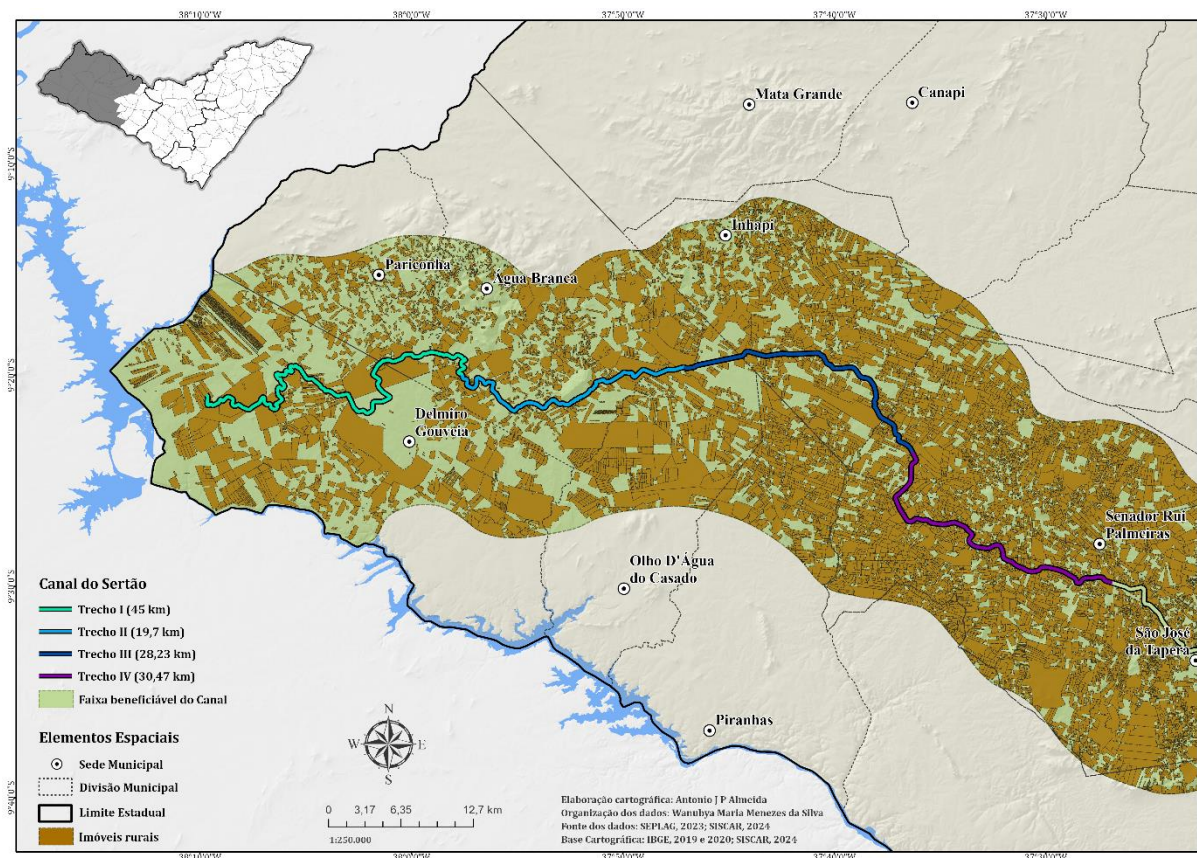
A conformação dos territórios nas áreas impactadas pelo Canal são diversos, alcançando distritos, sítios, assentamentos, territórios quilombolas e territórios indígenas. A maioria destes sofreu algum tipo de impacto provocado pelo Canal do Sertão, seja pela reestruturação do seu agroecossistema de produção ou pelo reordenamento territorial exigido na construção do Canal. Nesse sentido, é possível perceber este impacto através da recente transição produtiva encontrada em relatórios oficiais e através da observação e contato direto com as áreas de entorno do Canal. Nestes ambientes são notáveis a introdução de culturas agrícolas que apenas recentemente passaram a existir ou tiveram considerável expansão.

As novas relações de produção que se sobrepõem sobre o espaço do Sertão alagoano não chegam descoladas do modo de produção do capitalismo contemporâneo, pelo contrário, reafirmam a posição do capital-imperialismo na sua forma financeirizada, na medida em que o capital rentista se impõe como vetor da renovação da composição orgânica da produção nesse espaço, portanto, o capital financeiro tem sido o impulsionador dessas novas relações de produção.

5.2. Novas relações de produção no semiárido alagoano a partir do Canal do Sertão

Em todos os municípios estudados há a predominância do território camponês, seja ele campesino ou de povos tradicionais, estes ocupam áreas de proporções de hectares muito reduzidas, que variam entre 0,5 hectare até 100 ha, havendo poucos estabelecimentos que ultrapassam esses limites e ocupam áreas mais amplas, devido a atividades agropecuárias que vem desenvolvendo (INCRA, 2017). A produção em sua maior parte é destinada ao consumo próprio e a comercialização nos municípios circunvizinhos.

Figura 29: mapa dos imóveis fundiários nos três primeiros trechos do Canal do Sertão



Fonte: SEPLAG, 2023. Elaboração: Antonio Almeida. Organização: a autora

Na Zona de influência do Canal do Sertão, que contempla as áreas de até 10 km das duas margens através dos subsistemas de abastecimento criados pela Codevasf, é possível observar o desenvolvimento de atividades de cultivo irrigado em todos os municípios onde a inauguração dos trechos já foi efetivada. Em Delmiro Gouveia, os povoados: Malhada, Canafístola, Olho D'Águinha, São José e Vila Moxotó e os assentamentos Boa Vista, Lameirão, Maria Cristina e Moxotó das Areias, vêm desenvolvendo algum tipo de atividade irrigada, mesmo que de forma pontual. A exceção à pontualidade da irrigação está no assentamento Juá I que vem desenvolvendo atividades agrícolas irrigadas mais abarcantes e constantes. Nesse assentamento, onde vivem 97 famílias, a maioria vem utilizando o Canal do Sertão no desenvolvimento da horticultura, fruticultura e culturas forrageiras irrigadas.

Organizado dentro do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (Iteral), o assentamento Juá I conseguiu a posse definitiva das terras que ocupam em maio de 2023, recebendo a titulação da propriedade. Segundo a secretária da agricultura do estado, Carla Dantas, a titulação é importante pois possibilita que as famílias possam “contar com políticas públicas e a possibilidade da abertura de linhas de crédito para a realização de investimentos e

compras de máquinas e materiais” (Segov, 2023). Mesmo antes de receber de forma definitiva a posse das terras, a comunidade já vinha participando do PRONAF e desenvolvendo a produção de milho, feijão, hortaliças e frutas em 200 hectares do território. A produção desta área, segundo secretário de agricultura de Delmiro Gouveia, vem abastecendo 18 municípios próximos.

Figura 30: assentamento Juá



Fonte: Iteral, 2023.

A comunidade também participa da Feira Agrária do Crédito Fundiário, uma iniciativa do Iteral que objetiva escoar a produção das famílias camponesas em unidades produtivas que participam do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF). Segundo o produtor Jasiel, que participa da feira, *“o crédito foi importante porque foi com ele que a gente conseguiu comprar a terra e produzir, a feira é pra provar que o investimento deu certo”*.

De acordo com pesquisa de campo e dados oficiais, o assentamento conta hoje com 200 cabeças de animais, sendo 50 caprinos, 50 ovinos e 100 bovinos, com 500 hectares das terras destinados a pastagem, mantendo um estoque forrageiro de silagem, milho e palhada combinada

a mata nativa. A comercialização no assentamento se dá de forma direta, e por atravessadores, mas uma boa parte da produção é destinada a programas como o PAA e o PNAE.

De forma geral, as atividades pecuárias nos núcleos populacionais presentes no município de Delmiro Gouveia estão alicerçadas no capim buffel combinada a mata nativa, com pastoreio extensivo de caprinos, ovinos e bovinos, segundo o relatório da Codevasf (2020).

Figura 31: Produção irrigada de capim buffel associada a algaroba.



Foto: a autora, Caraíba do Lino, Delmiro Gouveia – AL.

Fazendo um balanço da produção agropecuária no município de Delmiro Gouveia, antes e depois do Canal do Sertão, é possível observar ainda, a partir dos censos agropecuários e das visitas a campo, a implementação mais intensiva de novas culturas agrícolas. Com um universo de 244 estabelecimentos agropecuários irrigados, mais de 200 vem fazendo uso do Canal de forma artesanal ou por bombeamento, em uma área total de 393 hectares que recebem irrigação. Nesse sentido, até 2006 as culturas presentes na zona de influência do Canal estavam baseadas basicamente nas culturas do feijão, mandioca, milho e de forma mais incipiente na cultura da banana. Em 2017 há o registro da produção de 50 pés ou mais, além das culturas já citadas, também do coco, maracujá, goiaba, laranja, mamão, abóbora, cana-de-açúcar, cebola, melancia, palma forrageira, além de um crescimento exponencial da cultura da banana. Nesta última,

Delmiro saiu de uma produção de 20 toneladas da fruta para 78 toneladas por ano, produzidos em 5 estabelecimentos, em uma área média de 5 hectares, de acordo com o Censo Agropecuário 2017.

Figura 32: Produção de Banana com irrigação do Canal do Sertão em Delmiro Gouveia



Foto: a autora, 2022.

Em relação a cultura do coco, em Delmiro Gouveia não havia o registro de estabelecimentos produzindo 50 pés de coco ou mais até o Censo de 2006, já no Censo de 2017 foi possível verificar a produção do coco-da-baía em 5 estabelecimentos, com uma média de 17 hectares voltadas a produção da cultura em cada, e 29 mil frutas colhidos por ano.

Em resumo, desde a inauguração do Canal do Sertão, Delmiro tem apresentado um desempenho crescente na produção de banana e do coco-da-baía, além da produção de outros tipos de fruticultura irrigadas, como o mamão e a abóbora. As culturas tradicionais também permanecem, como os feijões de cor, fradinho, preto, verde, além da mandioca e melancia (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). Com 973 estabelecimentos, sendo a grande maioria de menos de 10 hectares, esses minifúndios apresentam ainda uma pequena produção de milho e uma variedade na criação de animais de pequeno porte, como: suínos, aves, caprinos e ovinos,

há também, uma considerável criação bovina, além de um variado número de hortaliças, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12: comparativo entre os censos demográficos Delmiro Gouveia (2006-2017)

Cultura	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2006)	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2017)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2006)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2017)
Banana	20 toneladas	78 toneladas	3	5
Feijão de cor	198 toneladas	110	57	514
Feijão fradinho	14 toneladas	41 tonelada	26	
Feijão preto	0	6 toneladas	0	26
Feijão verde	0	29 toneladas	0	142
Mandioca	1 tonelada	403 toneladas	3	187
Milho	278 toneladas	506 toneladas	278	586
Milho forrageiro	0	876 toneladas	0	86
Palma forrageira	0	161	0	19
Coco-da-Baía	0	29 mil frutos	0	5
Laranja	0	-	0	1
Goiaba	0	-	0	1
Mamão	0	5 mil frutos	0	4
Abóbora	0	5 toneladas	0	24
Melancia	0	10 toneladas	0	7

Fonte: Censo agropecuária (2006) (2017). Elaboração: a autora.

É possível inferir, a partir da tabela acima, que o aumento na diversidade das culturas produzidas no município esteja diretamente relacionado aos usos da água do Canal do Sertão como fonte de irrigação, sendo perceptível o aumento exponencial das fruticulturas irrigadas

no município, praticamente inexistentes até o censo de 2006. Nesse sentido são destaques as culturas da banana, do mamão e do coco, sistemas produtivos selecionados pela Codevasf como culturas a serem produzidas nos perímetros irrigados futuros com projeção de mercado (Codevasf, 2002). Além disso, é notável que estas culturas estão sendo produzidas de forma concentrada, estando 7 mil pés da cultura da banana em apenas 5 estabelecimentos, 2 mil pés de coco também em 5 e 5 mil pés de mamão em apenas 4 estabelecimentos (Censo, 2017). Embora os perímetros de desenvolvimento hidroagrícola da Codevasf ainda não esteja em funcionamento, a produção na Zona do Sertão vem obedecendo uma lógica estabelecida pela autarquia, de aumento gradual da produção de culturas com demanda no mercado nacional. A exemplo da cultura do coco, onde consta em relatório que:

A cultura a ser desenvolvida no Perímetro de Irrigação Delmiro Gouveia (PIDG) é basicamente a cultura do coco. A cultura do coco é bastante intensa em Alagoas. A demanda interna por coco, só em Alagoas, é superior ao produzido, até então. Indústrias de processamento de coco, como a SOCOCO, instalada em Maceió, tem ociosidade em sua planta industrial equivalente ao processamento de coco produzido em 3.000 hectares. Empresas como a citada, e outras empresas alagoanas, bem como de fora do Estado, já foram contatadas para participarem deste projeto e demonstraram interesse em ser, de acordo com modelo de Pólo Integrado, o agente integrador para o mesmo, SEMARH (2010, p.10-11).

É possível observar também o aumento das culturas forrageiras determinadas nos relatórios de viabilidade econômica da Codevasf de 2003, como a palma e o milho forrageiros, voltados para a criação da caprinocultura leiteira. Nesse sentido, em 2006 Delmiro contava com 8.127 cabeças de gado, 3.309 caprinos e 5.808 ovinos. Em 2017 o número de bovinos diminuiu, caindo para 5.833, enquanto a de caprinos teve um pequeno aumento, 4.113, já o número de ovinos praticamente dobrou, chegando a 10.200 (Censo Agropecuário, 2017). Esses dados corroboram com a transição da criação animal e das culturas para alimentar o rebanho, identificadas pelo FIDA, e incentivada por programas oficiais do governo.

Figura 33: Produção irrigada de milho na fazenda São Vicente



Foto: a autora, 2015.

A fazenda da imagem acima faz parte da empresa Fmagro LMTD, pertencente ao ex-prefeito por oito mandatos, Luiz Carlos Costa, conhecido como Lula Cabeleira. Essa é a única propriedade no município que conta com mais de 2.000 hectares na região do Alto Sertão, fazendo a criação de bovinos para corte e para reprodução, além do cultivo de milho para silagem. Por sua extensão, grande parte do Canal passa por dentro desta propriedade, que foi a primeira a conseguir a outorga para o uso da água do Canal do Sertão, obtendo licença de uso por dez anos. Segundo a portaria que outorgou o uso, a finalidade da água canalizada nesta propriedade é irrigação e pecuária de gado de corte e de leite, ainda, segundo mesmo documento, a cobrança pela água seria realizada posteriormente, quando houvesse um projeto definido de cobrança, que até o momento não aconteceu.¹²

É importante destacar que, muito embora a oferta de água via Canal seja enunciada como um projeto de combate à pobreza do pacto de Desenvolvimento Sustentável voltado para pequenas propriedades rurais, a realidade apresenta um cenário de disputas por terra e água no

¹² Portaria de número 238/2015. Diário Oficial de Alagoas, 2015.

semiárido alagoano, no qual o Estado, muitas vezes, privilegia aqueles que já são economicamente privilegiados. Nesse sentido, a convivência entre pequenas propriedades rurais, assentamentos, territórios indígenas e quilombolas e o latifúndio local, presente na região, tem apresentado tensões e desigualdades no acesso aos recursos hídricos disponibilizados. Exemplo desse conflito foi a 7ª Romaria das Águas e da Terra, ocorrida em Delmiro Gouveia, em 2015, no qual camponeses, quilombolas e indígenas saíram em marcha exigindo a garantia do acesso às águas do Canal.

Figura 34: 7ª Romaria da Água e da Terra em Delmiro Gouveia, 2015.



Foto: Felipe Ferreira, Água Branca, AL.

Por outro lado, a série histórica entre os censos, tem demonstrado não uma democratização do uso das águas do Canal do Sertão, com a diversificação da produção nos pequenos lotes de terra irrigados, mas uma ampliação do cultivo concentrado da fruticultura irrigada e, ao mesmo tempo, a redução das áreas produtoras de cultivos tradicionais, como o feijão, a mandioca e o milho em grão, como indica a tabela 13.

Em Água Branca, dos 2.122 estabelecimentos agropecuários distribuídos em uma área de 19.445 hectares, 347 são irrigados em uma área de 156 hectares. A maior parte da produção nas propriedades familiares se concentra na produção de: banana, laranja, abóbora e feijão. Já nos 1.605 estabelecimentos, que produzem em uma área de um pouco mais de 1.400 hectares,

há a produção de mandioca, melancia, milho, além da criação de bovinos, aves, caprinos e suínos, distribuídos por mais de 800 estabelecimentos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Tabela 13: comparativo entre os censos demográficos Água Branca (2006-2017)

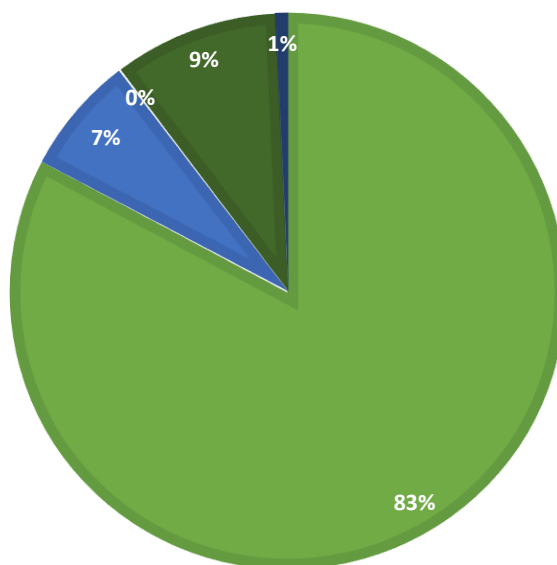
Cultura	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2006)	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2017)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2006)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2017)
Banana	103 toneladas	46 toneladas	106	32
Feijão de cor	13.226 toneladas	401 toneladas	1.070	1.605
Feijão fradinho	514 toneladas	34 toneladas	836	260
Feijão preto	0	4 toneladas	0	24
Feijão verde	0	77 toneladas	0	392
Mandioca	1.207 toneladas	403 toneladas	696	187
Milho	9.596 toneladas	624 toneladas	1.764	1.783
Milho forrageiro	0	695 toneladas	0	68
Palma forrageira	0	2.413	0	160
Coco-da-Baía	0	60 mil frutos	0	5
Laranja	6 toneladas	2 toneladas	3	3
Abóbora	0	13 toneladas	0	59
Melancia	0	44 toneladas		11

Fonte: Censo (2006) (2017). Elaboração: a autora.

Água Branca segue, portanto, uma tendência parecida a encontrada em Delmiro Gouveia, de ampliação das áreas destinadas a fruticultura irrigada, com a produção concentrada no cultivo do coco. De fato, a cultura do coco-da-baía tem sido uma tendência em todo o Nordeste, celebrada por agências de financiamento para o campo, como demonstra o relatório do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, que descreve o

financiamento entre 2010 e 2018, de 145,17 milhões através do Banco do Nordeste destinados a produção desta cultura em diversos estados da região. Nesse período, segundo a ETENE, observou-se uma concentração dos recursos nos estados do Ceará e Alagoas, que ficaram juntos com 52% dos recursos destinados a esta finalidade (ETENE, 2018).

Gráfico 4: área de coco colhida em 2017



Fonte: Banco do Nordeste, 2018. Elaboração: a autora

Tabela 14: financiamento à produção do coco no Nordeste (2010-2018)

Estado ou região	Valor do contrato (x1.000)									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Alagoas	1.081	2.270	2.836	3.116	2.686	2.034	1.998	3.446	2.042	19.477
Ceará	6.531	6.259	5.371	5.872	9.939	7.067	4.763	3.799	4.335	53.936
Norte do E. Santo	71	867	135	-	5.846	41	831	801	3.286	11.878
Rio G. do Norte	1.292	508	969	230	683	1.899	1.231	1.969	2.096	10.877
Pernambuco	845	1.089	285	367	405	795	1.079	983	819	6.667
Maranhão	179	373	24	196	203	-	9	59	782	1.825
Bahia	2.122	1.910	1.723	735	2.133	1.195	1.281	2.426	699	14.224
Paraíba	2.032	1.496	617	1.155	1.810	1.021	470	338	482	9.421

Piauí	-	-	139	192	52	49	9	49	67	557
Sergipe	6.041	2.978	666	1.037	159	491	164	2.584	60	14.180
Norte de Minas G.	9	18	16	31	-	5	19	-	-	98

Fonte: Banco do Nordeste. Elaboração: a autora

Tal produção já era observada em 2016 no município de Água Branca, onde uma única propriedade, de 500 hectares, cujo proprietário foi identificado pelo secretário de governo como Bosco, possuía 5 mil pés de coco irrigados com as águas do Canal do Sertão.

Figura 35: produção de coco em água Branca



Foto: a autora, 2016.

É preciso considerar que tanto a cultura do coco quanto a da banana, que têm sido destaques na produção irrigada através do Canal do Sertão em Delmiro Gouveia e em Água Branca, demandam uma grande quantidade de água e energia no seu processo de produção diário. Na região semiárida, é necessário de 250 a 300 litros de água por dia para cada pé em processo produtivo. Já a irrigação da bananeira com fins de mercado precisa de irrigação constante, o que demanda entre 50 e 120 litros de água por hora, chegando a uma média de 750 litros de água por dia em cada pé do fruto (EMBRAPA, 2004).

O gasto excessivo de água para fins de irrigação no semiárido preocupa, tanto pela sua escassez em períodos de seca prolongados, ao alterar o fluxo hídrico do único rio perene da região, como pela possibilidade de erosão e contaminação dos mananciais locais se não houver um manejo adequado deste processo. É preciso levar em consideração ainda que estas atividades apresentam alta probabilidade de estarem sendo realizadas com o uso de agrotóxicos, como demonstraram pesquisas anteriores, como a realizada pelo GEPAR-UFAL/Campus do Sertão e o diagnóstico realizado pelo FIDA. Ao mesmo tempo é contraditório que um empreendimento conjecturado dentro das preocupações sobre as mudanças do clima e o cenário futuro de escassez hídrica em várias regiões do mundo, entre elas as regiões semiáridas da América Latina, funcione como um instrumento de intensificação da crise ambiental. Nesses termos, ainda, o documento de viabilidade do Canal do Sertão produzido pela Codevasf legitima tal processo, ao orientar e promover a aquisição de insumos do pacote tecnológico, que incluem, entre outras coisas, a adição de agrotóxicos no processo produtivo. Como referenda o documento, é necessário que os sujeitos com acesso a água do Canal e que exerçam atividade produtivas busquem “as formas de seleção e aquisição mais eficientes e econômicos dos insumos, assim como outros contratos adequados” (Codevasf, 2003, p. 167).

A dinâmica agrícola também revela uma tendência de maior adequação da produção aos produtos de maior valor agregado no mercado, além de uma ampliação das áreas destinadas à produção de forrageiras, como o milho, a palma, o capim Buffel e Tifton, visíveis na paisagem que margeia o Canal, embora estes dois últimos não apareçam nos levantamentos do último Censo Agropecuário. Ainda, no município de Pariconha a transição agrícola com a chegada do Canal do Sertão mostra uma maior produção da Palma forrageira, na mesma medida há uma queda acentuada da produção do feijão de cor, é importante destacar também a presença da melancia em quantidade, inexistente até o Censo 2006.

Tabela 15: comparativo entre os censos demográficos Pariconha (2006-2017)

Cultura	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2006)	Quantidade produzida em estabelecimentos com 50 pés ou mais (Censo 2017)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2006)	Número de estabelecimento com 50 pés ou mais (2017)
Banana	-	0	2	0

Caju	0	3	0	3
Feijão de cor	323 toneladas	51 toneladas	587	323
Feijão fradinho	47 toneladas	98 toneladas	164	393
Feijão preto	0	1 tonelada	0	7
Feijão verde	0	4 toneladas	0	55
Mandioca	100 toneladas	128 toneladas	163	123
Milho	279 toneladas	186 toneladas	533	603
Milho forrageiro	-	-	-	2
Palma forrageira	0	32 toneladas	0	6
Laranja	-	-	1	1
Abóbora	0	4 toneladas	0	36
Melancia	0	18 toneladas	0	6

Fonte: Censo agropecuário, 2017 – elaboração: a autora.

A palma forrageira para a região do Sertão, está presente nos documentos de viabilidade do Canal, sendo um modelo de forragem para o pastoreio rotativo (Codevasf, 2003). Nesse sentido, o documento apresenta:

O Canal do Sertão alagoano propiciará a produção de forragem irrigada, minimizando, assim, os efeitos da sazonalidade da produção leiteira. Observando-se os índices pluviométricos mensais, constata-se que, apenas durante quatro meses ao ano, na melhor parte da área, as chuvas são suficientes para uma razoável produção de forragens. Nos restantes 8 meses do ano o uso da irrigação que, embora não abranja toda a área, por deficiência dos solos irrigáveis, contribuirá para aumentar a produtividade e reduzir substancialmente os efeitos de sazonalidade da produção leiteira (Codevasf, 2003, p. 129).

Nesse processo é relevante também a dinâmica agrícola no município de Olho d'Água do Casado que, desde a inauguração do trecho III Canal do Sertão, vem apresentando uma tendência a especialização da produção do leite para comercialização, dispondo de uma boa irrigação de forragem animal, estábulos e rebanho de raça leiteira (FIDA, 2017). Nesse sentido, o povoado Poços Salgados, localizado em Olho d'Água do Casado, no qual vivem 300 famílias, recebeu, ainda em 2013, no momento de inauguração do Canal do Sertão, 40 kits de irrigação destinados à irrigação de forrageiras. Essa ação captou 500 mil reais do Fundo Estadual de

Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP, 2013). Atualmente a comunidade conta com 2.000 cabeças de gado, onde vem sendo produzido capim, sorgo, cana e palma, voltados para a ração bovina (Codevasf, 2020). Nesse sentido, até o Censo de 2006 não havia dados sobre a produção de milho forrageiro ou palma no município, já em 2017 seis estabelecimentos apresentaram a produção de 13 toneladas de milho e outros 29 estabelecimentos produziram 662 toneladas de palma forrageira.

Figura 36: criação de gado em Inhapi



Reprodução: FIDA, 2017.

Figura 37: produção irrigada de palma



Reprodução: Fida, Inhapi, 2017.

A maior parte das famílias comercializam o leite para a empresa Lactalis do Brasil, com filial em Bom Conselho-PE. A Lactalis é uma multinacional de sociedade aberta, originalmente francesa, é líder mundial de distribuição de produtos lácteos e com unidades industriais presentes em 51 países, exportando para 88. Atualmente a Holding gerencia as marcas Président, Parmalat, Balkis e Elegê. As famílias que realizam transações com a Lactalis recebem em média 1,10 R\$ pelo litro de leite. Além disso, a própria Lactalis vem prestando assessoria técnica às famílias produtoras de leite no povoado Poços Salgados e em Gorgonho, ambos em Olho d'Água do Casado, estabelecendo, dessa forma, o controle de qualidade adequado ao mercado internacional.

5.3 A espacialização do Canal na comunidade quilombola Sítio Rolas

A comunidade Rolas, localizada no município de Pariconha, é um território reconhecido e certificado como quilombola, a histórica da sua formação é contada a partir da oralidade dos moradores locais, segundo eles, a comunidade surgiu ainda no século XIX, no ano de 1887, com a chegada de uma jovem escravizada chamada Ubalda, trazida por uma família de comerciantes escravocratas. Segundo Jaelson, liderança do movimento quilombola local:

Ela veio trazida pra por senhores comerciantes ligados à região e prestou serviço nesse momento escravocrata como escrava pra essa família, conhecida como família Teixeira, os fundadores de uma extinta comunidade próxima daqui, conhecido como campinhos de baixo. Então vem aí o período da extinção da escravidão, entre aspas, aí já no início de mil oitocentos e noventa eles migram pra cá, pra onde é a comunidade Rolas, e Ubalda, conhece o seu esposo e forma sua família aqui. Por eles terem o hábito de usar as roupas brancas, engomada com massa de mandioca, uma tradição daquela época. Eles iam pra missa, pra cidade, pra feira. Então eles passaram a ser chamado pelas pessoas de casal de rolinhas. Que é uma ave, né? Branca, que existia em abundância nessa região, levando em consideração que ainda era uma região florestada. Então, as pessoas quando vinham pra cá conversar com eles ou negociar com eles, que eram também agricultores e criadores de animais de pequeno porte, diziam vou ali nos rolas. E o tempo vai passando e aí fica seus descendentes formando a comunidade, estendendo a comunidade, também com o nome: Comunidade Rolas (Sr. Jaelson, Comunidade Rolas, maio de 2024).

O processo para a certificação da Comunidade Rolas começou em 2017, recebendo a certificação em 2021. Atualmente vivem 42 famílias no território, que ainda lutam pela titulação para que possam obter o reconhecimento definitivo. A comunidade conta ainda com uma associação de moradores, um mecanismo de gestão do território voltado a atividades internas, como a produção agrícola comunitária.

Figura 38: Símbolo da comunidade Rolas



Foto: Anderson, Pariconha, AL, 2023.

Figura 39: praça principal da comunidade Rolas



Foto: a autora, 2024.

O sítio Rolas é cortado pelo Canal do Sertão e teve a obra inaugurada na comunidade em 2013, segundo Jaelson logo no início da construção a visão dos moradores não era positiva em relação a obra, mas a partir do uso da água o espectro em relação ao Canal foi sendo refeita, o mesmo relata que:

Há uma grande transformação positiva. Logo no início, a visão dos moradores locais foi de que era algo ruim, tomando suas terras para fazer a escavação, pagando pela terra um valor inferior ao que o território valia, mas depois que as coisas foram encaminhando para as finalidades da chegada da água e a água chegando aqui aí a visão modificou para positividade. Se não fosse o Canal do Sertão, creio que nós não estávamos mais aqui pela falta da água, que serve não só pra criação de animais, como pra nossa permanência aqui, é a nossa salvação o Canal do Sertão (Jaelson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Nesse sentido, Anderson, agricultor local complementa:

[...] E como a nossa comunidade é uma comunidade historicamente agrícola, que tem a sua economia voltada à agricultura, o Canal do Sertão foi importante, porque antes aqueles animais que dependiam de tomar água longe, aquelas produções que dependiam das águas da Chuva já não dependem mais, agora já se pode produzir às margens do Canal, já se pode criar os animais melhor, acrescentou bastante a questão econômica (Anderson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Antes da chegada do Canal do Sertão, os moradores do sítio Rolas precisavam se deslocar até uma outra comunidade em busca de água, esta era de má qualidade, porém, sem acesso a nenhuma outra fonte do recurso hídrico a água de poço acabava sendo a única alternativa para o consumo, segundo a Dona Maria, 78 anos:

“A gente tomava banho, lavava os menino, pra pegar água, nós descia numa cacimba funda, descia numa escada. Saía 4h da manhã com uma latinha na cabeça lá pra cacimbinha, descia numa escada, mas a água era salgada” (Dona Maria, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Inicialmente para ter acesso a água do Canal não foi exigida nenhum tipo de formalidade institucional, a maioria dos moradores apenas compravam o material necessário e passavam a captar a água para irrigar as roças que ficam a margem do Canal e encher seus barreiros. Porém, atualmente, é preciso fazer um cadastro no IMA para prosseguir fazendo o uso da água.

Com o tempo, pra ter acesso a água mesmo de maneira formal, a Secretaria de Meio Ambiente do Estado procurou todos os agricultores de Pariconha, no caso o pessoal que produz e fizeram o cadastro, colocaram lacres, e agora esse consumo para área agrícola é formalizado. Na questão pra consumo mesmo, a prefeitura colocou uma caixa, encanou em cada casa e colocou um cano que pode encher a cisterna, acho que depois de um ano, dois anos que o Canal tava realmente fixado aqui (Jaelson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Figura 40: Canal do Sertão na Comunidade Rolas

Foto: a autora, 2024.

Segundo Jaelson, os agricultores precisam obter uma outorga, reconhecida pela secretaria de governo do estado (Segov), autorizando a exploração da água do Canal. Para conseguir o documento é necessário que o agricultor apresente a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e a escritura da terra.

Figura 41: Captação da água do Canal no sítio Rolas



Foto: a autora, 2024.

Antes do Canal do Sertão a produção agrícola era voltada à agricultura de subsistência, com culturas de sequeiro: feijão de arranca, feijão de corda e milho. Esperava-se chover para poder produzir, se não tivesse chuva não tinha produção. A profunda transformação da

agricultura camponesa, marcada pelo crescente processo de mercantilização dos produtos agrícolas e perda de autonomia dos camponeses, tem impulsionado um modelo de produção padronizado, dependente do pacto tecnológico e do crédito financeiro no campo. O papel do Estado nesse processo tem sido crucial, espacializando uma infinidade de políticas públicas e infraestruturas que servem de ornamento a acumulação do capital (VÉRGES, 2011). Aspectos dessa transição são visíveis nas áreas de entorno do Canal. Partindo deste princípio, questionado se houve mudanças nas culturas produzidas com a chegada do Canal, o entrevistado diz que sim:

Desde muito tempo a cultura de produção era o feijão de arranca, o feijão de corda e o milho. As fruteiras já existiam, pinha e coqueiros, o pessoal sempre plantava, mas essa questão de plantar mesmo no período chuvoso era o milho e o feijão. Quando chegou o Canal com o tempo o pessoal deixou de produzir orgânico e começou a produzir transgênico, principalmente o milho. O milho que ultimamente ninguém mais planta, não tem mais milho crioulo na comunidade, antes era um milho crioulo que era plantado e era uma semente que ia passando de geração a geração. Hoje a cultura é toda no transgênico e a partir de pesticida também (Anderson, Comunidade Rolas, maio de 2024).

O processo de transição da produção orgânica e de sequeiro voltada ao consumo familiar para a produção destinada à comercialização com o uso de sementes transgênicas associadas ao uso de agrotóxicos tem sido uma constante em quase todos os territórios impactados pelo Canal do Sertão. Impulsionados por políticas de crédito rural para o semiárido, como o PRONAF e o PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), os agricultores nas zonas de influência do empreendimento acabam respondendo ao incentivo financeiro com uma produção mais célere e comerciável, podendo assim tirar o seu sustento e pagar as parcelas dos empréstimos concedidos a juros baixos. Nesses termos, o capital financeiro, através de microcréditos ou linhas de créditos específicas voltadas para o semiárido, provenientes de instituições públicas e privadas, funciona como um adiantamento para que os agricultores adquiram insumos, tecnologias e equipamentos necessários para aumentar a produtividade e estimular a produção agrícola comercial. Assim, a paisagem sertaneja vai lentamente sendo modificada.

Figura 42: Produção de milho irrigado com a água do Canal na comunidade Rolas – Pariconha - AL



Foto: a autora, 2024.

Segundo Anderson, o investimento inicial para irrigar uma tarefa de terra é de em média dez mil reais. As primeiras imissões para produção irrigada na comunidade partiram inicialmente da venda de alguns animais, em seguida, para manter as áreas irrigadas, a comunidade recorreu a linhas de microcrédito ofertas pelo Banco do Nordeste:

Quando a gente começou a produzir a gente tinha um gadinho vendeu o gadinho pra começar a investir na cultura do Canal. Auxílio, questão de auxílio financeiro foi como a comunidade sempre fez, aquisição através do Banco do Nordeste, do Agroamigo e do Credamigo (Anderson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Em relação às condições do financiamento pelas agências bancárias que oferecem linhas de crédito voltadas para o pequeno produtor, Anderson diz que não há obstáculos para o contrato do empréstimo:

Geralmente a gente não tem dificuldade porque quando se vai fazer o empréstimo a maioria do pessoal não gasta se não for para aquilo. A maioria do pessoal faz empréstimo para aquisição de animais. Aí com a aquisição desses animais tem-se um período de carência de um ano para se pagar o que foi pego. Geralmente, no começo eram 5 mil reais, você pegava 5 mil e paga em 2 parcelas de 2.500, quando você não atinge o limite o governo com o Banco do Nordeste libera mais 40%. Para homem é 10 mil reais e para mulher 12 mil, tem uns juros, mas é baixinho (Anderson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Como o microcrédito oferecido pelas financeiras é utilizado, em parte, na aquisição de animais, e a produção da ração vem sendo possibilitada pelo engenho da produção de pastagem irrigada através do Canal do Sertão, o número do rebanho doméstico vem aumentando, o que tem ajudado agricultores da comunidade a desenvolver uma incipiente produção de laticínios para comercialização na região;

O pessoal já tinha a cultura de trabalhar com o leite, só que não vendia. A partir do Canal do Sertão o pessoal começou a produzir esse milho e transformar esse milho em silagem, e a área que foi utilizada pra produção do milho depois serviria pra pastagem, com isso o pessoal começou a produzir leite e levar pra feira em Delmiro Gouveia. Não só o leite, depois do leite os derivados do leite, o queijo, a coalhada escorrida e doce de leite, também plantaram o mamão e fazem o doce de mamão também. É uma infinidade de coisas, o ovo da galinha de capoeira, as pinhas, o quiabo, o caju, graviola, acerola, uma variedade de frutas. Antes essas culturas eram sem fim lucrativo, agricultura de subsistência, mas agora também são pra venda e retorno financeiro (Anderson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Figura 43: Criação de gado na Comunidade Rolas



Foto: a autora, 2024.

Para além da introdução do Canal do Sertão e da oferta de crédito por agências locais, a permanência da produção no Quilombo Rolas tem sido facilitada por algumas iniciativas e doações de equipamentos para irrigação por institutos e ONGs, como o IABS¹³, que vem promovendo atividades esporádicas voltadas para os povos tradicionais, com fins de promover a produção agrícola através das águas do Canal do Sertão. Segundo Anderson:

[...] ta com pouco tempo que o Centro Xingó, junto com o IABS [Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade), que é uma ONG sem fins lucrativos, entrou em contato com a gente, com os produtores rurais da comunidade, deram formação e fizeram acompanhamento de um ano, e no final desse acompanhamento eles fizeram uma doação em materiais de cerca de dez mil reais, eram bomba, mangueira de

¹³ A IABS é uma organização brasileira de quase duas décadas que atua em comunidades vulneráveis, focada no desenvolvimento rural sustentável, oferecendo modelos inovadores de uso dos recursos naturais, com fins na geração de emprego e renda. A estrutura de financiamento do instituto é bastante diversificada, envolvendo governos, bancos de desenvolvimento multilaterais, empresas e doadores individuais. Conformada a partir do discurso do Desenvolvimento Sustentável, atua de acordo com tais diretrizes.

gotejamento, arame farpado, canos para irrigação e caixas d'água (Anderson, sítio Rolas, Maio de 2024).

O destino da produção realizada na comunidade tem sido, basicamente, a feira livre dos municípios circunvizinhos, como Delmiro e Água Branca. Ainda, de acordo com o entrevistado, devido ao incremento do Canal no Sertão no território a terra está mais valorizada:

A terra antes do canal valia em cerca no máximo mil reais, hoje se você for vender 1 tarefa de terra na margem do Canal, ninguém vende por menos de 35 mil reais ou 40 mil reais, dependendo da localização, 400% a mais. Já procuraram minhas terras pra comprar (Anderson, Sítio Rolas, Maio de 2024).

Segundo Anderson, os moradores não pretendem deixar ou vender suas terras onde vem produzindo, e a maioria das famílias que moram na comunidade tem se organizado em uma associação comunitária que vem participando de outras atividades extracomunitárias, através da qual conseguem obter recursos para comunidade e assim salvaguardar a produção:

A gente tem uma associação, já vai fazer dois anos agora, se não me engano em julho. E através da associação a gente não consegue muita coisa ainda por conta que se exige no mínimo dois anos pra que possa conseguir algumas políticas públicas. Mas através da associação a gente já conseguiu alguma coisa já. Cursos pro pessoal, empréstimos, agora mesmo a gente participou de uma taxa solidária do Centro Xingó com o IABS. O valor gira mais ou menos em torno de dois a três mil reais, que é uma doação que é feita durante um evento que é de dois a três dias, esse dinheiro convertido pra uma, e a comunidade foi a nossa. Quites de irrigação também foram doados pelo Paulão, quem acho que é deputado federal e também palestras do Senai e Senac (Jaeslon, Sítio Rolas, Maio de 2024).

É possível ponderar que estes incentivos têm ajudado a comunidade a prosperar no que tange a integração dos quilombolas camponeses à comercialização local e a diversificação da produção, assim como na melhoria da qualidade e no acesso à água potável, que agora chega de forma encanada às suas residências. No entanto, é imprescindível que ponderemos também, a partir do levantamento das informações coletadas no percurso das atividades de campo, realizadas neste trabalho, que o germen das novas relações sociais de produção no território camponês do semiárido alagoano, tem sido determinada pela financeirização do capital imperialista-contemporâneo, que se dá desde o financiamento da produção do espaço semiárido, através da introdução de novos objetos técnicos que são espacializados, até a elasticidade do mercado de créditos para camponeses e camponesas pobres, como sistema de combate à pobreza do novo pacto de desenvolvimento dos Estados periféricos ingeridos pelas agências financeiras multilaterais, evidenciando uma tendência à monopolização do capital

financeirizado no território do Alto Sertão de Alagoas, e que promete se expandir para todos os trechos do Canal do Sertão.

Nesse aspecto, o modelo de desenvolvimento do paradigma da financeirização e da austeridade, alçado no fetiche da produção sustentável, tem subsumido territórios a lógica da reprodução ampliada do capital financeiro, ao se apropriar da renda camponesa através dos juros pelo adiantamento do capital rentista. Portanto, nossa compreensão é de que os camponeses sertanejos, subsumidos ao processo de espacialização do Canal do Sertão, se encontram monopolizados pelo capital rentista, à medida que são consumidores de crédito e sujeitos de produção e reprodução de um espaço cada vez mais mercantilizado. Concordando com Chesnais (2016), quando este elabora a ideia de que os capitalistas têm angariado lucros vultuosos, não exatamente pela exclusividade da posse da terra, mas sobretudo pela exploração do trabalho na obtenção do produto. Assim, os capitalistas rentistas obtêm o lucro através do monopólio dos recursos naturais, sem, no entanto, se apropriarem da terra.

É preciso reconhecer, que a economia camponesa se reproduz sob a lógica do capital global e que, na atual fase de capitalismo mundializado, o campesinato não foge a dialética da reprodução do capital financeirizado. Sob este aspecto, corroboramos com o pensamento de (VÉRGES, 2011), ao avaliar parte da renda camponesa, despendida para a sua reprodução, como um “salário autoconsignado”, pois:

[...] se não entendemos que os meios de produção - mesmo aqueles que estão nas mãos do camponês - se reproduzem pela dinâmica do capital e que todo excedente cedido pelo trabalhador direto - seja ele operário ou camponês - transformam-se em mais-valia capitalizada, e se também não entendermos, enfim, que todo rendimento orientado ao consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global, não entenderemos nada (Vargés, 2011, p. 2)

Nesse sentido, a injunção territorial do pacote tecnológico promovida nos territórios por onde se espacializa o Canal do Sertão certifica a celeridade do processo produtivo e do consumo dos recursos considerados úteis à valoração, garantindo, assim, uma renda que permita a autossuficiência camponesa e ao mesmo tempo o pagamento do lucro ao capital portador de juros. O Canal do Sertão, portanto, se apresenta como produto da renovação da composição orgânica do espaço capaz de promover a mais-valia relativa. Insurge, portanto, não para enfrentar as problemáticas da seca, mas como uma estratégia para inserir a região no modelo de produção e gestão do capital financeiro, aumentando a renda da terra e, garantindo, assim, a reprodução ampliada do rentismo global.

Sob a ótica que expusemos, ponderamos que a renda da terra é determinada pelo modo de produção capitalista financeirizado, caracterizando-se por um lucro permanente, em que o proprietário da terra extrai a renda e o capitalista extrai a taxa de juros. Nesse sentido, à medida que o capital financeiro drena uma parcela do seu capital para os pobres do campo, também impõem a eles a lógica do tempo de produção capitalista, de forma que o camponês consiga seu autosustento e ao mesmo tempo pagar as parcelas dos empréstimos auferidos.

A monopolização do espaço por onde se espacializa o Canal do Sertão, portanto, se manifesta na realização de um modo de produção associado às demandas do capital flexível, capaz de barganhar recursos valiosos a acumulação do capital, como a água, e a única forma de valorizá-la, o trabalho, ainda que não ocorra a expropriação dos meios objetivos de vida do trabalhador rural, subsumido à dependência ao capital financeiro e limitada a sua autonomia. Ao mesmo tempo é impreterível reconhecer que a produção do espaço camponês, por onde se espacializa o Canal do Sertão, não é homogênea, manifestando resistências e alternativas à subsunção do campo as relações sociais de produção do capital financeiro, até mesmo nos territórios onde o modelo financeirizado de reprodução é predominante.

5.3.1. Na heterogeneidade do campesinato, a produção de espaços alternativos e os entraves estruturais

Apesar do predominante modo de produção subsumido às relações do capital rentista por onde se espacializa o Canal do Sertão, é preciso dar evidência aos usos alternativos das águas do Canal, apontando a existência e resistência de modos de produzir e reproduzir que se harmonizam com o tempo da natureza. Desde 2013, quando o Canal passou a operar no território do Alto Sertão alagoano, diferentes sujeitos passaram a fazer uso do canal com fins de irrigação e consumo humano e animal, nesse sentido, as águas transportadas pelo rio artificial, espacializado no semiárido mais agressivo do estado, tem permitido diferentes modos de uso da terra, sobretudo nos pequenos roçados. Neste aspecto, para além da produção associada ao pacote tecnológico e as determinações das agências financeiras globais e locais, é possível identificar, também, modos de produzir autênticos dos territórios.

A produção autóctone, vislumbrada em pequenos roçados, é realizada quase que exclusivamente em comunidades assentadas ou entre povos que reivindicam a sua identificação étnica, e traz junto com seu modo de produzir a sua ancestralidade originária. Por ocupar pequenas porções do espaço por onde se espacializa o Canal do Sertão, a produção desses

sujeitos é ainda muito pequena e limitada, atendendo a demanda da comunidade e, onde se produz excedente com possibilidade de escoamento, a comunidade vem enfrentando percalços para a produção e distribuição.

Podemos identificar, como um dos sujeitos desse processo, os remanescentes de quilombolas da comunidade Sítio Rolas que, mesmo com uma produção embrionária, tem conseguido, com as águas do Canal, e em associação com a comunidade, realizar a produção de uma pequena horta orgânica. Esta horta fica sob os cuidados de diferentes famílias que vivem na comunidade quilombola, as quais são responsáveis pela gestão e cultivo da horta, que está à serviço de toda a comunidade, nela são produzidos alface, coentro, cebolinha, beterraba, salsinha e agrião. Segundo Dona Maria, uma das responsáveis pelo cuidado da horta comunitária, oito pessoas participam do cultivo das hortaliças e, segundo ela, toda a produção é natural, manejada com esterco de animal e restos de folhas orgânicas, além de a semente utilizada ser apenas a crioula. A irrigação vem sendo feita por gravidade, mas também utilizam a água disponibilizada pelo Canal para a irrigação manual.

Figura 44: horta comunitário Sítio Rolas



Foto: a autora, 2024.

Figura 45: horta comunitária



Foto: a autora, 2024.

O cuidado compartilhado com a horta comunitária permite que o trabalho de cultivo seja alternado entre as oito pessoas responsáveis pela produção, segundo a Dona Maria, “todos os dias a horta é cuidada, cada dia vai um, mas o que dá na horta é pra toda comunidade” (Maria,

Sítio Rolas, novembro de 2023). A produção até o momento, portanto, é para atender apenas às demandas comunitárias, não sendo possível, ainda, a comercialização das hortaliças produzidas, nem mesmo em feiras próximas.

Mais um uso alternativo das águas do Canal do Sertão está no assentamento Maria Cristina, no município de Delmiro Gouveia, onde vivem hoje cerca de 70 famílias. Nesse assentamento, a maioria dos residentes vêm fazendo uso do Canal para fins de irrigação, sendo produzidas de forma orgânica hortaliças e frutas. Segundo assentado e líder comunitário local, Jurandyr, no assentamento está sendo produzida tomate, cebola de cabeça, goiaba, acerola, manga, macaxeira, batata doce e coentro, além de outras variedades de frutas e verduras, ou seja, “de tudo tem um pouco, tudo irrigado com a água do canal do Sertão. Antes do Canal era produzido apenas feijão verde de arranque e só quando chovia”, afirmou.

Figura 46: Assentamento Maria Cristina, Delmiro Gouveia - AL



Foto: a autora, 2024.

O trecho do Canal do Sertão onde fica o assentamento Maria Cristina foi inaugurado ainda em 2013, e desde então a comunidade vem realizando esforços para manter-se fazendo uso das águas do Canal, realizando a produção por gravidade. Em entrevista realizada no assentamento

em setembro de 2024, Jurandyr afirmou que o Canal do Sertão trouxe benefícios para a comunidade, muito embora o estado esteja ausente no zelo do cuidado com a obra, segundo ele:

Então esse canal, pra nós aqui, foi uma benção muito grande. Mas tem coisas que está deixando a desejar, né? Que é realmente o pessoal do Governo ver e zelar o canal, porque é a única pessoa que pode zelar são eles mesmo, né? Canal tá se dando como se tivesse abandonado. Então ele é uma coisa que é uma benção que vem do São Francisco que a gente sabe. Ele é uma veia do rio São Francisco que a gente tá usando, e a gente é como se fosse às as veias do coração, viu? (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

Mesmo com as dificuldades para obter a água que passa por dentro das terras do assentamento, a comunidade reconhece que o Canal melhorou a qualidade de vida e da produção que vem sendo realizada. Antes da chegada das águas do Canal adutor, a produção era basicamente de sequeiro e dependiam das águas da chuva para obter a irrigação das culturas que eram realizadas.

Ta ajudando muito por causa que depois do canal do sertão o pessoal começou a produzir, que antes não tinha água pra irrigar. Aí era tudo de sequeiro as roças. Aí depois do canal a maioria dos lotes ficaram tudo na gravidade. Aí consegue plantar verduras, hortaliças, milho, um bocadinho de coisas. Estou plantando sem precisar esperar pela chuva mais por causa que com a gravidade fica melhor. Estamos produzindo de tudo um pouco devagarzinho (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

Figura 47: produção irrigada de hortaliças



Foto: a autora, assentamento Maria Cristina, 2024.

Segundo os entrevistados, a produção é destinada basicamente para as feiras locais e tentam realizar também parcerias com programas do Estado, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mas, de acordo com eles, a comunidade enfrenta alguns obstáculos para a comercialização da produção, além da burocracia para acessar os programas do governo, a comunidade também enfrenta preconceitos por ser uma produção realizada em assentamento conquistado pelo Movimento Sem Terra (MST). Nesse sentido, o preço possível de comercialização da produção realizada seria constantemente questionado pelos possíveis compradores locais, pois a produção é realizada em “uma terra que foi dada” e, portanto, deveria ser vendida abaixo do valor de mercado, afirmou um entrevistado. Por não haver um escoamento da produção muitos cultivos acabam se perdendo, por isso a comunidade tem buscado alternativas de venda, sobre a produção, segundo eles:

Entrega pra feira, agora eu peguei o PAA do estado também, nós já entregou, foram duas vezes só e já acabou. Aí nós estamos agora pra pegar o PAA da CONAB. Nós estamos esperando um rapazinho aqui pra semana. Nós estamos esperando o presidente da CONAB pra nós pegar um ônibus da CONAB pra nós conseguir vender nossa produção, que nós estava produzindo muito, mas estava perdendo muito

também. Já levamos calote já. Já levei um calote vendendo pros cabra que os cara vem atravessador, compra e não volta pra pagar. Apareceu os atravessador mas deu um calote logo de primeira aí sumiu aí não vieram mais, aí agora nós estamos tirando umas pra feira e assim pra negócio do governo, algum programa do governo, porque o cara ficou meio esperto depois do calote (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

O investimento inicial para realização da produção irrigada saiu dos recursos da própria comunidade, a partir das reservas de cada assentado, segundo o entrevistado. O equipamento necessário para a realizar a produção, como canos, mangueiras e válvulas, foi sendo comprado aos poucos desde o início da construção do Canal. Hoje o assentamento recebe uma pequena ajuda do Instituto Terra Viva, que auxilia no desenvolvimento de ações voltadas para a educação ambiental e recuperação de mananciais. Sobre os usos iniciais do Canal do Sertão e os investimentos realizados o entrevistado explica que:

Nós foi comprando aos poucos. Quando nós trabalhou mesmo pra fazer a questão do canal, aí nós já fomos trabalhando na construção e já reservando um pouquinho pra quando ter a água nós já conseguir ir comprando os cano, até quando conseguimos, porque quando eu comecei a plantar foi um sacrifício maior do mundo, que eu comecei primeiro no quiabo, aí era um saco assim só molhar, o cabra fazendo as coisinha pra molhar mudando, mudando até que digo agora vai dar bom, porque eu consegui, aí nós está conseguindo tirar trinta saco por cata do quiabo. Aí foi quando o caba deu o calote, aí pronto. Aí depois nós temos mais uma ajuda do Instituto Terra Viva, que nós pegou um projetozinho de agrofloresta. Aí foi uma ajuda, aí nós começamos a subir de novo. Aí hoje graças a Deus estamos com a produçãozinha já mais ou menos. Falta só desenvolver mais. Aí agora nós criou essa cooperativa que a cooperativa já é uma coisa pra ela pegar nossas produção, né? Só que deu uma parada ela agora porque deu uns problema aí com OCB, eles não estão pegando produção mais, estão organizando tudo de novo pra poder legalizar tudo ao serviço de Maceió, aí começar a pegar, aí nós não chegou nem entregar muita coisa assim pra eles, a proposta deles é pra pegar toda produção na próxima (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

Toda a produção realizada no território é orgânica e vem sendo realizada por vinte famílias que participam de uma cooperativa comunitária, é por meio desta que a comunidade se organiza e busca acesso aos programas de aquisição de alimentos dos governos federal e estadual. As culturas produzidas são diversas e realizadas em pequenos lotes, na qual cada família é responsável por sua produção.

Figura 48: produção de goiaba

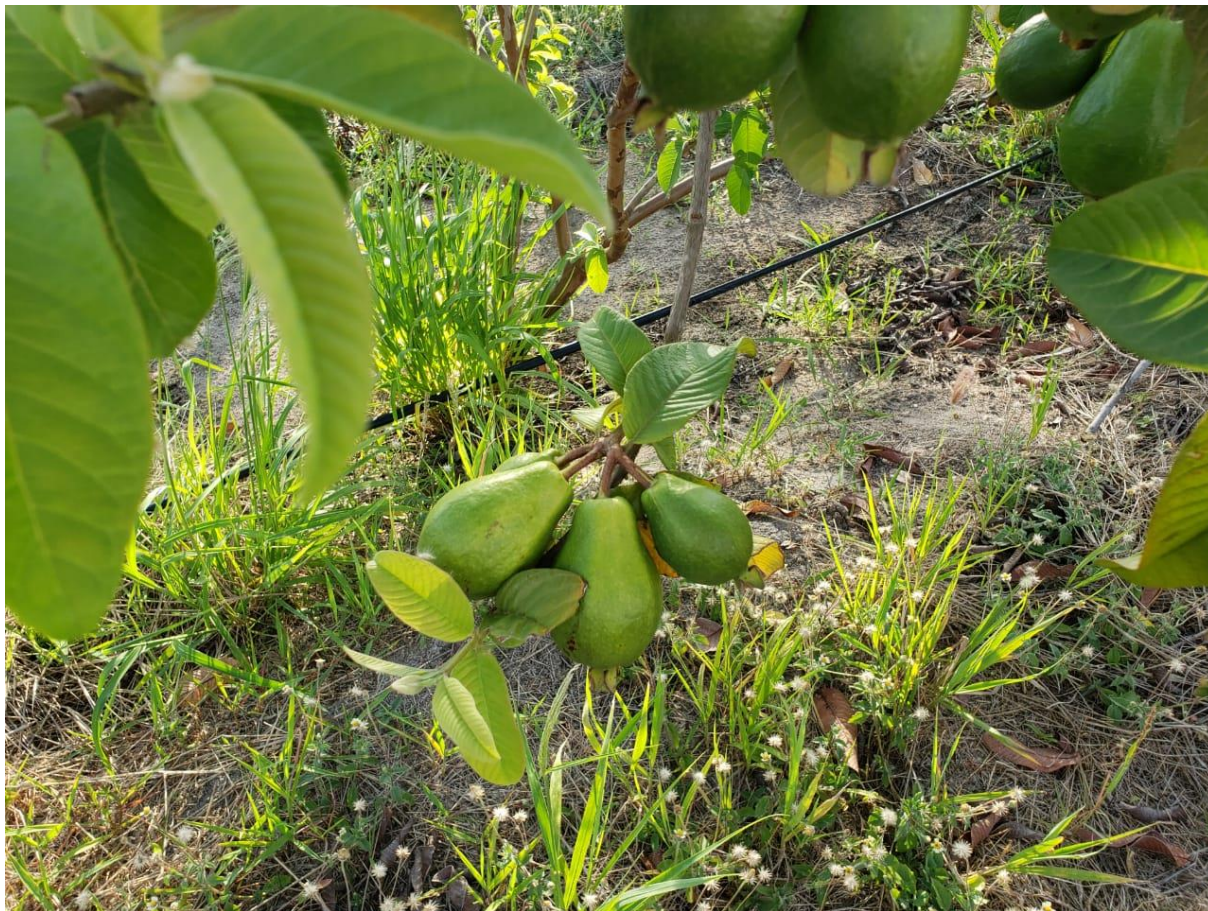


Foto: a autora, assentamento Maria Cristina, 2024.

Figura 49:: produção irrigada de melancia

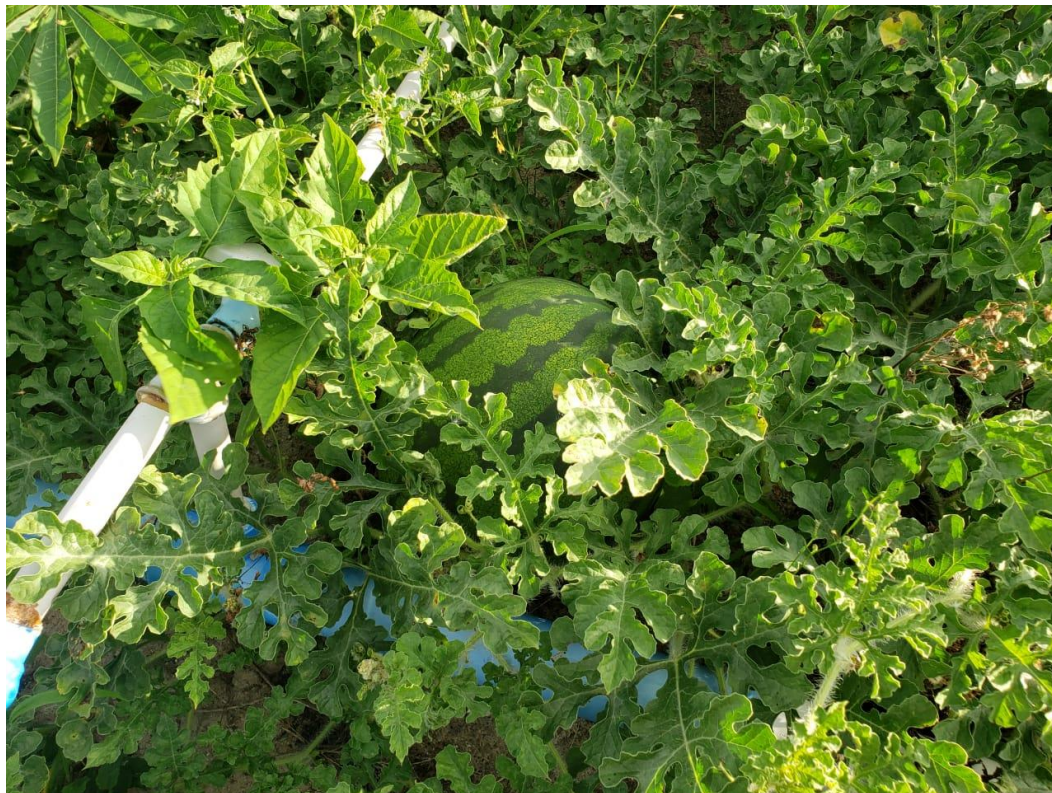


Foto: a autora, assentamento Maria Cristina, 2024.

Figura 50: produção de pimentão e tomate



Foto: a autora, assentamento Maria Cristina, 2024.

Figura 51: produção irrigada de tomate



Foto: a autora, assentamento Maria Cristina, 2024.

Apesar da diversidade da produção no território ser próspera, sendo custeada em sua maior parte pelos próprios assentados, a comunidade ainda enfrenta diversos obstáculos de manuseio das culturas produzidas, como problemas de acesso até a área produtiva do Canal, pois a estrada até os roçados é praticamente inexistente. Segundo Jurandyr “é muito difícil, só passa carro pequeno”, tornado a escoação da produção difícil e trabalhosa. Tudo é feito pelas próprias famílias da comunidade, que enfrentam o sol escaldante do Sertão e o preconceito com os assentados, pois as comunidades vizinhas não querem pagar o preço da produção por eles terem “ganhado a terra”, como já foi mencionado anteriormente.

Perguntado se a comunidade consegue algum tipo de empréstimos bancários para realizar a produção ele respondeu que:

Assim, a comunidade não. Porque aqui é difícil, é uma burocracia tão grande o cara fazer empréstimo. Aí quer fazer pro cara comprar animal, comprar cerca, sendo que o cabra está precisando é pra produzir. Como é que ela vai comprar um negócio pra investir numa coisa que não tem retorno? Mas no assentamento tem gente que fez, e só serve pra fazer barreiro, comprar bicho e plantar palma. Teve um período de

tempo que a gente chamou o gerente do Banco do Nordeste pra vim aqui. Aí ele não pôde vim, mas mandou um técnico pra... mas assim, com as proposta pra gente vê se a gente ia ter condições de fazer um pequeno empréstimo, mas quando ele tocou no assunto da questão de juros, essas coisas, pra nós não não foi muito agradável (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

Os entrevistados ainda se queixam das condições atuais do Canal do Sertão, ao qual se referiram mais de uma vez como abandonado:

Se o governo tivesse mais cuidado né? Porque está quase ficando como se tivesse abandonado. É realmente nessa questão aí ó. Os cara usando água aí jogando sem ter nada. Entendeu? Aí enquanto ele está fazendo isso ele está prejudicando outras pessoas, prejudica o trabalhador, o acesso pra gente passar. A produção fica ruim porque não é todo mundo que quer ir pro caminho. Aí fica difícil porque o cara vem lá de fora pra derramar, pra acabar. Ele não é daqui não, do assentamento não, tá? Então existe essas coisas que é o que atrapalha muito a gente. Eu já fiz até o vídeo, mandei pro cara que disse que é fiscal, assiste mas nunca fizeram nada. Foi há uns dois anos, está com uns dois anos que teve uma firma limpando só a beirada do canal, mas dentro mesmo do canal não, a gente sofre hoje a maioria quem planta na gravidade, na questão do gotejo, o gotejamento e isso é uma grande perca pra gente, sempre perdendo mangueira todo instante toda hora, mode a grande sujeira que tem dentro do Canal, é complicado. É como se tivesse abandonado mesmo. Antigamente nos começo, lá quando começou a gente via sempre a viatura passando direto pra lá e pra cá, hoje ninguém vê mais. Nem os fiscal do canal, do próprio canal ninguém vê mais, o pessoal andando por cima do canal, cai bicho dentro, é complicado (Jurandyr, Assentamento Maria Cristina, Setembro de 2024).

Em reunião do colegiado do Território do Alto Sertão, realizado em maio de 2024, foi relatado algo semelhante, um agricultor do município de Água Branca, disse que depois da privatização da Casal, comunidades como Nova Esperança e Salinas, ficaram sem água, e mesmo com o Canal às margens desses assentamentos eles vêm sofrendo com uma crise hídrica. Segundo ele:

O Estado não mandou mais os kits de produção e hoje produzem menos do que há 10 anos atrás. Não há responsabilidade sobre a gestão do Canal. Delmiro Recebeu 70 milhões para a privatização do Canal, mas não sabe para onde foi o dinheiro. Todas as cidades têm passado por dificuldades de abastecimento depois da privatização da Casal (Agricultor, Reunião do Colegiado, Abril de 2024).

A administração do Canal atualmente é da Secretaria de Governo em parceria com a Casal, esta concedida a empresa Águas do Sertão, responsável pelo planejamento, autorização e eventual cobrança pelo uso da água. Embora a Casal seja a gestora dos usos difusos, a responsabilização pela fiscalização e manutenção da obra, não está esclarecida, se dividindo

entre à empresa de saneamento, atualmente privatizada, e a secretaria de governo. De toda forma, em outubro de 2024, por intervenção do Ministério Público Federal, o governo de Alagoas foi judicializado por falha na fiscalização e conservação da obra, sendo determinado que o Estado fizesse a sua manutenção.

Figura 52: Reunião do Colegiado do Alto Sertão



Foto: a autora, Delmiro Gouveia, 2024.

Os relatos sobre as atuais condições de abandono do Canal nos perímetros do Alto Sertão Alagoano é uma constante entre pequenos produtores agrícolas, sejam eles assentados ou pequenos proprietários. Nesse trecho, a caatinga tem avançado para dentro da adutora e animais têm morrido por afogamento, caindo para dentro da calha, o que dificulta a drenagem da água para irrigação em equipamentos de menor espessura e feita por gravidade, que é a mais utilizada em pequenas propriedades por demandar um menor valor de investimento.

Figura 53: irrigação por gravidade



Foto: a autora, Água Branca, AL.

Figura 54: Delmiro Gouveia – 2021.



Reprodução: Gazeta de Alagoas, 2021.

As questões sobre o Canal ultrapassam, ainda, a sua estrutura física. Entrecortando comunidades indígenas, o Estado negou a existência dos povos originários do Sertão, avançando com a construção do Canal do Sertão sobre territórios tradicionais, sem consulta prévia aos grupos étnicos, moradores dos territórios, desconsiderando os modos tradicionais dos originários da região. Exemplo é a comunidade Tanque, de etnia Kuruazu, em Pariconha. A espacialização do Canal do Sertão levou a perda territorial e a fragmentação do território do povo Kuruazu, que passou a ser ocupada pela construção, causando alterações significativas sobre o ambiente e modo de produção dos Kuruazu. A introdução do Canal para a comunidade suscita a imposição de novas relações econômicas e sociais, que pode levar a destruição dos ritos tradicionais. Além disso, o Canal do Sertão não tem beneficiado a comunidade na assistência do abastecimento doméstico, em uma área em que a distribuição é inexistente ou intermitente. Nesse aspecto, a comunidade tem entrando em conflito com o Estado, cobrando o abastecimento das residências que estão à margem do Canal, e ainda assim não tem acesso a água para consumo humano. Nesse aspecto, um membro da comunidade Kuruazu diz que “a água não tem chegado até suas casas e que só escuta promessas do governo”. É relevante também o fato de que o Estado não chegou a entregar nenhum um kit de irrigação para este povo, os mantendo à margem das águas do Canal.

Diante das evidências encontradas em campo, portanto, podemos refletir que o Canal do Sertão vem promovendo a reprodução ampliada do capital rentista a medida que também repele aqueles que não se encontram adequados ao padrão de desenvolvimento da financeirização, determinado, assim, o uso da terra ao tempo da produção ininterrupta do capital. Nesse sentido, por onde se espacializa, implica, também, a promoção de um desenvolvimento desigual dentro de uma mesma regionalização. O que se observa é que onde os proprietários possuem melhores condições de renda e crédito, os usos das águas do Canal são facilitados e até mesmo induzidos, reorganizando a produção e implicando novas relações sociais de trabalho e modos de produzir. Nesses territórios, o uso do Canal do Sertão com fins de integração ao mercado de créditos e ao e ao comércio local e nacional, a partir da mercantilização dos produtos agrícolas, vem acontecendo sem maiores entraves, ficando estes muito próximos das propostas elaboradas para os perímetros irrigados presentes no relatório da Codevasf de 2010.

Figura 55: Comunidade Kuruazu



Foto: a autora, 2024.

Por outro lado, há um número ainda maior de camponeses e população indígena que, não subsumidos às demandas do capital, vêm enfrentando, em alguma medida, obstáculos de usos do Canal do Sertão, como dificuldades de acesso às áreas de produção agrícola, restauração da estrutura física do canal e do seu entorno, acesso aos kits de produção, abastecimento doméstico e políticas de uso ecológica e socialmente justos das águas do São Francisco que se encontram canalizadas. Havendo, inclusive, pelos relatos ouvidos em campo, a regressão do uso das águas do Canal para fins de irrigação e outras finalidades, com muitas comunidades enfrentando crises hídricas, mesmo com o Canal “passando à sua porta”.

O desenvolvimento desigual do espaço é um fenômeno intrínseco ao capitalismo. Nesta lógica, o que ponderamos é que o desenvolvimento “sustentável”, que chega ao Sertão alagoano com a espacialização do Canal do Sertão, tem se caracterizado pela concentração de recursos e poder, sobretudo para os grandes, aqueles da agricultura para o mercado. Em sentido semelhante, onde a monopolização do território pelo capital tem demonstrado eficiência, os camponeses têm se visto diante de si como trabalhadores autoconsignados e consumidores de crédito, dando relevo a uma nova paisagem de culturas demandadas pelo mercado, mas também a sua condição camponesa os coloca no desafio de ir mantendo culturas alimentícias tradicionais, que garantem suas reproduções. Contraditoriamente, aqueles que não conseguem se adequar às ordens do capital rentista veem seus territórios impelidos à decadência. Nessa métrica, apenas alguns poucos resistem e realizam o trabalho da verdadeira sustentabilidade, como a produção comunitária orgânica do Sítio Rolas e a continuidade da produção de alimentos do assentamento Maria Cristina, garantindo a segurança alimentar das comunidades e de muitos “vizinhos”.

Portanto, o que inferimos desse processo é que o Estado tem sido um mediador de um desenvolvimento geográfico desigual, com impactos desiguais, produzindo um empreendimento que promove, antes de mais nada, a especulação financeira. Trata-se da produção de um objeto, que em tese deveria estar assegurando melhores possibilidades de reprodução do campesinato sertanejo de Alagoas, com forte participação das instituições do Estado até a conquista da autonomia camponesa, mas que vem promovendo a destruição criativa do espaço camponês e dando fluidez ao capital rentista, que não está de fora deste processo. Aqui, “novamente, a contingência e a arbitrariedade da diferenciação geográfica estão em evidência, em vez de serem aliviadas por tal dinâmica” (Harvey, p. 162). Com poderes limitados, a rede estadual e os territórios que a incorporam ficam agenciados por organizações supranacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, se esvaindo a

soberania territorial. Sob as ordens do capital portador de juros, estes territórios deixam de realizar modos de vida autênticos, impelidos a maximização da renda da terra, de modo que possam remunerar a si mesmos e também ao capital rentista e, assim, conseguir realizar reprodução diária de si mesmos e do espaço, realizando a acumulação ininterrupta do capital.

.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A limitada disponibilidade de água no semiárido nordestino alçou, ao longo da história de ocupação do solo sertanejo, uma miscelânea de projetos hidráulicos com fins de impactar a dinâmica socioespacial da região. Intermediado pelo Estado, esse movimento, no entanto, pouco alterou o quadro social dos Sertões secos, mas serviu, por outro lado, como substância ideológica a uma oligarquia rural que fez da indústria da seca seu capital político. Nesses termos, o agenciamento eleitoral da escassez, dinamizou, ao longo da história da acumulação do capital, a produção do espaço no semiárido, conformando o território às demandas dos diferentes modos de produção e desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Entretanto, é preciso ter em compreensão que a seca não é um fenômeno ideológico, é um determinante climático com efeitos flagelantes sobre a população que com ela convive, incrementando os indicadores trágicos da região. Por essa determinação, desenvolver a práxis social de coexistência com a seca, pautada na democratização do acesso aos recursos hídricos é, ainda, uma mediação necessária para os povos dos Sertões.

Reconhecer a captura da seca pelo Estado, não como um determinante climático, mas como recurso ideológico e político, não é combater as políticas de infraestrutura hídrica para o semiárido, mas sim pautar a função social destes objetos espacializados dentro uma estrutura agrária concentrada, da qual nasce e tem continuidade as contradições de classe, secularmente enraizando a geografia da fome no Nordeste seco. As ações executadas pelo Estado, dentro das multideterminações do semiárido nordestino, constituíram artifícios com finalidades de incrementar a acumulação do capital, passando pela criação da SUDENE na década de 1950, que objetivou dar viabilidade ao desenvolvimento regional através da integração do setor produtivo nordestino com o capital nacional e internacional, até as políticas mais recentes de Desenvolvimento Sustentável com o combate à pobreza do novo padrão de desenvolvimento do pacto do capital-imperialismo contemporâneo saídos do Consenso, deixando de escanteio qualquer possibilidade de ruptura com a estrutura que recria permanentemente as contradições socioespaciais na região.

Sob a ingerência do Banco Mundial e demais agências financeiras multilaterais, a política de combate à seca no semiárido nordestino deu um salto qualitativo, acompanhando a tendência da reestruturação produtiva do modo de acumulação financeirizado e dos debates acerca da crise climática, insurgida do ininterrupto processo de exploração do espaço pelo capital. Nesse sentido, os debates sobre a finitude dos recursos e a necessidade permanente de acumulação do capital fomentou um novo modelo de coexistência com a seca no Sertão

nordestino, que ultrapassava o modelo baseado em políticas hidráulicas com objetivos de aumentar a disponibilidade hídrica como solução para o problema da seca, o que se pretendia com a adoção da financeirização do desenvolvimento rural na periferia do capitalismo era a integração da região semiárida à dinâmica mundializada de capitais, reservando ao rio São Francisco protagonismo nesse processo.

Nos termos do padrão financeirizado de produção a mobilidade do capital ganha maior flexibilidade com a produção de um espaço fluído pela sua informatização material e virtual, e como para acrescer o capital portador de juros é necessário que o capital funcionante seja posto em movimento, regiões, até então fora do circuito de produção do capitalismo flexível, são aglutinadas pelo capital rentista. É nesse contexto que se impõe ao ‘Rio da Integração Nacional’ o processo de canalização secularmente idealizado.

Sob a emergência da crise climática e do discurso do desenvolvimento sustentável, as águas do ‘Velho Chico’ são levadas, através de engenhosos canais, a diferentes territórios do espaço semiárido, os quais eram dependentes exclusivamente da água da chuva para produzir. A transposição do rio São Francisco e do Canal do Sertão em Alagoas, são anunciadas pelo Estado, como obras prometeicas aos arrasados da terra semiárida. Tais empreendimentos prometiam acabar com a pobreza no campo e produzir um reservatório de água potável capaz de abastecer a população em um cenário futuro de escassez hídrica, num espaço marcado pela ampliação escalar da desertificação acirrada pelo colapso climático. O que não era enunciado, no entanto, é que as políticas de desenvolvimento para o semiárido estavam alinhadas ao pacto do capital-imperialista contemporâneo, forçando os Estados, federativos e estaduais, a subsunção do projeto de financeirização dos territórios, gerenciados por agências financeiras multilaterais.

Nesse contexto, o Canal do Sertão em Alagoas, é amplamente comercializado como um projeto de desenvolvimento local, o que não se fala, no entanto, é que esse objeto de desenvolvimento obedece a uma ordem externa, configurando uma estratégia de acumulação para o capital rentista. Como nos alerta Harvey, o capital e o Estado têm um papel fundamental na produção do espaço para atividades capitalistas, estas funcionam na totalidade do movimento que espacializa conteúdos sociais objetivados na reprodução ampliada do capital. Ora se é despendida uma enorme massa de capital para produzir um Canal, é preciso fazer com que ele seja rentável, “então outros capitais devem utilizá-lo” (Harvey, 2016, p. 140). Desse modo, o empreendimento Canal do Sertão passou a ser uma via de capitalização do capital rentista. Nesse sentido arguimos que:

O capital financeiro global também está entrando nos territórios por meio de grandes projetos de infraestrutura em transporte, energia, barragens para irrigação ou serviço de mineradoras, expansão urbana, telecomunicações, turismo e agronegócio. Todas essas indústrias requerem grandes projetos de infraestrutura orientados para o benefício do comércio internacional. Esses projetos atraem investimentos importantes de capital público e privado e estão reconfigurando regiões inteiras, em alguns casos ultrapassando fronteiras. Essa reestruturação de nossos territórios orientada pelo capital está perturbando nossas relações socioecológicas e provocando desapropriações e deslocamentos em massa e violações sistêmicas de nossos direitos (Seufert, 2023, p. 52)

Portanto, o que podemos considerar é que o semiárido alagoano, interpelado pelo Canal do Sertão, tem participado do aprofundamento radical da partilha dos territórios entre os monopólios internacionais na sua fase financeirizada. Não se trata mais de uma acumulação primitiva, mas de uma acumulação contemporânea que monopoliza o território subsumindo os trabalhadores da terra a produção de um espaço voltado a valorização do capital, do qual destinam uma parte da renda para o pagamento de dívidas adquiridas por meio de microcréditos como o modelo de combate à pobreza reivindicado pelas agências de gerenciamento da tragédia sócioclimática.

O que inferimos com esta pesquisa, portanto, é que o empreendimento Canal do Sertão tem impactado na reestruturação socioespacial no entorno do canal, criando novas espacialidades germinadas do modelo de desenvolvimento financeirizado do Consenso, transfigurado na monopolização do território pelo capital, do qual erige novos usos da terra. No Alto Sertão Alagoano, especificamente, a espacialização do Canal do Sertão tem conformado uma dinâmica agrícola que transita da produção de culturas tradicionalmente voltadas para o sustento comunitário para uma de maior valor agregado no mercado, a exemplo das culturas da banana e do coco, além da produção de forragem animal de maior valor proteico para suprir um rebanho reprodutor de laticínios rentáveis, tudo isso realizado com o uso do pacote tecnológico da Revolução Verde, incrementados com os microcréditos da “sustentabilidade”.

Conjecturado a partir dos compromissos com a agenda climática, sendo um objeto de promoção do Desenvolvimento Sustentável, o aproveitamento do rio São Francisco pelo Canal do Sertão para fins de irrigação, fundamentalmente nada trouxe de sustentável, pelo contrário, como política pública sustentada na financeirização, o projeto tem potencializado o colapso ambiental no semiárido alagoano, à medida que mecanização associada ao uso agroquímicos e a produção de uma cultura agrícola pouco diversificada empobrece e contamina solos e mananciais.

É importante lembrarmos que os ciclos econômicos e consequentes modos de uso da terra no semiárido, historicamente ligados a agropecuária, potencializaram o processo de

desertificação e déficit hídrico “em razão de reduzir o tempo de pousio ou descanso, necessário para recuperar a fertilidade [...] e manter a produtividade das terras”. Revelando também a constância do desmatamento da Caatinga, reduzindo a diversidade biológica do bioma e deixando o solo exposto aos processos erosivos, acelerando o fenômeno da desertificação no semiárido, de solo jovem e raso (Barbosa; Buriti, 2023, p. 18). A transição do modo de uso da terra com a chegada do Canal do Sertão nos suscita de mesma preocupação, pois a financeirização é o tempo da celeridade que não harmoniza com o tempo da natureza.

A medida que o capital financeiro adianta uma parte do seu capital para os pobres do campo, também impõe a eles a lógica do tempo de produção capitalista, assim é fundamental que camponeses subsumidos a esta lógica deem celeridade ao processo produtivo de forma a obter a um só tempo a renda para a sua reprodução diária e a parte do lucro a ser entregue aos capitalistas do rentismo global. Para dar agilidade a esse processo é impreterível o uso de sementes transgênicas, agrotóxicos e a produção de culturas mais rentáveis, dessa forma, o que chega através do discurso do desenvolvimento endógeno sustentável finda com a ampliação da crise socioclimática.

Além de todos os fatores já expostos, as intencionalidades referidas nos documentos dos órgãos do estado de Alagoas, na perspectiva do projeto Canal do Sertão e que, até o momento, continuam apenas no campo das ideias, não nos trazem melhores perspectivas, pelo contrário, o que se ressalta em tais projeções para a zona de influência do Canal é um território voltado para o agrohídronegócio, de produção massificada, constituindo a negação de um território autóctone pela sublevação de um espaço gerido pela lógica privatista do capital. O que tem se conformado desse processo é a diferenciação geográfica, aprofundando as injustiças sociais tão enraizadas pela origem e permanência da propriedade da terra.

Por outro lado, há espaços de esperança que podem germinar o uso verdadeiramente sustentável e harmônico do Canal do Sertão com o tempo da natureza. Esses espaços são forjados na luta popular por terra e território e contra a mercantilização da vida e do espaço, insurgidos da luta pela reforma agrária popular, pelo direito à ancestralidade da terra e pela soberania alimentar, entendendo que se o espaço é socialmente produzido deve ser socialmente apropriado, opondo-se, assim, à privatização dos bens comuns, como a água, que é também a privação para muitos. Esses espaços, atômicos no Sertão alagoano, manifestam nas suas pequenas unidades produtivas e no modo como usam a terra as lutas pela autonomia dos povos, desafiando a ordem do capital na sua forma contemporânea financeirizada, reafirmando seus direitos sobre os territórios e sobre as suas próprias vidas.

Se há uma saída para espécie humana frente a catástrofe ecológica eclodida da financeirização mundializada do capital, esta se faz na defesa da soberania dos territórios daqueles que estão na contramão da mercantilização da natureza, e não na política de sustentabilidade de mercado, que fetichiza o abocanhamento veloz e ampliado de parcelas cada vez maiores do espaço.

REFERÊNCIAS

AB’SABER, A. N. Sertões e Sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, V. 13, São Paulo, maio-agosto, 1999.

_____. **Os domínios morfoclimáticos do Brasil**: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

AGENCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. Ministério do Meio Ambiente. **A questão da água no Nordeste**. Brasília: 2012.

AGENCIA PEIXE VIVO. **Elaboração de Proposta do Modelo de Gestão do Canal Adutor do Sertão Alagoano**. Alagoas: 2022.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as Comunidades Indígenas de Alagoas**. Maceió: SEPLAG: 2017.

ALAGOAS. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre as comunidades Quilombolas de Alagoas**. Maceió: SEPLAG, 2015.

ALAGOAS. Expoagro lança módulo de irrigado de produção e aprendizagem. Disponível em <https://alagoas.al.gov.br/noticia/expoagro-seagri-lanca-modulo-irrigado-de-producao-e-aprendizagem-nesta-sexta-29>. Acesso em: 02 de julho de 2024.

ALBUQUERQUE, C. F. de. **Cana, casa e poder**. Maceió: EDUFAL, 2009.

ALCANTATA, N.; FREIRE, S. de M. **Alagoas no contexto do século XXI: desafios postos aos intelectuais em ‘tempo de indiferença**. IN: SOUZA, D. GONÇALVES, J.

ALCÂNTARA, N (org.). **Questão social em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital**. Maceió: Edufal, 2016.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **História dos costumes, usos e (ab)usos nas Alagoas**. Achegas (I): sobre negros. Agência Fonte de Notícias, Maceió, 2016.

ALMEIDA, H. Conheça a Associação Gestora do Canal Adutor do Sertão Alagoano – AGECSA. Correio Notícia. Brasil, 17 dez. 2020. Disponível em: Conheça a Associação Gestora do Canal Adutor do Sertão Alagoano – AGECSA - Haroldo Almeida | Correio Notícia. Portal de Notícias do Sertão de Alagoas (correionoticia.com.br). Acesso em: 18 dez. 2023.

ALVES, F. A. GUIVANT, S. J. **O que há além do endógeno e exógeno nas pesquisas sobre o desenvolvimento rural?**. In: SAQUET, M. A. SANTOS R. A (org.). Geografia agrária território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao Estudo da Questão Agrária no Nordeste. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BANCO MUNDIAL. Informes sobre o desenvolvimento mundial 1992. Washington: Banco Mundial, 1992.

BARBORA, BURITI. **Secas e vulnerabilidade socioambiental no semiárido brasileiro: a institucionalização dos estudos científicos e das políticas hídricas na região**. Ciência Geográfica - Bauru - Ano XXIII - Vol. XXIII - (1): Janeiro/Dezembro - 2019

BEZERRA, H. E. **A gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do rio Curu**. Fortaleza, 1997. Relatório de Qualificação – MAG, UECE.

BISPO, J. L. A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas públicas na (di)ssimulação da esperança. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Sergipe, 2007.

BORON A. A. Estado, capitalismo y democracia en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Projeto Áridas**. Nordeste: uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de Fiscalização – Sintético, 2013.**

Disponível em

http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2015/Fiscobras2014/anexo/SINTETICOS%5CSint%C3%A9tico_2014_20141170.pdf. Acesso em: 23/09/2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA.

Projeto de Integração do rio São Francisco: com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Brasília, DF: 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022.**

Brasília, DF: IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 22 de fevereiro de 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Indígena 2022.**

Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>, acesso em 16 de maio de 2024.

BOTELHO, Maurilio Lima. Desenvolvimento, espaço e crise estrutural. In: **Revista Espaço & Economia.** Ano 1, No. 2, 2013.

BRITO, A. C. R. **Águas para que(m):** grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. Curitiba: CVR, 2016.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

CAMPOS, S. S. C.; CASTILHOS, C. C.; CAMPOS, R. S. Estado Mínimo para que e para quem?. Conceição, A. L. Santos, F. B. (orgs.). A Natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise. São Cristovão: Editora UFS, 2015.

CASAL. Governo transfere para segov e casal administração do Canal do Sertão. Disponível em: <https://www.casal.al.gov.br/2023/10/governo-transfere-para-segov-e-casal-administracao-do-canal-do-sertao/>. Acesso em: 06 de junho de 2024.

CARLOS, A. F. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico, in Carlos, A. F. C et al. A Produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora Contexto, 53-73, 2011.

CARVALHO, C. P. de. **Formação histórica de Alagoas**. Maceió: Edufal, 2015.

CASTRO, I. E de. Seca versus seca. Novos interesses, novos territórios, novos discursos no Nordeste. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L.(Orgs.) **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CASTRO, I. E. de. Imaginário político e território: natureza, regionalismo, e representação. In: In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CMMAD. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONCEIÇÃO. A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. Meridiano – Revista de Geografia, n.2, p. 80 – 104, 2001.

CONGRESSO NACIONAL. BRASIL. Projeto de governo cria plano de socorro fiscal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/559304-projeto-do-governo-cria-plano-de-socorro-para-estados-endividados/> Acesso em julho de 2020.

COHIDRO - CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS. Sertão Alagoano: pré-viabilidade do sistema integrado de aproveitamento dos recursos hídricos para o Sertão Alagoano: tomada d'água, estação elevatória de Moxotó, Canal Adutor do Sertão. **XXV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos** (ISSN 2318-0358) [S.l.]: COHIDRO, 1991a. 73 p.: il. Disponível em: . Acesso em: 7 jun. 2021.

Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21. Brasília: Câmara dos deputados, 1995.

CODEVASF. **Estudo de viabilidade do aproveitamento integrado dos recursos hídricos do projeto canal do Sertão alagoano**. Maceió: CODEVASF, 2002.

CODEVASF. BRASIL. **Diagnóstico para o desenvolvimento hidroagrícola das comunidades rurais na área de influência do Canal do Sertão Alagoano**: municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia, Pariconha, Olho D'Água do Casado, Inhapi, Piranhas, Mata Grande, Canapi, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Carneiros e Pão de Açúcar. Brasília, DF: Codevasf, 2020.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIÉGUES, J. M. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. Maceió: Edufal, 2012.

FIDA. Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Agrário. Canal do Sertão Alagoano: plano de desenvolvimento rural com ênfase na transformação social, ambiental, produtiva e de acesso aos mercados locais no território do Alto Sertão. Brasília: FIDA, 2017.

FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia e América do Sul. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: ESPJV, 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, A. C. **Etnias indígenas alagoanas**. Maceió: Editora do IFAL, 2020.

FURTADO, C. O Mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **A formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GONÇALVES, C. U; OLIVEIRA, C. F. de. Rio São Francisco: águas correm para o mercado. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, n. 2, v. 29, p. 113-125, julho/Dezembro, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. SEPLAG. **Estudo sobre o Canal do Sertão**. Maceió: 2017.

GOVERNO DO ESTADO DE ALALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde. **Perfil da Realidade Social das Comunidades Quilombolas de Alagoas**. Maceió, 2013.

HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HILFERDING, R. **O Capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

HIDROBR. **Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco**: Planejamento Estratégico das ações e definições das bases do trabalho. Alagoas: 2021.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Projetos de reforma agrária conforme fases de implementação: período de criação do projeto: 01/01/1970 até 06/03/2017. Maceió: INCRA, 2017.

IPEA. Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos. Desafios do desenvolvimento, v. 48, 2009.

IPEADATA. IPEADATA Social: dados e indicadores sobre a distribuição de renda, pobreza, educação, saúde, previdência social e segurança pública. Nível Demográfico – Municípios. Brasília, DF: IPEA, 2011.

KIDDY, E. W. O rio São Francisco: geografia e poder na formação da identidade nacional no século XIX. Revista de Desenvolvimento Econômico, ano 12, Salvador, 2010.

MARX, K. **O capital** v. 1. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política, livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARTINS, R. C. De bem comum a ouro azul: a crença na gestão racional da água. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 465-488, jul./dez. 2012.

MENDONÇA, M. R. A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2004.

MORAES, A. C. R. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Annablume, 2005.

LAPYDA, Ilan. François Chesnais. Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.30, n. 02, mai-ago 2018.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LIMA, L. M. B. FÉLIX, T. L. L. **O processo sócio-histórico de Alagoas de constituição da pobreza em Alagoas: a complexificação no contexto da crise estrutural**. IN: COSTA, G. M. da; PIMENTEL, E. (org.). *Expressões da pobreza em Alagoas: estudos de aspectos sociais e econômicos*. Maceió: Edufal, 2020.

LIMA, L. G. OLIVEIRA, A. S. MIRANDA, A. R. Indígenas, terra e território em Alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência. **Revista de Geografia**, v. 36, n. 0,1. Recife: 2019.

LIMA, et al. Agrotóxicos no Semiárido de Alagoas: agricultura químicodependente e suas contradições. **DIVERSITAS JOURNAL**. Santana do Ipanema/AL. vol. 4, n. 3, p.829-847, set./dez. 2019.

LIMA, A. A. de. Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, CAMPINAS, 2006.

LINDOSO, D. O grande Sertão. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira (FAP), 2011.

LIRA, F. **Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Indaé editorial, 2016.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro. Estudos Avançados, v. 43, p. 185–206, 2001.

OLIVEIRA, G. P. de. Um canal para o rio São Francisco: debates e particularidades do projeto de canalização no século XIX. Almanack, n. 25, Guarulhos, 2020.

OLIVEIRA, F. de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2011.

PLANALTO. SECRETARIA DE IMPRENSA. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da adutora Helenildo Ribeiro. Palmeira dos Índios – AL, 2009.

PNRH. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Prioridades 2012-2015**. Brasília: MMA, SRHU, ANA, 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DESENVOLVIMENTO. (PNUD). **Atlas de desenvolvimento humano no Brasil 2015**. Disponível em:

<http://www.atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>, acesso em 22 de março de 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SAITO, K. **O ecossocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: outras expressões, 2015.

SCHENEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil e as questões em debate. **Revista de economia política**. V.30, p.511-531, julho-Setembro, 2010.

SEUFERT P.; HERRE, R. MONSALVE, S.; GUTTAL, S. O capitalismo clandestino e a financeirização dos territórios e da natureza. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SEMARH. Relatório de atendimento a condicionantes para emissão de outorga definitiva. Maceió, AL: SEMARH, Agosto de 2010.

SEMARH. **Relatório de Gestão**. Maceió, AL: SEMARH, 2014.

Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI). **Levantamento da População Geral Aldeada – DSEI Alagoas e Sergipe**. Maceió: SESAI, 2015.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. Revista eletrônica da Associação dos geógrafos brasileiros. Três Lagos-MS, n. 2, v.2, p. 21-42, Setembro, 2005.

VASCONCELOS, F. M. T. **Dá-me dessa água: projetos de desenvolvimento, territórios em disputa e as experiências comunitárias no Sertão de Alagoas**. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2021.

VÉRGES, B. A. Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo. São Paulo: Unesp, 2011.

VIEIRA, F. L. R. Desenvolvimento sustentável: a história de um conceito. Revista de História. São Paulo, n. 10, 2002.

_____. **Escritos sobre região e desenvolvimento regional**. João Pessoa: edição do autor, 2017.

_____. **O Círculo fechado do consenso neoliberal**: planejamento regional, desenvolvimento sustentável e neoliberalismo no Nordeste. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

WORLD BANK. (2001b) Brazil: country assistance strategy progress report. Disponível em: Acesso em:

<<http://www.wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/05/19/00>>, 10 de junho de 2023.